O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 10 de ABRIL de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47657
estadão.com.br

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA __A6 e A7

Justiça age contra infiltração do PCC em empresas de ônibus

__ Concessionárias Transwolff e UPBus sofreram intervenção em SP

Investigação de quatro anos feita pelo Ministério Público de SP, pela Receita Federal e pelo Cade resultou na maior operação contra o crime organizado no poder público municipal no País. Os alvos foram as empresas de ônibus urbanos Transwolff e a UPBus, suspeitas de terem sido criadas com dinheiro do PCC. Quatro pessoas foram presas. Por decisão da Justiça, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) determinou intervenção nas empresas, mas sem paralisação dos serviços. Um alvo dos mandados de busca e apreensão, ontem, foi o contador João Muniz Leite. Ele teria auxiliado na montagem do esquema de lavagem de dinheiro. Leite ficou conhecido como o "contador do Lulinha" por ter trabalhado para Fábio Luis Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

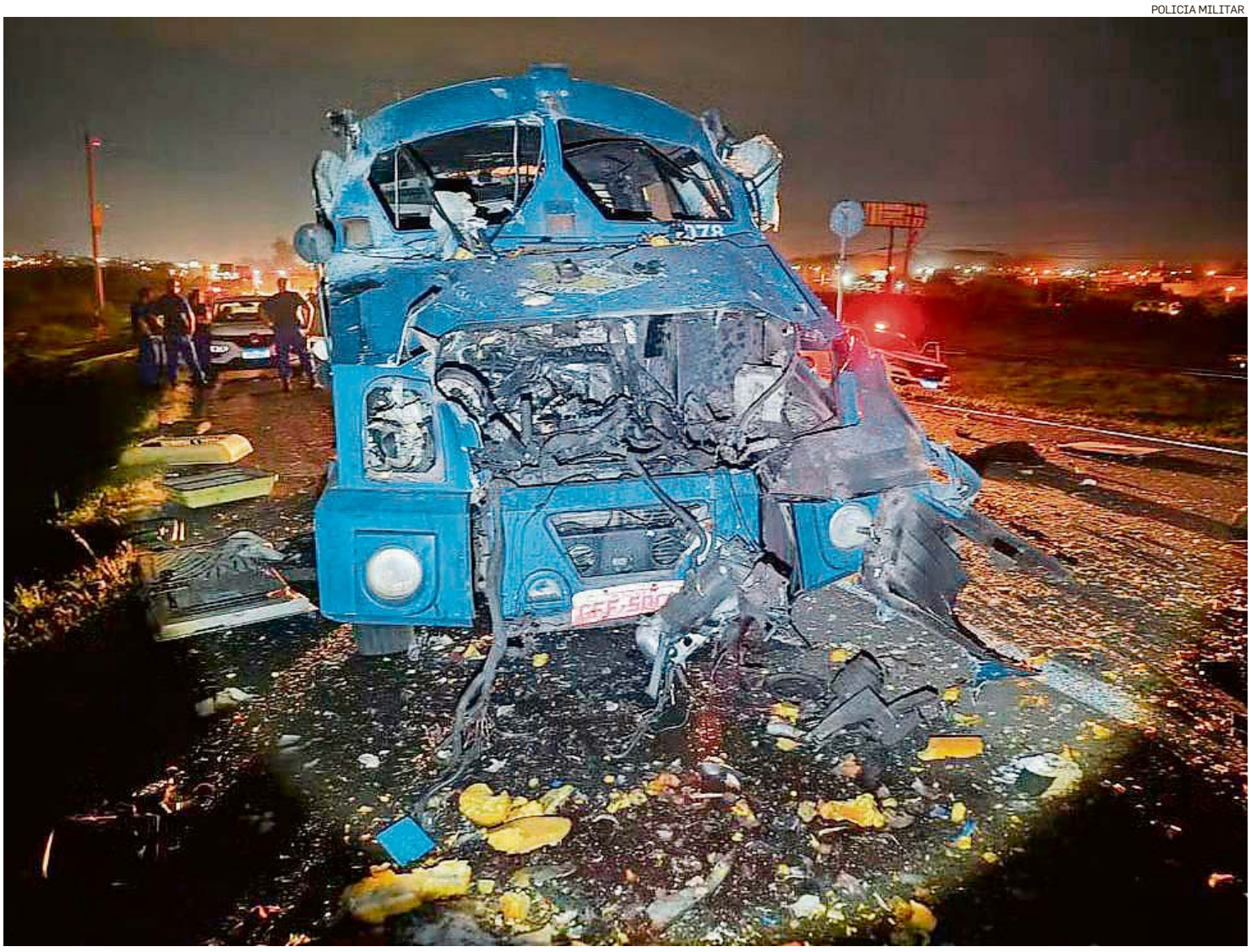
Marcelo Godoy __A8

A República ou o narcoestado

'Holdings' giraram R$ 732 milhões

Auditores da Receita apuraram que empresas negociavam imóveis e veículos e distribuíam dividendos entre sócios para "esquentar" dinheiro. __A8

POLICIA MILITAR



Carros-fortes e agência bancária são atacados no interior de SP

Após assaltar agência bancária em São Pedro, criminosos explodiram dois carros-fortes na Rodovia Washington Luís, em Cordeirópolis. Um terceiro blindado foi atacado na Rodovia Luiz de Queiroz. Um suspeito foi morto pela polícia e dois, presos. __A16

Primeira instância __A10

TRE-PR absolve Moro e senador fica com mandato; cabe recurso

Placar na Corte foi de 5 a 2 contra a acusação de abuso de poder econômico e caixa 2 nas eleições de 2022, em ação movida por PT e PL. Processo deve parar no TSE.

R$ 1,2 milhão

foi, segundo desembargador, o gasto de Podemos e União Brasil na pré-campanha

Vigilância sanitária __A14

Governo reduziu em 58% gasto com campanhas contra dengue em 2023

Despesa federal com ações de informação sobre a doença caiu de R$ 31,6 milhões para R$ 13,6 milhões.

E&N Arcabouço fiscal __B6

Câmara põe 'jabuti' em texto e autoriza Planalto a antecipar R$ 15 bi em despesas

Liberação, que só deveria ocorrer em maio, foi incluída em projeto que recria o DPVAT. Texto vai agora ao Senado.

ERA DO CLIMA: Energia __B20 e B21

Brasil largou atrás, mas tem potencial para ser líder em hidrogênio verde

País tem vantagens para deslanchar produção, por já usar parcela expressiva de energia de fontes renováveis.

Liga dos Campeões da Europa __A18

Jogo de alto nível e seis gols em Madri

Real Madrid e Manchester City empataram por 3 a 3 em partida de ida pelas quartas de final. Rodrygo (foto) marcou para o Real.

JUANJO MARTIN / EFE

C2 'A Paixão Segundo G.H.' __C1 e C3

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Maria Fernanda dá vida a obra 'infilmável'

Rede social de Musk __A9

Moraes nega pedido do X para descumprir ordem judicial

EUA __A13

Justiça condena pais de autor de chacina a até 15 anos de prisão

Canabidiol __A15

Derivado da maconha estará no SUS a partir de maio

Notas e Informações __A3

Liberdade intransitiva

Roberto DaMatta __C5

Pasárgada hoje é xadrez de segurança máxima

Camila Farani __B24

Sucesso de um não é o fracasso do outro

Edição de hoje
4 CADERNOS – 64 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios
C2. Cultura & Comportamento, A fundo
JC. Jornal do Carro

Tempo em SP
22° Mín. 27° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Ministra de Lula busca apoio de empresários para emplacar a sua reforma administrativa

A ministra da Gestão, Esther Dweck, aposta no empresariado para aprovar a reforma administrativa em moldes defendidos pelo governo Lula. No primeiro de muitos encontros que pretende fazer com o setor, Dweck tocou em pontos caros à iniciativa privada. Citou o horizonte de enxugamento do funcionalismo com a revolução digital e defendeu uma regulamentação clara das possibilidades de exoneração de servidores por mau desempenho, a partir de métricas definidas. As conversas ocorreram num jantar na segunda-feira promovido pelo presidente do conselho do grupo Esfera, João Camargo. Estavam lá o presidente da Febraban, Isaac Sidney; o vice-presidente de Relações Públicas da Huawei, Atilio Rulli; e o CEO da Oncoclínicas, Bruno Ferrari.

● **TENSÃO.** A movimentação da ministra deve esquentar a rivalidade entre governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira, sobre a reforma administrativa. O líder do Centrão quer mudanças mais amplas no RH do Estado, com a aprovação de uma PEC. Mas o Planalto rejeita a ideia por temer o fim da estabilidade do funcionalismo.

● **LAVEI...** O governo Lula deve liberar a base aliada na votação do relatório que pede a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (RJ). Mesmo sem uma sinalização clara do desfecho, Lira pautou a votação no plenário da Câmara para hoje e se blinda de uma eventual pecha de conivente. No Centrão, ainda há resistência em "entregar" um colega parlamentar.

● **...AS MÃOS.** O Planalto quer distância da prisão de Brazão, suposto mandante da morte de Marielle. A ordem aos aliados é manter o foco na pauta econômica.

● **TUDO...** Na manifestação enviada ao STF em 4 de abril, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, avaliou que a estadia do ex-presidente Jair Bolsonaro na embaixada da Hungria não infringiu as medidas cautelares às quais ele está sujeito. Assim, não haveria motivo para prisão. O despacho está em segredo de Justiça, mas a *Coluna* teve acesso ao teor do texto, de quatro páginas.

● **...OK.** O PGR também opinou que não há evidências para dizer que Bolsonaro buscou asilo político ao se hospedar secretamente na embaixada da Hungria.

● **VEM AÍ.** A Fundação Perseu Abramo, braço teórico do PT presidido por **Paulo Okamotto**, lançará uma websérie de 7 episódios sobre a ditadura. Com o presidente em silêncio sobre os 60 anos do golpe, cada vez mais o PT assumirá a função de dizer aquilo que Lula prefere silenciar para evitar estremecimentos com os militares.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Paulo Okamotto,
presidente da Fundação Perseu Abramo

● **PASSO.** O senador Flávio Bolsonaro (PL) afirmou que não pretende ser o herdeiro da "franquia" do pai, e descartou concorrer à Presidência em 2026. "Posso contribuir com um governo de direita que, não tenho dúvida, voltará ao Brasil", afirmou no *Roda Viva*, da TV Cultura, que contou com a *Coluna* na bancada de entrevistadores.

● **FÉ.** "Acredito muito na sensibilidade, na visão política (*de Bolsonaro*). Os nomes que se colocam (*para 2026*) são pessoas experimentadas. Se não reverter a inelegibilidade, o nome que ele apontar será o meu", disse Flávio.

VODCAST 'DOIS PONTOS' | O tema de hoje é segurança pública

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Cristina Neme
Coordenadora - Instituto Sou da Paz

"A polícia que funciona, a segurança que funciona é aquela em que a população confia na polícia. Então, esse é um tema muito importante de política pública."

José Vicente Filho
Ex-secretário nacional de Segurança

"O medo pode ser tão ruim quanto a própria violência. O medo cria um mal-estar ou rebaixa muito a qualidade de vida para viver em certos locais do País."

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JÚLIO CÉSAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Liberdade intransitiva

O País precisa conter o golpismo e se faz urgente a regulação das redes, mas nenhuma dessas tarefas pode prescindir da maior proteção contra autoritarismos: a liberdade de expressão

Está na Constituição, em seu artigo 5.º, inciso IV, parágrafo IV: "É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato". Quando a Constituição foi promulgada, em 1988, poucas coisas pareceram mais festejadas do que esse artigo – o mesmo segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e com garantia do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Estabeleceu-se ali também o veto a qualquer forma de censura e se definiram limites a esse direito fundamental: em situações de violação da intimidade, da honra, da vida privada e da imagem de outras pessoas. Em casos de calúnia, difamação e injúria, foi assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente do abuso da liberdade de expressão. Ou seja, a Constituição define, sem conjunções adversativas, o que é o pilar da democracia e aponta seus limites com precisão.

É espantoso, no entanto, que a limpidez da lei e de seus princípios fundadores pareça hoje insuficiente no Brasil. Mesmo com tamanha clareza, o debate sobre liberdade de expressão foi levado ao paroxismo pela ausência de regulação das plataformas digitais, pela conjugação entre ativismo e arbitrariedade do Supremo Tribunal Federal (STF) e pela instrumentalização muitas vezes criminosas das redes sociais – uma tríade de tensões agravada com as ameaças à democracia que culminaram no vandalismo golpista de 8 de janeiro de 2023, com o ambiente democrático intoxicado pela polarização e com a junção entre as diatribes de liberticidas extremistas e a tirania de quem se enxerga acima da lei e das instituições, como se viu na recente polêmica envolvendo o empresário Elon Musk e o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

O País precisa fortalecer seus diques de contenção de novas aventuras golpistas, e se faz urgente a regulação das redes sociais – uma regulação que seja capaz de construir um ambiente digital mais seguro e confiável, permitir o avanço na proteção dos direitos e da liberdade e responsabilizar as plataformas digitais pelo conteúdo de terceiros que publicam. Nenhuma dessas tarefas inadiáveis, contudo, pode prescindir daquela que é a maior proteção da sociedade contra autoritarismos: a liberdade de expressão. É o que determina a fronteira entre regimes democráticos e autoritários ou o que define o princípio por meio do qual se pode frear o silenciamento de opiniões contrárias, seja pela censura estatal, seja pela "tirania da maioria", segundo a clássica definição de um dos pais do liberalismo, o britânico John Stuart Mill. Se há ditaduras que toleram a liberdade econômica e governos autocráticos que mantêm o verniz democrático por meio das eleições, nenhum regime antiliberal tolera a liberdade de expressão.

O paradoxo é ver a mãe de todas as liberdades tisnada pela marotagem ideológica de nosso tempo. De um lado, certos personagens que se aliam em sua defesa e parecem, para muitos, o próprio avesso do princípio – de Elon Musk a Jair Bolsonaro, passando por Donald Trump, não são poucos os extremistas que se aproveitam do mundo aparentemente sem lei das plataformas digitais para irresponsavelmente difundir desinformação, arruinar o debate público e mobilizar exércitos de militantes à custa do medo e da deslegitimação das instituições. De outro lado, sob o pretexto de resguardar a democracia, adotam-se o arbítrio, a invenção de tipos penais e a criminalização do próprio exercício das liberdades individuais. O resultado é o mesmo: o enfraquecimento das liberdades e a desmoralização das instituições.

O Brasil pode inspirar-se em caminhos distintos adotados mundo afora para regular as plataformas digitais – uma legislação mais dura como a da União Europeia ou mais liberal como a norte-americana. Mas em nenhum desses modelos o Estado impõe restrições à liberdade de expressão com base no conteúdo, por mais imoral que seja. Salvo raríssimas exceções, também adotam um limite claro: aquilo que a própria Constituição define como crime no mundo real. A lei ainda é o melhor lenitivo contra a incúria ou a má-fé de agentes do poder público, de políticos extremistas ou de lideranças digitais que usam a própria defesa da democracia e da liberdade para subvertê-las.●

Caindo na real

Equipe econômica vai rever metas fiscais de 2025 e 2026, mas não haverá equilíbrio orçamentário enquanto não for atacado o cerne do problema: o alto gasto de dinheiro público

Quando apresentou, no ano passado, o primeiro Projeto de Lei Orçamentária Anual sob a égide do novo arcabouço fiscal, que acabara de ser aprovado pelo Congresso, a equipe econômica anunciou metas ousadas para as contas públicas: empate entre receitas e despesas (déficit zero) em 2024 e superávits consecutivos, de 0,5% e de 1% do PIB, em 2025 e 2026. O equilíbrio fiscal previsto para este ano, que já nasceu desacreditado, permanece assim até hoje, embora continue nas estimativas oficiais. Já os saldos positivos de 2025 e 2026 estão prestes a serem revisados, como informou o próprio ministro Fernando Haddad.

Diante do desempenho fiscal, da forma como vem sendo executado o Orçamento federal e da índole gastadora do governo, surpresa seria se as metas futuras não fossem revistas. Para o resultado deste ano, o grosso das projeções de analistas financeiros aponta também para uma revisão mais à frente. No ano passado, o primeiro da terceira gestão Lula, registrou um rombo de R$ 230,5 bilhões, ou 2,12% do PIB. É difícil apostar em equilíbrio depois de uma amostra como essa. Pior ainda é imaginar superávits de R$ 61 bilhões em 2025 e de R$ 132 bilhões em 2026, levando em conta o valor atual do PIB.

Em programação orçamentária não há mágica: o resultado positivo ocorre quando as receitas superam as despesas. O problema é que todo o esforço para o fechamento das contas públicas tem se concentrado no aumento das receitas, agenda que, como admitiu recentemente a ministra do Planejamento, Simone Tebet, "está se exaurindo". Propostas para reduzir a vazão das torneiras dos gastos têm esbarrado na resistência ora do Congresso, ora do próprio Executivo, ávido por transferir das pranchetas para os palanques os imponentes projetos do Novo PAC.

Tebet, que junto com Haddad, Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dwek (Orçamento) integra o grupo de ministros da Junta de Execução Orçamentária (JEA), até deu a deixa ao falar sobre a possibilidade de incluir no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) recomendações para redução de despesas. Mas não serão medidas detalhadas, apenas sinais de alerta para tentar colocar o corte de gastos entre as prioridades – obviamente não para este ano eleitoral. A própria calibragem das metas de 2025 e 2026 só está sendo feita agora devido ao fato de que o prazo para a entrega da PLDO ao Congresso termina no próximo dia 15.

O arcabouço fiscal, que substituiu o teto de gastos, teve como um dos objetivos prioritários flexibilizar o aumento de gastos, antes vinculado ao comportamento da inflação. Vitórias animadoras de projetos da equipe econômica no Congresso permitiram um avanço arrecadatório no fim de 2023 e início de 2024, mas que são extras, não uma receita corrente. É o caso, por exemplo, do início da tributação de fundos de investimentos exclusivos, que robusteceu o caixa do Tesouro. Mas o governo ainda está devendo medidas de vulto do lado das despesas.

O presidente Lula já deu sucessivas provas de que fez sua escolha: entre a austeridade, que garantirá equilíbrio às contas públicas e reduzirá o custo dos investimentos, e a gastança, que supostamente lhe trará dividendos políticos e eleitorais ao custo de inflação e juros altos, o petista certamente ficará com esta última. Afinal, como disse a inesquecível Dilma Rousseff, criatura de Lula, "gasto é vida".

Por isso, é praticamente impossível imaginar que Lula ceda aos apelos de seus assessores técnicos, por mais fundamentados que sejam. Mais difícil ainda, contudo, é acreditar numa boa e independente gestão de gastos por um Executivo comprovadamente refém do Congresso.

Recentemente, o diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, Luiz Schimura, lembrou que, em 2014, 83% dos recursos discricionários distribuídos pela União a Estados, municípios e entidades privadas foram feitos diretamente pelo Executivo e 17% por emendas parlamentares. Em 2023, as emendas representaram 46%, refletindo o poder do Legislativo no Orçamento. Como frisou o economista, a visão geral é de que a multiplicação das emendas pulveriza os recursos em ações paroquiais, em detrimento de uma estratégia nacional de investimento do Estado.

Tudo somado, fica muito difícil acreditar em metas fiscais e compromissos com a gestão responsável do dinheiro público.●

ESPAÇO ABERTO

O diálogo entre o público e o privado

Nicolau da Rocha Cavalcanti

Há uma alargada desconfiança entre o setor público e o privado – o que não é bom para nenhum dos dois, tampouco para o País. Essa avaliação não tem nada de ingênua ou de idealista. Por óbvio, os dois setores não se confundem. Cada um tem seu âmbito de atuação, suas dinâmicas próprias, seus objetivos específicos. No entanto, ainda que atuem sob perspectivas diferentes, existem interesses convergentes. Não são forças antagônicas.

Não se afirma que "deveria haver" interesses em comum, no sentido de algo desejável a ser buscado. Já existem hoje muitos interesses convergentes cuja realização avançará enormemente se – dentro do mais genuíno espírito republicano, dentro da mais estrita legalidade – houver confiança mútua e, com base nesses vínculos de confiança, for estabelecido um diálogo transparente, capaz de criar efetivos canais de cooperação.

Um exemplo é o combate à fraude. Como se viu no *I Foro Internacional Antifraude: estratégia público-privada*, realizado no mês passado em Brasília, o setor privado é muito prejudicado pela existência de um cenário social propício às fraudes das mais diversas ordens: financeira, fiscal, digital, etc. Além de terem todo interesse no aumento do *law enforcement* – o que reduziria perdas, melhoraria o ambiente de negócios e fortaleceria a livre concorrência –, empresas e entidades privadas podem contribuir de diversas maneiras para que os órgãos públicos atuem com mais eficácia na prevenção e na repressão dessas atividades ilícitas.

O mesmo ocorre com os órgãos reguladores. O diálogo transparente com o setor privado é fundamental para que os atos normativos sejam aderentes à realidade socioeconômica e possam, assim, atingir suas finalidades.

Não basta, no entanto, falar das muitas possibilidades de cooperação entre o setor público e o privado. Deve-se reconhecer a existência de causas que alimentam a desconfiança – o estranhamento – entre os setores. Só enfrentando esses fatores será possível construir um diálogo republicano e funcional.

> ***Existem muitos interesses convergentes cuja realização avançará enormemente se houver confiança e diálogo transparente***

De pronto, nota-se que inexiste fundamento legal para a desconfiança mútua entre o setor público e o privado. Não é uma questão de inadequação do ordenamento jurídico, mesmo que sempre haja espaço para melhorias legislativas. É um tema cultural, de *mindset*.

Ainda está muito presente uma concepção autoritária de poder estatal, como se o objetivo do Estado fosse oprimir a sociedade, numa atuação imperiosa e arbitrária, sem regras claras e sem controle. Sob essa ótica, o Estado torna-se inimigo da sociedade. Vale lembrar que o Estado Democrático de Direito não é uma ideia vaga e abstrata, mas uma realidade institucional, com efeitos concretos.

O regime democrático é muito mais do que eleições periódicas e alternância de poder. Informa toda a estrutura do Estado, cujo papel é servir a sociedade. O poder público cumpre sua missão, entre outras tarefas, fazendo valer as normas que a população estabeleceu por meio de seus representantes eleitos no Legislativo. O Estado Democrático de Direito não tem, portanto, uma dimensão de enfrentamento, seja com a sociedade, em geral, seja com o setor empresarial, em específico.

Bastante difundida, outra concepção que reforça a desconfiança é o preconceito contra o setor privado, como se seus interesses fossem sempre escusos, ilegítimos, exploratórios. Trata-se de tema amplo, com muitas dimensões e efeitos. Menciono dois pontos. Esse preconceito é incompatível com a ordem constitucional de 1988. O Estado Democrático de Direito significa uma determinada compreensão, não autoritária, do poder público, bem como uma compreensão não conflituosa por parte do Estado em relação à sociedade. A rigor, uma atuação estatal pautada pela desconfiança em relação ao setor privado é inconstitucional.

O segundo ponto refere-se ao desconhecimento, implícito nesse preconceito, em relação ao setor privado. Naturalmente, há pessoas e empresas que praticam ações ilícitas, merecendo a repressão do Estado. No entanto, essas atividades ilegais não representam o setor privado, que, de forma amplamente majoritária, age de maneira ética e legal. E mais: esse patamar cívico tem crescido visivelmente ao longo das últimas décadas. São inúmeras as causas de relevante interesse público implementadas por empresas e entidades privadas.

Não fechemos os olhos à realidade: já existe intenso diálogo entre o setor público e o privado. No entanto, ao vigorar um clima de desconfiança, esse diálogo ocorre, na maioria das vezes, de forma não transparente, como se houvesse algo a esconder – e é aí que reside o perigo. A desconfiança produz um círculo vicioso, que não beneficia o interesse público.

O setor privado não deve ser combatido, perseguido ou criminalizado. A realização de seus interesses, sempre que se dê dentro da lei, é perfeitamente legítima. O setor público não deve ser combatido, perseguido ou criminalizado. Seu norte, seus critérios e limites são definidos pela lei. Na democracia, o exercício do poder não é arbítrio, mas serviço responsável à sociedade. ●

ADVOGADO

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Caso Elon Musk

Bem ou mal

Musk pede renúncia ou impeachment de Moraes; bilionário vira alvo de inquéritos (**Estadão**, 8/4, A7). Há uma certa extrapolação da parte do ministro Alexandre de Moraes, comparável àquela de Sergio Moro. Elon Musk, todavia, raciocina como residente num país normal e, certamente, faz-se de paladino da liberdade para defender os seus interesses. Por aqui, é diferente. Há todo um aparato midiático produtor de *fake news* para dar continuidade ao plano de golpe. Se este for consumado, que garantias constitucionais teremos? Bem ou mal, por aqui ainda temos uma democracia. Isso em razão da atuação, embora com algum exagero, do Supremo Tribunal Federal (STF). É preciso reconhecer que o Executivo não tem conseguido progresso em suas pautas de esquerda graças ao Legislativo. De modo geral, mesmo com algumas imperfeições no equilíbrio entre os Poderes, o Brasil democrático segue em frente.

Octávio Verri Filho
Ribeirão Preto

O dono do X

Não se discute o mérito na vertiginosa carreira de certos ícones, com as inovações empreendidas em diversos campos da esfera empresarial que os colocam num patamar superior em termos de riqueza pessoal. Invectivas de alguns destes senhores lembram, no entanto, procedimentos da Idade Média, quando o poder financeiro ditava a soberania atropelando leis e costumes cultivados por uma população submissa.

Fauzi Timaco Jorge
São Paulo

Atrevimento

Independentemente de haver censura da parte do ministro Alexandre de Moraes, quem é o sr. Elon Musk para dar palpites? Se ele tiver algum interesse empresarial contrariado, que entre com ações pertinentes por meio de seu Jurídico. Pedir cassação ou impedimento do ministro é muito atrevimento.

Heleo Pohlmann Braga
Ribeirão Preto

Vale a discussão

Nem fato isolado nem exagero a indignação de Elon Musk em relação a medidas do ministro Moraes. Posições deste e de outros magistrados têm provocado questionamentos em vários setores da sociedade, cidadãos comuns, entidades de classe ou órgãos de imprensa. Já o pedido de extradição do blogueiro Allan dos Santos foi recusado pelo governo dos EUA porque o motivo alegado para a extradição estaria abrigado no direito à liberdade de opinião, num país tido aqui como modelo de sociedade democrática. Há, no Brasil de hoje, variados exemplos de prática institucional autoritária, embora travestida de defesa da democracia. Procede, pois, a questão levantada pelo dono do X. Seria esta, então, uma oportunidade de levar adiante a discussão com vista à garantia do direito de defesa e presunção de inocência até que se prove o contrário.

Patricia Porto da Silva
Rio de Janeiro

(In)segurança pública

Esculhambação

Empresas de ônibus acusadas de envolvimento com PCC; líder do PT na Câmara pagando propina semanal ao PCC; contador de Lulinha diz ter ganhado 640 vezes na loteria; e Lula quer petista amigo no comando da Petrobras. Essas foram algumas das notícias de 9/4 no **Estadão**. É uma esculhambação sem fim com o dinheiro dos brasileiros, sufocados por impostos, taxas, discursos e promessas.

Carlos Gaspar
São Paulo

Governo Lula

Milagre?

Até quando Lula vai continuar enganando a população brasileira e usando os cristãos em suas pregações mentirosas? Depois de inaugurar, mais uma vez, a transposição do Rio São Francisco, obra iniciada em 2007, para ser concluída em 2012 a um custo de R$ 4,8 bilhões e que já consumiu mais de R$ 14 bilhões, e não está concluída, vem falar em milagre? Não se deve usar a fé, aliada à desinformação, em campanha eleitoral antecipada, e muito menos usar a religião para ganhar votos.

Nilson Rebello
Brasília

Urbanismo

Placas na Paulista

SP troca as placas de rua, que chegam à Paulista (**Estadão**, 9/4, A14). Bom para os pedestres, pois a sinalização com totens na Paulista, longe das esquinas, privilegiava os motoristas. Sou da região e foram incontáveis as vezes em que pude orientar pedestres sobre nomes e numeração das transversais da avenida.

Pedro Paulo Prado
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Meditação sobre o futebol

Paulo Delgado

Desdenhar das ilusões, do devotamento e do entusiasmo do torcedor; não entender o papel dos jogos como educador coletivo de multidões apaixonadas; e estimular a desconsideração pela história de profissionalismo dos autênticos campeões mundiais é como entorpecer o cavalo para mantê-lo nas rédeas de modo mais fácil. Na história do futebol atual, a atrofia da imaginação que o cerca, reduzindo tudo ao prazer e risco do negócio, nega sua tradição, sua civilidade, seus rituais e interação social e, alienado em relação ao seu passado, pode significar outra coisa, menos esporte.

O torcedor dos clubes talvez seja aquele que, por sua bondade e sua lealdade, se torne o mais facilmente explorado, pela facilidade com que pode ser usado. Sem carecer de nenhum defeito, sem amenizar nenhuma diferença entre eles, a maioria dos clubes parece singularmente hábil na arte do embuste, sem se vincular ao dever de ver o esporte como deveria ser.

A arrecadação compensa a falta de virtude não cobrando nada dela, a faz mesmo um desperdício. O sentimento de sua maior vantagem é encontrar cada vez mais formas de engajamento das torcidas, sem nenhuma penalidade por descaracterizar todos os símbolos de sua história de torcedor. Avança sobre tudo, cada vez mais retrocede em princípios. As mudanças em voga no mundo do futebol transbordam em deslizes. Por trás da sua força, a falta de graça é ter o torcedor como vasilha humana receptiva.

Sem a passividade do torcedor, o poder dos clubes não cumpriria seu destino. Há clube que está à frente de seu tempo, mas não está no caminho certo; há outro que pode estar no caminho certo, mas não é o clube certo para enfrentar o desafio do caminho. Rendidos aos patrocinadores, vendidos aos compradores de marcas que lambuzam de manteiga todos os lados do pão que compraram, não existem mais técnico, time, história ou uniforme. Insolentes na facilidade, os clubes de donos de marcas ensinam seus torcedores a se emocionar com clichês, mudando o nome do clube para o nome da marca de salsicha ou remédio para fixar a amnésia.

Os clubes de futebol são hoje outra coisa, sem sabedoria diante da pressão para fazer dinheiro que lhes cobra o compromisso com o salário de tanto jogador ruim-milionário, butique sem cultura, morrendo de vontade de ser amado, admirado. Todo o glamour do jogador medíocre-bilionário vem, no campo, dos disparates que despeja sobre a bola e, fora dele, da autópsia que revela seu caráter. Sua celebridade é perceber que é mais fácil e agradável fracassar como atleta e tratar de fritar sua alma no inferno do ouro de tolo onde os petro-reis compram seu séquito. Jogadores cobiçosos, tortos de bobos, que estragaram toda uma geração para o futebol, são como pessoas ambiciosas que entram na cadeia alimentar uns dos outros agrupadas em torno do transe de seus apetites.

> *Sem ter mais identidade autêntica, a espiral de decadência do esporte está bem próxima da depressão clínica a que chegou o futebol. Só o tempo dirá para onde estamos indo*

Nesta confusão de permissividade, nas horas que antecedem seu fim como atletas, oferecendo aos torcedores a morte do esporte, não tendo nada para dar, não querendo de nada se separar, o futebol moderno percebeu que ninguém ali no campo vale mais do que um outro. Sem coragem para rifar a personalidade medíocre do badalado, acaba tendo menos lucro do que se apostasse no talento do sincero, sem precisar apaziguar sua vaidade. O gênio humilde e barato não tem vez no mundo do esquisito fraude cara. A larga tolerância com as manias do perfil neurológico do atleta egoísta-fútil e antissocial revela o triunfo do comércio de pernas aflitas sobre a história majestosa do futebol como esporte que atletas exemplares como Pelé consagraram.

O time do laticínio vendeu o jogo para o time da salsicha enlatada para favorecer o time da fralda descartável. O público de um foi posto para fora e, sem adversário, o público do outro não pode comemorar a vitória, que vai ser contestada nos tribunais. O campeonato não pode mais ser jogado como competição esportiva que consagra as torcidas nos estádios. A Justiça segregadora, sócia do apartheid, não vê chance no discernimento da segurança pública nem na inteligência dos bons contra a fúria dos furiosos. Com isso, facilita os negócios do novo cartola para conspirar em sua caixa-forte exclusiva como dono de time comprado.

Robô de apostas, sem saber mais qual o número de sua posição no campo, qual camisa vai vestir, tal simulação de jogador é mercadoria de varejo, enquanto tenta fazer o gol que não sabe mais fazer. A "graça infinita", que fez a glória do futebol, lembra o caudaloso, comovente e entristecedor romance de mesmo nome de David Foster Wallace, em que o calendário dos meses e dos anos foi comprado pelas grandes corporações, levando a vida humana para o mundo dos negócios nebulosos.

Sem ter mais identidade autêntica, tantos são os uniformes; podendo mudar de nome a cada novo patrocinador; aceitando juiz manipular resultado, dono demitir técnico antes de o jogo acabar; contando com torcedor que sofre sem saber por quê; não havendo mais a beleza dos duelos de bandeiras e torcedores em jogo de torcida única, etc., a espiral de decadência do esporte está bem próxima da depressão clínica a que chegou o futebol. Só o tempo dirá para onde estamos indo. ●

É SOCIÓLOGO
E-MAIL: CONTATO@PAULODELGADO.COM.BR

TEMA DO DIA

GOVERNO DE SÃO PAULO

Campanhas contra a dengue

Governo reduziu em 58% valor gasto com ações de comunicação contra a doença

O governo Lula diminuiu o valor para campanhas de prevenção e conscientização sobre a dengue no ano passado, mesmo com diversos alertas de que a epidemia de 2024 poderia alcançar um número recorde de casos. ●

3.839 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Calma. O importante é que os valores da Lei Rouanet estão em alta e em dia."
ADILSON GALVÃO

● "Quem ainda estiver esperando picanha vai acabar recebendo é picada."
NEIDE CORDEIRO

● "Todo mundo sabe como evitar a dengue. Aumentou por causa do descaso do povo."
CRISTINA SOUREN

● "Fora o tempo que o governo demorou para disponibilizar a vacina contra a dengue. E ainda não tem pra todo mundo."
ROSANA SANT'ANNA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

MANDA PEROBELLI/ESTADÃO

Paladar

Conheça a cafeteria onde as conversas são proibidas. ●
https://bit.ly/4cPoANK

Sua Carreira

BNDES terá concurso público com 150 vagas imediatas. ●
https://bit.ly/4aFuL5i

Newsletter

Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : OPERAÇÃO FIM DA LINHA

Operação mira infiltração do crime organizado nas concessões de ônibus

MP de São Paulo, Cade e Receita, após quatro anos de investigação, chegam a rastro de elo entre PCC e poder público; ex-contador de Lulinha é alvo de mandado de busca

MARCELO GODOY

Duas das maiores empresas de ônibus de São Paulo, suspeitas de terem sido criadas com dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC), foram alvo ontem da Operação Fim da Linha, a maior já feita até agora contra a infiltração do crime organizado no poder público municipal no País. Trata-se do resultado de uma investigação de quatro anos feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, pela Receita Federal e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Quatro pessoas foram presas. Há indícios de que empresas foram usadas pelo PCC para lavagem de dinheiro. A movimentação investigada na Operação Fim da Linha chega a R$ 732 milhões.

Em 19 fevereiro deste ano, o **Estadão** revelou documentos oriundos de investigações em vários Estados que apontavam na direção da operação de ontem: mostravam como integrantes do PCC e do Comando Vermelho (CV) estavam se infiltrando na política municipal para se beneficiar de contratos milionários com prefeituras. A partir dali, uma série de reportagens indicou como o crime organizado procura gestões municipais e Câmaras Municipais como intermediárias para controlar contratos do setor de transporte público.

RECEITA FEDERAL

Operação Fim da Linha, em São Paulo; ofensiva mobilizou 340 policiais, promotores e representantes da Receita Federal e do Cade

OFENSIVA. Na ação de ontem, os promotores cumpriram 52 mandados de busca e apreensão no Estado, com o auxílio de 340 policiais de cinco batalhões da Tropa de Choque da Polícia Militar. A Justiça decretou a prisão de três acionistas das empresas e de um contador, e determinou medidas cautelares contra outros cinco investigados. Também foi decretado o bloqueio de R$ 684 milhões em bens dos investigados para o ressarcimento das vítimas e em razão de danos coletivos provocados pela atuação das empresas.

Por decisão da Justiça, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou intervenção nas empresas de ônibus Transwolff e UPBus, alvos da operação. Elas serão geridas por comitês da gestão municipal. Nunes disse que o serviço não será paralisado. "Não haverá nenhuma paralisação no transporte público de São Paulo. Os fornecedores vão receber, e os funcionários, também. Nada muda para os passageiros. O que muda é só a gestão das empresas", disse o prefeito de São Paulo (*mais informações na página ao lado*). As duas empresas, juntas, transportam, em média, 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo.

O **Estadão** não conseguiu localizar as defesa das empresas Transwolff e UPBus, bem como a dos diretores que tiveram suas prisões decretadas ou foram alvo de medidas cautelares alternativas. Também não conseguiu encontrar as defesas dos que tiveram seus bens bloqueados,

Danos coletivos

R$ 684 mi

foram bloqueados em bens dos investigados para o ressarcimento de vítimas e em razão de danos causados pela atuação das empresas sob suspeita

Em relação ao grupo Transwolff foram expedidos dez mandados de buscas contra empresas e dez outros nas casas de diretores das companhias, de contadores e advogados. Um dos suspeitos foi preso em flagrante porque, durante as buscas, forma encontradas armas em seu imóvel.

Entre os diretores de empresas que tiveram a prisão decretada estão o presidente da Transwolff, Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora. Ele foi

Alvo do MP, contador e mulher ganharam 640 vezes na loteria

Alvo de mandado de busca e apreensão, ontem, na Operação Fim da Linha, o contador João Muniz Leite, de 60 anos, é suspeito de envolvimento no esquema de lavagem de dinheiro da facção Primeiro Comando da Capital (PCC) pela empresa de ônibus UPBus.

Quando começou a ser investigado, em 2021, no âmbito da Operação Ataraxia, do Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (Denarc), Muniz era suspeito de ter amealhado 55 prêmios na loteria. Ao ser ouvido pelos policiais, meses depois, ele admitiu ter ganhado 250 vezes nas mais diversas loterias, conforme revelou o **Estadão** em fevereiro. Mas o número não para de crescer. Desta vez, dados trazidos à investigação pela Polícia Federal mostram que ele e a mulher, Aleksandra Silveira Andriani, ganharam, juntos, 640 vezes em sorteios como Lotofácil, Mega Sena e Quina.

VALORES. No caso de Aleksandra, foram 462 prêmios, entre 18 de dezembro de 2020 e 25 de novembro de 2021, recebendo R$ 2,45 milhões – após ter apostado R$ 2,14 milhões. Já o marido, no período de 3 de janeiro de 2019 a 17 de abril de

detido em casa. Trata-se de um personagem conhecido da polícia e da política paulistana. Atua no setor há quase três décadas, desde o aparecimento dos perueiros clandestinos na capital, em meados dos anos 1990. Ele teria como aliado na empresa Róbson Flares Lopes Pontes, que também teve a prisão decretada. O contador Joelson Santos da Silva também foi alvo de mandado de prisão e foi detido em casa.

Em outra frente, a Receita abriu 21 fiscalizações contra empresários e firmas investigados na Fim da Linha. De acordo com auditores do Fisco, os alvos das fiscalizações têm patrimônio total de R$ 148 milhões e movimentaram, entre os anos de 2020 e 2022, R$ 732 milhões. Os auditores da Receita apontaram que as empresas sob investigação distribuíam dividendos milionários a seus sócios, mesmo quando as companhias registravam prejuízos (*mais informações na pág. A8*).

CONTADOR. Um outro personagem chamou atenção dos investigadores. O contador João Muniz Leite foi um dos alvos de busca e apreensão, ontem – ele é suspeito de ser um dos personagens centrais na montagem do esquema de lavagem de dinheiro do PCC por meio de uma das empresas de ônibus sob investigação.

Muniz já prestou serviços para Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O contador chegou a ser ouvido como testemunha durante a Operação Lava Jato, no processo do caso do triplex do Guarujá, pelo então juiz Sérgio Moro. A defesa de Lulinha sustenta que o filho do presidente nunca foi atingido pelas apurações que miram Muniz (*mais informações nesta página*).

MOVIMENTAÇÕES. O objetivo da organização criminosa montada por meio das empresas do setor de transporte público seria a lavagem do dinheiro do tráfico de drogas e de grandes roubos, como o de 770 quilos de ouro, ocorrido em 2021, no Aeroporto de Guarulhos. A análise das movimentações financeiras dos investigados feita pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) levantou ainda a suspeita de sonegações fiscais em compras e vendas de imóveis, daí a inclusão de fiscais da Receita Federal na operação.

Os promotores obtiveram o bloqueio de bens até o limite de R$ 596 milhões para garantir o ressarcimento de prejuízos causados pela organização – valor equivalente ao faturamento da Transwolff em 2021. O sequestro atingiu bens de 28 empresas e 16 pessoas, além de 43 imóveis, uma aeronave, três lanchas e duas motonáuticas, tudo registrado no nome dos investigados.

Elas fariam, de acordo com a operação, parte de um cartel montado pelo crime organizado para se apossar do chamado Grupo Local de Distribuição, do sistema municipal de transportes, onde estão as empresas que atuam nos bairros da capital. Por isso, fiscais do Cade (que investiga cartéis) participaram da operação.

Laranjas
Investigação mostra que dinheiro passou por 'laranjas' e familiares de integrantes do PCC

Esse é o caso do lote 4, na zona leste da capital paulista, concedido à mais polêmica das empresas investigadas: a UPBus, controlada por integrantes da cúpula do PCC e seus parentes, segundo investigações. O mesmo aconteceu com os lotes 10 e 11, controlados pela Transwolff, a terceira maior empresa do setor na cidade, com 1.111 veículos rodando pelas ruas.

De acordo com as investigações, a Transwolff só conseguiu participar da licitação feita pela Prefeitura em 2015 em razão do aporte de R$ 54 milhões feito pela MJS participações Ltda., sob a forma de integralização do capital, dinheiro proveniente do tráfico de drogas. Ao colocar o dinheiro na empresa, o PCC, segundo os promotores, além de consolidar sua posição no setor, ainda lavava os recursos do crime.

NA MIRA. Ao todo, sete companhias estão na mira das investigações da polícia e do Ministério Público, conforme revelou o **Estadão** em fevereiro. Juntas, elas são responsáveis pelo transporte de 27,5% dos passageiros de ônibus da capital e receberam R$ 2 bilhões da Prefeitura só em 2023, sendo que três delas assinaram oito novos contratos e embolsaram R$ 860 milhões em repasses do sistema depois da abertura dos mais recentes inquéritos sobre a ação do PCC no setor. Esse é praticamente o mesmo valor pago pela Prefeitura só para a maior das sete investigadas, a Transwolff, em 2023: R$ 748 milhões.

AQUÁRIO. No caso da Transwolff, ela também foi escolhida pela Secretaria de Transportes para começar o programa do município que pretende substituir a frota de ônibus a diesel da cidade por veículos elétricos para cumprir a meta de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Em outubro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R$ 2,5 bilhões para o projeto de São Paulo. A empresa também é responsável por outro projeto da Prefeitura, o transporte hidroviário na represa Billings.

O início das operações chegou a ser anunciado, mas a Justiça proibiu, no fim do mês passado, que o prefeito Ricardo Nunes inaugurasse o ônibus aquático, após o Ministério Público do Estado apontar falta de estudos que garantam a segurança ambiental do projeto.

VÍTIMAS. Ao todo, os promotores do Gaeco reuniram 27 casos de vítimas do esquema que denunciaram à Justiça achaques, trapaças e ameaças, e sete ex-diretores expulsos das empresas nos últimos anos.

Segundo eles, seus companheiros impunham condições extremamente desfavoráveis aos antigos cooperados, que continuam na empresa, cobrando taxas extorsivas, apropriando-se dos repasses da Prefeitura aos donos de ônibus e pagando remunerações miseráveis a fim de forçá-los a entregar sua participação na empresa aos diretores, isto é, ao PCC. Para tanto, a facção usaria parentes e laranjas como acionistas. ●

2021, foi agraciado 178 vezes, auferindo R$ 17,5 milhões, depois de apostar R$ 381,6 mil.

Para a Receita Federal, os lucros obtidos pelo contador não são compatíveis com a receita bruta de suas empresas, mesmo que considerados os valores recebidos com a premiação das loterias.

A reportagem não conseguiu localizar o contador.

Muniz ficou conhecido por ter trabalhado para Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem também prestou serviços. De 11 de novembro de 2019 até 31 de julho de 2023, segundo dados da Junta Comercial de São Paulo, Lulinha manteve uma de suas empresas, a G4 Entretenimento e Tecnologia Digital Ltda., registrada no mesmo endereço do escritório de Muniz, na zona oeste da capital. Lulinha diz que as investigações sobre Muniz nunca o atingiram. ● M.G.

Prefeito intervém em empresas, após ordem da Justiça

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Nunes acata decisão após operação sobre empresas de ônibus

Por determinação judicial, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou ontem a intervenção nas empresas de ônibus Transwolff e UPBus em meio às suspeitas de que as companhias estariam sendo usadas para lavar dinheiro do tráfico de drogas.

A decisão cumpre ordem da Justiça, que pediu a intervenção direta na Transwolff e, no caso da UPBus, deu a opção de intervir na companhia ou entregar as suas linhas a outra operadora do sistema. O **Estadão** não conseguiu localizar os suspeitos na investigação.

As duas empresas passam a ser geridas por funcionários da SPTrans e por comitês formados por servidores da Controladoria-Geral do Município, da Procuradoria-Geral do Município e da Secretaria da Fazenda. Quem assume a Transwolff é o diretor de Planejamento de Transporte da SPTrans, Valdemar Gomes de Melo. O interventor da UPBus será o diretor de Operações da empresa municipal, Wagner Chagas Alves.

O decreto aponta que os comitês devem se pautar "estritamente de acordo com as determinações e estipulações contratuais, ficando, inclusive, responsáveis para requisitar os meios necessários para promoção de auditoria na empresa ora interditada".

SERVIÇO. Nunes disse que o serviço não será paralisado. "Não haverá nenhuma paralisação no transporte público de São Paulo. Os fornecedores vão receber, e os funcionários, também. Nada muda para os passageiros. O que muda é só a gestão das empresas."

As duas empresas juntas transportam em média 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo. São 15 milhões pela Transwolff e 1,68 milhão pela UPBus.

No caso da Transwolff, ela foi escolhida pela Secretaria de Transportes para começar o programa do município que pretende substituir a frota de ônibus a diesel da cidade por veículos elétricos para cumprir a meta de redução de emissões de gases de efeito estufa. Em outubro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R$ 2,5 bilhões para projeto de São Paulo. A empresa também é responsável por outro projeto da Prefeitura, o transporte hidroviário na represa Billings.

Comitês
Prefeitura escala servidores para cuidar de situação de empresas investigadas

Como mostrou o **Estadão**, as 1.ª e a 2.ª Varas de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital determinaram o afastamento de 15 acionistas da UPBus e seis da direção da Transwolff e da cooperativa Cooperpam. Eles são suspeitos de manterem ligações com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Entre os atingidos pela medida então os presidentes das duas empresas: Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora (Transwolff), e Ubiratan Antonio da Cunha (UPBus). No caso da UPBus, ainda foram alvo três parentes do traficante Anselmo Bachelli Santa Fausta, o Magrelo, assim como Alexandre Salles Brito. ● SAMUEL LIMA E M. G.

RECEITA MAPEIA 'HOLDINGS' DO PCC QUE GIRARAM R$ 732 MILHÕES. PÁG. A8

Marcelo Godoy *email: marcelo.godoy@estadao.com; twitter: @MarceloGodoy000*

A República ou narcoestado

Um espectro ronda o Brasil: o espectro do crime organizado. Trabalhadores, policiais, empresários, religiosos, ateus, brancos, negros ou índios têm vivido uma guerra ininterrupta ora franca ora disfarçada; uma guerra que sempre terminou pela derrota de uma das partes nesse conflito: o Estado ou a criminalidade organizada.

O acento deslocado aqui das lutas sociais para a paz e segurança pública não significa renúncia à civilização em defesa de soluções de força. Poder não se confunde com violência, como ensinava Hannah Arendt; ela só se estabelece onde o poder é fraco ou está em crise. É o que vivemos na Segurança Pública do País. O alerta agora vem da Operação Fim da Linha, executada ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e pela Receita Federal. Ela mostra o grau da captura do sistema público de transporte pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Foram cumpridos dezenas de mandados de busca e decretado bloqueio de bens até o limite de R$ 680 milhões, além de prisões.

Mas não deve parar por aí. Um esquema assim não se circunscreve à maior cidade do País. Ele se espraia como uma metástase pelo interior, por municípios sem estrutura para lidar com a sofisticação cada vez maior dos esquemas de fraudes e lavagem de dinheiro de organizações criminosas, que, evidentemente, não teriam se estabelecido sem a incompetência e a desídia de quem devia combatê-las ou simplesmente sem a corrupção de agentes públicos. Essa é a certeza compartilhada pelos promotores responsáveis pela operação: há ainda um longo caminho para desentocar do Legislativo e do Executivo os que foram corrompidos pelo dinheiro das organizações criminosas.

> ***Promotores apuram envolvimento de agentes públicos no megaesquema de lavagem de dinheiro***

A lição que Gaeco e Receita deixam aos adeptos do estilo Rambo de policiamento é a do fracasso de quem acha que vai derrotar o crime organizado na base da bala. O coronel José Vicente da Silva Filho usa o exemplo da comunidade do Jacarezinho, no Rio, ao tratar do fiasco dessa tática. "De 2007 a 2020 foram feitas ali 289 operações com 186 mortes. Não era para ter resolvido o problema de segurança nas primeiras ações?" A pergunta é pertinente. Ações como a Operação Escudo não arranharam a unha do PCC.

Normalmente, truculência da polícia só encarece o acerto e a venda de segurança privada. Os suspeitos de sempre são baleados pelo populismo policial, que só interessa aos deputados policiais e aos que aplaudem a barbárie como se estivessem no coliseu romano. Não faltará bandido pé de chinelo para substituir os mortos. Enquanto isso, o crime se enriquece nas barbas de políticos que, atrás dos tiros, enxergam apenas votos. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

(IN)**SEGURANÇA PÚBLICA :** OPERAÇÃO FIM DA LINHA

Receita mapeia 'holdings' do PCC que giraram R$ 732 milhões com revenda de bens de luxo

Segundo auditores, empresas negociavam imóveis e veículos e distribuíam dividendos entre os sócios para 'esquentar' dinheiro

PEPITA ORTEGA
FAUSTO MACEDO

A Receita Federal abriu ontem fiscalizações contra empresários e pessoas jurídicas investigados na Operação Fim da Linha, apuração sobre lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) via empresas de ônibus que mantêm contratos com a Prefeitura de São Paulo. Segundo o Fisco, os alvos das fiscalizações têm patrimônio total de R$ 148 milhões e movimentaram, entre 2020 e 2022, R$ 732 milhões em suas contas. Os auditores que vasculham os ativos ocultos da quadrilha estimam que serão lavrados autos de infração de R$ 200 milhões contra os investigados.

Ao longo do inquérito – cuja fase ostensiva foi aberta ontem, com a prisão de quatro investigados e buscas em 52 endereços –, a Receita identificou os métodos que teriam sido usados pela quadrilha para a lavagem de dinheiro do PCC: "integralizações de capital social de empresas com valores sem origem lícita, movimentações financeiras atípicas e distribuições de lucro desordenadas e sem lastro financeiro".

RECEITA FEDERAL

Um dos imóveis alvo da operação; Fisco rastreou transações de compra e venda de bens de alto padrão

> **'Ocultadores profissionais'**
>
> **R$ 200 mi é o valor dos autos de infração que serão lavrados contra os investigados, diz o Fisco**
>
> **R$ 14,8 mi foram repassados em dividendos por empresa que registrou prejuízo de R$ 5 milhões**

Os auditores apontam, por exemplo, que as empresas sob investigação na Operação Fim da Linha distribuíam dividendos milionários a seus sócios, mesmo quando as companhias registravam prejuízos. Em um dos casos, a empresa teve um prejuízo de R$ 5 milhões entre os anos de 2015 e 2022, e, ainda assim, no mesmo período, distribuiu R$ 14,8 milhões em dividendos para um de seus sócios.

"A distribuição de dividendos, além de 'esquentar' o dinheiro ilícito, possibilitava o não pagamento de tributos pelos beneficiários, uma vez que esse tipo de rendimento é isento de imposto de renda", afirmaram os auditores que integram a investigação.

IMÓVEIS. O Fisco identificou várias operações de compra e venda de imóveis de alto padrão e de outros bens de luxo em uma "complexa rede de holdings, empresas de participação e revendedoras de veículos de propriedade de terceiros relacionados aos contribuintes investigados". De acordo com a Receita, essa rede é integrada por "ocultadores profissionais de bens".

Entre os bens revendidos por uma dessas empresas está o helicóptero, usado em 2018, para transportar os líderes do PCC Rogério Jeremias de Simone, o "Gegê do Mangue", e Fabiano Alves de Souza, o "Paca" – logo em seguida, os dois foram mortos a tiros por integrantes da mesma organização criminosa, em Fortaleza (CE). Também foi intermediada a venda do apartamento da mulher de um traficante internacional.

Ainda chamou atenção dos investigadores uma revendedora de veículos de luxo que fazia operações de compra e venda sem registrar o real proprietário dos carros.

LICITAÇÕES. O esquemas ainda contava com a participação de "experientes contadores", responsáveis por viabilizar os "complexos métodos" de lavagem de dinheiro. Eles também estão entre os alvos da ofensiva aberta na manhã de ontem.

Ainda de acordo com o Fisco, uma das empresas realizou compensações tributárias fraudulentas de pelo menos R$ 25 milhões em débitos de impostos federais. Após tal procedimento, a companhia podia emitir Certidões Negativas de Débitos, documento necessário para que ela participasse de licitações. ●

> **Promotoria apreende fuzis, submetralhadora, pistolas e revólver**
>
> **Durante as diligências da Operação Fim da Linha, a Polícia Militar e o Ministério Público de São Paulo apreenderam dois fuzis, uma submetralhadora, duas pistolas e um revólver.**
>
> **Houve diligências na capital e nas cidades de Barueri, Cotia, Mauá, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itaquaquecetuba, Guarujá, Itu, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo e São José dos Campos. ● P.O.**

NOTAS E INFORMAÇÕES

Goleada da razão

Por 11 a 0, Supremo Tribunal Federal enterra a falácia golpista de que o Exército é 'poder moderador'

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por 11 votos a 0 que o célebre art. 142 da Constituição não autoriza a interpretação segundo a qual as Forças Armadas seriam uma espécie de "poder moderador" no Brasil. "Superdimensionar o papel das Forças Armadas, permitindo que estas atuem acima dos Poderes, é leitura da Constituição de 1988 que a contradiz e a subverte por inteiro, por atingir seus pilares: o regime democrático e a separação de Poderes", afirmou o ministro Dias Toffoli no derradeiro voto que, anteontem, firmou o entendimento unânime da Corte.

A votação acachapante selou o fim definitivo de uma "tese", por assim dizer, absolutamente delinquente. A despeito disso, é forçoso dizer que o STF apenas reconheceu uma obviedade que já era sobejamente conhecida por todos há mais 35 anos.

O art. 142, convém lembrar, diz o seguinte: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Os constituintes originários – em particular seus redatores, os então senadores Fernando Henrique Cardoso e José Richa – jamais conceberam o art. 142 como uma brecha para que os militares pudessem intervir na vida política nacional à guisa de arbitrar eventuais conflitos entre os Poderes da República. Em entrevista concedida a este jornal em julho de 2020, FHC foi enfático ao afirmar que aquele dispositivo constitucional "não tem nada a ver com intervenção militar". Nunca teve.

Esse entendimento era pacífico até pouquíssimo tempo atrás. Primeiro, pela própria clareza do texto, que não dá margem para interpretações esdrúxulas de cunho golpista. Segundo, porque seria no mínimo ridículo imaginar que a Constituição contivesse entre seus dispositivos uma espécie de mecanismo de autodestruição – pois é disso que se trata quando se defende a possibilidade de uma intervenção militar em questões próprias da vida civil: a morte da Lei Maior e, a reboque, do Estado Democrático de Direito.

Essa exegese maliciosa do art. 142 só ganhou tração a partir do momento em que Jair Bolsonaro e seus apoiadores radicais passaram a disseminá-la a fim de defender a possibilidade de contenção dos "excessos" do STF pela via de uma "intervenção constitucional das Forças Armadas" na Corte – um golpe de Estado, em português franco.

Não se espera que os extremistas reconheçam e aceitem pacificamente a decisão do Supremo, pois extremistas são. Mas a unanimidade dos votos dos ministros – inclusive daqueles indicados por Bolsonaro – precisa servir para que o País, enfim, se desvencilhe de mais essa armadilha montada pelo bolsonarismo. E, principalmente, que os militares recalcitrantes entendam o que a Constituição realmente espera deles e, afinal, se resignem com a democracia.●

Redes sociais

Moraes vê 'má-fé' e nega pedido do X; Musk diz que ministro possui 'Lula na coleira'

Embate entre bilionário e magistrado do STF se mantém; Lira cria grupo de trabalho e relator de PL das Fake News deve ser mudado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem o pedido do X no Brasil para ser isentado no caso de descumprimento de ordens judiciais. Os representantes legais da empresa tentaram se antecipar a possíveis sanções e disseram ao STF que não têm poder de decisão sobre as notificações da Justiça. Eles alegaram que se limitam a encaminhar os ofícios das autoridades às sedes nos Estados Unidos e na Irlanda, que, segundo o documento, teriam a palavra final sobre as determinações judiciais.

Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes afirma que o escritório é um "elo indispensável" para a operação da plataforma no Brasil, mas busca se "eximir de qualquer responsabilidade" sobre as ordens do STF. Ele ainda afirmou ainda que o pedido "revela certo cinismo" e "beira a litigância de má-fé".

Desde o último sábado, o empresário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), tem feito críticas pesadas a Moraes por causa da suspensão de alguns perfis na rede. Musk passou a ser alvo de investigações da Polícia Federal (PF) por ordem do ministro do Supremo.

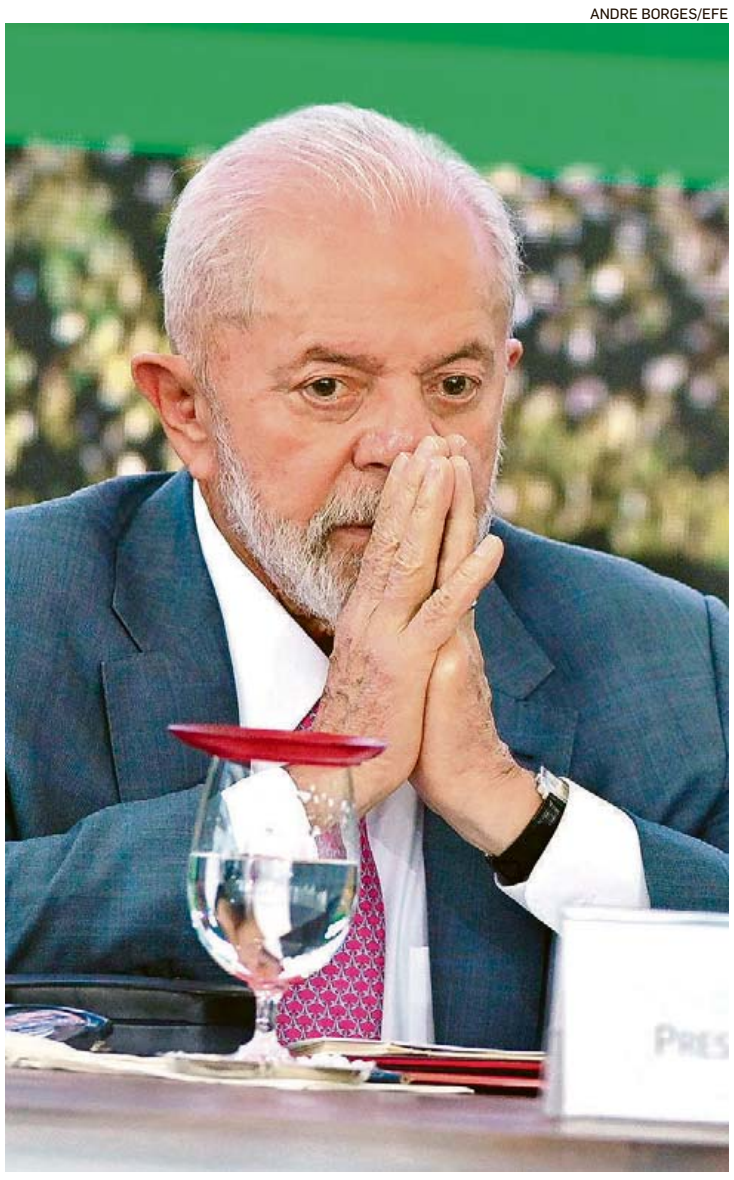
Após publicações afirmando que Moraes deveria "renunciar ou sofrer um impeachment" e pedir um "debate aberto" sobre o assunto, Musk incluiu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sua artilharia. Ela se referiu a Moraes como "ditador do Brasil" e afirmou que o ministro do Supremo possui "Lula na coleira". Em solenidade ontem em Brasília, o petista deu indiretas para o dono do X (*mais informações nesta página*).

GRUPO. O embate de Musk com autoridades brasileiras tem alimentado o cenário de polarização política no País. E também a discussão sobre a necessidade de regulamentação das plataformas digitais. Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), confirmou que vai criar um grupo de trabalho na Casa para discutir fake news e regulamentação das redes sociais. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) será retirado da relatoria do tema. A avaliação é de que o projeto de lei relatado pelo parlamentar está "contaminado" e, por isso, ele perdeu as condições de liderar o debate.

De acordo com Lira, o grupo de trabalho deve ter duração de 30 a 45 dias, para que o texto fique "mais maduro" e sem disputas políticas e ideológicas antes de ir a plenário. "O texto foi polemizado", afirmou. "Teve os problemas da agência reguladora, de todas as versões feitas e praticadas pelas redes sociais com relação à falta de liberdade de expressão, à censura. Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não tem apoio. Não é questão de governo e oposição", emendou.

Ontem, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara aprovou uma moção de aplauso e louvor a Musk. O requerimento afirma que o empresário faz jus à homenagem por "expor e enfrentar a censura política e infundada" a usuários da plataforma. ● RAYSSA MOTTA, PEPITA ORTEGA, FAUSTO MACEDO E IANDER PORCELLA

ANDRE BORGES/EFE



Lula ao lançar projeto de redução de danos ambientais na Amazônia

"Teve os problemas da agência reguladora, de todas as versões feitas e praticadas pelas redes sociais com relação à falta de liberdade de expressão, à censura. Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não tem apoio"

Arthur Lira (PP-AL)
Presidente da Câmara, sobre o PL das Fake News

Bilionário tem de 'ajudar a preservar' o meio ambiente, afirma petista

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou ontem que os países desenvolvidos deem suporte ao financiamento para a preservação de florestas. Sem citar nominalmente Elon Musk, dono do X, Lula disse que o bilionário terá que usar o dinheiro para "ajudar a preservar" o meio ambiente.

"Hoje nós temos gente que não acredita que o desmatamento e as queimadas prejudicam o planeta Terra", disse, em evento de lançamento de um programa de redução do desmatamento e incêndios florestais na Amazônia.

"Tem até bilionário tentando fazer foguete, tentando fazer viagem para ver se encontra espaço lá fora, não tem. Ele vai ter que aprender a viver aqui, ele vai ter que usar muito do dinheiro que ele tem para ajudar a preservar isso aqui." ● SOFIA AGUIAR

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Sérgio Moro com a mulher, a deputada Rosangela Moro (União Brasil-PR), em Brasília; o senador foi absolvido pelo TRE do Paraná

Justiça Eleitoral

TRE rejeita tese de 'abuso de poder econômico' e livra Moro de cassação

Placar na Corte fica em 5 a 2 contra a acusação movida por PT e PL; processo deve ser levado para o TSE em grau de recurso

PEPITA ORTEGA

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) formou maioria ontem para rejeitar o pedido de cassação do senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) por abuso de poder econômico e caixa 2 nas eleições de 2022. O placar final ficou em 5 a 2 para rechaçar as ações movidas pelo PL e o PT contra o ex-juiz da Operação Lava Jato. O caso ainda deve ser levado para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em grau de recurso.

O julgamento foi concluído com o voto do presidente do TRE-PR, Sigurd Roberto Bengtsson, que também concluiu pela improcedência das ações, fechando o placar favorável ao senador.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná estima que, na hipótese de recursos, os autos sejam remetidos à Corte superior em maio. No TSE, a vida de Moro deve ficar mais complicada. Nessa instância, por exemplo, foi cassado o ex-deputado Deltan Dallagnol – ex-chefe da força-tarefa da Operação Lava Jato e aliado do senador.

PRECEDENTE. A sessão de ontem em Curitiba começou com o voto do desembargador Julio Jacob Junior. Sua avaliação é a de que o precedente da senadora Selma Arruda (cassada), sobre a moderação do uso de recursos na pré-campanha, pode ser aplicado ao caso do ex-juiz da Lava Jato.

O magistrado considerou que o caso envolve gastos "muito longe" dos despendidos pelo chamado "candidato médio'. Em seu avaliação, Moro teve acesso "indistinto" a recursos para recuperar sua imagem "abalada" perante os eleitores do Paraná, considerando a pré-candidatura ao Senado por São Paulo – que acabou frustrada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado.

> **Último voto**
> **O julgamento foi concluído com o voto, favorável a Moro, do presidente do TRE-PR, Sigurd Roberto Bengtsson**

"A quebra da igualdade advinda do abuso do poder econômico se mostra gravosa a ponto de se configurar razão para a procedência da ação não apenas pelo uso de recursos, mas pela impossibilidade de acesso dos demais pré-candidatos a verbas idênticas", anotou.

Na avaliação do desembargador, o "vultoso volume de gastos" pelo União Brasil, após o indeferimento do domicílio eleitoral de Moro em São Paulo, é suficiente para a configuração do abuso de poder econômico já que as cifras ultrapassam o limite para as candidaturas ao Paraná. "O senador Sergio Moro é o cidadão que mais gastou dinheiro para a campanha do Senado. Ninguém chegou próximo ao gasto dele".

VOTO DECISIVO. O segundo a se manifestar na sessão de ontem foi o desembargador Anderson Ricardo Fogaça. Ele disse que todo o período de pré-campanha de Moro deve ser considerado para o cálculo do eventual abuso de poder econômico, exceto as despesas não direcionadas ao senador e aquelas sem provas de conversão em ganho para o parlamentar.

"A análise do abuso não deve se restringir ao cargo ocupado vez que há a possibilidade de que partidos políticos e candidatos se utilizem desse posicionamento como subterfúgio para o uso excessivo de recursos na pré-campanha, blindando-os de eventual abuso de poder econômico", ponderou.

Segundo o desembargador, há um "seguro quadro probatório" de que o Podemos e União Brasil gastaram mais de R$ 1,2 milhão em benefício da pré-campanha de Moro.

A avaliação é a de que as despesas não conduzem ao desequilíbrio do pleito. Assim, Anderson Ricardo Fogaça entendeu que não restou configurado abuso de poder econômico no caso de Moro. Com seu voto, o TRE formou o placar de 4 a 2 a favor de Moro, recusando as ações movidas pelo PT e pelo PL contra o senador.

PRÓXIMOS PASSOS. Há um embate sobre o prosseguimento ou não do processo, pelo menos do lado do PL, um dos partidos que entrou com uma ação pedindo a cassação do mandato de Moro (*mais informações nesta página*). Após o fim do julgamento, a decisão do TRE do Paraná será publicada no sistema virtual do TSE. A partir deste momento, tanto Moro quanto PL e Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV), partes envolvidas no processo, poderão recorrer do resultado na Corte.

Se pelo menos uma das partes seguir com o recurso na Corte, será realizado um sorteio para definir o relator do processo no TSE. Em seguida, a Procuradoria-Geral Eleitoral deverá emitir um parecer sobre o caso.

Assim como o tribunal regional, o TSE é formado por sete ministros. O presidente da Corte superior é o ministro Alexandre de Moraes, que terá o seu mandato encerrado em junho deste ano. ● COLABORARAM KARINA FERREIRA E GABRIEL DE SOUSA

Advogado do PL contraria orientação de Bolsonaro e reitera recurso ao TSE

O advogado Bruno Cristaldi, um dos responsáveis pela ação do PL que pede a cassação do mandato de Sérgio Moro (União Brasil-PR), afirmou ontem que a equipe jurídica do partido não tem nenhuma orientação sobre deixar de recorrer no caso, diante da absolvição do senador pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).

Questionado sobre a orientação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para que o caso não vá para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instância superior onde cabe recurso, ele afirmou: "Nunca chegou absolutamente nada nesse sentido".

DESGASTE. Anteontem, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que seu pai pediu ao PL para não recorrer ao TSE se Moro for absolvido. Conforme mostrou a *Coluna do Estadão*, a avaliação é que o desgaste político pelo fato de o PL estar associado ao PT no processo é mais danoso que as desavenças antigas com Moro. As ações foram apresentadas ao TRE de forma conjunta pelo PL e pela Federação Brasil da Esperança, composta por PT, PCdoB e PV.

Cristaldi disse ao **Estadão** ontem que "o processo segue até o final", reafirmando a posição que ele e o advogado do PT, Luiz Eduardo Peccinin, expuseram na última semana: de que as chances de não recorrerem são praticamente nulas.

Procurado pela reportagem do **Estadão**, o deputado federal e presidente do PL no Paraná, Fernando Giacobo, não havia respondido até a noite de ontem. ● K. F.

WILSON PEDROSA/FOTOS PUBLICAS

Desembargadores Julio Jacob Junior e Luciano Carrasco no TRE-PR

São Paulo

Valéria Bolsonaro assume secretaria da gestão Tarcísio

Deputada é mulher de primo de Bolsonaro; escolha é vista como gesto do governador para se manter próximo do padrinho político

KARINA FERREIRA

A deputada estadual Valéria Bolsonaro (PL-SP) foi nomeada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) para comandar a Secretaria de Políticas para a Mulher. A indicação foi publicada ontem no *Diário Oficial* do Estado. A escolha de Tarcísio pela deputada bolsonarista é vista como um gesto para manter a proximidade com o padrinho político, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e também o alinhamento com a direita e o PL.

A nomeação de Valéria – que é mulher de um primo de Bolsonaro – ocorre após Sonaira Fernandes deixar a pasta. Recém-filiada ao PL, a vereadora evangélica foi exonerada na sexta-feira passada para disputar o pleito de outubro. Ela pode tentar novamente uma cadeira na Câmara Municipal ou ainda ser vice na chapa do prefeito Ricardo Nunes (MDB), com apoio de Tarcísio.

No X (antigo Twitter), Valéria disse que aceitou o convite do governador para continuar o legado de Sonaira. "Agradeço a confiança, reiterando todo empenho e amor para atuar por políticas públicas às mulheres do nosso Estado", publicou ela, ontem.

Valéria é casada com Luis Oscar Bolsonaro, primo de segundo grau do ex-presidente. Em 2022, após Bolsonaro perder a eleição, ela se posicionou sobre um documento do PL que pedia a anulação de votos e afirmava que Bolsonaro havia obtido 51% dos votos no segundo turno da disputa. A deputada afirmou, na época, não ter "medo de novas eleições", mas, sim, de "falta de transparência e de lisura".

A nomeação é considerada um aceno de Tarcísio ao padrinho político. O governador já disse que o candidato que Bolsonaro escolher para apoiar, ou em suas palavras, que for "ungido" pelo ex-presidente, vai ser competitivo na eleição presidencial de 2026. Ele é um dos possíveis candidatos a herdar o capital político de Bolsonaro e se lançar para a corrida ao Executivo federal. O ex-presidente está inelegível até 2030, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Troca
Valéria Bolsonaro substitui Sonaira Fernandes, que foi exonerada para disputar as eleições de outubro

PAUTAS. Na Assembleia Legislativa, Valéria presidiu a Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres. No último dia 18, um evento proposto por ela na Casa prestou homenagem às "mulheres patriotas, que transformam o Brasil e as causas femininas, que não têm partido e ideologia".

Em seu segundo mandato na Alesp, a agora secretária da gestão Tarcísio apresentou ou foi coautora de projetos de lei sobre pautas caras à direita, como o que proíbe o que chama de "ideologia de gênero" nas escolas públicas e privadas de São Paulo.

Outro projeto que encampou com outros 15 deputados bolsonaristas foi para a proibição da exigência de apresentação do cartão de vacinação contra a covid-19 no Estado. ●

Bahia

MST anuncia 'ocupação' em fazenda 'improdutiva'

O Movimento dos Sem Terra (MST) informou, em seu site, que cerca de 400 famílias do grupo "ocuparam" uma fazenda em Itabela, no extremo sul da Bahia. Segundo o MST, a área é improdutiva. O ato faz parte da Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária, em repúdio ao massacre de Eldorado dos Carajás.

A área invadida é da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), do Ministério da Agricultura, e, portanto, do governo federal. Na nota, o MST diz que reivindica a área para a reforma agrária.

O governo Lula vai anunciar, na segunda-feira, a "prateleira de terras" improdutivas e devolutas para destinar à reforma agrária, segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. O anúncio ocorre durante o Abril Vermelho, como tentativa de frear invasões. ● ISADORA DUARTE

Jogo de força

França ameaça com sanções e Turquia limita exportação de produtos a Israel

Pressão internacional sobre governo israelense aumenta, com franceses pedindo entrada de mais ajuda humanitária no enclave e turcos exigindo cessar-fogo imediato

PARIS

A pressão sobre Israel aumentou ontem, após a França ameaçar impor sanções e a Turquia declarar a suspensão das exportações de vários produtos para o país. Na semana passada, o presidente dos EUA, Joe Biden, havia pedido uma mudança na abordagem israelense no conflito. Ontem, Biden renovou sua pressão sobre o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu, dizendo que ele está cometendo um erro em Gaza e fez um apelo urgente para que Israel aceite um cessar-fogo.

O chanceler da França, Stéphane Séjourné, sinalizou que Paris poderia punir Israel para forçar o país a permitir a entrada de mais ajuda humanitária na Faixa de Gaza. "Sanções permitiriam que a ajuda humanitária atravesse os postos de controle", disse Séjourné, lembrando que foi a França o primeiro país da União Europeia a propor sanções aos colonos israelenses na Cisjordânia.

A preocupação da França é com a ameaça de fome generalizada. Segundo relatório da ONU, o número de desnutridos quase duplicou desde dezembro em Gaza. Israel afirma que não está bloqueando a entrada de ajuda humanitária e culpa as ONGs e o Hamas por falta de organização.

Já o governo turco saiu do campo da retórica e restringiu a exportação de produtos israelenses de 54 categorias diferentes até que um cessar-fogo seja declarado em Gaza. Segundo o Ministério do Comércio da Turquia, as restrições incluem ferro, aço e equipamentos de construção. A Turquia exportou para Israel US$ 5,4 bilhões em 2023, 2,1% de suas exportações totais.

O anúncio ocorre após Israel negar o pedido turco para enviar ajuda humanitária para o enclave palestino pela via aérea. Diversos países do Ocidente como EUA, França e Espanha já fazem isso desde o mês passado. Israel respondeu, dizendo que vai boicotar produtos turcos e pedir aos EUA que façam o mesmo.

FATIMA SHBAIR/AP–8/4/2024

Palestinos voltam a Khan Yunis após semanas de bombardeios de Israel: destruição na Faixa de Gaza

Boicote
Turquia exportou para Israel US$ 5,4 bilhões em 2023, 2,1% de suas exportações totais

Enquanto isso, as negociações para um cessar-fogo continuam no Cairo. O Hamas informou ontem que está examinando uma proposta de trégua de várias semanas em Gaza e a libertação de reféns israelenses em troca de prisioneiros palestinos, apesar da rejeição de algumas de suas exigências.

Após seis meses de conflito, os mediadores de Catar, Egito e EUA apresentaram uma proposta de trégua temporária em três etapas. A primeira contempla um cessar-fogo de seis semanas para permitir a troca de reféns em poder do Hamas por prisioneiros palestinos em Israel.

ACORDO. A trégua seria de seis semanas e os reféns libertados seriam mulheres e crianças israelenses que estão com o Hamas, em troca de até 900 prisioneiros palestinos. O acordo permitiria ainda o retorno dos civis deslocados ao norte de Gaza e a entrada de 500 caminhões de ajuda por dia no território.

No fim de semana passado, quando a guerra completou seis meses, Israel anunciou que retirou suas forças da cidade de Khan Yunis, para permitir o descanso dos soldados e preparar a próxima fase da guerra, que inclui uma incursão na cidade de Rafah.

Netanyahu afirmou, sem revelar qual é, que uma data já foi estabelecida para o ataque a Rafah, onde 1,5 milhão de palestinos deslocados pela guerra estão aglomerados. Potências estrangeiras e organizações humanitárias pedem que Israel desista da operação, pois temem um grande número de civis mortos.

Netanyahu e seus comandantes, no entanto, insistem que o local é o último reduto do Hamas em Gaza e uma ofensiva é necessária para completar a vitória contra o grupo.

A guerra começou no dia 7 de outubro, quando terroristas do Hamas invadiram o território israelense, mataram 1,2 mil pessoas e sequestraram 240. Após o ataque, o Exército israelense iniciou uma operação com bombardeios aéreos e invasão que deixou mais de 33 mil mortos, segundo o ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas. ● NYT e AFP

Irã arma Cisjordânia contra avanço israelense

NOVA YORK

O Irã está operando uma rota de contrabando pelo Oriente Médio, empregando agentes de inteligência, militantes e gangues criminosas para entregar armas aos palestinos na Cisjordânia, de acordo com autoridades dos EUA, de Israel e iranianas. O objetivo é desestabilizar Israel, inundando o território com o maior número possível de armas.

A operação secreta aumenta as preocupações de que Teerã esteja buscando transformar a Cisjordânia no próximo ponto de conflito, após o ataque israelense a um complexo da embaixada iraniana na Síria, que matou sete militares iranianos, incluindo membros da Guarda Revolucionária.

O jornal *The New York Times* entrevistou altos funcionários com conhecimento da estratégia do Irã para contrabandear armas para a Cisjordânia, incluindo israelenses, três iranianos e três americanos – que pediram anonimato.

Há muito tempo, Teerã fornece armas a militantes para atacar Israel em outras regiões, incluindo seus dois principais aliados palestinos na Faixa de Gaza: o Hamas e a Jihad Islâmica – ambos os grupos também operam na Cisjordânia.

MUDANÇA. Afshon Ostovar, professor da Escola Naval e especialista no Exército do Irã, explicou que o país se concentra na Cisjordânia porque entende que o acesso a Gaza será limitado num futuro próximo. "A Cisjordânia será a próxima fronteira e se tornará um problema tão grande, se não maior, do que Gaza", disse.

O Irã e seus aliados usam duas rotas principais para levar armas à Cisjordânia. À medida que elas cruzam as fronteiras, passam por gangues, militantes extremistas, soldados e agentes de inteligência.

Estratégia
Há muito tempo, Teerã fornece armas a militantes para atacar Israel em outras regiões

Em uma das rotas, militantes apoiados pelo Irã levam as armas da Síria para a Jordânia. A partir daí, elas são transferidas para contrabandistas beduínos, que levam as armas até a fronteira com Israel, onde são recolhidas por gangues e transportam para a Cisjordânia.

A segunda rota evita a Jordânia, levando as armas da Síria diretamente para o Líbano, disseram dois funcionários americanos. A partir daí, muitas das armas são contrabandeadas para Israel, onde gangues as recolhem e as transportam para a Cisjordânia.

A rota do Líbano é mais difícil, principalmente em razão da guerra em Gaza, porque a fronteira em que o Hezbollah opera é mais patrulhada, segundo Matthew Levitt, diretor do programa de contraterrorismo do Washington Institute for Near East Policy. ● NYT

Ditadura chavista

Ex-vice-presidente é preso por traição e corrupção na Venezuela

Tareck El Aissami foi ministro do Petróleo de Maduro e era ligado ao presidente Hugo Chávez, morto em 2013

CARACAS

O ex-ministro do Petróleo e ex-vice-presidente da Venezuela Tareck El Aissami foi preso ontem, acusado de traição e corrupção. A Procuradoria-Geral afirma que ele, que já foi um poderoso ministro de confiança do ditador Nicolás Maduro está envolvido em um esquema de desvio de dinheiro da estatal petroleira PDVSA.

Sua prisão foi anunciada pelo procurador-geral, Tarek William Saab, explicando que ele será acusado de cinco crimes, incluindo traição à pátria e lavagem de dinheiro. Outras duas pessoas foram presas: o ex-ministro da Economia e ex-presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento (Fonden) Simón Alejandro Zerpa e o empresário Samark José López.

EXEMPLO. Eles serão acusados dos crimes de "apropriação ou desvio de patrimônio público, ostentação ou valorização de relações ou influência". Segundo o procurador-geral, todos "receberão uma punição exemplar". Ele também divulgou um vídeo do momento da prisão: o ex-chefão do petróleo aparece algemado com camiseta e agasalho esportivo, escoltado por dois funcionários. Saab não disse onde o ex-ministro foi preso.

Segundo o procurador-geral, a prisão levou tempo devido às várias etapas da investigação. Ele ligou o ex-ministro a um esquema que envolvia a venda de petróleo venezuelano pela agência de supervisão de criptomoedas do país, em paralelo com a PDVSA.

Alvo de sanções dos EUA, Aissami, de 49 anos, também foi designado por Washington como chefe do narcotráfico, em 2017, em conexão com atividades nos seus cargos anteriores como ministro do Interior e governador. Ele foi vice-presidente de Maduro entre 2017 e 2018, e de seu antecessor, Hugo Chávez, morto em 2013.

QUEDA. Aissami havia assumido o cargo de ministro do Petróleo em 2020 para uma reestruturação em meio à pandemia. Entre as medidas, ele retomou operações com petroleiras estrangeiras, como a americana Chevron, aproveitando o momento em que os americanos começavam a relaxar as sanções impostas a Caracas.

No ano passado, contudo, foram reveladas as investigações que miravam a venda de petróleo por criptoativos, o que levou à renúncia de Aissami. Ao entregar o cargo, ele escreveu que apoiava o processo em nota publicada no dia 20 no X (antigo Twitter). Desde então, não foi mais visto em público, nem se manifestava nas redes sociais.

A procuradoria afirma que os acusados vendiam produtos da PDVSA abaixo do valor de mercado e desviavam recursos públicos, além de cobrar comissões e subornos. Na primeira etapa da investigação, há um ano, foram presos 61 funcionários, políticos e empresários venezuelanos.

MANOBRA. A venda de petróleo por meio de criptoativos foi uma aposta do governo para driblar as sanções financeiras impostas por Washington contra a Venezuela, que tem as maiores reservas de petróleo no mundo – 297 bilhões de barris.

O governo não disse quanto o Estado perdeu em resultado das transações obscuras. Mas documentos internos da PDVSA, obtidos pela agência Associated Press, mostram que a companhia estatal devia US$ 10,1 bilhões, em agosto de 2022, a 90 empresas, na sua maioria desconhecidas, que surgiram como grandes compradores de petróleo venezuelano desde que os EUA impuseram as sanções.

Outros US$ 13,3 bilhões (cerca de R$ 65 bilhões) eram devidos diretamente ao governo venezuelano, em resultado de uma manobra de contabilidade da PDVSA. ● EFE, AFP e AP

CORTESÍA MINISTERIO PÚBLICO DE VENEZUELA/EFE

Aissami durante sua prisão: esquema de corrupção na Venezuela

Alternativa
Venda de petróleo por meio de criptoativos foi aposta de Caracas para driblar sanções americanas

Maduro entrega a Corte em Haia documentos sobre Essequibo

A Venezuela apresentou à Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, documentos para defender a sua posse do Essequibo, território rico em petróleo localizado na Guiana, embora tenha reiterado que não reconhece a sua jurisdição para resolver a disputa.

O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, convidou o líder da Guiana, Irfaan Ali, a retomar as negociações. A Guiana pede que a CIJ ratifique um documento de 1899 que fixou as fronteiras atuais, enquanto a Venezuela reivindica o Acordo de Genebra, assinado em 1966 com o Reino Unido, antes da independência guianesa, que anulou esse texto e criou bases para uma solução negociada. ● AFP

Caso histórico

Pais de autor de chacina são sentenciados a até 15 anos de prisão

WASHINGTON

James e Jennifer Crumbley, os pais do atirador da escola de Oxford, no Estado de Michigan, nos EUA, foram sentenciados ontem a 15 anos de prisão. Ambos foram condenados por homicídio culposo em julgamentos separados. A decisão encerra um caso criminal histórico nos EUA, que se arrasta desde 2021, quando o filho do casal, um adolescente de 15 anos à época, levou uma arma para a escola e matou quatro estudantes.

Os promotores pediram que os Crumbley cumpram ao menos 10 anos de prisão cada um. Incapazes de pagar a fiança de US$ 1 milhão (R$ 5 milhões), eles aguardaram o julgamento na cadeia por mais de dois anos. Ethan Crumbley, o menor que cometeu o crime, foi julgado como adulto e condenado à prisão perpétua sem liberdade condicional no ano passado.

REAÇÃO. "Não vou fingir que entendo a dor que os pais estão sentindo, mas vi o que vocês viram e ouvi o que vocês ouviram. Essas condenações não tratam de erros de paternidade. Elas se referem a atos que poderiam ter parado um trem desgovernado", disse a juíza Cheryl Matthews. "Houve acesso irrestrito a uma arma e munição. Vocês glorificaram o uso dessas armas."

Nos dois julgamentos, os promotores acusaram o casal de ignorar os sinais de alerta sobre o perigo que Ethan representava. Eles foram apontados como negligentes por permitir que o menor tivesse uma arma, comprada apenas dias antes do crime. Os pais foram considerados culpados de quatro acusações de homicídio culposo, uma para cada estudante que Ethan assassinou.

"Estou aqui hoje não para pedir o seu perdão, porque sei que pode estar além do alcance, mas para expressar minhas mais sinceras desculpas pela dor que foi causada", disse Jennifer no tribunal, dirigindo-se aos parentes dos estudantes mortos pelo filho.

"Não consigo expressar o quanto desejo que pudesse saber o que estava acontecendo com ele ou o que iria acontecer, porque eu teria feito muitas coisas de forma diferente" disse James, o pai. ● AP e EFE

Estados Unidos

Suprema Corte do Arizona reativa lei de 1864 que bane quase totalmente o aborto no Estado

A Suprema Corte do Estado do Arizona, nos EUA, reativou ontem uma lei de 1864 que proíbe o aborto em praticamente todos os casos. A lei só não criminaliza casos de aborto quando a vida da mãe está em risco. O texto não inclui exceções para estupros ou outros riscos, como malformação do feto. ●

Equador

Lula liga para López Obrador e diz que invasão da embaixada no Equador é 'grave ruptura'

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que considera a invasão da Embaixada do México no Equador "uma grave ruptura" do direito internacional. Lula telefonou para o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, e "manifestou solidariedade" ao governo do aliado político. ●

Colômbia

Ministério Público julgará ex-presidente Uribe por suborno de testemunhas e fraude processual

O Ministério Público da Colômbia convocou ontem o ex-presidente Álvaro Uribe Vélez para ser julgado pelos crimes de suborno de testemunhas e fraude processual, o que o tornaria o primeiro ex-chefe de Estado colombiano na história a se sentar no banco dos réus. ●

Vigilância sanitária

Governo reduziu em 58% gasto com campanhas contra dengue em 2023

Despesa com ações de comunicação caiu de R$ 31,6 milhões para R$ 13,6 milhões; ministério diz que ampliou campanhas em 2024 e realizou ações de prevenção em 2023

FABIANA CAMBRICOLI

O governo Lula reduziu em 58,5% o valor gasto com campanhas de comunicação para prevenção e conscientização sobre a dengue no ano passado, mesmo com diversos alertas de que a epidemia de 2024 poderia alcançar um número recorde de casos e a prevenção deveria ser intensificada antes da chegada do verão. Em 2023, o Ministério da Saúde gastou R$ 13,1 milhões com campanhas de combate a dengue e outras arboviroses.

Em 2022, último ano de Jair Bolsonaro, os mesmos gastos haviam somado R$ 31,6 milhões, já em valores corrigidos pelo IPCA, índice oficial de inflação do País. Procurado, o Ministério da Saúde afirmou que ampliou em 33% os gastos com campanhas de comunicação contra a dengue em 2024 e que, além das campanhas publicitárias, realizou diversas ações de prevenção em 2023.

O valor gasto com campanhas publicitárias contra a dengue no ano passado foi menor também que os investimentos feitos em 2021, quando o governo federal aplicou R$ 23,2 milhões nessas ações, e em 2020, quando foram gastos R$ 28,5 milhões (todos os valores foram corrigidos pela inflação). A redução desses gastos pelo governo federal foi revelada pelo site Poder360 e confirmada pelo **Estadão**, que também fez o levantamento e tabulação dos dados com base em informações do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom).

A análise mostra ainda que a Saúde gastou em 2023 mais com publicidade do programa Farmácia Popular (R$ 15,9 milhões) do que com campanhas de prevenção da dengue. A campanha de carnaval contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) teve investimento semelhante (R$ 12,9 milhões) ao valor gasto pela pasta no ano todo com campanhas contra a dengue.

Ainda de acordo com os dados do Sicom, o tema que recebeu maior investimento do Ministério da Saúde em verbas de comunicação em 2023 foi a campanha de multivacinação, ação priorizada pela gestão no ano passado para tentar reverter a queda das coberturas vacinais observadas no País nos últimos anos. Foram R$ 53,9 milhões aplicados nessa ação. Em seguida, com mais recursos, aparecem as campanhas de vacinação contra a covid-19 (R$ 33 milhões) e contra a gripe (R$ 20 milhões).

ALERTA. Desde 2023, autoridades sanitárias, inclusive o próprio Ministério da Saúde, já alertavam sobre o cenário preocupante que se desenhava para 2024 em relação à dengue. A Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), braço da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas Américas, emitiu um alerta epidemiológico em setembro sobre o aumento de casos de arboviroses na América Central e Caribe e recomendou aos países da América do Sul revisarem "planos de preparação e resposta" diante da ameaça de explosão de infecções com a chegada do calor. No mês seguinte, a OMS publicou documento alertando sobre os impactos do El Niño à saúde, incluindo o risco de aumento de casos de doenças como a dengue.

Ainda em outubro de 2023, os pesquisadores do Infodengue, iniciativa da Fiocruz, publicaram um relatório estimando a ocorrência de 2,2 milhões de casos da doença para 2024, o que já seria um recorde. Segundo as informações mais recentes do portal de arboviroses do ministério, o País já soma, em 2024, cerca de 3 milhões de casos.

Todos os alertas foram citados em uma nota informativa publicada pelo Ministério da Saúde em 14 de novembro. No documento, a pasta pontua ainda a reemergência do sorotipo 3 da dengue como fator de preocupação e diz que essa condição "torna o cenário epidemiológico ainda mais propício ao aumento da transmissão de dengue em 2024 e a possibilidade de uma epidemia de maiores proporções que as já documentadas na série histórica do País".

A IMPORTÂNCIA. Para especialistas, a redução dos gastos com campanhas de comunicação reduz a mobilização contra a doença antes do verão, facilitando a proliferação do mosquito transmissor *Aedes aegypti* e, consequentemente, o aumento do número de casos da doença. "Quando se reduzem os gastos com publicidade em relação ao tema dengue, consequentemente você vai ter efeitos negativos sobre o comportamento da epidemia, um deles é o relaxamento por parte da população no controle do vetor. Diminui também o compromisso do gestor no controle da doença, então as prefeituras terminam relaxando porque esse tema parece que não é importante", diz o infectologista Kleber Luz, coordenador do comitê de arboviroses da Sociedade Brasileira de Infectologia.

Para os especialistas, com os vários alertas emitidos no ano passado, as campanhas deveriam ter sido realizadas de forma mais precoce. "A gente tinha uma previsão de ter uma grande epidemia principalmente associada ao aumento da temperatura que veio com o El Niño e o próprio ministério já previa esse aumento. O interessante é que o investimento em comunicação seja feito no período interepidêmico, que vai de junho até o início de dezembro", diz Julio Croda, infectologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Mesma opinião tem Wanderson Oliveira, doutor em epidemiologia, professor universitário e ex-secretário de Vigilância do ministério. "As campanhas de prevenção têm de ser feitas antes de os casos aumentarem, para as pessoas se atentarem e se corresponsabilizarem pelas ações. Isso deve ser feito com antecedência, antes da sazonalidade." ●

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Em janeiro

Secretária tira férias, em meio à epidemia

Na epidemia, a ministra autorizou férias em janeiro para a secretária de combate à doença, Ethel Maciel, que esteve na Índia. O governo diz que as ações não foram prejudicadas.

Em 4 meses, ministério alega investimento superior a R$ 40 mi

Questionado, o Ministério da Saúde afirmou que "houve um reforço significativo nas campanhas de combate ao mosquito da dengue" em 2024, "com um investimento superior a R$ 40 milhões nos primeiros quatro meses do ano, representando um aumento de 33% em relação ao total investido em 2022. A previsão, diz a pasta, é que o gasto com campanhas contra a dengue neste ano chegue a R$ 58 milhões, com "veiculações programadas até janeiro de 2025".

A pasta não comentou especificamente os motivos da queda de gastos em 2023, mas disse que realizou outras ações de prevenção da doença no ano passado. "Ao longo do ano passado, foram realizados encontros com gestores municipais e estaduais para alertas sobre o possível aumento de casos, ocorreu a instalação da Sala Nacional de Situação, regularização dos estoques de insumos para o enfrentamento da doença, a primeira etapa da campanha nacional de combate ao mosquito e o repasse de R$ 256 milhões para reforço das ações de vigilância aos Estados e municípios", destacou o órgão, em nota.

A pasta diz que, já em 2024, ampliou os repasses em até R$ 1,5 bilhão para apoiar Estados e municípios em situação de emergência e coordenou, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde, o treinamento e a formação dos profissionais de saúde e dos agentes de combate às endemias, além de ações de comunicação. "O Ministério da Saúde também instalou o Centro de Operações de Emergência contra a dengue (COE Dengue) para coordenar, em conjunto com Estados e municípios, as estratégias de vigilância." ●

Visão dos especialistas

Gasto menor reduz a mobilização contra a doença e favorece proliferação do 'Aedes'

Saúde pública

Canabidiol será ofertado no SUS a partir de maio

Pedido de remédios gratuitos à base de cannabis está restrito na rede pública paulista a três condições de saúde

VICTÓRIA RIBEIRO

Está previsto para maio o início da distribuição de medicamentos à base de canabidiol pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de São Paulo, conforme anunciado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES). A medida ocorre mais de um ano após a promulgação da Lei 17.618, de 31 de janeiro de 2023, que havia estabelecido a distribuição gratuita desses medicamentos até o fim de abril do ano passado.

O canabidiol é um composto encontrado na planta da maconha (*Cannabis sativa*) e tem sido empregado na medicina para tratar síndromes raras, distúrbios neurológicos, entre outras condições.

De acordo com a pasta, os medicamentos serão ofertados para pacientes diagnosticados com síndrome de Dravet, síndrome de Lennox-Gasteau e complexo da esclerose tuberosa. As três condições são caracterizadas pela ocorrência de crises epilépticas e consideradas resistentes aos tratamentos convencionais.

Ao **Estadão**, a SES afirmou que a seleção das condições elegíveis para tratamento com o canabidiol foi realizada pela comissão de trabalho, que analisa as evidências clínicas do uso dessas substâncias para o tratamento dos pacientes. "Desde que foi implementado, o comitê tem promovido e participado de encontros e eventos para construir um sólido protocolo clínico. Após essa primeira etapa, o comitê segue avaliando a possibilidade da inclusão de novas patologias no rol de doenças que podem ser tratadas com esse tipo de medicação", disse a pasta em nota.

Prescrição
Médico deverá observar as exigências da Anvisa e assinar um termo de responsabilidade

COMO SERÁ. A distribuição seguirá a regulamentação da lei, que foi assinada em dezembro de 2023. De acordo com o texto, o fornecimento dos produtos, que deverão ter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ocorrerá mediante solicitação do paciente ou de seu representante legal, sujeita à avaliação da Secretaria de Saúde, conforme protocolos clínicos e normas técnicas estaduais. Serão recebidas e analisadas solicitações com indicação terapêutica em caráter ambulatorial acompanhadas de documentos e receituários preenchidos e assinados por médicos.

Na prescrição, o médico deverá observar as exigências da Anvisa e informar nome do paciente e do medicamento, nome do produto, posologia, quantitativo necessário, tempo de tratamento, data de emissão, seu nome, assinatura e CRM. O médico e o paciente (ou seu representante) deverão ainda preencher um termo de esclarecimento e responsabilidade sobre o uso do produto. O cadastro dos pacientes aptos a receber canabinoides pelo SUS terá validade de um ano e só é renovável mediante a apresentação de um novo laudo médico. ●

Minas

Prédio é interditado após estrondo e tremores

CORPO DE BOMBEIROS DE MINAS GERAIS

Um prédio de 16 andares foi totalmente evacuado e interditado pelo Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil de Montes Claros, em Minas Gerais. A ação foi tomada em função de um colapso apresentado na estrutura na segunda-feira. Os moradores notaram um estrondo seguido por um tremor e pequeno desabamento no local. ●

Peter Higgs

Aos 94, morre descobridor da 'partícula de Deus'

Peter Higgs, que previu a existência de uma nova partícula que veio a ser batizada com seu nome e desencadeou uma busca bilionária e mundial de meio século por ela, culminando com um Prêmio Nobel em 2013, morreu na segunda-feira em Edimburgo, na Escócia, aos 94 anos. A "partícula de Deus" é base de uma série de modelos sobre o Universo. ●

Segurança

Bandidos atacam 3 carros-fortes e agência bancária no interior de SP

Para a polícia, crimes são de autoria de uma só quadrilha; dois suspeitos foram presos e um, morto em troca de tiros com agentes

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Ataques com explosivos a um banco e três carros-fortes criaram anteontem um clima de terror em cidades do interior de São Paulo. Depois de assaltar uma agência bancária em São Pedro, na região de Piracicaba, os ladrões explodiram dois carros-fortes e levaram o dinheiro na Rodovia Washington Luís, em Cordeirópolis. Um terceiro blindado foi atacado na Rodovia Luiz de Queiroz. Na busca aos criminosos, um suspeito foi morto, dois foram presos e fuzis, munições e explosivos, além de veículos usados nos ataques, foram apreendidos pela polícia.

O ataque ao banco aconteceu por volta das 3h de segunda-feira, e as explosões acordaram os moradores da cidade, uma estância turística com 38 mil habitantes. Os criminosos chegaram em quatro veículos e bloquearam os acessos à agência do Banco do Brasil, no bairro Santa Cruz, próximo do centro da cidade. Na fuga, espalharam pregos retorcidos, conhecidos como miguelitos, pelas ruas para dificultar a perseguição e trocaram tiros com PMs. Ninguém ficou ferido.

Horas mais tarde, aconteceram os ataques aos carros-fortes. Dois deles foram abordados por ao menos dez criminosos armados com fuzis e metralhadora no km 157 da Rodovia Washington Luís, em Cordeirópolis, na mesma região.

POLÍCIA MILITAR

Dois dos carros-fortes atacados por ladrões: ações ocorreram em São Pedro, Cordeirópolis e Sorocaba

Os criminosos atiraram com fuzis para fazer os veículos pararem. Segundo a PM, o bando usava os mesmos carros empregados no assalto ao banco, em São Pedro. No início da noite, outro carro-forte foi atacado na Rodovia Luiz de Queiroz, em Piracicaba. Mesmo sob os tiros de fuzis, o veículo não parou, e o bando fugiu.

Um dos carros usados pelos criminosos foi furtado há duas semanas do deputado federal Da Cunha (PP-SP). O automóvel foi encontrado ontem abandonado em Analândia, a cerca de 70 km de São Pedro. Segundo a assessoria do deputado, o veículo, um Hyundai Santa Fé, foi furtado em 27 de março. A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP) detalhou que o furto ocorreu no Jardim Colina, zona sul da capital paulista.

AÇÃO POLICIAL. As Polícias Civil e Militar fizeram uma ação conjunta em busca da quadrilha. Uma das prisões ocorreu em um pedágio da Rodovia dos Bandeirantes, em Hortolândia. O suspeito que dirigia o carro transportava miguelitos semelhantes aos usados na ação em São Pedro. Na abordagem, a polícia identificou três endereços que teriam relação com a quadrilha. Em um deles, em Sumaré, houve troca de tiros com outro suspeito, que foi atingido e morreu.

> **Indícios**
> **Segundo a PM, nas ações contra carros-fortes bando usava mesmos carros vistos no assalto ao banco**

Foram apreendidos quatro fuzis, um rifle, 150 explosivos, mais de 500 cartuchos e munições, três malas com roupas e acessórios, como luvas e toucas tipo balaclava, kit drone e rádios comunicadores.

Na casa, os policiais também apreenderam R$ 110 mil em espécie. Em outro endereço, em Indaiatuba, outro suspeito dos ataques, um homem já procurado por assalto a carro-forte, segundo a SSP, se entregou aos policiais. No imóvel foi apreendida uma moto furtada em agosto do ano passado em Itu. "Logo após os ataques, imediatamente as forças policiais foram a campo para identificar e prender esses criminosos. Essas ações ultraviolentas do crime organizado não ficarão sem resposta", disse o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, segundo nota da pasta.

A SSP informou que as investigações continuam para identificação dos demais integrantes da organização criminosa responsável pelos ataques.

O Banco do Brasil informou, em nota, que colabora com as investigações da polícia e atua para regularizar o atendimento, em São Pedro, no menor tempo possível.

'FOI ASSUSTADOR'. Um homem de 67 anos, morador de Limeira, que trafegava com o filho pela Rodovia Washington Luís, descreveu momentos de medo e aflição. "Eu estava em sentido contrário e, quando vi a bagunça do outro lado, logo percebi que não era acidente. Pedi para meu filho encostar e nos abaixamos, pois os bandidos ainda estavam lá. Vi que um ônibus ficou preso no meio da confusão. Tinha carro incendiado do lado da pista. Foi assustador", disse ele, que pediu para não ser identificado. Ele conta que, assim que a polícia chegou, seguiu adiante com o filho.

A prefeitura de Cordeirópolis informou que um dos passageiros do ônibus que estava próximo do ataque aos carros-fortes na Washington Luís se assustou com as explosões e passou mal. Ele foi levado para uma unidade de saúde do município, recebeu atendimento e foi liberado.

Moradores e usuários de rodovias que estavam próximos dos locais dos ataques relatam momentos de pânico. O vigilante João Angelino da Silva, de 57 anos, estava de serviço em um restaurante a duas quadras do banco, em São Pedro, quando ouviu as explosões. "Foram três estrondos mais fortes e dois mais fracos. As vidraças balançaram, como se a terra estivesse tremendo. Depois ouvi o barulho dos tiros e já pensei em assalto, pois não é a primeira vez que acontece." Ao sair para a rua, ele chegou a ver um dos carros arrancando em alta velocidade.

3º ATAQUE. Este foi o terceiro ataque à mesma agência nos últimos anos. Em setembro de 2019, a agência de São Pedro foi assaltada com explosivos. Em março do ano anterior, homens armados invadiram o banco e usaram explosivos para roubar o cofre. O prédio da agência ficou destruído. ●

Interceptado pela FAB

Avião com cocaína se parte ao meio em pouso forçado

A Polícia Federal apreendeu ontem cerca de 400 quilos de cocaína que estavam em uma aeronave de pequeno modelo Cessna 182, matrícula PT-CPR, interceptada no município de Santa Cruz do Rio Pardo, interior de São Paulo.

A ação da PF ocorreu com o emprego de helicóptero da corporação e apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) e das Polícias Militares de São Paulo e do Paraná. Depois da abordagem, o piloto da aeronave sob suspeita tentou realizar um pouso de emergência, deixando o avião bastante danificado – partido ao meio.

Segundo a FAB, duas aeronaves de defesa aérea A-29 Super Tucano e o avião radar E-99 foram empregados na missão. Ao ingressar no espaço aéreo brasileiro, sem plano de voo, o avião passou a ser monitorado pelo Comando de Operações Aéreas (Comae) e pela PF.

O voo teria saído do Paraguai e tinha como destino o interior paulista, informou a PF. Segundo as investigações, a aeronave possivelmente é clonada, pois a verdadeira teria sido inutilizada em operação da PF na Terra Indígena Yanomami no mês de maio de 2023.

O piloto, habilitado desde 2021, foi preso em flagrante por tráfico internacional de drogas e encaminhado à Delegacia de Polícia Federal em Marília. Conforme o portal de notícias G1, o suspeito tentou fugir pela mata após o pouso forçado, mas foi localizado pelo helicóptero da PF. ●

De Mossoró até o Pará

Cão farejador achou fuzil em comboio de fugitivos

A recaptura de Deibson Nascimento e Rogério Silva Mendonça, fugitivos que passaram 50 dias sendo procurados após escapar da Penitenciária Federal de Mossoró, uniu trabalhos de diversas forças de segurança. Entre agentes das Polícias Federal, Rodoviária, Civil e Militar, Zyah Breckrock, o cão mais experiente do Grupamento de Operações com Cães (GOC) da Guarda Municipal de Marabá, no Pará, teve participação ativa.

O cão localizou em menos de três minutos, no sábado, um fuzil 5.56 em um dos carros utilizados pelos fugitivos. Além da arma, dois carregadores e 55 munições também foram apreendidas no veículo. Zyah é um pastor belga malinois de 10 anos e foi o primeiro animal a integrar o GOC em Marabá. Ele é especialista em detecção de armas, drogas e desaparecidos. ● RARIANE COSTA

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 09/04

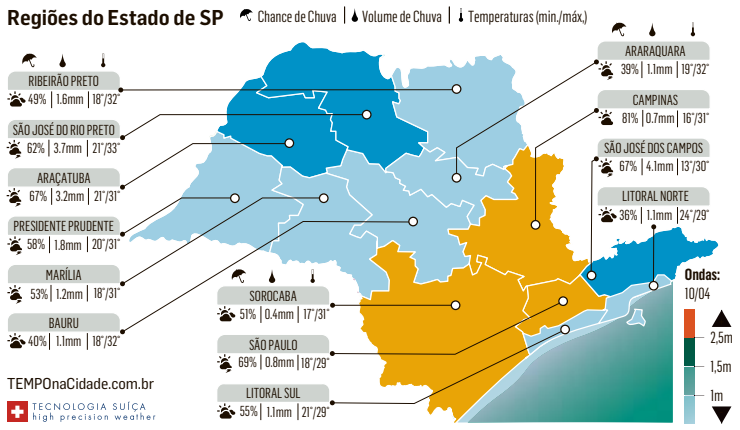
HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
0% 23°	20% 27°	30% 22°	1MM	50 a 90%	20°/26°	20°/25°	20°/25°	20°/24°

SOL — NASCENTE: 6h17 POENTE: 17h57

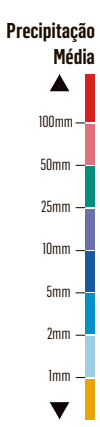
LUA: **NOVA**

NOVA	08/04	15h20
CRESCENTE	15/04	16h13
CHEIA	23/04	20h48
MINGUANTE	01/05	08h27

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (min./máx.)



Precipitação Média



Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	25%	0mm	26°C/31°C
BELÉM	70%	10mm	25°C/31°C
BELO HORIZONTE	50%	2mm	21°C/28°C
BOA VISTA	10%	0mm	27°C/36°C
BRASÍLIA	70%	4mm	20°C/27°C
CAMPO GRANDE	55%	5mm	22°C/28°C
CUIABÁ	80%	19mm	26°C/30°C
CURITIBA	20%	0mm	18°C/26°C
FLORIANÓPOLIS	20%	0mm	22°C/28°C
FORTALEZA	85%	24mm	26°C/29°C
GOIÂNIA	90%	22mm	22°C/28°C
JOÃO PESSOA	85%	12mm	25°C/32°C
MACAPÁ	90%	18mm	26°C/30°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	20%	0mm	25°C/32°C
MANAUS	60%	6mm	26°C/30°C
NATAL	80%	28mm	26°C/30°C
PALMAS	40%	1mm	24°C/31°C
PORTO ALEGRE	50%	1mm	21°C/24°C
PORTO VELHO	80%	7mm	25°C/30°C
RECIFE	85%	8mm	26°C/30°C
RIO BRANCO	70%	3mm	24°C/32°C
RIO DE JANEIRO	5%	0mm	25°C/28°C
SALVADOR	80%	24mm	24°C/28°C
SÃO LUÍS	70%	23mm	25°C/29°C
TERESINA	60%	10mm	24°C/31°C
VITÓRIA	25%	0mm	22°C/29°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	24°C/29°C
ATENAS	+6h	14°C/25°C
BARCELONA	+5h	9°C/17°C
BERLIM	+5h	10°C/14°C
BRUXELAS	+5h	5°C/15°C
BUENOS AIRES	0h	15°C/18°C
CARACAS	-1h	20°C/28°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	13°C/27°C
ESTOCOLMO	+5h	7°C/11°C
GENEBRA	+5h	5°C/11°C
JOANESBURGO	+5h	8°C/21°C
LIMA	-2h	22°C/25°C
LISBOA	+4h	8°C/19°C
LONDRES	+4h	8°C/10°C

	FUSO	MÍN./MÁX.
LOS ANGELES	-4h	14°C/23°C
MADRID	+5h	6°C/15°C
MIAMI	-1h	24°C/26°C
MONTEVIDÉU	0h	18°C/22°C
MOSCOU	+6h	14°C/23°C
NOVA YORK	-1h	11°C/14°C
PARIS	+5h	9°C/13°C
ROMA	+5h	14°C/25°C
SANTIAGO	0h	10°C/24°C
SYDNEY	+14h	19°C/23°C
TEL-AVIV	+6h	17°C/20°C
TÓQUIO	+12h	15°C/20°C
TORONTO	-1h	3°C/16°C
WASHINGTON	-1h	17°C/23°C

Clima

Planeta registra em março recorde de calor pelo 10º mês seguido

Conforme a agência Copernicus, da UE, período teve média de 14,14ºC, superando o recorde anterior de 2016 por 0,1ºC

Pelo décimo mês consecutivo, em março a Terra bateu recorde de calor global – com as temperaturas do ar e dos oceanos atingindo nível máximo inédito para o mês, segundo a agência climática da União Europeia, Copernicus.

Março de 2024 teve média de 14,14ºC, superando o recorde anterior de 2016 por 0,1ºC, segundo a Copernicus. Além disso, esteve 1,68ºC mais quente do que no fim dos anos 1800, a base usada para temperaturas antes do início do rápido aumento da queima de combustíveis fósseis, com a Revolução Industrial. Desde o último mês de junho, o planeta quebrou recordes de calor a cada mês, com contribuição de ondas de calor marinhas por grandes áreas dos oceanos.

Cientistas dizem que o calor recorde no período não foi totalmente surpreendente por causa do forte El Niño, fenômeno climático que aquece a área central do Pacífico e muda os padrões climáticos globais.

COMBINAÇÃO. "Mas sua combinação com as ondas de calor marinhas não naturais tornou esses recordes muito impressionantes," disse a cientista Jennifer Francis, do Woodwell Climate Research Center. Com o El Niño diminuindo, as margens pelas quais as temperaturas médias globais são superadas a cada mês devem entrar em queda, afirmou ela.

A previsão é de que ele dê lugar, a partir do segundo semestre, ao fenômeno inverso, La Niña, que costumar baixar o calor global. Cientistas, porém, atribuem a maior parte do calor recorde à ação do homem, com emissões de dióxido de carbono e metano produzidas pela queima de carvão, petróleo e gás natural.

Queda de temperatura
Previsão é de que El Niño dê lugar a partir do 2º semestre ao La Niña, que baixa o calor global

"A trajetória não mudará até que as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera parem de subir", disse Francis, "o que significa que devemos parar de queimar combustíveis fósseis, parar o desmatamento e cultivar nossa comida de forma mais sustentável o mais rápido possível."

Sob o Acordo de Paris, de 2015, foi estabelecida a meta de manter o aquecimento global abaixo de 1,5ºC na comparação com os níveis pré-industriais. Os dados da Copernicus são mensais e usam um sistema de medição diferente do limiar de Paris, calculado em duas ou três décadas.

MARGENS MAIORES. Segundo Samantha Burgess, diretora adjunta da Copernicus, a temperatura recorde de março não foi tão excepcional quanto as de alguns outros meses do último ano, que tiveram recordes por margens maiores. Ela cita os meses de fevereiro de 2024 e setembro de 2023. Mas a "trajetória não está na direção certa", afirmou.

O globo agora experimentou 12 meses com temperaturas médias mensais 1,58ºC acima do limiar de Paris, ainda de acordo com os dados da Copernicus.

Em março, a temperatura média da superfície do mar global foi de 21,07ºC, o valor mensal mais alto já registrado e ligeiramente superior ao relatado durante o mês de fevereiro. "Precisamos de ação global mais ambiciosa para garantir que possamos chegar a zero emissões líquidas o mais rápido possível", disse Burgess. ● ASSOCIATED PRESS

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor pede que buraco seja tapado na zona leste

Reclamação de Helio Silva dos Santos: "Tenho uma queixa com relação a um buraco que surgiu no início de fevereiro na calçada da travessa da Rua Cembira, 1.270, com a Rua Cravari, no Parque Residencial D'Abril, zona leste da cidade. Entramos em contato com a Sabesp, que informou que esse não era de sua responsabilidade, assim entramos contato com a Prefeitura, que informou que era de responsabilidade da Sabesp. Depois veio a informação que a responsável é a Comgás."

Resposta da Comgás: "O buraco na esquina das Ruas Cembira e Cravari foi identificado. Será realizada a recomposição do asfalto, a fim de garantir a integridade da tubulação de gás e segurança dos munícipes."

Resposta da Sabesp: "Foi constatado em vistoria que o solapamento existente não é de responsabilidade da companhia."

Resposta da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB): "A SMSUB esteve na região, em conjunto com agentes da Sabesp e da Comgás, para vistoria, e foi constatado que o solapamento no local está próximo de uma válvula da Comgás."●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Notícias da Allemanha

Berlim- Corre o boato de que alguns membros da facção necionalista do Conselho Municipal de Berlim vão formar um novo partido ultra-nacionalista.
Munich- Nas proximidades da principal fortaleza desta cidade, foi preso, hoje, de noite, um tenente há puco condemnado pelo Tribunal Marcial, como principal colaborador do chefe nacionalista, Hitler. O tenente estava sendo procurado há muito tempo pelas autoridades policiaes.
Berlim- Noticiam a cessação das greves. As negociações entre o Ministerio dos Transportes e os representantes da União dos Ferroviarios terminaram de maneira satisfactoria. ●

ARTIGOS DENTARIOS
DAS MELHORES PROCEDENCIAS
Importados em grande escala pelo "Deposito Dentario Minetti", líderia Santa Ephigenia n. 1.
Sortimentos incomparaveis de dentes artificiaes.
Gesso do "Ash" — Cadeiras de pressão — Cadeiras de vingum — Material sanitario — Instrumentos de "Ash".
Remessas immediatas para o interior.
PREÇOS SEMPRE INFERIORES A QUALQUER OUTRA CASA.

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Wlander Kwasniewski – Dia 2, aos 90 anos. Filho de Miguel Kwasniewski e Rosa Morescalchi. Era viúvo de Maria José Biagio Kwasniewski. Deixa os filhos Paola, Wlander, Erika, parentes e amigos. O enterro foi realizado no dia no Memorial Bom Pastor.

MISSAS

Jairo de Moraes Barros Filho – Amanhã, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:
Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula). Não há funerárias particulares.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Liga dos Campeões

Real Madrid e City brilham e deixam eliminatória aberta

Empate por 3 a 3 tem lances memoráveis, gols espetaculares e amplia expectativa para o jogo de volta, dia 17, em Manchester

MADRI

Nos últimos anos, Real Madrid e Manchester City protagonizaram confrontos memoráveis pela Liga dos Campeões da Europa. Ontem, em mais um capítulo dessa crescente rivalidade, as duas equipes empataram por 3 a 3 no estádio Santiago Bernabéu, na capital da Espanha, na partida de ida das quartas de final da competição. Uma partida com duas viradas, golaços e a certeza de que quem avançar para as semifinais vai como favorito para ficar com a taça.

A partida de volta será na quarta-feira da semana que vem, dia 17, em Manchester. Quem vencer avança e novo empate leva a disputa para prorrogação e pênaltis. Ontem, o jogo em Madri foi eletrizante, com Vini Jr. e Rodrygo trocando de posições o tempo inteiro. O City abriu o placar com dois minutos, com um surpreendente gol de falta de Bernardo Silva. Mas, antes dos 15 minutos, o Real Madrid já tinha virado o jogo com um gol contra de Rúben Dias – Camavinga arriscou chute de longe e a bola desviou no zagueiro – e com Rodrygo, que em jogada pela esquerda e bateu na saída do goleiro Ortega.

Na segunda etapa, o City empatou aos 21, com um golaço, um chute no ângulo de Phil Phoden, e virou de novo com novo chute de longe de Gvardiol, aos 31. Mas o Real Madrid buscou nova igualdade aos 34, após Vini Jr. levantar para Valverde bater de primeira.

Jogos de hoje
O PSG recebe o Barcelona e o Atlético de Madrid pega o Borussia Dortmund. Os dois jogos são às 16h

VESTIÁRIO. Após a partida, o italiano Carlo Ancelotti, técnico do Real Madrid, falou sobre o resultado, mas não lamentou o empate. "Foi uma partida muito boa da nossa parte, competitiva. Até quando tivemos energia para pressionar a saída de bola estivemos bem. Agora temos uma pequena desvantagem porque vamos jogar longe do nosso estádio, mas com a confiança de que podemos repetir essa partida", afirmou.

"Nós poderíamos ter ganho, tivemos chance para marcar o 3 a 1, mas também era um jogo em que poderíamos ter perdido. Foi um resultado correto, justo. Vamos manter o nosso jogo em Manchester, com muita pressão, e vamos ver quem avança. A confiança é a mesma", finalizou.

KIKO HUESCA/EFE

Vini Jr. e Rodrygo comemoram gol do Real; dupla teve boa atuação

Do outro lado, Pep Guardiola, histórico rival do Real Madrid nos tempos em que defendeu o Barcelona como jogador e treinador, elogiou muito a disposição das equipes. "Foi um jogo divertido. Atacamos de maneiras diferentes, mas o rival também. Foram marcados gols incríveis e gostei mais de como jogamos o segundo tempo. As transições que eles fizeram são muito complicadas para marcar, mas conseguimos controlar o jogo. Trata-se do Real Madrid, no Bernabéu, que é especial", disse.

> ***"Fiquei surpreso que Vinícius jogou por dentro e Rodrygo por fora, foi difícil. Agora o jogo é em Manchester, mas eu ainda acho o Real Madrid favorito"***
> **Pep Guardiola**
> **Técnico do Manchester City**

"Jogamos com personalidade. Marcar três gols no Real Madrid no Bernabéu é muito bom. Fiquei surpreso que Vinícius jogou por dentro e Rodrygo por fora, foi difícil. Agora o jogo é em Manchester, mas mesmo assim ainda acho o Real Madrid favorito, porque é o Real Madrid, o rei desta competição. Quem jogar melhor vai avançar, é uma eliminatória aberta e vamos tentar resolvê-la em casa", relatou.

EM LONDRES. No outro jogo de ontem, Arsenal e Bayern de Munique ficaram no 2 a 2 no jogo de ida. A volta também será no dia 17, em Munique. ●

Copa Sul-Americana

Corinthians goleia Nacional-PAR e Romero entra para a história

MARCOS ANTOMIL

O Corinthians reencontrou a Neo Química Arena ontem, depois de 38 dias, e deu alegria ao torcedor. Com Ángel Romero como a estrela da equipe e alcançando marcas históricas, os comandados de António Oliveira construíram uma goleada exemplar diante do Nacional, do Paraguai, por 4 a 0, pela segunda rodada da Copa Sul-Americana.

Romero balançou as redes duas vezes e se tornou o maior artilheiro estrangeiro na história do Corinthians com 55 gols, ultrapassando Paolo Guerrero. As bolas na rede também fizeram do atacante paraguaio o jogador quem mais gols marcou na Neo Química Arena, 32, superando Róger Guedes.

FASE DE GRUPOS DA SUL-AMERICANA

CORINTHIANS	NACIONAL-PAR
4	0

Gols: Romero, aos 22 do 1º tempo; Yuri Alberto, aos 18, Romero aos 28, Pedro Raul aos 43 do 2º tempo.
CORINTHIANS: Cássio; Fagner (Matheus França), Félix Torres, Gustavo Henrique e Hugo; Raniele, Vera (Paulinho) e Rodrigo Garro (Igor Coronado); Ángel Romero, Yuri Alberto (Pedro Raul) e Wesley (Pedro Henrique). **Técnico:** António Oliveira.
NACIONAL: A. Silva; Blasi, Núñez, Ojeda e Rivas; Cáceres (Morel), F. Alfaro (Santacruz) e Luis Alfaro; Lugo (Alan Gómez), Tiago Caballero (Arévalo) e Gustavo Caballero (M. González). **Técnico:** Victor Bernay.
Árbitro: Jhon Ospina (COL).
Amarelos: Paulinho, Fagner e Gustavo Caballero. **Vermelho:** Arévalo.
Público: 32.351 presentes.
Renda: R$ 1.999.933,10.
Local: Neo Química Arena.

O que pode soar como uma vitória protocolar em outras circunstâncias, no caso do Corinthians deve ser interpretada como um triunfo que realinha a equipe. Um time com tantas cicatrizes causadas pelo fracasso no Paulistão precisava de um jogo como este para se reencontrar.

Posse de bola não faltou ao Corinthians no começo do jogo. A grande dificuldade foi transformar o domínio em chances efetivas de gol. A equipe paraguaia veio a campo com o claro objetivo de buscar o contra-ataque.

Coube novamente a Ángel Romero levar o Corinthians à meta. Na esquerda, Wesley cruzou para a entrada da área, Vera arriscou o chute, mas errou, a bola sobrou para o paraguaio que emendou e fez o primeiro gol alvinegro, aos 22 minutos.

O Corinthians deslanchou mesmo no segundo tempo. O Nacional ficou com 10 quando Arévalo foi expulso ao pisar no tornozelo de Félix Torres, e com vantagem numérica o Corinthians foi ao ataque.

Próxima rodada
O Corinthians volta a jogar no torneio no dia 23 de abril, contra o Argentinos Juniors

Mais uma vez com participação fundamental de Romero, que fez uma assistência na medida para Yuri Alberto, o Corinthians fez o segundo, aos 18.

Aos 28, Yuri Alberto e Romero inverteram seus papéis e o paraguaio aumentou o placar. Pedro Raul fechou o marcador no final e decretou a goleada. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Copa do Brasil Sub-17**
São Paulo x Corinthians
14h50 / SporTV
● **Liga dos Campeões**
Atlético Madrid x B. Dortmund
16h / TNT e MAX
PSG x Barcelona
16h / MAX
● **Copa Sul-Americana**
Fortaleza x Nacional Potosí
19h / Paramount+
Internacional x Real Tomayapo
21h / ESPN 4 e Star+
● **Libertadores**
Atlético-MG x Rosario Central
19h / ESPN e Star+
São Paulo x Cobresal
21h30 / Globo, ESPN e Star+
Flamengo x Palestino
21h30 / Paramount+
● **Copa Concacaf**
Monterrey x Inter Miami
23h30 / ESPN 4 e Star+

BASQUETE
● **NBA**
Dallas Mavericks x Miami Heat
20h30 / ESPN2 e Star+
Minnesota Timberwolves x Denver Nuggets
23h / ESPN 2 e Star+

Copa Libertadores

São Paulo reencontra torcida com Thiago Carpini na corda bamba

Time volta a jogar no MorumBis após 24 dias e técnico pode ficar em situação difícil em caso de tropeço no Cobresal

BRUNO ACCORSI

O São Paulo retorna hoje ao MorumBis, 24 dias depois de decepcionar a torcida ao ser eliminado nas quartas de final do Paulistão ao perder no pênaltis para o Novorizontino. Enfrenta o Cobresal, do Chile, em sua segunda partida na Libertadores. A equipe poderá ter retornos importantes para superar um adversário que ainda não venceu no ano. Até por isso, um tropeço está noite pode ter consequências bem pesadas.

A partida começa às 21h30 e terá transmissão ao vivo da Globo, em TV aberta, e da ESPN, além do canal Star+.

O São Paulo volta ao seu estádio em um momento em que o técnico Thiago Carpini começa a ter o trabalho questionado. A equipe tricolor venceu somente três das últimas dez partidas, e só não foi vazado em apenas cinco dos 15 jogos da temporada. O mau desempenho colocou o treinador em xeque e uma demissão não é descartada em caso de mais uma atuação pouco convincente.

FASE DE GRUPOS DA LIBERTADORES

SÃO PAULO

COBRESAL

SÃO PAULO: Rafael; Igor Vinicius, Arboleda, Diego Costa e Welington; Pablo Maia, Alisson e James Rodríguez; Erick, André Silva (Calleri) e Ferreirinha (Luciano).
Técnico: Thiago Carpini.
COBRESAL: Requena; Pacheco, Bechtholdt, Alarcón e Sandoval; Navarro, Mesias, Munder e García (Valencia); Diego Coelho, Lezcano.
Técnico: Gustavo Huerta.
Árbitro: Carlos Ortega (COL).
Local: MorumBis.
Onde assistir: Globo, ESPN e Star +.

A pressão é ainda maior pelo fato de o Cobresal estar em péssima fase. Depois de terminar o Apertura, primeiro turno do Campeonato Chileno, em segundo lugar, a equipe está em penúltimo no Clausura, com cinco derrotas e dois empates, seis gols marcados e 13 sofridos. Na estreia da Libertadores, empatou por 1 a 1, em casa, com o Barcelona de Guayaquil.

Chilenos em crise
O Cobresal é penúltimo no Torneio Clausura chileno, com cinco derrotas e dois empates em sete partidas

A vitória em casa é considerada fundamental para o São Paulo, uma vez que estreou com derrota na Argentina para o Talleres (2 a 1) e joga as próximas duas rodadas fora de casa. Após o duelo com o Cobresal, o tricolor vai ano Equador para encarar o Barcelona e depois viaja até Calama, na região do deserto do Atacama, a 2.260 metros acima do nível do mar, para o jogo de volta com os chilenos.

REFORÇO. Carpini pode ter um reforço de peso para o jogo diante do Cobresal. Calleri participou do treinamento ontem e tem boas chances de ser escalado no ataque. Fora do time há um mês por causa de dores provocadas por um cisto na perna, o argentino teve boa movimentação. Sua escalação de início, no entanto, vai depender da condição física. Caso não esteja 100%, existe a possibilidade de o atacante entrar no decorrer da partida.

Herói do São Paulo na conquista inédita da Copa do Brasil, Rodrigo Nestor está recuperado de cirurgia para corrigir lesão no menisco e no ligamento colateral medial, e está relacionado. Sem entrar em campo desde novembro, ele deve começar o jogo no banco.●

SÃO PAULO FC

Calleri está recuperado de problema na perna e pode jogar hoje

Morre Terto, ídolo e autor do 1º gol tricolor em Brasileiros

OBITUÁRIO

Tertuliano Severiano dos Santos
1946 - 2024

@SAOPAULOFC VIA X

O atacante Terto, ídolo do São Paulo e autor do primeiro gol do time em Campeonatos Brasileiros (sem contar a unificação) – em 14 de agosto de 1971, contra o Santos –, morreu ontem aos 77 anos. A causa não foi divulgada. Ele defendeu o clube de 1968 a 1977 e marcou 86 gols em 498 partidas.

"O São Paulo se solidariza com a família, amigos e fãs do ídolo são-paulino neste momento de profunda dor", lamentou o clube.

Tertuliano Severiano dos Santos nasceu no Recife em dia 29 de dezembro de 1946. Era ponta-direita e conquistou o Campeonato Paulista em 1970, 1971 e 1975. ●

Palmeiras

Há mais de uma semana no clube, Rômulo enfim é apresentado

TONI ASSIS

Único reforço do Palmeiras para esta primeira fase da Libertadores e o início do Campeonato Brasileiro, o meia Rômulo foi, enfim, apresentado oficialmente ontem – foi contratado durante o Paulistão e já treina regularmente no clube desde a semana passada. O meia que estava no Novorizontino assinou contrato até 2028.

"Estou vindo para um grande clube, que está acostumado a conquistar títulos. O Palmeiras tem um grande treinador e um elenco muito forte. Venho para mostrar o meu futebol e quero fazer história", disse o jogador de 22 anos, um dos destaques do Paulistão. Foi escolhido para a seleção do campeonato, eleito craque do interior e revelação do torneio.

Rômulo tinha ofertas de outros clubes, mas afirmou que a escolha pelo Palmeiras foi algo natural. "Não pensei duas vezes", disse o meio-campista.

Ele fez um agradecimento especial a Eduardo Baptista, seu treinador no Novorizontino. "O Eduardo me deu muito apoio e incentivo. Ainda passou algumas dicas sobre o Palmeiras, já que trabalhou aqui como técnico. Disse que vou ter toda a estrutura que preciso para desenvolver o meu futebol", comentou o meia.

Sobre a posição de preferência para jogar, ele deixa a cargo de Abel. "Onde ele determinar, eu jogo. Pode ser no meio, ou atuando pelas beiradas do campo. Quero continuar dando assistências e fazendo gols e ajudar a equipe."

NOVO FOCO. Ontem, o elenco palmeirense começou a preparação para o jogo contra os uruguaios do Liverpool, amanhã às 21h no Allianz Parque. Abel procurou fazer ajustes na equipe em busca da primeira vitória na competição.

Os atletas que atuaram na vitória sobre o Santos por 2 a 0 no domingo, que deu ao time o tricampeonato paulista, fizeram um trabalho regenerativo na parte interna da Academia de Futebol. Já o restante do grupo participou de um treino coletivo curto.

Meia foi à Argentina
Na estreia do Palmeiras na Libertadores, Rômulo ficou no banco no 1 a 1 com o San Lorenzo

Após empatar na estreia fora de casa com o San Lorenzo por 1 a 1, Abel Ferreira sabe da importância de vencer jogando no Allianz Parque, em São Paulo, para buscar uma classificação sem sustos no Grupo F. Assim, ele deve montar o time de uma maneira mais ofensiva. ●

CESAR GRECO/PALMEIRAS

Rômulo diz que pode exercer várias funções em campo

Seleção feminina

Lorena pega 4 pênaltis e Brasil fica em terceiro no Shes Believes

COLUMBUS, EUA

Com quatro pênaltis defendidos pela goleira Lorena – um no tempo normal – a seleção brasileira derrotou o Japão ontem por 3 a 0, nas penalidades, após empate por 1 a 1 no tempo normal. O resultado garantiu ao time do técnico Arthur Elias o terceiro lugar no Torneio SheBelieves, em Columbus, Estados Unidos.

As seleções do Brasil e do Japão serão adversárias nos Jogos Olímpicos de Paris-2024. Elas estão no mesmo grupo de Espanha e Nigéria. As brasileiras vão ter nigerianas, japonesas e espanholas na sequência da primeira fase do torneio. ●

Sem combustível

Brasileiro 'salva' argentinos que ficaram na estrada

A caminho de Belo Horizonte para jogo contra o Atlético-MG, torcida do Rosario conta com ajuda de 'brazuca'

@ARROYITORC VIA TWITTER

Torcida do Rosario agradece a motorista brasileiro em estrada

Mais de 2.800 quilômetros separam as cidades de Rosário, no interior da Argentina, e Belo Horizonte, capital mineira que hoje recebe mais uma partida válida pela Copa Libertadores da América – Atlético-MG e Rosario Central entram em campo às 19h na Arena MRV (o jogo terá transmissão da ESPN e ainda do Star+).

No caminho para o jogo, a caravana da torcida do time argentino teve um problema, mas foi "salva" por um brasileiro, que ganhou uma música de agradecimento, uma camiseta da equipe e ainda viralizou na internet.

PERDIDOS. A história começou quando um dos ônibus que ia para Minas se perdeu do restante da caravana. O motorista pegou o caminho errado e seguiu pela estrada até ficar sem combustível. O veículo acabou ficando no acostamento da Rodovia Saturnino Braga, a BR-494, próximo ao município fluminense de Rio Claro, a cerca de 130 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro.

Sorte dos argentinos que chegou ajuda. O registro em vídeo mostra que um motorista brasileiro auxiliou os torcedores a conseguir abastecer o ônibus e seguir viagem.

Em gratidão, o grupo deu a ele uma camisa do Rosario Central e entoou "Muchas gracias, brazuca" (muito obrigado, brazuca), enquanto o homem se despedia rindo e entrava no seu carro. O grupo seguiu viagem na direção do Rio, antes de rumar à capital mineira. Outro grupo de torcedores do Rosario Central tomou um caminho diferente e fez uma pausa para conhecer a praia de Itapema, no litoral norte de Santa Catarina.

"Confundimos o trajeto para Belo Horizonte e ficamos sem combustível. Um brasileiro aleatório apareceu, como uma espécie de Deus, e salvou nossa torcida. Obrigado Brazuca!", escreveu a página da torcida do time argentino "Arroyito Carnaval" no X, o antigo Twitter.

Outro portal de torcedores do Rosario Central divulgou cinco excursões saindo da Argentina para o jogo de hoje. Todos deixaram o país vizinho no domingo e têm retorno previsto para logo após a partida. O custo total anunciado da viagem era 230 mil pesos (R$ 1,3 mil) por torcedor, incluindo transporte, comida e bebida.

Atlético-MG e Rosario Central estão no Grupo G da Copa Libertadores, junto de Peñarol e Caracas. O time mineiro foi o único brasileiro a vencer na primeira rodada ao bater os venezuelanos por 4 a 1 e lidera o grupo, seguido pelos argentinos, que jogando em casa venceram os uruguaios por 1 a 0.

HISTÓRICO. O jogo de hoje à noite marca a primeira partida internacional da Arena MRV, o novo estádio do Atlético-MG, que no último domingo sagrou-se pentacampeão mineiro ao derrotar o Cruzeiro por 3 a 1 no Mineirão. Além disso, a partida é o reencontro dos dois times, que decidiram a extinta Copa Conmebol de 1995.

Naquele ano, no primeiro jogo, o Atlético-MG, que tinha em seu elenco Taffarel, Doriva, Ézio e Euller, venceu o jogo realizado debaixo de uma chuva torrencial no Mineirão por 4 a 0 e ficou perto do título, que seria o seu bicampeonato da competição.

O problema é que o Rosario Central devolveu os 4 a 0 na partida de volta, em 19 de dezembro de 1995 no estádio Gigante do Arroyito, e venceu nos pênaltis por 4 a 3, conquistando sua primeira taça internacional da história. ●

Boa fase

O Atlético-MG, dirigido pelo argentino Gabriel Milito, foi o único time do País a vencer na 1ª rodada

ESTADÃO Melhores serviços

24/4 NO DIGITAL
28/4 ESPECIAL NO IMPRESSO

Perfomance
Satisfação
Eficiência

VEM AÍ A 9ª EDIÇÃO
Ranking das empresas que melhor atenderam as necessidades de seus clientes em 33 categorias

Conheça as edições anteriores:

Realização: ESTADÃO
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Parceria: Blend

Anuncie e coloque a sua marca entre as melhores do ano: publicacoes@estadao.com

B20 e B21. **Era do Clima.** Brasil larga atrás na produção de hidrogênio verde, mas ainda pode liderar corrida mundial

ECONOMIA & NEGÓCIOS

E&N

QUARTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO

Política monetária Cenário indefinido

‘Atraso’ na redução de juro nos EUA impacta investimento e Selic no Brasil

Projeções do mercado para queda das taxas americanas na reunião de junho do Fed perdem força; com economia robusta, há menos espaço para cortes

LUIZ GUILHERME GERBELLI

A economia global pode ter um segundo semestre mais difícil do que o esperado. Cresceu a possibilidade de o corte de juros nos Estados Unidos começar apenas no segundo semestre, contrariando projeções do mercado financeiro.

Entre a maioria dos investidores, o cenário principal ainda é de uma redução das taxas de juros – atualmente, entre 5,25% e 5,5% ao ano – pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) na reunião de junho. A probabilidade, porém, perdeu força nas últimas semanas. Hoje, a chance de corte no encontro de daqui a dois meses é de cerca de 60%. Em março, era de 70%.

Confirmada a perspectiva do mercado até agora para o Fed, a reunião de junho pode ter o primeiro corte de 0,25 ponto porcentual de um total de três quedas projetadas. Mas o que tem feito parte do mercado acreditar numa postergação do início das reduções tem relação com o fato de a economia dos Estados Unidos ainda mostrar força, com um crescimento econômico robusto e um mercado de trabalho aquecido, o que dificulta a missão do BC americano de levar a inflação para a meta de 2%.

> **Estável**
>
> **5,25% e 5,5%** é o intervalo da taxa básica de juros americana hoje

“A inflação não está na meta. Se o Fed cortar os juros muito cedo, e a inflação começar a divergir (*da meta*) em vez de convergir, o banco central dos EUA vai ter mais trabalho para depois fazer a inflação convergir de novo”, afirma Luís Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

IMPACTO. Uma eventual mudança na rota da política de juros nos Estados Unidos vai repercutir em todos os países. Taxas americanas mais altas drenam recursos de economias emergentes e mais voláteis, como é o caso da brasileira, e representam um dólar robusto – neste ano, até ontem, o dólar acumulava alta de 3,2%, em R$ 5,00.

“A probabilidade de o juro não começar a cair no meio do ano é muito significativa”, afirma José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

“À medida que as condições financeiras ficam mais apertadas nos Estados Unidos, é inevitável que o Banco Central no Brasil também tenha uma cautela ainda maior na condução desse ciclo de baixa.”

Segundo ele, os agentes econômicos e o meio político “podem se surpreender com a extensão desse ciclo de baixa”. “Tem uma chance boa de ser interrompido antes do que a pesquisa Focus, por exemplo, está indicando”, diz Senna.

Divulgada semanalmente pelo Banco Central, a pesquisa Focus mostra que a projeção dos analistas consultados é de que a taxa básica de juros brasileira (Selic) encerre este ano em 9%, recuando para 8,5% em 2025. “Acho um juro no nível de 9%, talvez, muito pouco provável”, diz Senna. A taxa atual do Brasil é de 10,75%. ●

MERCADO ANTES PREVIA ATÉ 6 CORTES NOS EUA; AGORA, FALA EM 2 OU 3. PÁG. B2

TERRENOS EM CANOAS/RS

OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS DESOCUPADOS

LEILÃO ONLINE 12/04 • 15H

IGARA
ÁREA DE 6.029,41M²
LANCE INICIAL R$ 5.520.000

ESTÂNCIA VELHA
ÁREA DE 3.631,90M²
LANCE INICIAL R$ 7.322.000

ESTÂNCIA VELHA
ÁREA DE 3.091,28M²
LANCE INICIAL R$ 5.427.000

CAMPO DE CIMA
ÁREA DE 2.894,30M²
LANCE INICIAL R$ 2.592.000

RESIDENCIAL DOS JARDINS
ÁREA DE 4.421,23M²
LANCE INICIAL R$ 4.196.000

1: TERRENO LOCALIZADO NO RESID. DOS JARDINS, RUA D. ROSALINA, BAIRRO IGARA - CANOAS/RS. ÁREA INSTITUCIONAL 3, QD. 21 - POSSUINDO ÁREA DE 6.029,41M². DESOCUPADO. MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 134.464 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CANOAS/RS. • 2: TERRENO LOCALIZADO NO RESID. MOINHO DOS VENTOS, RUA LINX, BAIRRO ESTÂNCIA VELHA - CANOAS/RS. ÁREA INSTITUCIONAL C1, NO SETOR 02 - POSSUINDO ÁREA DE 3.631,90M². DESOCUPADO. MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 90.032DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CANOAS/RS. • 3: TERRENO LOCALIZADO NO RESID. MOINHO DOS VENTOS, RUA LINX, BAIRRO ESTÂNCIA VELHA - CANOAS/RS. ÁREA INSTITUCIONAL C2, NO SETOR 02 - POSSUINDO ÁREA 3.091,28M². DESOCUPADO. MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 90.033 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CANOAS/RS. • 4: TERRENO LOCALIZADO NA R. PEDRO DOS SANTOS, BAIRRO CAMPOS DE CIMA - CANOAS/RS. POSSUINDO ÁREA DE 2.894,30M². DESOCUPADO. MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 94.512 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CANOAS/RS. • 5: TERRENO LOCALIZADO NO RESID. DOS JARDINS, RUA DOS BURITIS, BAIRRO IGARA - CANOAS/RS. ÁREA INSTITUCIONAL 4B, DA QD 33 - POSSUINDO ÁREA DE 4.421,23M². DESOCUPADO. MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 131.702DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CANOAS/RS. • VISITAS DEVERÃO SER PREVIAMENTE AGENDADAS COM EMERSON (SETOR DE IMÓVEIS), NO TELEFONE: (11) 2464-6460 - RAMAL: 6460 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR.

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.

SODRÉ SANTORO

SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO 45 anos

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

A neutralidade desafiada e a mão de obra humana

ARTIGO

Tiago Luiz de Moura Albuquerque
Advogado, é mestrando em Direito Tributário Comparado pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT).
E-mail: ta@francavilla.adv.br

A promessa da reforma tributária sobre o consumo é levar neutralidade ao sistema (Constituição federal, artigo 156-A, parágrafo 1.º). Quer isso dizer: nas escolhas de modelos de negócio, a tributação não deveria ter impacto. As decisões deveriam ser baseadas em eficiência econômica.

Para concretizar a neutralidade tem-se a não cumulatividade do IBS e da CBS. Assegura-se ao empresário crédito compensável de operações em que seja adquirente de bem ou de serviço. O encargo financeiro tende, assim, a ser carregado no ciclo produtivo para que, no fim, o consumidor arque com o valor. Logo, se o encargo é do consumidor, a tributação não deveria alterar a conduta do empresário. Será?

A resposta não vem fácil. Um importante gasto dos contribuintes não gera crédito: os salários. Se esses gastos não geram crédito, e se a contratação de mão de obra terceirizada gera, há um incentivo para substituir empregados. A terceirização é caminho racional, ainda mais se tomado o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da licitude da terceirização.

Se há um incentivo à terceirização com a reforma, talvez haja um incentivo ainda maior para gastos com tecnologia, inclusive as que acabam por substituir a mão de obra humana, como os robôs que incorporam inteligência artificial.

> ***Ao incentivar a maior utilização de tecnologia, a reforma tributária parece fazer a opção correta***

A compra de máquina, geralmente, implica incorporação do bem ao ativo não circulante. No regime atual do ICMS, a apropriação dos créditos nessa hipótese se dá à razão de 1/48 por mês. Ao que consta do texto da reforma, contudo, não há espaço para lei complementar restringir o crédito na aquisição de qualquer bem. Da perspectiva da tributação sobre o consumo, então, há um incentivo à automação.

A neutralidade exigiria que a tributação não influenciasse na escolha entre contratar mais funcionários, terceirizar parte da produção ou substituir humanos por robôs. A eficiência econômica deveria ditar a resposta a ser dada.

A reflexão acerca da neutralidade traz questão prévia intrincada: será que o País deveria incentivar uma maior automação? Essa pergunta envolve um debate econômico complexo e gera outras dúvidas: será que a substituição de trabalho humano por robôs realmente destrói empregos ou será que promove outros? Aliás, em contexto de maior competição global, será que há uma opção?

Ao incentivar a maior utilização de tecnologia, a reforma tributária parece fazer a opção correta. A neutralidade fica de certa forma obnubilada, mas o efeito indutor estaria justificado pela necessidade de fomentar o desenvolvimento econômico. O prejuízo social é mais bem equalizado por meio de gasto público, notadamente na formação técnica para que sejam aproveitadas as oportunidades que surgirão. Oxalá. ●

Política monetária Cenário indefinido

Mercado antes previa até 6 cortes nos EUA; agora, fala em 2 ou 3

Mercado financeiro mostrava otimismo com a possibilidade de reduções seguidas dos juros a partir do início deste ano

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Uma eventual postergação da queda dos juros nos Estados Unidos para o segundo semestre marcaria mais um revés na expectativa do mercado financeiro. Na virada do ano, houve um grande otimismo entre os investidores, já que havia uma previsão de que o Fed, o banco central americano, faria até seis cortes de 0,25 ponto porcentual neste ano – hoje, porém, já há apostas de que serão duas ou três reduções.

Com as perspectivas mais otimistas, mercados emergentes, como é o caso do brasileiro, foram inundados de recursos. Em novembro e dezembro do ano passado, por exemplo, a entrada de recursos foi de R$ 21 bilhões e R$ 17,5 bilhões, respectivamente. Neste ano, com o cenário já desenhado de um ciclo de juros mais contido, já houve um movimento contrário.

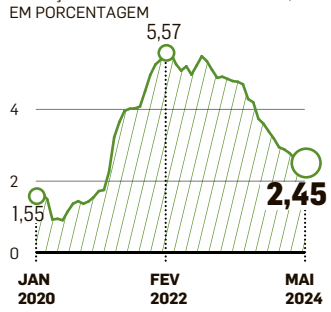
"Em novembro e dezembro, quando houve aquela febre, eu dizia e continuo dizendo que os juros (*nos EUA*) iriam cair duas ou três vezes a partir do segundo semestre", diz Alexandre Espírito Santo, economista-chefe da Way Investimentos. "O cenário está se avizinhando com o que eu falava."

O Fed começou a subir as taxas de juros em março de 2022, que chegaram ao intervalo atual de 5,25% a 5,50% ao ano em julho do ano passado. "É preciso muito cuidado ao celebrar a reversão dos choques (*inflacionários*). Os choques vêm e não desaparecem sem deixar vestígios. Eles deixam marcas", afirma José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

INFLAÇÃO NOS EUA

Dúvida é sobre espaço para corte de juros

VARIAÇÃO ANUAL DO NÚCLEO DO PCE, EM PORCENTAGEM



OBS.: PROJEÇÕES PARA OS MESES DE MARÇO, ABRIL E MAIO DE 2024
FONTE: PRINCIPAL CLARITAS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Até a reunião de junho, portanto, o Banco Central dos EUA vai analisar cada número de atividade, mercado de trabalho e inflação. O Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) também faz um encontro em 30 de abril e em 1.º de maio. "É cada dia com a sua agonia. Temos de ver os dados que vão saindo", afirma Luís Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

NÚMEROS. Relatório do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos divulgado na sexta-feira trouxe mais um dado que reforçou o cenário de força do emprego no país, com a criação de 303 mil postos em março, em termos líquidos, acima do teto das expectativas de analistas, de 245 mil postos.

No entanto, o Fed deve reforçar a análise das próximas leituras do núcleo do índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês), que exclui itens voláteis como alimentos e energia – a medida preferida de inflação da autoridade monetária. Os números de fevereiro (os últimos divulgados) mostram o núcleo do índice com uma alta anual de 2,78%. Serão divulgados mais três números do PCE até junho. ●

Para alcançar meta fiscal, ideia é melhorar o PIB

CENÁRIO

ALVARO GRIBEL

A equipe econômica analisa alterar a meta de resultado primário não só de 2025, mas também a de 2026. Os números ainda são motivo de debates internos, mas a expectativa é por um desfecho ainda nesta semana. O novo compromisso fiscal vai levar em consideração não só as projeções de arrecadação e gastos, mas também as estimativas de crescimento do PIB.

O plano original, definido no ano passado, previa déficit zero neste ano, superávit de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026, com uma banda de 0,25 ponto porcentual para cima ou para baixo, em cada ano. Agora, para 2025, o governo poderá mirar o déficit zero.

Ainda que o número seja reduzido, há a visão na Fazenda de que os dados ainda seriam melhores do que os projetados pelo mercado financeiro. Segundo o boletim Focus do Banco Central, a projeção para 2025 está em -0,6% do PIB, e para 2026, em -0,5%. O resultado zero seria atingido apenas em 2028.

Há o entendimento de que o resultado primário não é um fim em si mesmo, mas um meio para se controlar a relação da dívida sobre o PIB. Por isso, serão intensificados esforços para que o País aumente a produtividade e possa crescer mais de forma "sustentável".

O olhar para o "denominador", ou seja, o PIB, tem um efeito duplo. Primeiro, pelo lado das projeções, significa crescer também as estimativas de receitas. Para 2024, a Fazenda deve melhorar o número atual, de 2,2%, com impacto sobre a arrecadação. Isso pode ajudar o governo a abrir um crédito extra de até R$ 15,7 bilhões no Orçamento deste ano. Segundo, com o PIB mais forte a dívida ficaria menor.

A pasta entende que o primeiro "ciclo" do ajuste fiscal ficou para trás, com o pagamento de várias despesas não contabilizadas do governo anterior, como por exemplo, os precatórios. Agora, com as expectativas para a dívida pública "ancoradas", na visão da equipe econômica, é possível fazer um ajuste nos compromissos fiscais sem que isso provoque uma forte reação do mercado financeiro. Pelos dados do Focus, a dívida começaria a estabilizar em 2031, quando atingiria 86,5% do PIB, para ter uma leve redução para 85,2% em 2033.

> **Projeções**
> **Pelo Focus, a dívida começaria a estabilizar em 2031, quando atingiria 86,5% do PIB**

Em um cenário mais otimista, a percepção é de que a mudança possa ser bem recebida pelos investidores, já que os números serão considerados mais condizentes com a realidade das contas públicas do País e as negociações do governo com o Congresso.

Procurado, o Ministério da Fazenda não quis se manifestar. ●

JORNALISTA

ESTADÃO BLUE STUDIO

APRESENTADO POR GRUPO SOUZA LIMA

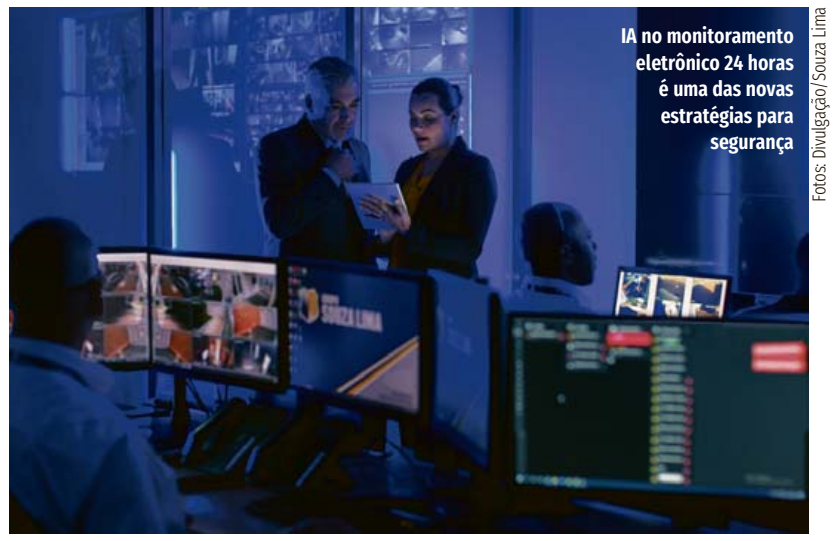
Inovação e tradição em segurança

Prestes a completar 35 anos, Grupo Souza Lima oferece soluções completas e inovadoras de segurança

Responsável por movimentar quase R$ 50 bilhões no País, o setor de segurança privada vem se transformando com o uso de novas tecnologias, como inteligência artificial, drones e 5G. Aliando inovação e tradição, o Grupo Souza Lima – um dos maiores do ramo no Brasil e com mais de 30 anos de história – oferece o que há de mais atual no mercado em segurança eletrônica.

As estratégias são variadas e vão de serviços de monitoramento eletrônico 24 horas, com apoio de central de última geração; uso de sistemas eficientes de circuito fechado de TV; controle inteligente de acesso; uso de drones em grandes áreas e aplicativos que permitem maior facilidade e rapidez; até monitoramento por parte do próprio usuário, entre outras ferramentas.

"A inovação tomou conta definitivamente, a segurança eletrônica com vídeo analítico mudou uma lógica em que o vigilante olhava uma câmera para detectar algum incidente e tomava uma ação. Hoje, essa lógica se inverteu: a tecnologia detecta esse movimento estranho ao cotidiano e o vigilante é acionado por essa tecnologia", explica Alex Bortoletti, presidente do Grupo Souza Lima. "A inteligência artificial, por exemplo, consegue detectar um carro na contramão da via do condomínio e entender que isso é um risco", diz.



IA no monitoramento eletrônico 24 horas é uma das novas estratégias para segurança

Fotos: Divulgação/Souza Lima

> "A tecnologia e a adoção de algumas práticas de ESG são as duas grandes tendências"
>
> Alex Bortoletti

A inovação em segurança é também acompanhada de capacitação dos colaboradores. "Preparar a mão de obra para lidar com todo esse cenário tecnológico, nisso o Grupo Souza Lima se destaca. Desde o início, percebemos que a chave do sucesso era a mão de obra que iria lidar com toda essa tecnologia e quão positiva essa relação deve ser para uma resposta de segurança eficiente", afirma o presidente do Grupo, que conta com 28 mil colaboradores.

Presente em 13 Estados e com 20 filiais em todo o País, a empresa oferece soluções completas e integradas em segurança para os mais diversos ramos de atividade e porte – indo de condomínios residenciais e corporativos, passando por shoppings, escolas e universidades, hospitais, varejo e indústrias, até agronegócio e grandes eventos. "A tecnologia e a adoção de algumas práticas de ESG são as duas grandes tendências para esse mercado nos próximos anos. Queremos continuar crescendo, aprendendo e desenvolvendo soluções cada vez mais inovadoras e trabalhamos constantemente para ser a melhor empresa do segmento", afirma Bortoletti.

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da Souza Lima.

Soluções Completas em Segurança e Serviços para o seu Negócio

O Grupo Souza Lima proporciona soluções abrangentes, com eficiência e inovação, nas áreas de segurança, limpeza e facilities, buscando sempre oferecer o melhor para o seu negócio.

GRUPO SOUZA LIMA

www.gruposouzalima.com

Habitasec securitizadora

Habitasec Securitizadora S.A.

CNPJ nº 09.304.427/0001-58

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Habitasec Securitizadora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia emitiu 25 (vinte e cinco) novas séries de CRI e 1 (uma) nova série de CR, totalizando as operações o montante de R$ 994.559.000,00. O resultado líquido obtido pela Companhia no período foi um lucro de R$ 5.147.392 (lucro de R$ 7.449.892 em 31 de dezembro 2022) e o seu patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 6.611.320 (R$ 4.950.776 em 31 de dezembro de 2022). Em conformidade com a Instrução CVM nº 162/22, informamos que a Companhia adota como procedimento consultar os auditores independentes Moore MSLL Lima Lucchesi Auditores e Contadores Ltda. ("Moore MSLL") no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para os exercícios findos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve a contratação de serviços não relacionados à auditoria independente.

São Paulo, 29 de janeiro de 2024

A Administração

Balanço Patrimonial

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		**9.221.434**	**6.793.407**
Caixa e equivalentes de caixa	4	821.340	2.356.066
Clientes	5	78.634	45.414
Impostos a recuperar	6	8.225.851	3.826.284
Outros valores a receber		92.553	559.748
Despesas antecipadas		–	2.917
Partes Relacionadas	7	3.056	2.978
Não Circulante		**972.067**	**733.341**
Depósito Judicial	8	256.733	111.855
Imobilizado	9	715.334	621.486
Total do Ativo		**10.193.501**	**7.526.748**

Balanço Patrimonial

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		**3.582.181**	**2.575.972**
Impostos e contribuições a recolher	10	224.547	50.455
Obrigações trabalhistas	11	1.913.633	1.836.887
Dividendos a pagar	14	1.286.848	–
Outras obrigações	12	157.153	688.630
Patrimônio Líquido	14	**6.611.320**	**4.950.776**
Capital Social		500.000	500.000
Reservas de lucros		6.111.320	4.450.776
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**10.193.501**	**7.526.748**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Outras Reservas de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**500.000**	**100.000**	**1.755.884**	**–**	**2.355.884**
Dividendos pagos sobre reservas de lucros	–	–	(1.755.000)	–	(1.755.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.449.892	7.449.892
Destinação do lucro	–	–	–	–	–
Dividendos pagos	–	–	–	(3.100.000)	(3.100.000)
Reserva legal	–	–	–	–	–
Reserva estatutária	–	–	4.349.892	(4.349.892)	–
Saldo em 31 dezembro de 2022	**500.000**	**100.000**	**4.350.776**	**–**	**4.950.776**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**500.000**	**100.000**	**4.350.776**	**–**	**4.950.776**
Dividendos pagos sobre reservas de lucros	–	–	(2.200.000)	–	(2.200.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.147.392	5.147.392
Destinação do lucro	–	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.286.848)	(1.286.848)
Reserva estatutária	–	–	3.860.544	(3.860.544)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**500.000**	**100.000**	**6.011.320**	**–**	**6.611.320**

Demonstrações do Resultado

	Notas Explicativas	Acumulado do exercício atual 01/01/2023 a 31/12/2023	Acumulado exercício anterior 01/01/2022 a 31/12/2022
Receita Bruta			
Prestação de serviços		5.331.515	5.866.808
Deduções da Receita			
Impostos sobre serviços		(533.474)	(566.140)
Receita Operacional Líquida		**4.798.041**	**5.300.668**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Honorários e encargos sociais da diretoria		(1.548.481)	(2.587.567)
Salários, encargos sociais e benefícios		(4.953.440)	(4.566.381)
Despesas tributárias		(65.873)	(207.999)
Despesas gerais e administrativas	15	(3.574.069)	(2.751.962)
Amortização e depreciação	9	(276.397)	(138.410)
Ou Outras receitas (despesas) operacionais		(150.435)	108.679
		(10.568.695)	**(10.143.640)**
Resultado antes do resultado financeiro		**(5.770.654)**	**(4.842.972)**
Resultado Financeiro Líquido	16	13.533.369	16.094.323
Resultado Antes dos Impostos		**7.762.715**	**11.251.351**
Imposto de renda e contribuição social	13	(2.615.323)	(3.801.459)
Lucro Líquido do Exercício		**5.147.392**	**7.449.892**
Lucro líquido do exercício por ação - Em R$		**5,72**	**8,28**

Demonstração do Valor Adicionado

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Prestação de serviços	5.331.515	5.866.808
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia e outros	(1.077.553)	(879.827)
Serviços de terceiros	(2.287.214)	(1.560.246)
Valor Adicionado Bruto	**1.966.748**	**3.426.735**
Retenção		
Amortização e depreciação do imobilizado	(61.658)	(48.164)
Amortização de benfeitorias	(214.740)	(90.246)
Valor Adicionado Líquido	**1.690.350**	**3.288.325**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	13.556.616	16.119.864
Outras Receitas	26.363	108.679
Valor Adicionado a Distribuir	**15.273.329**	**19.516.868**

Demonstração do Valor Adicionado

	31/12/2023	31/12/2022
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Honorários da diretoria e salários	4.321.231	5.208.766
Benefícios	1.154.429	817.592
FGTS	179.567	147.331
Impostos, taxas e contribuições		
Federal	3.731.085	5.211.591
Municipal	330.280	344.267
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	386.098	311.888
Juros	6.881	9.964
Despesas bancárias	16.366	15.577
Remuneração do capital próprio		
Dividendos pagos	2.200.000	3.100.000
Lucro líquido retido do exercício	2.947.392	4.349.892
Valor Distribuído	**15.273.329**	**19.516.868**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.147.392	7.449.892
Ajustes que não afetam o caixa		
Amortização e depreciação	276.397	138.410
	5.423.789	7.588.302
Variações dos Ativos e Passivos		
Clientes	(33.220)	83.473
Impostos a recuperar	(4.399.567)	(2.659.924)
Outros valores a receber	322.239	(405.898)
Despesas antecipadas	2.917	1.773
Impostos e contribuições a recolher	174.092	(217.879)
Obrigações trabalhistas	76.746	1.629.350
Outras obrigações	(531.477)	239.816
	(4.388.270)	(1.329.289)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**1.035.519**	**6.259.013**
Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(85.249)	(109.130)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(285.651)	(473.239)
Baixa de benfeitorias em imóveis de terceiros	655	
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos	**(370.245)**	**(582.369)**
Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(2.200.000)	(4.855.000)
Empréstimo	–	(30)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(2.200.000)**	**(4.855.030)**
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(1.534.726)**	**821.614**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.356.066	1.534.452
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	821.340	2.356.066

A Diretoria

Contador: Paulo Sergio Marques Burato - CRC nº 1SP122455/O-0

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22 de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 29 de Janeiro de 2024

A Administração.

"As demonstrações financeiras completas com as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis no website www.habitasec.com.br e https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/"

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Despacho de Homologação

CP Nº 015/2023 – PC Nº 4745/2022 - RP, visando a Prest. de Serviços de Manutenção e Recomposição em Sistema de Drenagem (Galerias de Águas Pluviais, Guia, Sarjeta e Sarjetões). Adjudico e Homologo, o objeto do certame em epígrafe, a favor do da empresa LDL COMERCIAL EIRELLI-ME, no valor de R$ 2.035.510,15 (dois milhões, trinta e cinco mil, quinhentos e dez reais e quinze centavos). Fernando Rubinelli – Secretário Serviços Urbanos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL - 18ª VARA CÍVEL - Praça João Mendes s/nº 8º andar, sala nº 821, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 3538-9389, São Paulo-SP - E-mail: upj16a20@tjsp.jus.br - **Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min. EDITAL DE CITAÇÃO:** Processo Digital nº: **1094307-51.2022.8.26.0100,** Classe: Assunto: **Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO,** Requerente: **Unik S.A.,** Requerido: **Vox Tecnologia da Informação Ltda. Epp ("vox"). EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO N° 1094307-51.2022.8.26.0100.** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Caramuru Afonso Francisco, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **VOX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. EPP ("VOX"),** CNPJ 04405765000162, com endereço à AV. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, 2487, SL 2201, 2202, 2210 a 2214, Parque Bela Vista, CEP 40280-000, Salvador - BA, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Unik S.a., alegando em síntese: Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Cartões. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO,** por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15(quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de março de 2024. **DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA.**

Innova Bank Securitizadora S.A.

CNPJ nº 52.135.529/0001-16 - NIRE 353.006.228-55

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: 14/07/2023, 11h, na sede social da companhia, com a presença de Acionistas, Representando 100% do Capital Social votante.1) Leitura e aprovação do Estatuto Social da **Innova Bank Securitizadora S.A.** 2) Boletins de Subscrição das Ações: **Cardoso Holding Administração e Participações Ltda.** - representada por Heverton Cornélio - e **Heverton Cornelio**. 3) Ações subscritas: 100.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Percentual de integralização das Ações: 10% Distribuição por subscritor: - **Cardoso Holding Administração e Participações Ltda.** - 99% de ações; - **Heverton Cornelio** - 1% de ações. 4) Eleição dos Membros da Diretoria: **Heverton Cornelio** como **Diretor-Presidente**, com mandato de até 03 anos. 4 (i.2) o membro da Diretoria ora eleito aceitou o cargo para o qual foi nomeado, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido. 6) Aprovação do endereço da sede social da Companhia - Rua Vereador José Nanci, nº 231, Bairro Parque Jacatuba, no Município de Santo André, no Estado de São Paulo, CEP 09.290-415. 7) Foi declarado que o capital social de R$ 100.000,00, encontra-se integralmente subscrito, o valor de R$ 10.000,00 foi integralizado neste ato, e o valor remanescente a integralizar em 12 meses em moeda corrente nacional. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, declarou constituída a Companhia. **JUCESP/NIRE** nº 3530062285-5 em 11/09/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2024

A Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto do ONS, informa que a Assembleia Geral Ordinária de 2024 será realizada em ambiente virtual, conforme orientações detalhadas a serem disponibilizadas na plataforma SINtegre, com acesso pelo site **www.sintegre.ons.org.br** e encaminhadas aos associados através de e-mail até o dia 09 de abril de 2024. Haverá auditoria externa independente para atestar a conformidade.

Dessa forma, são convocados os membros associados e os membros participantes do ONS para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 25 de abril de 2024, às 10h00, em primeira convocação, ou às 11h00 em segunda convocação, em ambiente virtual, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

1. Eleição do Diretor-Geral, do Diretor de Planejamento e do Diretor de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios para o mandato de 17/05/2024 a 16/05/2028;
2. Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o mandato de maio de 2024 a abril de 2026;
3. Aprovação do Relatório da Administração (Relatório Anual ONS 2023) e das Demonstrações Financeiras 2023, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
4. Aprovação do Relatório Anual 2023 referente à asseguração dos dados de entrada do PMO e da apuração da geração do CNOS;
5. Aprovação da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o período de maio de 2024 a abril de 2025;
6. Contribuição dos Associados para o período de janeiro a dezembro 2024;
7. Referendo das substituições de Conselheiros após AGO 2023 - mandato 2022/2024.

Ressaltamos que os membros associados e participantes deverão fazer-se representar na forma dos respectivos estatutos ou contratos sociais ou mediante procuração com poderes específicos para participar da Assembleia e deliberar sobre as matérias da pauta. Esses documentos deverão ser encaminhados através da plataforma SINtegre, impreterivelmente com antecedência mínima de 24 horas do início previsto para a realização da Assembleia em primeira convocação.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024.

Solange Maria Pinto Ribeiro

Presidente do Conselho de Administração do ONS

A **ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA - ASF** torna público o processo para a **SELEÇÃO DE FORNECEDORES,** na modalidade **COLETA DE PREÇOS Nº 007/2024, PROCESSO ASF Nº 034/2024,** que objetiva a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR, EQUIPAMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO, ENTRE OUTROS, PARA UTILIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE ADMINISTRADAS PELA ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA.** O edital na íntegra poderá ser consultado e extraído do *site* da ASF: www.saudedafamilia.org - Informações no endereço eletrônico: selecaodefornecedor@saudedafamilia.org e/ou por telefone: 3154-7050. **Data da Sessão Pública: 24/04/2024, às 10h00min -** Local da entrega dos envelopes: Associação Saúde da Família, Praça Mal. Cordeiro de Farias, nº 65 - Higienópolis, São Paulo/SP.

SINDICATO DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS E DAS EMPRESAS DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIRCESP

CNPJ 60.748.332/0001-80

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais e das Empresas de Representação Comercial no Estado de São Paulo – SIRCESP-SP, no exercício da atribuição prevista no Estatuto Social, **CONVOCA** as empresas integrantes da categoria econômica para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** que será realizada de forma presencial no dia **26 de abril de 2024**, na sede do sindicato, localizada na Avenida Brigadeiro Luís Antonio, nº 613, 1º andar, nesta cidade de São Paulo - SP, às **11:00 horas em primeira convocação, e às 12:00 horas** em segunda convocação, se assim for necessário, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Autorização e outorga de poderes para a Negociação Coletiva com as entidades representativas da categoria profissional, em toda base representada por este sindicato, preponderantes e diferenciadas, nas respectivas datas-bases; **2)** Discussão e votação do cumprimento pela entidade profissional do previsto no artigo 114 CF/88, com a exigência de comum acordo para instauração de dissídio coletivo; **3)** Atualização do valor da Contribuição assistencial patronal de representação da categoria econômica; **4)** Atualização do valor da Contribuição Confederativa praticada pelo SIRCESP; **5)** Autorização para negociação de cláusulas sociais aos representantes comerciais. São Paulo, 08 de abril de 2024. **Siram Cordovil Teixeira – Presidente do Sindicato.**

Sociedade Hípica Paulista

CNPJ nº 62.478.938/0001-79

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

O Presidente do Conselho Deliberativo convoca os associados Contribuintes, Remidos e Seniores da categoria "Proprietários" a se reunirem no próximo dia **26 de abril de 2024 (sexta-feira),** às 9h30 em 1ª convocação ou às 10h em 2ª convocação, na sede social da Sociedade, à Rua Quintana, 206 - Brooklin Novo, nesta Capital, em **Assembleia Geral Ordinária,** para apreciar e votar a aprovação das contas da Sociedade, concernente ao exercício de 2023, aprovadas, por unanimidade, pelo Conselho Deliberativo em reunião ordinária de **26/03/2024**. (Arts. 41, 44, 46, 47 e 49 do Estatuto Social). São Paulo, 10 de abril de 2024.

Luiz Antonio Rivetti - Presidente do Conselho Deliberativo

Gustavo Franco

‘Fazer ajuste sem corte de gastos agrada ao PT, mas não funciona’

Para ex-BC, divergências dentro do governo mantêm incerteza sobre os rumos da política fiscal

MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO - 22/3/2018

ENTREVISTA

Economista, passou por Ministério da Fazenda e Banco Central entre 1993 e 1999; é sócio da Rio Bravo Investimentos

CÍCERO COTRIM

Divergências entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o núcleo petista mais duro do governo têm mantido a índole da política fiscal indefinida, o que aumenta a incerteza no cenário do Banco Central. E isso pode afetar o debate sobre a taxa neutra de juros (*que não deprime nem estimula a atividade econômica*) no segundo semestre, quando a autoridade monetária deve definir o patamar da Selic no fim do ciclo de cortes. A avaliação é de Gustavo Franco, ex-presidente do BC e sócio-fundador da Rio Bravo Investimentos.

“Não é garantido que o que vai prevalecer como política fiscal seja estritamente o que o ministro Haddad definiu no arcabouço. Sabemos que a política fiscal é o resultado de influências que são contraditórias: uma para contrair, outra para expandir. O resultado disso só vamos ver no fim do exercício, e o Banco Central tem de trabalhar com essa dúvida”, disse ele, que conversou com o *Estadão/Broadcast* na semana passada, durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre (RS). A seguir, os principais trechos da entrevista:

Analistas de mercado têm expressado dúvidas sobre se o Banco Central vai poder cortar a taxa Selic tanto quanto se esperava depois da mudança da comunicação do Copom. Qual é a sua avaliação?

Como regra, eu não gosto de comentar decisões do Copom. A observação geral que eu teria a fazer é que o comitê está chegando a um momento em que, segundo o que está escrito, vai reduzir o ritmo de queda – não a partir da próxima reunião (*em maio*), mas da seguinte (*junho*). E que o momento de parar de cair vai chegar. A pergunta é até que nível o Copom vai cortar os juros, uma pergunta que leva ao debate sobre qual é a taxa neutra. Esse debate está aberto e vai ocorrer provavelmente até o segundo semestre, de uma forma mais operacional. E o problema é que vai ocorrer mais ou menos na mesma hora que estará em debate a sucessão de Roberto Campos Neto (*presidente do BC*), e um debate vai contaminar o outro.

Existe hoje uma preocupação sobre o nome que vai substituir Campos Neto?

Ainda não. Mas eu tenho a impressão de que, daqui a pouco, essa preocupação vai aparecer muito claramente.

“Esses problemas (interferências políticas em empresas como Petrobras) têm uma solução que começa com a letra ‘P’, e chama-se privatização”

A postura fiscal do governo, com um arcabouço que permite o crescimento real dos gastos, diminui o espaço para a Selic cair até o nível neutro? Ou estamos falando de um aumento do nível neutro?

O Banco Central deve ter e, de fato, tem um olhar sobre a política fiscal que considera os compromissos do ministro (*da Fazenda, Fernando*) Haddad, inclusive formalizados no arcabouço fiscal. Mas considera também o ponto de vista do partido do governo, o Partido dos Trabalhadores, e do próprio presidente (*Lula*), que é bastante mais flexível nesse assunto. Portanto, não é garantido que o que vai prevalecer como política fiscal seja estritamente o que o ministro Haddad definiu no arcabouço. Sabemos que a política fiscal é o resultado de influências que são contraditórias: uma para contrair, outra para expandir. O resultado disso só vamos ver no final do exercício, e o Banco Central tem de trabalhar com essa dúvida.

O ajuste feito pelo governo, apenas pelo lado da receita, tem dado resultado?

Eu acho que não. É cedo para dizer, até porque não teve nada muito contundente pelo lado da receita. E até pelo lado da receita a índole da política fiscal permanece muito indefinida, até pela diferença de opinião que existe sobre esse assunto dentro do governo. A ideia de fazer o ajuste pelo lado de aumento de impostos é boa no discurso, porque tem um sotaque progressista. Mas, na prática, é ruim. O mundo empresarial não gosta, já se paga muito imposto. E a ideia de que não tem nada para fazer na redução de despesas é errada. O governo abraçou essa ideia, e isso satisfaz um lado do governo, que é o lado petista, mas não funciona.

Parte do mercado tem mencionado a ideia de que as reformas dos últimos anos aumentaram o PIB potencial do Brasil. Esse é o diagnóstico correto?

Acho que sim, as reformas que vêm sendo feitas de forma incremental ao longo dos anos têm um impacto sobre a nossa capacidade de crescer. Não é nada muito avassalador, nada muito espetacular, mas existe. Quisera tivéssemos feito reformas que fizessem o produto potencial crescer de verdade.

Nas últimas semanas, as preocupações com uma interferência do governo em empresas como Petrobras e Vale cresceram. Esse é um problema?

Claro que sim, é horrível. É claro que o governo é acionista dessas empresas, e tem políticas para seus representantes nessas empresas. Mas, para começar, não é o único interessado no bom funcionamento dessas empresas. Em muitos casos, é contraditória a ação do governo. E é contraditória a existência de uma empresa que precisa atender a um objetivo que tem a ver com o interesse público, mas também tem um objetivo que é ter o melhor resultado para o sócio minoritário, privado. É o caso da Petrobras. Aí, fica uma permanente tensão política sobre se a Petrobras vai trabalhar para o seu acionista privado ou para o governo, se vai subsidiar a gasolina ou não, em benefício de quem e com que dinheiro. Esses problemas têm uma solução que começa com a letra ‘P’, e chama-se privatização. ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

CONEXÃO DIRETA COM
A NATUREZA

Um refúgio exclusivo para descansar e aproveitar cada momento!

Permita-se relaxar e recarregar suas energias
no Hotel Resort & Golfe Clube dos 500.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000 m² de área verde.

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!

Contas públicas Mexida no arcabouço

Câmara autoriza governo a antecipar R$ 15 bi em despesas

'Jabuti' foi incluído em projeto que recria o seguro de trânsito; texto ainda precisa passar por votação no Senado

IANDER PORCELLA
GIORDANNA NEVES
BRASÍLIA

A Câmara aprovou ontem uma alteração no arcabouço fiscal que permite ao governo antecipar cerca de R$ 15 bilhões em despesas diante do crescimento além do esperado da arrecadação no primeiro bimestre do ano. Essa autorização para liberar os recursos só seria feita depois de maio. A ideia é aproveitar o bom desempenho das receitas, agora, porque a arrecadação no segundo bimestre é mais incerta.

A manobra foi realizada com a inclusão de um "jabuti" (matéria estranha ao texto principal) no projeto de lei que recria um seguro nos moldes do antigo DPVAT, para vítimas de acidentes de trânsito, que deixou de ser cobrado no governo Bolsonaro. Foram 304 votos a favor e 136 contra. O texto segue agora para análise do Senado.

Pelo dispositivo aprovado pelos deputados, o governo fica autorizado neste ano a abrir um crédito suplementar que amplia o limite de despesas da regra fiscal após o primeiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, que foi divulgado no fim de março.

O documento apontou um incremento na arrecadação com a mudança de taxação dos fundos de investimentos exclusivos, uma das medidas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aprovadas ano passado no Congresso.

A antecipação de despesas do governo pode ocorrer desde que observado o crescimento real da receita líquida ajustada, a meta de resultado primário e o limite de crescimento real (acima da inflação) da despesa de 2,5%, previsto no arcabouço fiscal.

No Orçamento, o Executivo previu um crescimento de 1,7% das despesas neste ano – a diferença para o teto é cerca de R$ 15 bilhões. O "jabuti" foi incluído pelo relator substituto no plenário, deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA), um dos vice-líderes do governo na Câmara.

Com administração da Caixa Econômica Federal, o novo DPVAT se chamará Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT) (*mais informações nesta página*).

"É importante dizer que, do ponto de vista do regime fiscal, estamos apenas autorizando que o Poder Executivo envie um crédito suplementar levando em conta o excesso de arrecadação no primeiro bimestre de 2024", disse o líder do PT, Odair Cunha (MG). "A lei já tinha essa previsão na análise do relatório financeiro do segundo bimestre. Estamos estabelecendo que isso poderá ser feito no relatório do primeiro."

"É importante antecipar essas receitas para bancar investimentos públicos, os programas sociais", defendeu também o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). A medida, contudo, foi criticada pela oposição. "Não é assim que se governa, não é com essa ferocidade fiscal", disse o deputado Bibo Nunes (PL-RS). ●

'Pai' da mudança
'Jabuti' foi incluído pelo relator substituto no plenário, deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA)

Texto prevê cobrança anual de donos de automóveis

A proposta para a criação do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT) aprovada pelos deputados permite o retorno da cobrança anual do seguro de todos os donos de veículos automotores. O valor não está definido.

O SPVAT prevê indenizações por morte e invalidez permanente, além de reembolso de despesas com serviços funerários; reabilitação de vítimas de acidentes; e assistência médica, incluindo fisioterapia, medicamentos, equipamentos ortopédicos, próteses e outras medidas terapêuticas, desde que não estejam disponíveis pelo SUS. De acordo com o texto, os valores das indenizações serão estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

O DPVAT foi extinto em 2019. Desde 2021, a Caixa operava o seguro de forma emergencial, após o fim do consórcio de seguradoras privadas que era responsável pelo fundo antes. Os recursos arrecadados até a extinção do DPVAT foram suficientes para pagar indenizações e reembolsos até novembro de 2023. Desde então, os pagamentos estão suspensos. ● I.P. e G.N.

INÊS 249

HÉLIO BORENSTEIN S.A. ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO

CNPJ nº 52.541.307/0001-01

Relatório da Diretoria 2023

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Hélio Borenstein S.A. Administração, Participações e Comércio, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado com o encerrado em 31 de dezembro de 2022. Mogi das Cruzes, 10 de abril de 2024 **A Diretoria**

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo circulante:				
Caixa e equivalentes a caixa	6.905	463	156.647	196.914
Títulos e valores mobiliários	–	–	316.766	445.020
Contas a receber	270	–	778.855	485.639
Imóveis a comercializar	–	–	2.240.603	2.135.996
Outros ativos	234	155	187.245	120.281
Total do ativo circulante	7.409	618	3.680.116	3.383.850
Ativo não circulante:				
Contas a receber	–	–	326.392	319.229
Imóveis a comercializar	–	–	1.316.690	993.325
Partes relacionadas	25.298	22.734	274.919	26.354
Outros ativos	17	17	123.475	165.624
Tributos Diferidos	–	–	46.854	61.088
Investimentos	1.535.692	1.188.224	850.470	783.343
Propriedades para investimentos	13.840	13.100	4.043.893	3.618.418
Imobilizado	2.312	2.954	89.454	108.913
Intangível	–	–	2.760	2.497
Total do ativo não circulante	1.577.159	1.227.029	7.074.907	6.078.791
Total do ativo	1.584.568	1.227.647	10.755.023	9.462.641

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo circulante:				
Empréstimos e financiamentos	33.741	66.474	926.555	812.441
Fornecedores	33	12	55.999	40.093
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	49	56	29.401	22.948
Tributos diferidos	–	–	13.939	10.521
Adiantamentos de clientes	–	–	337.946	147.241
Contas a pagar aquisição de imóveis	–	–	164.390	191.031
Contas a pagar	–	–	56.732	55.463
Partes relacionadas	–	–	46.399	34.876
Total do passivo circulante	33.823	66.542	1.631.361	1.314.614
Empréstimos e financiamentos	263.504	242.013	2.540.190	2.481.845
Tributos diferidos	3.940	3.688	219.157	171.357
Adiantamentos de clientes	–	–	784.272	505.381
Contas a pagar aquisição de imóveis	–	–	661.471	592.311
Contas a pagar	–	–	44.181	52.565
Provisão para demandas judiciais	–	–	25.523	17.908
Total do passivo não circulante	267.444	245.701	4.274.794	3.821.367
Patrimônio líquido:				
Capital social	900.000	721.454	900.000	721.454
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	–	30.400	–	30.400
Programa de opção compra de ações - reflexos da controlada HBR	1.701	936	1.701	936
Ações em tesouraria - reflexos da controlada Helbor e HBR	(11.119)	(9.536)	(11.119)	(9.536)
Ajuste de avaliação patrimonial	51.555	41.493	51.555	41.493
Ganho por variação de participação societária	252.272	65.729	252.272	65.729
Reserva legal	1.977	3.712	1.977	3.712
Reserva de Lucros	86.915	61.216	86.915	61.216
Patrimônio líquido da controladora	1.283.301	915.404	1.283.301	915.404
Participação de acionistas não controladores	–	–	3.565.567	3.411.256
Total do patrimônio líquido	1.283.301	915.404	4.848.868	4.326.660
Total do passivo e patrimônio líquido	1.584.568	1.227.647	10.755.023	9.462.641

Demonstrações do resultado - 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita líquida	1.103	1.128	1.425.007	1.043.332
Custos	(14)	(1)	(937.357)	(675.808)
Lucro bruto	1.089	1.127	487.650	367.524
Receitas e (despesas):				
Despesas gerais e administrativas	(2.638)	(5.362)	(141.607)	(125.418)
Despesas comerciais	(1)	(30)	(113.403)	(89.868)
Despesas tributárias	(263)	(397)	(9.968)	(9.486)
Outras receitas (despesas) liquidas	440	13.021	(24.850)	16.865
Ganho por valor justo da propriedade para investimentos	740	410	430.287	200.587
Resultado de equivalência patrimonial	84.195	41.208	30.269	18.705
Resultado antes do resultado financeiro	83.562	49.977	658.378	378.909
Despesas financeiras	(46.907)	(40.645)	(242.616)	(241.317)
Receitas financeiras	3.133	2.480	77.560	106.648
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.788	11.812	493.322	244.240
Imposto de renda e contribuição social	(252)	(1.217)	(97.927)	(46.611)
Lucro do exercício	39.536	10.595	395.395	197.629
Lucro do exercício atribuível à:				
Acionistas controladores			39.536	10.595
Acionistas não controladores			355.859	187.034
Lucro do exercício			395.395	197.629

Demonstrações do resultado abrangente - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (*Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro do exercício	**39.536**	**10.595**	**395.395**	**197.629**
Ajuste de avaliação patrimonial - reflexos de controladas	10.062	413	10.062	413
Resultado abrangente	**49.598**	**11.008**	**405.457**	**198.042**
atribuível à:				
Acionistas controladores			49.598	11.008
Acionistas não controladores			355.859	187.034
Resultado abrangente do exercício			405.457	198.042

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto - 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fluxo operacional das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	39.788	11.812	493.322	244.240
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	642	699	31.563	25.072
Ajuste a valor presente	–	–	1.485	7.093
Provisão para demandas judiciais	–	–	5.603	(8.237)
Provisão para risco de crédito e distrato	–	–	30.151	(8.820)
Provisão para perda na realização de imóveis	–	–	45.403	224
Tributos diferidos - CSLL e IRPJ	–	(3.170)	–	(3.170)
Tributos diferidos - Pis e Cofins	–	–	1.547	2.061
Apropriação de juros e variação cambial sobre financiamentos	44.026	37.848	398.829	342.368
Atualização sobre contas a pagar de aquisição de imóveis	–	–	35.916	11.789
Encargos financeiros sobre financiamentos amortizados (capitalizados)	–	–	130.512	57.586
Resultado de equivalência patrimonial	(84.195)	(41.208)	(30.269)	(18.705)
Baixa do Custo de Participação Societária	–	–	691	175
Redução de Capital (Cisão)	–	–	–	10.609
Ajuste de avaliação patrimonial - CEPAC	–	–	–	(2.239)
Programa de opção compra de ações	–	–	728	971
Provisão para ajuste de valor justo investimentos	–	–	–	(3.531)
Baixa de propriedades para investimentos	–	3.289	–	3.289
Ajuste a valor justo propriedades para investimento	(740)	(410)	(430.289)	(169.303)
Reversão de propriedade para investimento	–	–	7.168	–
Variações de ativos e passivos				
Contas a receber	(270)	–	(348.606)	(148.802)
Adiantamentos	–	–	(4.241)	(5.369)
Imóveis à comercializar	–	–	(164.890)	(334.272)
Tributos a recuperar	–	–	(5.631)	(5.044)
Depósitos judiciais	–	–	(1.604)	5.286
Outros ativos	(79)	10	(173.333)	50.116
Contas a receber de partes relacionadas	–	7.074	–	(1.542)
Contas a pagar de partes relacionadas	–	–	–	(48.226)
Fornecedores	21	(4)	15.905	(21.761)
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	(7)	(1)	7.006	4.652
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(34.577)	(46.281)
Adiantamentos de clientes	–	–	259.296	(82.176)
Credores por imóveis compromissados	–	–	(50.341)	(46.741)
Contas a pagar	–	–	(2.058)	(99.260)
Provisão para demandas judiciais	–	–	2.012	2.974
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(37.019)	(36.656)	(286.739)	(226.825)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	**(37.833)**	**(20.717)**	**(65.441)**	**(511.799)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	(84.002)	–	(133.470)	(70.097)
Transações de capital	–	–	(5)	6
Imobilizado e intangível	–	(3.074)	(38.261)	(35.331)
Dividendos recebidos	–	–	7.092	5.989
Títulos e valores mobiliários	–	–	128.254	203.528
Partes relacionadas, líquidas	2.093	–	(227.265)	–
Propriedades para investimentos	–	(4)	(9.809)	(603.849)
Aquisições de imóveis	–	–	53.827	342.864
Outras movimentações	–	–	(795)	–
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	**(81.909)**	**(3.078)**	**(220.432)**	**(156.890)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	125.000	115.000	1.276.268	1.209.604
Pagamento de aquisições de imóveis	–	–	(59.175)	(74.715)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	144.434	30.400	144.434	30.400
Pagamentos de principal dos empréstimos e financiamentos	(143.250)	(127.126)	(1.215.898)	(712.822)
Pagamentos de dividendos	–	–	(12.125)	(23.980)
Participação de acionistas não controladores	–	–	112.102	244.174
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**126.184**	**18.274**	**245.606**	**672.661**
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.442**	**(5.521)**	**(40.267)**	**3.972**
Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do exercício	463	5.984	196.914	192.942
No fim do exercício	6.905	463	156.647	196.914
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.442**	**(5.521)**	**(40.267)**	**3.972**

DVA - Demonstrações do valor adicionado - 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
1. Receitas				
1.1 Receita com vendas de imóveis	–	–	1.269.674	906.231
1.2 Taxa de Administração	–	–	16.243	11.324
1.3 Receitas com aluguel de imóveis próprios	1.256	1.243	176.694	156.324
1.4 Receitas (despesas) operacionais	1.180	13.431	15.992	61.008
1.5 Ajuste valor justo propriedades para investimentos	–	–	388.175	159.134
	2.436	**14.674**	**1.866.778**	**1.294.021**
2. Insumos				
2.1 Custo dos imóveis vendidos e serviços	–	–	(921.775)	(667.581)
2.2 Custo de aluguel de imóveis	(14)	(264)	(12.372)	(6.110)
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.671)	(2.533)	(163.486)	(139.346)
3.Valor Adicionado Bruto	**751**	**11.877**	**769.145**	**480.984**
4.Retenções				
4.1 Depreciação e amortização	(345)	(2.000)	(7.178)	(5.332)
	(345)	(2.000)	(7.178)	(5.332)
5.Valor Adicionado Líquido produzido (3-4)	**406**	**9.877**	**761.967**	**475.652**
6.Valor Adicionado Recebido em Transferência				
6.1 Equivalência Patrimonial	84.195	41.208	30.269	18.705
6.2 Receitas Financeiras	3.133	2.480	77.560	108.768
	87.328	**43.688**	**107.829**	**127.473**
7.Valor Total Adicionado a Distribuir (5+6)	**87.734**	**53.565**	**869.796**	**603.125**
8.Distribuição do Valor Adicionado				
8.1 Pessoal e Encargos				
8.1.1 Remuneração direta	406	396	60.924	54.036
8.1.2 Benefícios	115	97	11.372	9.562
8.1.3 FGTS	13	12	2.522	2.373
	534	**505**	**74.818**	**65.971**
8.2 Impostos Taxas e Contribuições				
8.2.1 Federais	641	1.537	146.049	88.312
8.2.2 Estaduais	15	15	47	43
8.2.3 Municipais	18	130	7.303	6.360
	674	**1.682**	**153.399**	**94.715**
8.3 Juros e Aluguel				
8.3.1 Juros	46.700	40.520	233.585	228.911
8.3.2 Aluguéis	–	–	578	269
8.3.3 Outras	290	263	12.021	15.628
	46.990	**40.783**	**246.184**	**244.808**
8.4 Remuneração de Capitais Próprios				
8.4.1 Lucro (prejuízo) do exercício	39.536	10.595	39.536	10.595
8.4.2 Acionistas não controladores	–	–	355.859	187.036
	39.536	**10.595**	**395.395**	**197.631**
Total Distribuição do Valor Adicionado	**87.734**	**53.565**	**869.796**	**603.125**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Ações em tesouraria - Reflexo da controlada Helbor e HBR	Programa de opção compra de ações - reflexos da controlada HBR	Ajuste de avaliação patrimonial	Ganho por variação de participações societárias	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	721.454	–	(9.536)	–	46.887	66.334	3.183	60.471	–	888.793	3.005.862	3.894.655
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	10.595	10.595	187.034	197.629
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	30.400	–	–	–	–	–	–	–	30.400	–	30.400
Ganho por variação de participações societárias - Reflexo da controlada HBR	–	–	–	–	–	–	–	(2.194)	–	(2.194)	–	(2.194)
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas Helbor e HBR	–	–	–	–	(523)	–	–	(7.127)	–	(7.650)	–	(7.650)
Realização de ajuste a valor justo de propriedade para investimentos	–	–	–	–	(4.871)	–	–	–	–	(4.871)	–	(4.871)
Programa de opção de compra de ações - Reflexo da controlada HBR	–	–	–	936	–	(605)	–	–	–	331	–	331
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	529	–	(529)	–	–	–
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	–	10.066	(10.066)	–	–	–
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	218.360	218.360
Saldos em 31 de dezembro de 2022	721.454	30.400	(9.536)	936	41.493	65.729	3.712	61.216	–	915.404	3.411.256	4.326.660
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	39.536	39.536	355.859	395.395
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	144.434	–	–	–	–	–	–	–	144.434	–	144.434
Aumento de capital	178.546	(174.834)	–	–	–	–	(3.712)	–	–	–	–	–
Ganho por variação de participações societárias - Reflexo da controlada HBR	–	–	–	–	–	186.543	–	–	–	186.543	–	186.543
Ganhos e perdas em investimentos - Reflexo da coligada Brisa	–	–	–	–	–	–	–	(1.032)	–	(1.032)	–	(1.032)
Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas Helbor e HBR	–	–	–	–	1.351	–	–	(10.828)	–	(9.477)	–	(9.477)
Realização de ajuste a valor justo de propriedade para investimentos - Reflexo da controlada HBR	–	–	–	–	8.711	–	–	–	–	8.711	–	8.711
Ações em tesouraria - Reflexo da controlada HBR	–	–	(1.583)	–	–	–	–	–	–	(1.583)	–	(1.583)
Programa de opção de compra de ações - Reflexo da controlada HBR	–	–	–	765	–	–	–	–	–	765	–	765
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	1.977	–	(1.977)	–	–	–
Retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	–	37.559	(37.559)	–	–	–
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(201.548)	(201.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	900.000	–	(11.119)	1.701	51.555	252.272	1.977	86.915	–	1.283.301	3.565.567	4.848.868

Henrique Borenstein - Presidente

Acyr de Oliveira Pereira - Contador - CRC 1SP 220.266/O-0

Energia elétrica Alteração de última hora

Sob pressão, governo muda MP da conta de luz

Políticos de MG e do Nordeste foram contrários ao uso de fundos regionais para redução do reajuste tarifário no Amapá

MARIANA CARNEIRO
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

Em uma mudança de última hora, o governo alterou ontem a medida provisória da conta de luz, que busca reduzir o preço da energia elétrica no curto prazo. O objetivo da mudança foi atender a pleitos de governadores e senadores do Nordeste e de Minas Gerais – esses últimos liderados pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Os dois grupos se colocaram de forma contrária à destinação de verbas de fundos regionais, abastecidos pela Eletrobras, para a redução do reajuste tarifário no Estado do Amapá, ação que também consta da MP. O cerne do texto é a antecipação de pagamentos da privatização da Eletrobras com vistas a amenizar o reajuste tarifário em todo o País, mas de forma mais intensa no Amapá – que teve previsão de aumento de 44%.

"Nós estamos com um problema sério: tarifa de energia. E o presidente Lula quer buscar soluções e quer encarar o problema", afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, após a assinatura da MP.

Em relação ao Amapá, a versão original da MP previa o uso dos recursos de três fundos para amenizar o reajuste de dois dígitos: um ligado às usinas hidrelétricas de Furnas, localizadas em Minas Gerais; outro para a revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, que cortam a região Nordeste; e um terceiro voltado à Amazônia Legal.

Diante das reclamações dos dois grupos, o governo alterou a redação e previu que apenas o fundo da Amazônia Legal será destinado a esse fim. Atualmente, essa conta possui R$ 428,1 milhões, fruto de dois aportes realizados pela Eletrobras em 2023 e 2024. Outros oito depósitos, no valor de R$ 295 milhões, ainda serão feitos pela empresa – privatizada na gestão de Jair Bolsonaro.

> **Valores**
>
> **3,5% a 5%** é a estimativa de corte na conta de energia, segundo o ministro Alexandre Silveira

O **Estadão** apurou que, com essa antecipação, o reajuste no Amapá cairá de 44% para 9%. O Amapá é o Estado natal do senador Davi Alcolumbre (União), aliado de Silveira e de Pacheco, a quem deve suceder na presidência do Senado.

REAÇÃO. A mudança no texto irritou parlamentares da região Norte. O relator do projeto de lei que autorizou a privatização da Eletrobras e líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), criticou a iniciativa. "Vamos reunir a bancada do Amazonas para discutir como nos posicionar sobre essa MP."

Ele também fez críticas a outra antecipação de recursos da Eletrobras, que serão destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). "(*Antecipar*) outorga pode ser uma solução estrutural, desde que seja com objetivo de reduzir os custos estruturais."

Pela MP, R$ 32 bilhões serão destinados pela empresa à CDE, em 25 anos, para atenuar reajustes tarifários em todo o País. Desse total, R$ 26 bilhões ainda estão pendentes de pagamento e serão antecipados. Mas isso não terá impacto no balanço da Eletrobras, uma vez que se trata de operação financeira (securitização) de venda de recebíveis futuros.

O objetivo é liquidar dois empréstimos bilionários contratados pelas distribuidoras ao longo dos últimos anos: a "conta covid" (feito em 2020) e a "conta escassez hídrica" (de 2022).

A quitação, segundo o governo, reduziria ou até zeraria o impacto dos reajustes tarifários previstos para este ano – que devem ficar, em média, em 4,67%, segundo estimativa da TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia. De acordo com Silveira, a redução potencial nas contas será entre 3,5% e 5%.

Apesar de buscar reduzir a conta de luz no curto prazo, a MP também prorroga subsídios que oneram o consumidor final. O texto estende por 36 meses o prazo para entrada em operação de projetos de fontes renováveis que contam com descontos nas tarifas de transmissão (Tust) e distribuição (Tusd).

> **Cenário**
>
> **A prorrogação de subsídios para projetos de energia renovável vai encarecer a conta a médio prazo**

A Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia, estimou um impacto de R$ 4,5 bilhões ao ano com a prorrogação do benefício. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os subsídios representam, atualmente, 13,1% da tarifa dos consumidores residenciais. ●

INÊS 249

BANCO SOFISA S.A. - CNPJ: 60.889.128/0001-80 - NIRE: 35.300.100.638

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de novembro de 2023

Data, Hora, Local: 16.11.2023, às 10hs, na sede social, na Alameda Santos, 1.496, Bairro Cerqueira César, São Paulo/SP. **Presença:** Acionistas representando mais de 91% do capital social votante. **Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado no jornal O Estado de São Paulo nos dias 08, 09 e 10 de novembro. **Mesa:** Presidente: Gilberto Maktas Meiches, Presidente do Conselho de Administração. Secretário: Alexandre Burmaian. **Deliberações Aprovadas**: **1** – A reforma do Estatuto Social para alterar o número de diretores, conforme o artigo 17, *caput* e § 1º, que passam a viger: Artigo 17. A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 4 e, no máximo, 15 membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, residentes no Brasil, acionistas ou não, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. § 1º. A Diretoria terá 1 cargo de Diretor Presidente, até 2 cargos de Diretor Vice-Presidentes, e até 12 cargos de Diretor sem designação específica. **2 –** Consolidado o Estatuto Social em decorrência das alterações acima mencionadas. A eficácia das deliberações acima está condicionada a homologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil, cujo original foi lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia e assinado por todos os acionistas presentes, ficando autorizada a sua publicação. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 16.11.2023. Gilberto Maktas Meiches - Presidente, Alexandre Burmaian - Secretário. JUCESP nº 130.777/24-9 em 01.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Anexo I - **Estatuto Social - Capítulo I** - **Denominação, Sede, Foro e Duração: Artigo 1º**. **Banco Sofisa S.A**. ("Sociedade") é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que se regerá pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **§ Único**. Por deliberação do Conselho de Administração, a Sociedade poderá instalar e suprimir agências, filiais, representações, escritórios, sucursais e outras dependências em qualquer localidade do Brasil ou do exterior, e participar de outras sociedades, observadas as prescrições legais e obtidas as autorizações regulamentares pertinentes. **Artigo 3º**. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II** - **Objeto Social: Artigo 4º**. A Sociedade tem por objeto social: (i) a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (Comercial, de Investimento, de Arrendamento Mercantil e de Crédito, Financiamento e Investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor; e (ii) a atividade de consultoria de valores mobiliários, compreendendo a prestação de serviços de orientação, recomendação e aconselhamento sobre investimentos no mercado de valores mobiliários. **Capítulo III - Capital e Ações: Artigo 5º**. O Capital Social é de R$ 635.700.092,85, dividido e representado por 137.492.121 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 97.140.150 ações ordinárias e 40.351.971 ações preferenciais. **§ 1º**. Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade. **§ 2º**. A cada ação ordinária corresponderá 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Sociedade. **§ 3º**. Ressalvada as hipóteses previstas em Lei, as ações preferenciais não têm direito a voto nas Assembleias Gerais, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: (i) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (ii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. **§ 4º.** Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 ação ordinária para 1 ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal, bem como a regulamentação vigente sobre transferência de controle. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria. **Artigo 6º**. É facultado à Sociedade emitir ações ordinárias e preferenciais, sem guardar proporção com as espécies e/ou classes já existentes ou que possam vir a existir, observado quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei. **§ Único.** Observadas as exceções previstas em Lei, os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações de qualquer espécie ou classe, proporcionalmente à sua participação no capital social da Sociedade, na emissão de bônus de subscrição, e de quaisquer outros valores mobiliários conversíveis em ações. **Artigo 7º.** A Sociedade está autorizada a aumentar o Capital Social até o limite de R$1.100.000.000,00, independentemente de reforma estatutária. **§ 1º.** O aumento do capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão de ações, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Em caso de aumento de capital decorrente da incorporação de reservas, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, a competência será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **§ 2º.** Observado o disposto acima, dentro do limite do capital autorizado, a Sociedade poderá emitir ações e bônus de subscrição. **Capítulo IV** - **Assembleia Geral: Artigo 8º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro meses subsequentes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, observadas as prescrições legais que disciplinam a matéria. **Artigo 9º.** A Assembleia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um dos presentes, acionista ou não, para secretariar os trabalhos da mesa. **§ Único.** Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, as atividades mencionadas no *caput* deste artigo serão realizadas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Artigo 10.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, ressalvadas as exceções previstas em Lei. **§ 1º.** É permitida a representação do acionista por procurador que seja acionista ou administrador da Sociedade, ou por advogado, desde que o instrumento respectivo tenha sido constituído há menos de 1 ano. **§ 2º.** O acionista que se fizer representar por procurador deverá, nos 5 dias que antecederem a Assembleia Geral, apresentar à Sociedade o instrumento de mandato e os documentos necessários ao exame do respectivo instrumento. **Capítulo V** - **Administração Seção I - Disposições Gerais: Artigo 11.** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da Lei e deste Estatuto Social. **Artigo 12.** A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Sociedade, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição, observado o disposto no *caput* do Artigo 152 da Lei 6.404/76, bem como as normas pertinentes à Política de Remuneração de Administradores estabelecidas pelas autoridades monetárias. **Seção II - Conselho de Administração: Artigo 13.** O Conselho de Administração é órgão colegiado, composto por, no mínimo, 4 e, no máximo, 7 membros, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, que indicará dentre eles o Presidente e o Vice-Presidente, com mandato unificado de 3 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** A Assembleia Geral determinará, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos em cada mandato. **§ 2º.** O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários do Vice-Presidente, o Presidente designará o substituto dentre os demais membros. **§ 3º.** No caso de vacância de qualquer cargo do Conselho de Administração que reduza sua composição para menos de 4 membros, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral no prazo de 120 dias para eleger o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. Nos demais casos, o Conselho de Administração funcionará com o número de membros remanescente até o término do mandato de seus membros. **§ 4º.** Nos casos de impedimento temporário ou ausência, os Conselheiros serão substituídos entre si, por indicação do Presidente. **Artigo 14.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do seu Presidente ou de qualquer um dos seus membros. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante envio de e-mail (mediante confirmação de recebimento, ainda que automática) ou carta entregue em mãos, com 2 dias de antecedência, contendo a pauta das matérias a serem tratadas, instalando-se e deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros. Independentemente de convocação, será considerada regular a reunião se todos os seus membros estiverem presentes. **§ 1º.** As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração. **§ 2º.** Em caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração, o Presidente terá também o voto de qualidade. **§ 3º.** Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas e arquivadas no Registro do Comércio as que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 15.** Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e criar mecanismos internos para a verificação do cumprimento de suas determinações; (ii) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, da Assembleia Geral Extraordinária; (iii) eleger e destituir Diretores, membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração, indicar seus substitutos nos casos de impedimento, ausência ou vacância e fixar-lhes as funções, além daquelas já estabelecidas em lei e no presente Estatuto Social; (iv) aprovar os limites operacionais e de crédito e definir o regime de alçadas; (v) estabelecer e avaliar, periodicamente, os limites máximos de operações de crédito para empresas financeiras e não financeiras; (vi) deliberar, "ad-referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no balanço semestral ou anual; (vii) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio; (viii) aprovar planos e orçamentos semestrais, anuais ou plurianuais para operações, investimentos e atividades administrativas; (ix) manifestar-se sobre os relatórios da administração e as contas da Diretoria; (x) deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado; (xi) propor o aumento de capital à Assembleia Geral Extraordinária, quando conveniente, pela incorporação de reservas ou por emissão e subscrição de ações; (xii) escolher e destituir os auditores independentes, nos termos da recomendação do Comitê de Auditoria, quando instalado, conforme Artigo 31, (ii); (xiii) submeter à Assembleia Geral proposta de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social; (xiv) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo certo entretanto que a aquisição de ações de emissão da Sociedade deverá ser feita de forma proporcional entre os acionistas que desejarem alienar suas ações à Sociedade e, em qualquer caso de aquisição ou venda, observado, ainda, o disposto no Artigo 48; (xv) supervisionar o planejamento, operacionalização, controle e revisão da Política de Remuneração elaborada pelo Comitê de Remuneração; (xvi) aprovar a Política de Remuneração elaborada pelo Comitê de Remuneração; (xvii) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; e (xviii) deliberar sobre os casos extraordinários ou omissos, orientando-se por este Estatuto Social e pela legislação vigente. **Artigo 16.** Compete ao Presidente do Conselho de Administração: (i) convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais; (ii) convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; e (iii) diligenciar para que sejam cumpridas as resoluções do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais. **Seção III - Diretoria: Artigo 17.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 4 e, no máximo, 15 membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, residentes no Brasil, acionistas ou não, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** A Diretoria terá 1 cargo de Diretor Presidente, até 2 cargos de Diretor Vice-Presidentes, e até 12 cargos de Diretor sem designação específica. **§ 2º.** No caso de vacância de (i) cargo de Diretores sem designação específica ou do Diretor Vice-Presidente, que reduza a composição da Diretoria para menos de 4 membros; ou (ii) do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração elegerá o respectivo Diretor substituto que completará o mandato do substituído, sendo certo que nessas hipóteses o prazo para convocação do Conselho de Administração será de 120 dias e 10 dias, respectivamente, ambos contados da data da vacância. Nos demais casos, a diretoria funcionará com o número de membros remanescente até o término do mandato de seus membros. **§ 3º.** Em seus impedimentos ou ausências temporárias, o Diretor Presidente será substituído por um dos Diretores Vice-Presidentes. Se ambos os cargos de Diretor Vice-Presidentes estiverem vagos, o Presidente do Conselho de Administração indicará um Diretor sem designação específica para a função de Diretor Presidente. **Artigo 18.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de qualquer um dos seus membros, instalando-se e deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade. **§ Único.** As atas de Reunião da Diretoria serão lavradas em livro próprio e apenas serão publicadas e arquivadas no Registro do Comércio quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 19.** Compete à Diretoria a direção dos negócios da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, cabendo-lhe, além das atribuições legais: (i) cumprir as disposições deste Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração; e (ii) levantar balanços semestrais, elaborar e apresentar anualmente à Assembleia Geral Ordinária as demonstrações financeiras e o relatório de administração, bem como assiná-los e publicá-los. **Artigo 20.** Compete ao Diretor Presidente: (i) presidir as reuniões da Diretoria; (ii) orientar as atividades dos demais Diretores; (iii) d elegar poderes à Diretoria para a prática de atos administrativos de sua competência; e (iv) submeter ao Conselho de Administração, para posterior envio à Assembleia Geral Ordinária, relatório sobre a gestão da Diretoria acompanhado de pareceres do Conselho Fiscal, e do Comitê de Auditoria, quando instalados, e da auditoria independente, na forma do Artigo 31 e da regulamentação em vigor. **Artigo 21.** Compete aos Diretores Vice-Presidentes: (i) colaborar com o Diretor Presidente no desempenho de suas funções; e (ii) exercer as atribuições específicas que lhe forem outorgadas em reunião do Conselho de Administração. **Artigo 22.** Compete aos Diretores, inclusive Diretor Presidente e Diretores Vice-Presidentes: (i) representar a Sociedade ativa e passivamente, na forma do presente Estatuto, em Juízo e fora dele, podendo constituir procuradores com poderes específicos, inclusive para prestar depoimento pessoal em Juízo e designar prepostos; (ii) exercer as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração, bem como cumprir as atribuições específicas que lhes forem outorgadas em reunião da Diretoria; e (iii) conduzir os negócios e serviços da Sociedade dentro das áreas de atuação que lhes forem atribuídas, particularmente quanto ao planejamento e desenvolvimento, administração, controles e atividades financeiras. **Artigo 23.** A Sociedade considerar-se-á obrigada ou exonerará terceiros de responsabilidade para com ela: I. nos contratos relativos à aquisição e alienação de bens imóveis, nos contratos que envolvam ônus reais sobre o patrimônio da Sociedade, bem como na emissão de Notas Promissórias e Letras de Câmbio, pelas assinaturas em conjunto de dois Diretores, qualquer que seja a denominação ou cargo ocupado; e II. nos demais contratos, negócios e procedimentos de rotina da Sociedade que não envolvam atos privativos de administradores cuja eleição tenha sido homologada pelo Banco Central do Brasil: (i) pelas assinaturas em conjunto de dois Diretores, qualquer que seja a denominação ou cargo ocupado; (ii) pelas assinaturas em conjunto de um Diretor e um procurador; ou (iii) pelas assinaturas em conjunto de dois procuradores ou de um único procurador, conforme estabelecido no instrumento de procuração. **Artigo 24.** A constituição de procuradores deverá obedecer as seguintes determinações: **§ 1º.** Para a constituição de procuradores com poderes de cláusula "extra judicia" a Sociedade será representada por 2 Diretores, em conjunto. **§ 2º**. Caso a procuração constitua somente 1 procurador para agir isoladamente, um dos Diretores outorgantes de poderes deverá ser o Diretor Presidente. **§ 3º**. Nas hipóteses previstas no § 1º e § 2º acima, o respectivo instrumento de procuração deverá especificar todos os poderes, os atos e operações que poderão ser praticados, bem como a duração do mandato, que não poderá ser superior a 1 ano, observadas as limitações legais e estatutárias. **§ 4º.** Para a constituição de procurador com poderes de cláusula "ad judicia" a Sociedade será representada por 2 Diretores, em conjunto, podendo o mandato não conter prazo de vigência, observadas as limitações legais e estatutárias. **Artigo 25.** É vedada a qualquer dos membros da Diretoria a prática de atos de liberalidade à custa da Sociedade, permitida a concessão de avais, fianças e outras garantias, em nome da Sociedade, desde que pertinentes ao seu objeto social. **Seção IV - Normas Comuns ao Conselho de Administração e à Diretoria: Artigo 26.** Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente, após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil. **§ 1º.** Vencido o prazo de seus mandatos, os Conselheiros e os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos. **§ 2º.** Ficam os Conselheiros e os Diretores, eleitos ou designados, dispensados da prestação de caução ou de outra garantia para o exercício de seus mandatos. **Capítulo VI - Conselho Fiscal: Artigo 27.** A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com as atribuições e poderes conferidos em lei. **Artigo 28.** O Conselho Fiscal somente será instalado por determinação da Assembleia Geral, que elegerá os seus membros e fixará a sua remuneração. **§ Único.** O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. **Artigo 29.** Instalado o Conselho Fiscal, em caso de renúncia, vacância ou licença por mais de 2 meses, será o cargo de Conselheiro Fiscal ocupado pelo respectivo suplente, convocado pelo Presidente do Conselho de Administração. **Capítulo VII - Comitê de Auditoria: Artigo 30.** Caso a legislação imponha, ou o Conselho de Administração, facultativamente, determine a sua instalação, a Sociedade terá um Comitê de Auditoria, o qual será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de controles internos, riscos, auditoria interna e auditoria independente, conforme a regulamentação em vigor. **§ 1º.** O Comitê de Auditoria será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, devendo pelo menos um deles possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade. **§ 2º.** O Conselho de Administração fixará a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento, incluindo a contratação de especialistas para auxílio no cumprimento de suas atribuições, quando necessário. O membro do Comitê de Auditoria não receberá nenhum outro tipo de remuneração da sociedade ou de suas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria, exceto naqueles casos em que o membro do Comitê de Auditoria seja também membro do Conselho de Administração e opte por receber sua remuneração pelas funções desempenhadas neste órgão. **§ 3º.** O prazo do mandato dos membros do Comitê de Auditoria é de 05 anos. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria estender-se-á até a posse dos seus substitutos, nos termos previstos na regulamentação em vigor. **§ 4º.** Para até um terço dos membros do Comitê de Auditoria, o mandato pode ser renovado pelo prazo máximo de até 10 anos consecutivos e, para os demais membros, de até 5 anos consecutivos. **§ 5º**. A destituição dos membros do Comitê de Auditoria depende de deliberação tomada pela maioria dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, presentes em reunião convocada para este fim. **Artigo 31.** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria, sempre relacionadas às atividades da Sociedade e de seu conglomerado prudencial: (i) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição de seus acionistas; (ii) recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como sua remuneração, e a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário; (iii) revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais e semestrais, inclusive as notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do auditor independente; (iv) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos; (v) avaliar o cumprimento pela administração da Sociedade das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; (vi) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (vii) recomendar à Diretoria a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (viii) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos dos trabalhos; (ix) verificar o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria; (x) reunir-se com o Conselho Fiscal, quando instalado, e com o Conselho de Administração, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (xi) sugerir ao Conselho de Administração as medidas necessárias para promover: (a) o cumprimento das normas internas da Sociedade; e (b) o enquadramento disciplinar dos responsáveis (autores ou respectivo superiores hierárquicos) pelas falhas apuradas, sempre que a análise da matéria o recomendar; (xii) comunicar formalmente ao Banco Central do Brasil, sob ciência ao Conselho de Administração, no prazo máximo de 3 dias úteis da identificação, a existência ou suspeita de erro ou fraude, conforme regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade ou do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, representados por: (a) inobservância de normas legais e regulamentares, que coloquem em risco a continuidade da Sociedade; (b) fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da Sociedade; (c) fraudes relevantes perpetradas por colaboradores da Sociedade ou por terceiros; (d) erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da Sociedade; (xiii) no âmbito de suas atribuições e quando necessário, utilizar-se do trabalho de especialistas, sem que isto o exima de suas responsabilidades; (xiv) submeter previamente ao Conselho de Administração: (a) o planejamento anual das atividades de auditoria interna e o respectivo relatório anual; (b) o relatório semestral sobre controles internos; (c) o relatório semestral e as ocorrências relevantes relatadas pelo Diretor responsável pela Ouvidoria; e (d) outros relatórios que afetem a sua área de competência; (xv) monitorar e avaliar a independência do auditor independente; e (xvi) outras atribuições que vierem a ser determinadas pelo Banco Central do Brasil. **§ 1º.** Cabe ao Comitê de Auditoria verificar se seus membros se enquadram nos seguintes impedimentos para o exercício de suas funções: (i) ser ou ter sido, nos últimos 12 meses: (a) membro da Diretoria da Sociedade ou de suas coligadas; (b) funcionário da Sociedade ou de suas coligadas; (c) responsável técnico, gerente ou qualquer outro integrante, envolvido nos trabalhos de auditoria, externa ou interna; (d) membro do conselho fiscal da instituição, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; (ii) não ser cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas nos itens 'a' e 'c' acima; (iii) receber qualquer tipo de remuneração, da Sociedade ou de suas coligadas, que não a relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria; e, (vi) não ocupar cargos, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado ou nas quais possa gerar conflito de interesse. **§ 2º**. O Comitê de Auditoria deverá observar os seguintes procedimentos para suas reuniões: (i) instalação com a presença de pelo menos 2 de seus membros; (ii) designação, em sua primeira reunião, de um de seus membros como Coordenador do Comitê; (iii) tomada das decisões por maioria dos votos de seus membros, ou de modo consensual, quando da presença de apenas dois de seus membros; (iv) ordinariamente, reunir-se mensalmente, previamente à reunião do Conselho de Administração; (v) reunir-se: (a) periodicamente, com a Diretoria da Sociedade, com a auditoria independente e com a auditoria interna, para verificar o cumprimento das recomendações ou indagações de tais órgãos, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria; (b) pelo menos duas vezes por semestre com o Conselho de Administração, para apresentação de seu planejamento, respectiva execução, e seus relatórios, inclusive o semestral, resumido, para publicação, bem como outros assuntos que entenda de relevância; (vi) extraordinariamente, reunir-se a qualquer tempo, por convocação do seu Coordenador, sempre que julgado necessário por um dos seus membros, ou por solicitação da administração da Sociedade. **§ 3º**. Compete ao Coordenador do Comitê: (i) convocar e presidir as reuniões; (ii) cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas neste Capítulo; (iii) encaminhar ao Conselho de Administração as análises, pareceres e relatórios elaborados pelo Comitê; (iv) convidar, em nome do Comitê, representantes do Conselho Fiscal, da Diretoria e outros eventuais participantes da reunião; (v) propor normas complementares necessárias à atuação do Comitê; (vi) praticar outros atos de natureza técnica ou administrativa, necessários ao exercício de suas funções; e (vii) quando convidado, representar o Comitê em reuniões do Conselho de Administração. **§ 4º**. Compete ao Comitê, previamente, verificar se as matérias submetidas a ele para exame estão amparadas por análises que as justifiquem. **§ 5º**. Compete ao Comitê registrar formalmente as discussões e deliberações de suas reuniões e observar que: (a) as reuniões se guiam por pauta previamente fixada para a ocasião; (b) as matérias não constantes da pauta só serão apreciadas com a concordância de seus membros; (c) as matérias inconclusas ou adiadas figuram na pauta até sua integral apreciação pelo Comitê. **§ 6º**. Compete ao Comitê submeter ao Conselho de Administração os casos omissos deste Capítulo. **Capítulo VIII** - **Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Destinação dos Lucros e Dividendo Obrigatório: Artigo 32.** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano. **§ 1º.** Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras, com observância das normas legais que lhes forem aplicáveis **§ 2º**. Serão levantados, ainda, balanços patrimoniais em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, em conformidade com as normas pertinentes. **§ 3º.** Facultativamente, poderão ser levantados balanços intermediários em qualquer data, inclusive para distribuição de dividendos, observadas as prescrições legais. **Artigo 33.** O resultado de cada exercício, verificado após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição de Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% do Capital Social; (ii) uma parcela para o pagamento de dividendo obrigatório não inferior a 5% do lucro líquido ajustado apurado no exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76; (iii) parcela necessária à constituição de reserva para contingência e de lucros a realizar, quando as circunstâncias assim o recomendarem; (iv) 100% do saldo do lucro líquido do exercício verificado após o cumprimento do disposto nas alíneas anteriores deste artigo poderá ser destinado à conta de Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, para manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 90% do valor do capital social integralizado, mediante proposta do Conselho de Administração, referendada pela Assembleia Geral; e (v) o saldo remanescente terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral, após apreciação pelo Conselho de Administração, observado o disposto no § 6º do artigo 202 da Lei 6.404/76. **Artigo 34.** Por deliberação do Conselho de Administração, e observadas as disposições do artigo 204 da Lei 6.404/76, poderão ser declarados e pagos dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados, Reservas de Lucros ou lucros do período corrente, existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral, conforme o caso. **Artigo 35.** Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser distribuídos aos acionistas juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria. **Artigo 36.** Observado o disposto neste Estatuto Social, o valor pago ou creditado a título de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio nos termos da legislação pertinente, será imputado ao dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo 33, integrando tais valores ao montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. **Artigo 37.** Nos exercícios sociais em que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório previsto na alínea (ii) do Artigo 33, a Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e Diretoria uma participação nos lucros da Sociedade após deduzidos os prejuízos acumulados e provisão para o imposto de renda e contribuição social, observado que o total dessa participação não poderá ultrapassar a remuneração anual dos administradores da Sociedade nem 0,1 dos lucros da Sociedade, prevalecendo o que for menor. **Capítulo IX - Da Ouvidoria: Artigo 38.** A Ouvidoria, de funcionamento permanente, terá a atribuição de: (i) atender em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição; (ii) atuar como canal de comunicação entre o Conglomerado Financeiro da Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **Artigo 39.** A Ouvidoria será composta por 1 Ouvidor, que será designado e destituído pelo Conselho de Administração e terá mandato de 24 meses, podendo ser reconduzido sucessivamente. **§ 1º.** A pessoa designada ao cargo de Ouvidor deve ter: (i) formação acadêmica de nível superior, preferencialmente, (ii) reputação ilibada, (iii) capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, verificada por meio de certificação expedida por entidade de reconhecida capacidade técnica; (iv) tenha aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos. **§ 2º.** O Conselho de Administração pode destituir o Ouvidor, a qualquer tempo, caso o Ouvidor: (i) descumpra as obrigações e atividades previstas no neste Estatuto; (ii) apresente desempenho insatisfatório no exercício do cargo; ou (iii) demonstre inaptidão ou descumpra os requisitos para a designação ao cargo de Ouvidor. **§ 3º.** Em caso de destituição ou renúncia do Ouvidor, o Conselho de Administração deverá designar novo Ouvidor, a quem competirá cumprir o prazo de mandato do substituído. **§ 4º.** Nas situações em que o Ouvidor desempenhe outra atividade na instituição, essa atividade não pode configurar conflito de interesses ou de atribuições, na forma da regulamentação vigente. **Artigo 40.** A Ouvidoria terá as seguintes atribuições: **(i)** atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; **(ii)** prestar os esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento de suas demandas, informando o prazo previsto para resposta; **(iii)** encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; **(iv)** manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da ouvidoria, os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; **(v)** elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria, quando instalado, e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **Artigo 41.** Serão dadas à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **Artigo 42.** A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **Capítulo X - Comitê de Remuneração: Artigo 43.** O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração e exercerá as suas atividades em nome de todas as instituições integrantes do Conglomerado Financeiro da Sociedade, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e os seus membros ficarão sujeitos às disposições do Manual da Política de Remuneração dos Administradores aprovado pelo Conselho de Administração. **§ 1º.** A instalação do Comitê de Remuneração ocorrerá quando aplicáveis as hipóteses de instalação obrigatória, ou por determinação do Conselho de Administração. **§ 2º.** Em sendo instalado o Comitê de Remuneração, competirá ao Conselho de Administração, por deliberação da maioria dos seus membros, eleger e destituir os membros do Comitê de Remuneração. **Artigo 44.** O Comitê de Remuneração será composto por, no mínimo 3 membros efetivos, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, que atribuirá a um deles a função de Coordenador. **§ 1º.** O Comitê de Remuneração deverá ter em sua composição: (i) pelo menos um membro não administrador da Sociedade; e (ii) o Diretor responsável pela gestão de riscos da Sociedade. **§ 2º.** O membro do Comitê de Remuneração, no caso de acumulação de cargo com o de administrador da Sociedade, que deixar de desempenhar a função de administrador será automaticamente destituído do cargo de membro do Comitê de Remuneração, ficando o cargo vago. **§ 3º.** No caso de vacância de quaisquer dos cargos do Comitê de Remuneração o Conselho de Administração poderá nomear o substituto, membro integrante ou não da administração da Sociedade, que completará o prazo de gestão do substituído, devendo sempre ser observado o número mínimo de 3 membros. **§ 4º.** O Conselho de Administração fixará a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração da Sociedade. **§ 5º.** Os membros do Comitê de Remuneração terão mandato de 2 anos, que poderá ser renovado até o limite de 10 anos. **§ 6º.** Cumprido o prazo máximo de permanência no cargo previsto no § 5º deste Artigo, o membro do Comitê de Remuneração somente poderá voltar a integrar tal órgão na Sociedade após decorridos 3 anos. **§ 7º.** Não haverá qualquer espécie de hierarquia entre os membros do Comitê de Remuneração. **§ 8º.** Os membros do Comitê de Remuneração deverão ter as qualificações e experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da Sociedade e das instituições que integram o seu Conglomerado Financeiro, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. **Artigo 45.** O Comitê de Remuneração reunir-se-á semestralmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião somente será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros, dentre os quais deverá estar necessariamente presente o Diretor responsável pela gestão de riscos. **§ 1º.** A convocação será efetuada por meio de carta protocolada ou *e-mail*, com pelo menos 5 dias de antecedência, sendo regulares as reuniões a que comparecerem todos os membros do Comitê de Remuneração, independentemente das formalidades de convocação. **§ 2º.** As deliberações do Comitê de Remuneração serão aprovadas por voto da maioria dos seus membros presentes à reunião, tendo cada membro do Comitê direito a 1 voto. **§ 3º.** As reuniões poderão ser realizadas na sede da Sociedade ou em qualquer outro lugar previamente definido pelos membros do Comitê. **Artigo 46.** Constituem responsabilidades do Comitê de Remuneração, além de outras previstas neste Estatuto Social, em Manual Interno da Sociedade e nas regulamentações aplicáveis: (i) elaborar a política de remuneração dos administradores da Sociedade e das instituições que integram o seu Conglomerado Financeiro, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Sociedade e das instituições que integram o seu Conglomerado Financeiro; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da Sociedade e das instituições que integram o seu Conglomerado Financeiro, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do artigo 152 da Lei nº 6.404, de 1976; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Sociedade e das instituições que integram o seu Conglomerado Financeiro em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e (vii) zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Sociedade e das instituições que integram o seu Conglomerado Financeiro e com o disposto na regulamentação vigente. **Artigo 47.** O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração". **§ Único.** O Relatório do Comitê de Remuneração deverá apresentar todas as informações exigidas pela regulamentação editada pelo Banco Central do Brasil, para cada uma das instituições que integram o Conglomerado Financeiro da Sociedade e ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 anos. **Capítulo XI - Direito de Preferência: Artigo 48.** Caso qualquer acionistas da Sociedade, ou a própria Sociedade com relação a ações de sua emissão mantidas em tesouraria, inicie negociação para alienar suas ações de emissão da Sociedade ("Acionista Ofertante"), total ou parcialmente (ainda que o adquirente das ações a serem alienadas pelo acionista seja a própria Sociedade), os demais acionistas, mas não a Sociedade ("Acionistas Ofertados") terão preferência para adquirir tais ações, pelo mesmo preço (ou o correspondente em moeda corrente nacional, caso a contraprestação seja em ativos outros que não dinheiro) e nos mesmos termos e condições em que seria realizada a alienação de tais ações ao terceiro, acionista ou não ("Direito de Preferência"). O Direito de Preferência dos Acionistas Ofertados será proporcional à respectiva participação no capital social da Sociedade excluindo-se, para esse fim, a participação do Acionista Ofertante e a participação dos demais acionistas da Sociedade que não exercerem (ou forem impedidos de exercer, no caso do Artigo 49) o seu respectivo Direito de Preferência. **§ 1º.** Na hipótese prevista no Artigo 48, o Acionista Ofertante deverá enviar notificação aos Acionistas Ofertados informando (i) o número, espécie e classe das ações ofertadas e o percentual que representam em relação ao total do capital social da Sociedade ("Ações Ofertadas"); (ii) os termos, o preço e as demais condições da oferta, observado que caso a contraprestação oferecida pelo terceiro interessado inclua ativos outros que não dinheiro, será facultado ao Acionista Ofertado que desejar exercer seu Direito de Preferência entregar ao Acionista Ofertante, a seu exclusivo critério, ativos da mesma qualidade e quantidade (caso os ativos oferecidos pelo terceiro interessado sejam fungíveis), ou o seu equivalente em dinheiro, determinado de acordo com o disposto no § 2º abaixo; (iii) qualificação completa do terceiro interessado (seja ele acionista da Sociedade ou não), sua principal atividade e, se for pessoa jurídica, a composição de seu capital social até o nível de pessoa física, indicando os acionistas ou sócios que sejam titulares do Poder de Controle direto e indireto de tal terceiro interessado; e (iv) cópia da proposta vinculante (ou descrição dos termos, caso a proposta não seja escrita), de boa-fé, feita pelo terceiro interessado ("Notificação da Oferta"). **§ 2º.** Para fins do exercício do Direito de Preferência, caso a proposta de pagamento pelas Ações Ofertadas contemple ativos que não dinheiro ("Ativos"), o Acionista Ofertante deverá enviar aos Acionistas Ofertados, juntamente com a Notificação da Oferta, laudo de avaliação dos Ativos elaborado por (i) banco de investimento que conste do ranking ANBIMA de Fusões e Aquisições – Número de Operações mais recente divulgado no site: http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/mercado-de-capitais/fusoes-e-aquisicoes.htm; ou (ii) qualquer uma das seguintes empresas de auditoria: Ernst & Young Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ou Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes ("Laudo de Avaliação"), que deverá conter o valor apurado dos Ativos, e que será utilizado como base pelos Acionistas Ofertados que desejarem exercer o Direito de Preferência. **§ 3º.** Os Acionistas Ofertados que desejarem exercer o seu Direito de Preferência deverão notificar o Acionista Ofertante dentro de 30 dias contados da data de recebimento da Notificação da Ofer- **Continua...**

... continuação **BANCO SOFISA S.A. -** CNPJ: 60.889.128/0001-80 - NIRE: 35.300.100.638 - **Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de novembro de 2023**

ta ("Prazo de Exercício do Direito de Preferência"), observado que, na hipótese de exercício do Direito de Preferência, o acionista não poderá exercer o Direito de Venda Conjunta nos termos do Artigo 49. **§ 4º.** Exercido o Direito de Preferência, a alienação das Ações Ofertadas deverá ser consumada dentro de 90 dias após o término do Prazo de Exercício do Direito de Preferência, prorrogáveis na medida necessária para os fins exclusivos de obter a aprovação da Alienação das Ações Ofertadas pelas autoridades reguladoras e concorrenciais brasileiras, caso necessário, conforme exigido pela legislação em vigor. **§ 5º.** Esgotado o prazo previsto no § 3º acima, e exceto se o Acionista Ofertante tiver causado a não consumação da Alienação das Ações Ofertadas para os demais acionistas que exerceram o Direito de Preferência ou contribuído para tanto, será facultado ao Acionista Ofertante, a seu critério (i) Alienar as Ações Ofertadas para o terceiro indicado na Notificação de Oferta, nos termos do § 6º abaixo; ou (ii) exigir o cumprimento da obrigação assumida pelos Acionistas Ofertados que tiverem exercido o Direito de Preferência. **§ 6º.** A falta de manifestação pelo respectivo Acionista Ofertado, a respeito da oferta constante da Notificação de Oferta, dentro do Prazo de Exercício do Direito de Preferência, será considerada como renúncia ao exercício do seu Direito de Preferência. **§ 7º.** Uma vez oferecidas as Ações Ofertadas aos Acionistas Ofertados, e tendo qualquer um destes optado por não exercer o Direito de Preferência, ou tendo o prazo para exercício transcorrido "*in albis*", será assegurado ao Acionista Ofertante, imediatamente, independentemente de qualquer outra formalidade, o direito de alienar ao terceiro interessado, nos exatos termos contidos na Notificação da Oferta, as ações remanescentes que não tiverem sido objeto do exercício do Direito de Preferência. **§ 8º.** Caso as Ações Ofertadas garantam ao terceiro interessado o Poder de Controle (conforme definido no Artigo 49), alternativamente ao Direito de Preferência, os Acionistas Ofertados terão o Direito de Venda Conjunta nos termos do Artigo 49. **Capítulo XII - Alienação do Poder de Controle: Artigo 49.** A alienação de ações, ainda que para Acionistas Ofertados em decorrência do exercício do Direito de Preferência, que resulte na alteração do Poder de Controle da Sociedade deverá ser contratada sob a condição suspensiva de que o(s) adquirente(s) do Poder de Controle ("Adquirentes do Poder de Controle") se obrigue(m) a adquirir as ações dos demais acionistas da Sociedade ("Acionistas Minoritários") que manifestarem sua intenção de alienar, no todo ou em parte, suas ações de emissão da Sociedade, nas mesmas condições e pelo mesmo preço por ação, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista alienante do Controle ("Direito de Venda Conjunta"). **§ 1º.** Para os fins deste artigo, os Acionistas Minoritários que desejarem exercer o Direito de Venda Conjunta deverão manifestar sua intenção aos demais acionistas da Sociedade dentro do Prazo para Exercício do Direito de Preferência, indicando que desejam alienar todas e não menos do que todas suas ações da Sociedade ("Notificação de Exercício do Direito de Venda Conjunta"). O exercício do Direito de Venda Conjunta impede o exercício do Direito de Preferência. **§ 2º.** Exercido o Direito de Venda Conjunta, as ações de emissão da Sociedade objeto do exercício serão consideradas Ações Ofertadas para os fins da Cláusula 48, obrigando-se o Acionista Minoritário que tiver exercido o Direito de Venda Conjunta a tomar todas as medidas e praticar todos os atos necessários para efetivar a venda das ações objeto do exercício do Direito de Venda Conjunta, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, para o Adquirente do Poder de Controle, juntamente com os alienantes das ações representativas do Poder de Controle. **§ 3º.** Para os fins desta cláusula "Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Sociedade, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante. **Artigo 50.** O Direito de Venda Conjunta também se aplica: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venha a resultar na alienação do Poder de Controle da Sociedade; e (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Sociedade, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar aos demais acionistas da Sociedade o valor atribuído à Sociedade nessa alienação e a anexar documentação que comprove esse valor. **Artigo 51.** A administração da Sociedade não registrará em seus livros societários nenhuma alienação de ações representativas do Poder de Controle que não tiverem sido contratadas em observância aos termos e condições deste Capítulo XI e em observância às normas do Banco Central do Brasil. **Capítulo XIII - Da Dissolução e Liquidação: Artigo 52.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo XIV - Disposições Gerais: Artigo 53.** A Sociedade observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração contrários aos termos de referidos Acordos de Acionistas. **§ Único.** Os Acordos de Acionistas que tenham por objeto regular o exercício do direito de voto e o poder de controle da Sociedade deverão ser previamente submetidos à aprovação do Banco Central do Brasil. **Artigo 54.** Os casos omissos neste Estatuto serão disciplinados pela Lei das Sociedades por Ações, e pela legislação aplicável às instituições financeiras, sendo decididos ou solucionados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme a competência, à luz desses diplomas legais.

Secretaria de Saúde — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Edital de Abertura de Licitação

Acha-se aberta no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90020/24, referente ao Processo nº 024.00029471/2024-06, cujo objeto é para aquisição de avental descartável. A abertura da sessão será no dia 22 de abril de 2024, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br.

Secretaria de Saúde — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Edital de Abertura de Licitação

Acha-se aberta no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90019/24, referente ao Processo nº 024.00045664/2024-04, cujo objeto é para aquisição de Radiofarmaco Sestamibi. A abertura da sessão será no dia 22 de abril de 2024, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br.

Secretaria da Administração Penitenciária - Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste - Penitenciária de Cerqueira César/SP - Abertura de Licitação. - Processo SEI nº 006.00065630/2024-46 - Pregão eletrônico 90001/2024 - Encontra-se aberta na Penitenciária de Cerqueira César, PREGÃO ELETRÔNICO número 90001/2024, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo Perecível para o período de Maio a Agosto de 2024, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 24/04/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto a Penitenciária de Cerqueira César ou solicitado à Unidade pelo e-mail czanluchi@sp.gov.br ou pelo fone (14) 3714-7700 ramal 5, nos dias úteis, no horário compreendido das 08h00 às 17h00.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 115ª (Centésima Décima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 115ª (centésima décima quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 18 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 115ª (centésima décima quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Devidos pela Caramuru Alimentos S.A."* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **29 de abril de 2024, às 11:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovar a concessão de anuência prévia para o eventual descumprimento do subitem (a), do item (i), da Cláusula 7.1 do *"Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Caramuru Alimentos S.A."* ("Escritura de Emissão"), referente à obrigação de entregar as demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, afastando assim o direito de declarar o vencimento antecipado da Escritura de Emissão e, por consequência, o resgate antecipado dos CRA, sendo certo que haverá a prorrogação do prazo da referida obrigação, para até 10 de maio de 2024; e **(ii)** autorização e aprovação expressa para que, caso necessário, sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos documentos da oferta, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão ou no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, conforme disposto na Cláusula 18.10, do Termo de Securitização. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; e 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 08 de abril de 2024

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 147ª (Centésima Quadragésima Sétima) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio da série única da 147ª (centésima quadragésima sétima) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.5 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 147ª Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Frimesa Cooperativa Central" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **02 de maio de 2024, às 10:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** anuência prévia para alterar a cláusula 2.1.2.1 do *"Contrato de Fornecimento de Produtos de Origem Animal e Outras Avenças"* ("Contrato de Fornecimento"), para fins de ajustar o Nível de Cobertura do Valor Mínimo Mensal referente ao período de março de 2024 a março de 2025, para passar a constar o Valor Mínimo Mensal de R$ 3.255.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil reais); e aumentar o Valor Mínimo Mensal referente ao período de março de 2025 a março de 2026, para passar a constar o Valor Mínimo Mensal de R$ 2.830.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais); e **(ii)** autorização e aprovação expressa para que, caso necessário, sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos documentos da oferta, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão ou no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 13.8, do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação presentes na assembleia, conforme cláusula 13.11.1, do Termo de Securitização. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto à distância.

São Paulo, 10 de Abril de 2024

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

A Penitenciária "AEVP Jair Guimarães de Lima" de Potim I, sediada na Estrada do Jacaré, Km 9,2, área rural, na cidade do Potim, em atendimento a Lei nº. 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº. 67.608/2023, e demais normas da legislação aplicável, torna público o Edital 03/2004, para aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo Perecíveis - nº. 90003/2024, Processo SEI nº 006.00106330/2024-24, Código Único nº 0315066/2024, para atendimento aos custodiados e servidores que se encontram nesta unidade prisional, entre o período de 01 de maio a 31 de agosto de 2024, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o menor preço. A sessão se dará no dia 29 de abril de 2024, às 9h00 e o edital poderá ser adquirido no endereço supra citado ou pelo site www.pncp.gov.br.

Acha-se aberto na **Penitenciária "Luiz Gonzaga Vieira" de Pirajuí**, PREGÃO ELETRÔNICO nº 380164-90004/2024, Processo SEI 006.00116895/2024-10, CÓDIGO ÚNICO: 20240340102, destinado a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS** (participação restrita Exclusividade, ME, EPP, Cooperativa), do tipo MENOR PREÇO, destinado aos sentenciados e funcionários desta unidade, para o fornecimento de 4 meses compreendendo o período de 01/05/2024 à 31/08/2024.

A sessão pública ocorrerá no dia **23/04/2024** às **09:00** horas, na Sala do Núcleo de Finanças e Suprimentos, sito a Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, km 06, Pirajuí/SP.

O EDITAL resumido será disponibilizado para consulta e cópia na Internet através do endereço www.comprasnet.gov.br, e ainda poderá ser consultado e ou retirado no Núcleo de Finanças e Suprimentos, na Penitenciária "Luiz Gonzaga Vieira" de Pirajuí, sito à Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman Km 06, em Pirajuí, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, e as informações suplementares através do telefone (0xx14) 3584-8897.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 36ª (Trigésima Sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 36ª (trigésima sexta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 18 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 36ª (Trigésima Sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Devidos pela Caramuru Alimentos S.A.*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **29 de abril de 2024, às 10:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovar a concessão de anuência prévia para o eventual descumprimento do subitem (a), do item (i), da Cláusula 7.1 do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em até Duas Séries, para Colocação Privada, da Caramuru Alimentos S.A.*" ("Escritura de Emissão"), referente a obrigação de entregar as demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, afastando assim o direito de declarar o vencimento antecipado da Escritura de Emissão e, por consequência, o resgate antecipado dos CRA, sendo certo que haverá a prorrogação do prazo da referida obrigação, para até 10 de maio de 2024; e **(ii)** autorização e aprovação expressa para que, caso necessário, sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos documentos da oferta, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão ou no Termo de Securitização. **Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i)** A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, conforme disposto na Cláusula 18.10, do Termo de Securitização. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; e 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 08 de abril de 2024

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 172ª (Centésima Septuagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 172ª (centésima septuagésima segunda) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 18 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 172ª (centésima septuagésima segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Devidos pela Caramuru Alimentos S.A.*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **29 de abril de 2024, às 14:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovar a concessão de anuência prévia para o eventual descumprimento do subitem (a), do item (i), da Cláusula 7.1 do "*Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Caramuru Alimentos S.A.*" ("Escritura de Emissão"), referente à obrigação de entregar as demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, afastando assim o direito de declarar o vencimento antecipado da Escritura de Emissão e, por consequência, o resgate antecipado dos CRA, sendo certo que haverá a prorrogação do prazo da referida obrigação, para até 10 de maio de 2024; e **(ii)** autorização e aprovação expressa para que, caso necessário, sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos documentos da oferta, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão ou no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, conforme disposto na Cláusula 18.10, do Termo de Securitização. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv): posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto à distância.

São Paulo, 08 de abril de 2024

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

A Penitenciária "AEVP Jair Guimarães de Lima" de Potim I, sediada na Estrada do Jacaré, Km 9,2, área rural, na cidade do Potim, em atendimento a Lei nº. 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº. 67.608/2023, e demais normas da legislação aplicável, torna público o Edital 01/2004, para aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo Hortifrutigranjeiros - nº. 90001/2024, Processo SEI nº 006.00089515/2024-67, Código Único nº 0293461/2024, para atendimento aos custodiados e servidores que se encontram nesta unidade prisional, entre o período de 01 de maio a 31 de agosto de 2024, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o menor preço. A sessão se dará no dia 29 de abril de 2024, às 9h0 e o edital poderá ser adquirido no endereço supra citado ou pelo site www.pncp.gov.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE GASES MEDICINAIS A GRANEL, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TANQUES CRIOGÊNICOS FIXO

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90010/2024, referente ao Processo HRFV n.º 024.00003441/2023-81, cujo objeto é Prestação dos serviços de fornecimento ininterrupto de gases medicinais a granel, locação e manutenção de tanques criogênicos fixo,, para o Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia 24 de Abril de 2024, às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.

FIDI

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem

CNPJ: 55.401.178.0001-36

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanços patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Valores expressos em reais - R$)*

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.454.946	21.215.466
Aplicações	3.1	1.082.136	-
Valores a receber	4	28.154.865	25.553.992
Subvenção a receber	16	25.748.557	19.079.811
Supressão - Contrato de gestão	5	1.705.625	4.093.501
Adiantamentos		1.130.017	764.917
Estoques	6	3.127.940	3.265.269
Despesas antecipadas	7	253.897	207.687
Total do ativo circulante		**83.657.984**	**74.180.643**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações bloqueadas	3.1	1.623.953	3.683.326
Depósitos e processos judiciais	14	13.331.137	8.623.193
Supressão - Contrato de gestão	5	-	1.705.625
Total do realizável a longo prazo		**14.955.090**	**14.012.144**
Investimentos e imobilizado			
Imobilizado da FIDI	9	70.902.435	72.328.979
(-) Depreciação acumulada	9	(64.198.429)	(65.022.223)
Intangível da FIDI	9	12.990.638	12.861.466
(-) Depreciação Acumulada	9	(12.741.123)	(12.680.803)
Ativo fixo da SEDI I		6.345.165	6.345.165
(-) Depreciação Acumulada		(6.345.165)	(6.345.165)
Ativo fixo da SEDI III		12.934.776	12.934.776
(-) Depreciação Acumulada		(12.934.776)	(12.934.776)
Arrendamento Mercantil	8	3.916.449	30.831.335
(-) Depreciação Acumulada	8	(3.394.256)	(29.525.852)
Total do ativo não circulante		**22.430.804**	**22.805.046**
Total do ativo		**106.088.788**	**96.985.689**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	5.410.680	4.794.869
Fornecedores e outras contas a pagar	11	28.676.294	26.875.010
Obrigações fiscais e tributárias	15	2.121.213	1.958.763
Parcelamento de tributos	12	917.428	810.913
Salários, encargos e contribuições	13	7.573.257	7.555.134
Provisões de férias e encargos		11.681.701	11.226.517
Subvenção a realizar		1.322	-
Arrendamento Mercantil	8	522.193	783.290
Total do passivo circulante		**56.904.088**	**54.004.496**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	8.119.766	13.622.242
Parcelamento de tributos	12	6.269.092	6.352.150
Provisões judiciais	14	11.848.571	11.732.191
Arrendamento Mercantil	8	-	522.193
Total do passivo não circulante		**26.237.429**	**32.228.776**
Patrimônio líquido	18		
Patrimônio social		5.789.060	13.637.609
Superávit (Déficit) do exercício		17.158.211	(2.885.192)
Total do patrimônio líquido		**22.947.271**	**10.752.417**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**106.088.788**	**96.985.689**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R$)

	Patrimônio Social	*Superávit (déficit)* do exercício	Total
31 de dezembro de 2021	**40.340.196**	**(26.038.843)**	**14.301.353**
Superavit anterior e *déficit* acumulado	(26.038.843)	26.038.843	-
Encerramento de São Caetano	(663.744)	-	(663.744)
Déficit do exercício	-	(2.885.192)	(2.885.192)
31 de dezembro de 2022	**13.637.609**	**(2.885.192)**	**10.752.417**
Superavit anterior e déficit acumulado	(2.885.192)	2.885.192	-
Absorção saldo contrato Goiás (nota explicativa 18.3)	(4.963.357)	-	(4.963.357)
Superávit do exercício	-	17.158.211	17.158.211
31 de dezembro de 2023	**5.789.060**	**17.158.211**	**22.947.271**

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
	366.685.455	**322.903.990**
Receita bruta de serviços prestados	367.565.011	332.720.115
Deduções da receita (glosas)	(4.716.585)	(5.630.491)
Provisão para devedores duvidosos (constituição/reversão)	(105.499)	(390.167)
Outros resultados	3.942.527	(3.795.467)
Custo operacional dos serviços	**(178.187.296)**	**(159.779.012)**
Materiais, energia, comunicação e outras despesas operacionais	(27.162.477)	(20.854.202)
Perda (recuperação) de valores ativos	-	(71.023)
Consultoria, manutenção técnica, seguros e demais serviços	(53.061.090)	(55.238.381)
Honorários médicos e técnicos	(97.963.729)	(83.615.406)
Valor adicionado bruto	**188.498.159**	**163.124.978**
Retenções	**(2.111.208)**	**(8.780.180)**
Depreciação/amortização	(2.111.208)	(8.780.180)
Valor adicionado líquido	**186.386.951**	**154.344.798**
Valor adicionado recebido em transferência	**3.401.568**	**5.378.639**
Receitas financeiras	3.401.568	5.378.639
Valor adicionado total a distribuir	**189.788.518**	**159.723.437**
Distribuição do valor adicionado	**189.788.518**	**159.723.437**
Pessoal e encargos	**145.325.235**	**136.437.701**
Remuneração do trabalho	106.366.461	100.442.851
Programa de benefícios a empregados	19.252.207	18.235.216
Encargos sociais	19.706.567	17.759.634
Sociedade	**99.263**	**66.726**
Governo	**337.220**	**349.316**
Juros e aluguéis	**26.868.589**	**25.754.886**
Encargos financeiros	2.624.325	3.361.418
Aluguéis	24.244.264	22.393.468
***Superávit (Déficit)* absorvido nas atividades sociais**	**17.158.211**	**(2.885.192)**

Demonstrações do resultado do período para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
		362.848.427	**327.089.623**
Receitas operacionais			
Receitas atividades próprias	19		
Clínica FIDI		453.500	7.668
(-) Deduções da receita			
Receitas com exames radiológicos	19		
Receita com exames		180.911.574	149.781.243
Receita com subvenção		185.892.752	182.681.299
(-) Deduções da receita (glosas)		(4.716.585)	(5.630.491)
Receitas de pesquisa e desenvolvimento	19		
Receita com desenvolvimento e pesquisa		303.710	235.909
Cursos livres de aperfeiçoamento profissional		3.476	13.995
Custos e despesas operacionais			
Custos dos serviços atendimento próprio	21		
Serviços prestados - pessoa jurídica		(302.464)	(3.688)
Manutenção de equipamentos e locação		(223.481)	(154.577)
Despesas de comunicação		(12.374)	(7.797)
Material clínico hospitalar e outros	6	(6.675)	(2.476)
Depreciações e amortizações		(2.058)	(2.058)
Outros custos operacionais		(81.234)	(49.481)
Outras despesas (receitas) administrativas, líquidas	20	(36.269)	(20.358)
		(664.555)	**(240.435)**
Custo dos serviços prestados na área da saúde com exames	21		
Salários e encargos		(127.774.124)	(118.614.781)
Serviços prestados - pessoa jurídica		(99.822.098)	(86.150.254)
Manutenção de equipamentos e locação		(53.566.310)	(52.069.025)
Despesas de comunicação		(3.512.015)	(3.404.612)
Material clínico hospitalar e outros	6	(21.963.573)	(20.672.320)
Depreciações e amortizações		(1.417.746)	(1.755.720)
Outros custos operacionais		(9.078.748)	(7.927.364)
		(317.134.614)	**(290.594.076)**
Custo com pesquisa e desenvolvimento	21		
Manutenção de equipamentos e locação		-	(131)
Despesas de comunicação		(87)	(63)
Outras despesas (receitas) administrativas, líquidas	20	(2.745)	(4.728)
Outros custos operacionais		-	(1.010)
		(2.832)	**(5.932)**
Despesas administrativas e outras Despesas (receitas) operacionais:			
Salários e encargos		(7.492.147)	(4.952.160)
Depreciações e amortizações		(691.317)	(6.165.505)
Outras despesas (receitas) administrativas, líquidas	20	(21.374.239)	(30.898.551)
		(29.557.703)	**(42.016.216)**
***Superávit (déficit)* antes das despesas (receitas) financeiras**		**15.488.723**	**(5.767.036)**
Despesas financeiras	23	(1.732.080)	(2.496.795)
Receitas financeiras	24	3.401.568	5.378.639
		1.669.488	**2.881.844**
Contribuições sociais/Imunidade tributária			
Contribuições sociais	22	29.163.331	26.645.684
(-) Imunidade tributária usufruída	22	(29.163.331)	(26.645.684)
***Superávit (déficit)* do exercício**		**17.158.211**	**(2.885.192)**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em reais - R$)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais			
Superávit (Déficit) do exercício		**17.158.211**	**(2.885.192)**
Itens que não afetam o caixa e equivalentes			
Depreciações e amortizações	9	1.400.143	1.714.307
Depreciação arrendamento mercantil	8	783.290	6.208.975
Juros de arrendamento mercantil	8	7.912	62.658
Custo na baixa de ativos tangíveis e intangíveis		61.365	79.250
Constituição de provisão para contingências		(3.090.914)	2.054.493
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	10	1.647.063	2.089.723
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa e baixas	4	(105.499)	-
		17.861.571	**9.324.214**
(Aumento) redução no ativo			
Valores a receber		(2.495.374)	(2.980.721)
Subvenção a receber		(6.668.746)	(11.592.034)
Supressão - Contrato de gestão		4.093.501	4.093.501
Estoques		137.329	(1.553.207)
Adiantamentos e despesas antecipadas		(411.312)	706.269
Aplicações financeiras		977.237	795.310
Depósitos judiciais		(1.500.651)	(542.280)
		(5.868.016)	**(11.073.162)**
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar		1.853.655	10.539.428
Obrigações fiscais		162.450	779.274
Salários, encargos e contribuições		18.123	1.119.129
Provisão para férias e encargos		455.185	1.243.163
Obrigações com terceiros e outros		(52.371)	-
Parcelamento de tributos		23.456	-
Subvenção a realizar		1.322	-
		2.461.820	**13.680.994**
Caixa gerado nas atividades operacionais		**14.455.375**	**11.932.047**
Atividades de investimento			
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	9	(927.610)	(226.688)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		**(927.610)**	**(226.688)**
Atividades de financiamento			
Encerramento de contrato	18.3	(4.963.355)	(663.744)
Captação de empréstimos e financiamentos	10	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	10	(6.533.728)	(6.863.571)
Amortização de arrendamentos mercantis financeiros	8	(791.202)	(6.271.634)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		**(12.288.285)**	**(13.798.949)**
Aumento e (redução) das disponibilidades		**1.239.480**	**(2.093.590)**
Saldo inicial do caixa e equivalentes		21.215.466	23.309.056
Saldo final do caixa e equivalentes		22.454.946	21.215.466
Aumento e (redução) das disponibilidades		**1.239.480**	**(2.093.590)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto operacional

A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI ("FIDI"/"Fundação") é uma fundação privada sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atuação exclusiva na área da saúde, registrada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, especializada no gerenciamento completo do sistema de diagnóstico por imagem. Fundada em 1985 como uma das únicas do país no segmento, prestadora de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), destaca-se no Brasil e no exterior na área de pesquisa e inovação tecnológica. A FIDI é referência na América Latina em qualidade, sustentabilidade, inovação e comprometimento com seus pacientes e está presente em mais de 79 unidades hospitalares públicas. Reúne cerca de 2.080 colaboradores e 383 médicos prestadores de serviços, realizando, a cada ano, mais de 4,3 milhões de exames de imagem e é uma das maiores prestadoras de serviços de diagnóstico por imagem do SUS, realizando entre ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia, hemodinâmica, mamografia, raios-X e densitometria óssea. Com soluções customizadas em diagnóstico por imagem, a FIDI oferece serviços de Command Center, Tele radiologia, Gestão Completa, Tele cardiologia e Gestão. Rege-se por Estatuto Social e constitui seus objetivos principais e permanentes: I - realizar, na área médica, atividades de apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, isoladamente ou em conjunto com instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior, em colaboração, primordialmente, com o Departamento de Diagnóstico por Imagem da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP; II - contribuir para o aperfeiçoamento do ensino e das técnicas médicas relacionadas ao diagnóstico por imagem, colaborando, no Brasil e no exterior, com entidades educacionais, universidades, instituições públicas e privadas em programas de desenvolvimento tecnológico nas áreas da medicina, bioengenharia, engenharia hospitalar, técnicas administrativas, operacionais, de manutenção, de pesquisa básica e clínica e assistência médica à comunidade; III - colaborar, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Curador e das suas disponibilidades orçamentárias, para a manutenção do Departamento de Diagnóstico por Imagem da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, dos hospitais, ambulatórios de pesquisa, clínicas, dispensários e órgãos de natureza correlata, cujas atividades resultem, ainda que indiretamente, em proveitos de ordem científica, didática ou assistencial; IV - colaborar para a manutenção de leitos e serviços hospitalares gratuitos, para uso público, sem distinção de raça, credo ou religião; V - patrocinar o desenvolvimento de novos produtos e equipamentos, sistemas, softwares, e processos relacionados ao diagnóstico por imagem; VI - prestar apoio técnico, científico, financeiro, operacional, ou de qualquer outra natureza a programas de assistência técnico-hospitalar; VII - promover assessoramentos técnicos, científicos, assistenciais e de outras naturezas na área de diagnóstico por imagem; VIII - difundir o conhecimento, por meio do patrocínio ou promoção de atividades técnicas, científicas e culturais, a exemplo de cursos, congressos, simpósios, estudos e edição de publicações na área de diagnóstico por imagem, demais diagnósticos na área médica e procedimentos terapêuticos dirigidos por imagem; IX - fomentar, a formação de recursos humanos, ministrando cursos, organizando e participando de eventos científicos na área de diagnóstico por imagem, demais diagnósticos na área médica e procedimentos terapêuticos dirigidos por imagem; X - conceder bolsas de estudos para pesquisas, estágios e auxílio a estudiosos e pesquisadores que possam contribuir para a consecução dos objetivos estatutários; XI - Apoiar projetos de interesses áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas à área de diagnóstico por imagem, demais diagnósticos na área médica e procedimentos terapêuticos dirigidos por imagem, mediante a celebração de instrumentos específicos; XII - realizar, na área de saúde, atividades relacionadas a ensino e pesquisa, científica e tecnológica, inclusive a ministração de cursos e a realização de simpósios, seminários e afins, isoladamente ou em conjunto com instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, públicas e privadas, no Brasil e no exterior. A FIDI possui o título de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em fase de renovação; e é qualificada como Organização Social de Saúde do Município e do Estado de São Paulo e Aparecida de Goiânia em Goiás. Conforme o decreto (nº 11.791 de 21 de novembro de 2023), não trouxe impactos significativos para a Fundação. **1.1. Imunidade Tributária -** A Fundação é imune à incidência de tributos sobre resultados, patrimônio, renda e serviços, haja vista o artigo 150, inciso VI, alínea "C", parágrafo 4º, e artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Ela também possui decisão judicial transitada em julgado, oriunda do mandado de segurança 0028729-45.2003.4.03.6100, que reconheceu imunidade em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). De acordo com Agravo Regimental em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - Entidade de Assistência Social, Imunidade, julgado em 10 de maio de 2011, conclui-se que a Fundação é imune à contribuição ao INSS (cota patronal).

1.2. Destaques do Exercício - A Fundação executa a emissão remota de laudos de exames por imagem, por meio informatizado, com contato verbal, em tempo real, entre o técnico captador da imagem e o profissional médico especializado, sediado na central com disponibilização, se necessária, dos equipamentos e pessoal necessários à realização de exames por imagem definidos pela unidade.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA

Contratos	2023		2022	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
SES - SEDI I	881.040	828.705	859.804	775.809
SES - SEDI III	1.193.580	1.235.492	1.285.235	1.232.798
SES - GOIÁS PRESTAÇÃO	171.930	160.167	117.870	131.469
IAMSPE	403.705	309.799	389.160	296.045
HSPM	176.205	138.742	82.800	124.979
ESTIVADORES	73.357	57.618	41.510	26.113
SMS - PREFEITURA	1.586.280	1.408.281	1.830.816	1.285.491
DIADEMA	174.776	154.814	163.680	145.524
AMBESP	104.660	62.114	49.392	36.620
HOSPITAL SÃO PAULO	9.000	14.158	3.000	3.882
CLÍNICA FIDI	17.376	7.990	1.648	137
DANTE	1.515	1.850	-	-
HPAM	2.100	2.381	-	-
Total	**4.795.524**	**4.382.111**	**4.824.915**	**4.058.867**

A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (FIDI), gestora de serviços de diagnóstico por imagem em São Paulo e Goiás, registrou receita líquida de R$ 362,84 milhões em 2023. O valor representa crescimento de 10,93% em relação ao ano passado, estimulado pelo fechamento de novos contratos e pela ampliação dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde, com quem tem parceria há 37 anos. Nesse ano, a empresa entregou 4.382.101 resultados de exames, uma média de 12.006 por dia, 7,96% a mais que em 2022. Aumento de contratos e de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde impulsionaram os números da empresa, que emitiu 4,28 milhões de laudos no ano, crescimento de 7,9% se comparado com o ano anterior. Além disso, a FIDI conta com duas carretas de mamografia para o programa "Mulheres de Peito", uma parceria com a Secretaria de Estado da Saúde para levar exames de mamografia gratuitos de forma itinerante pelo Estado de São Paulo. Só em 2023, foram atendidas 24.690 mulheres pelo projeto em 50 municípios do Estado. Para 2024, o plano é aumentar os investimentos em tecnologia e inovação, a partir da ampliação a atuação em medicina diagnóstica remota, principalmente para agilizar a emissão de laudos emergenciais.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis também consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (lei 6.404/76 e alterações posteriores), adaptadas às peculiaridades das entidades de fins não lucrativos, em consonância com a Interpretação Técnica NBC ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de outra forma, decorrente de justo valor ou classes específicas de ativos e passivos. **2.2. Aprovação das demonstrações contábeis -** As demonstrações contábeis tiveram autorização de emissão por órgão da administração da Fundação em 26 de fevereiro de 2024. **2.3. Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação. **2.4. Demonstração de resultados abrangentes -** A Fundação não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a Demonstração de Resultados Abrangentes, conforme requerido pelo CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis). **2.5. Demonstração do valor adicionado -** A legislação societária brasileira dispõe a obrigatoriedade às companhias abertas da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis. Essa demonstração, quando preparada, é realizada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. O IFRS não exige a apresentação dessa demonstração e, para fins de IFRS, quando apresentadas, o são como informação adicional. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Fundação e à forma como tal riqueza foi distribuída. **2.6. Das demonstrações contábeis -** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos financeiros disponíveis e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **2.6.1. Estimativas contábeis -** As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em expectativas de eventos futuros para os quais a Fundação elabora suas estimativas. O uso de estimativas para mensurar as transações leva em consideração aspectos objetivos, mas também faz uso da elaboração de cenários futuros por parte da administração. **a) Uso de estimativas -** Para elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, sendo incluídas nas demonstrações contábeis da Fundação estimativas às provisões necessárias, tais como riscos trabalhistas, cíveis e outras similares. Tratando-se de estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião da efetiva realização ou liquidação dos correspondentes ativos e passivos. **2.6.2. Principais práticas contábeis - a) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixas e equivalentes de caixa estão divididos em recursos restritos e irrestritos e incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas nas demonstrações dos fluxos de caixa. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aplicação original, acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **b) Estoques -** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A estimativa de perda por desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. Não houve constatação de perdas significativas. **c) Despesas antecipadas -** Trata-se de despesas incorridas, mas que serão usufruídas ao longo de um determinado período futuro. Referem-se a contratações de seguros e são apropriadas no resultado conforme sua competência. **d) Reconhecimento de instrumentos financeiros não derivativos -** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma empresa ou a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra empresa. Os instrumentos financeiros da Fundação encontram-se registrados em contas patrimoniais, em 31 de dezembro de 2023, por valores que se aproximam aos de mercado nessa data. Eles são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida, quando identificada a necessidade, para todos os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. **e) Imobilizado e intangível -** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil. **f) Outros ativos circulantes e não circulantes -** São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. **g) Passivos circulantes e não circulantes -** Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços. **h) Contas a pagar aos fornecedores -** As

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI

contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens adquiridos ou serviços tomados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **i) Impostos e contribuições -** Tratando-se de uma entidade com caráter filantrópico e sem finalidade de lucros, com atuação na área da saúde, a Fundação está englobada pelo artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 14 do Código Tributário Nacional. **j) Arrendamento mercantil -** A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal única, baseada no endividamento da Fundação ou nas taxas contratuais, que corresponde à, aproximadamente, sua taxa média de captação no período (1% a.m.). A FIDI mensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros do arrendamento, resultante de mudança em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da mensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. A Administração renegociou o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A confiança da avaliação que a Fundação tem em exercer essas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em diversos contratos de arrendamento da Fundação. **k) Outros passivos circulantes e não circulantes -** Um passivo é reconhecido no balanço por seus valores negociados ou calculáveis, quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **l) Receitas e despesas -** As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime de competência, e são provenientes de subvenções governamentais e prestação de serviço. **m) Subvenções -** As subvenções para custeio e investimento são reconhecidas em bases sistemáticas e em conformidade com os custos correspondentes. **n) Receita financeira -** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.7. Novos pronunciamentos -** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Atualmente, a Entidade avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionados a este tópico. **b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7) -** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Atualmente, a Entidade avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionados a este tópico. **c) Outras normas contábeis -** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade: • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). A administração não espera que a adoção das normas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da FIDI em exercícios futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos gerados por meio de subvenções e pelo resultado de prestação de serviços da Fundação, mediante parcerias com órgãos governamentais. Os recursos restritos são oriundos das subvenções obtidas com órgãos públicos, os quais estão condicionados aos projetos, sendo os objetos dos contratos de subvenções e não sendo possível utilizar tais recursos com finalidades diversas.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	3.000	3.000
Bancos	5.474	6.644
Aplicações financeiras	22.446.472	21.205.822
Total	**22.454.946**	**21.215.466**
Recursos restritos	152.200	6.494.149
Recursos disponíveis	22.302.746	14.721.317

Ao longo do contrato tivemos vários pedidos de reequilíbrio, solicitando o reajuste dos repasses para cumprimento de obrigações com terceiros. Entre as principais variáveis pela diminuição do caixa está o aumento de realizações de exames acima do contratualizado, principalmente dos recursos restritos onde a FIDI necessita fixar um contrato de manutenção, onde os valores são superiores ao que estavam previstos na manutenção dos equipamentos, sendo a principal causa do desequilíbrio financeiro, porque o repasse inicialmente previsto não é suficiente para cumprirmos o realizável. Os valores mantidos em conta corrente estão vinculados a aplicações financeiras automáticas mantidas pela Entidade com o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo, condicionado as restrições determinadas em contrato, com rendimentos indexados ao CDI. A Fundação, têm como objetivo a liquidação de obrigações de curto prazo, condicionando-se às restrições determinadas em contrato, com rendimentos fixos, detalhados a seguir.

Instituição	Tipo	% de rendimento	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	Renda fixa - fundo de investimento	12,13% a.a.	18.765.266	14.823.945
Banco Itaú	Renda fixa - fundo de investimento	12,13% a.a.	3.060.937	487.431
Banco Santander	Renda fixa - fundo de investimento	13,44 % a.a.	1.702.455	5.894.446
Circulante			**23.528.658**	**21.205.822**
Banco Itaú	Renda fixa - fundo de investimento	12,13% a.a.	1.623.953	3.683.326
Não circulante			**1.623.953**	**3.683.326**
Total de investimentos			**25.152.611**	**24.889.148**

3.1. Aplicação de garantia (depósitos) - Os depósitos bancários de longo prazo, renomeados para Aplicação de Garantia (Depósitos), estão vinculados a operações de empréstimos da Fundação e serão mantidos pelo tempo que as condições contratuais dessas operações de empréstimos determinem, quando aplicável. A aplicação da garantia totalizou R$ 1.652.705 em 2023 (R$ 3.683.326 em 2022).

4. Valores a receber

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IAMSPE	6.541.781	5.688.512
Instituto Nacional Hospital Alemão Oswaldo Cruz	903.251	465.758
Hospital São Paulo	133.223	39.187
Associação Goiana de Integra	1.844.662	1.810.217
SERUS Academy	19.544	10.696
Secretaria do Município de Saúde de Diadema	748.910	1.153.885
Clínica FIDI	44.406	7.668
Secretaria do Município de Saúde de São Paulo	16.385.160	14.842.354
Hosp. Servidor Público Municipal	1.100.992	1.100.734
SMS - São Caetano do Sul	329.482	434.981
Fundação ADIB Janete	19.373	-
HPAM - Sociedade Port. Bem. Do Amazonas	84.081	-
Total	**28.154.865**	**25.553.992**

O reconhecimento da receita deu-se pela observância do regime de competência.

Composição dos valores a receber por maturidade de vencimento:

Descrição	Valores a receber	PCE	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Saldos a vencer	26.509.070	-	26.509.070	23.769.910
Saldos vencidos até 30 dias	995.009	-	995.009	960.540
Saldos vencidos de 31 a 60 dias	16.241	-	16.241	3.499
Saldos vencidos de 61 a 90 dias	26.442	-	26.442	-
Saldos vencidos de 91 a 180 dias	41.399	-	41.399	-
Saldos vencidos de 181 a 360 dias	-	-	-	237.222
Vencidos há mais de 360 dias (a)	672.203	(105.499)	566.704	582.821
Total	**28.260.364**	**(105.499)**	**28.154.865**	**25.553.992**

(a) O valor dos títulos vencidos há mais de 360 dias trata-se de dois contratos específicos: Carreta de São Caetano, no montante R$ 434.981, foi provisionado parcial R$ 105.499, em retorno da secretaria o valor que deve ser pago corresponde a um montante de R$ 329.481, tendo em vista a aplicação de glosas de valores.

Dessa forma, a Fundação identificou outros créditos passíveis de provisão para perdas estimadas no período, sendo que a movimentação da provisão para perda esperada de crédito é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**
Constituições no período	-
Reversões por baixa de títulos no período	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**
Constituições no período	(105.499)
Reversões por baixa de títulos no período	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(105.499)**

A Fundação segue a política de recebimento de acordo com uma entidade privada do terceiro setor, mantenedora de clientes provenientes de órgãos públicos, reconhecemos que o prazo para efetiva cobrança pode ocasionalmente se estender além dos 365 dias padrão. Nesses casos, os valores em aberto serão mantidos no contas a receber até que a recuperação dos fundos devidos à fundação. O processo de cobrança estendida será realizado com total conformidade as leias e regulamentos aplicáveis, bem como as políticas internas da Fundação, visando preservar os interesses financeiros e legais da organização.

5. Supressão - Contrato de gestão

A FIDI manteve, no decorrer do período, subvenções decorrentes de convênios com o Poder Público Estadual, sendo apresentados saldos de ativos a receber e passivos a realizar inerentes ao projeto.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Supressão - Contrato Gestão - circulante	1.705.625	4.093.501
Supressão - Contrato Gestão - não circulante	-	1.705.625
Total	**1.705.625**	**5.799.126**

O saldo de supressão refere-se à sobra de caixa que foi considerada e aplicada pelo Poder Público no novo contrato do SEDI I, que é vigente a partir de 28 de maio de 2019 e que foi integralmente aplicado como subvenção do período para o saldo de passivo e amortizado mensalmente pelo período de vigência do contrato (em 2023, 55/60 avos incorridos) para o saldo do ativo acima mencionado. As subvenções recebidas para custeio de projetos têm finalidade específica (restrita) e, por sua vez, são reconhecidas no resultado em bases sistemáticas e conforme andamento do projeto a que se destinam seus respectivos desembolsos (ocorrência dos gastos), obedecendo-se o disciplinado nas normas destinadas às entidades sem finalidade de lucros. Foram registradas no resultado as receitas em conformidade com a competência nos montantes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita com Subvenção	185.892.752	182.681.299
(-) Deduções da receita (glosas)	(3.615.389)	(4.314.466)
Total	**182.277.363**	**178.366.833**

6. Estoques

Em julho de 2023, foi implantado um Centro de Distribuição para os Suprimentos FIDI, com prestação de serviços de terceiros para armazenagem de depósito de materiais médicos, medicamentos e correlatos, gestão (recebimento, conferência, fracionamento, separação e expedição), transporte e entrega nas unidades em todo território nacional (conforme localidades das unidades FIDI). A Fundação avalia seus estoques em conformidade com o custo médio dos produtos, sendo basicamente compostos por itens relacionados aos produtos com destinação à sua atividade-meio.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Materiais médico-hospitalares	929.046	3.101.002
Material administrativo	32.743	45.050
Material de escritório	83.030	119.217
Material Centro de Distribuição	2.083.121	-
Total	**3.127.940**	**3.265.269**

Os valores escriturados como custo de materiais médico-hospitalares, materiais administrativos e materiais de treinamento para os convênios do Ministério da Saúde (MS) nas demonstrações do resultado dos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Materiais médico-hospitalares	(16.416.239)	(20.171.262)
Material administrativo	(578.136)	(503.534)
Demais Materiais	(4.975.873)	-
Total	**(21.970.248)**	**(20.674.796)**

O movimento dos estoques entre os exercícios foi o seguinte:

	31/12/2021	Aquisições	Valor consumido	31/12/2022
Materiais médico-hospitalares	1.575.243	21.697.021	(20.171.262)	3.101.002
Material administrativo	39.064	509.520	(503.534)	45.050
Material de escritório	97.755	1.487.678	(1.466.216)	119.217
Total	**1.712.062**	**23.694.219**	**(22.141.012)**	**3.265.269**

	31/12/2022	Aquisições	Valor consumido	Valor transferido	31/12/2023
Materiais médico -hospitalares	3.101.002	15.011.148	(16.416.239)	(766.865)	929.046
Material administrativo	45.050	588.275	(578.136)	(22.446)	32.743
Material de escritório	119.217	1.343.661	(1.316.691)	(63.157)	83.030
Material centro de distribuição	-	2.313.125	(1.082.472)	852.468	2.083.121
Total	**3.265.269**	**19.256.209**	**(19.393.538)**	**-**	**3.127.940**

Não houve evidências de desvalorização do estoque (*impairment*), bem como o curto giro do estoque não evidenciou desvalorizações constantes.

7. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas no valor de R$ 253.897 (R$ 207.687 em 2022) referem-se aos seguros contratados pela Fundação para cobertura de seu patrimônio. Os seguros possuem cobertura de danos decorrentes de eventos naturais ou acidentais, roubos e furtos, bem como incêndios.

8. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento identificados, mensurados e reconhecidos pela Fundação em 31 de dezembro de 2023 estão detalhados a seguir.

Natureza do Contrato		
Konica - Locação de equipamento (Engenharia Clínica)	31/12/2023	31/12/2022
Custo	3.916.449	36.433.979
Remensuração	-	(5.602.644)
Depreciação acumulada	(3.394.256)	(29.525.852)
Total	**522.193**	**1.305.483**
Arrendamento mercantil - Circulante	(522.193)	(783.290)
Arrendamento mercantil - Não circulante	-	(522.193)
Total	**(522.193)**	**(1.305.483)**

A Seemed, a Philips e a Truckvan tiveram seu contrato renovado na vigência de 12 meses, de forma sazonal, não se enquadrando nos requisitos do IFRS 16. A movimentação dos contratos de arrendamento identificados, mensurados e reconhecidos pela FIDI em 31 de dezembro de 2023 estão detalhados a seguir:

	Ativo	Passivo
Saldo inicial - 01/01/2023	**1.305.483**	**(1.305.483)**
Juros de arrendamento	-	(7.912)
Depreciação do período	(783.290)	-
Pagamentos do período	-	791.202
Saldo Final - 31/12/2023	**522.193**	**(522.193)**

9. Imobilizado, intangível da FIDI e avaliação patrimonial

Classe de ativos	Taxa anual de depreciação (média %)	Custo histórico e atribuído	Depreciação acumulada	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	23	2.700.011	(2.093.054)	606.957	66.196
Veículos	10	132.706	(132.706)	-	13
Instalações	10	93.615	(88.552)	5.063	8.157
Equipamentos de radiologia	9	9.930.905	(7.491.055)	2.439.850	2.881.680
Equipamento de processamento dados	21	23.216.308	(23.147.901)	68.407	84.470
Móveis e utensílios	11	1.957.309	(1.539.600)	417.709	345.861
Equipamentos de comunicações	18	74.761	(67.370)	7.391	7.149
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	10	2.828	(2.828)	-	-
Biblioteca	10	397	(397)	-	-
Equipamentos médicos	13	26.614.443	(23.528.852)	3.085.591	3.716.347
Equipamentos medição radiológica	10	86.224	(84.552)	1.672	8.637
Equipamento para digitalização	17	4.396.637	(4.325.271)	71.366	188.247
Outros equipamentos	10	1.696.291	(1.696.291)	-	-
Total do imobilizado		**70.902.435**	**(64.198.429)**	**6.704.006**	**7.306.757**
Direito de uso de *softwares*	20	12.895.018	(12.648.936)	246.082	169.191
Marcas e patentes	12	95.620	(92.187)	3.433	11.472
Total do intangível		**12.990.638**	**(12.741.123)**	**249.515**	**180.663**

Em cumprimento à Resolução CFC 1.177/09, que aprovou a NBC TG 27 - Ativo Imobilizado, a Fundação, desde a primeira adoção da referida norma, vem efetuando revisão e ajuste das vidas úteis econômicas estimadas para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Para fins dessa análise e a do custo atribuído (*deemed cost*), a FIDI contratou a empresa especializada R2K Serviços e Soluções Ltda., que emitiu Laudo de Avaliação datado em 31 de dezembro de 2023. Para os trabalhos do referido laudo, a Fundação excluiu do escopo da revisão os bens oriundos de contratos de gestão obtidos por verbas de investimentos, visto que tais ativos são depreciados ou amortizados com base no prazo dos contratos. Além disso, a revisão foi feita considerando a metodologia D10+, que consiste em revisar os ativos de valores mais significativos, os quais representavam para a Fundação, na data das demonstrações contábeis, cerca de 60% do total do custo histórico do imobilizado. A elaboração dos sucessivos laudos, desde que a FIDI adotou as novas práticas contábeis, levou em conta os níveis de manutenção e utilização dos bens, elementos comparativos, como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes, e o estado de conservação dos ativos.

Itens do imobilizado	Taxa atual (%)
Veículos	10
Equipamentos de radiologia	9
Equipamentos de processamento de dados	21
Equipamentos médicos	13
Equipamentos para digitalização	17

A conciliação dos saldos iniciais com os finais é conforme a seguir.

Classe de ativos	31/12/2022	Aquisições	Depreciações ou amortizações	Baixas	Transferências	31/12/2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.093.054	606.957	-	-	-	2.700.011
(-) Amortização acumulada	(2.026.858)	-	(66.197)	-	-	(2.093.054)
Veículos	132.706	-	-	-	-	132.706
(-) Depreciação acumulada	(132.693)	-	(13)	-	-	(132.706)
Instalações	93.615	-	-	-	-	93.615
(-) Depreciação acumulada	(85.458)	-	(3.094)	-	-	(88.552)
Equipamentos de radiologia	9.930.905	-	-	-	-	9.930.905
(-) Depreciação acumulada	(7.049.225)	-	(441.829)	-	-	(7.491.055)
Equipamento de processamento de dados	23.225.137	12.227	-	(21.055)	-	23.216.308
(-) Depreciação acumulada	(23.140.667)	-	(25.594)	18.359	-	(23.147.901)
Móveis e utensílios	1.849.751	119.693	-	(12.135)	-	1.957.309
(-) Depreciação acumulada	(1.503.890)	-	(47.845)	12.135	-	(1.539.600)
Equipamentos de comunicações	72.801	1.960	-	-	-	74.761
(-) Depreciação acumulada	(65.652)	-	(1.718)	-	-	(67.370)
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	2.828	-	-	-	-	2.828
(-) Depreciação acumulada	(2.828)	-	-	-	-	(2.828)
Biblioteca	397	-	-	-	-	397
(-) Depreciação acumulada	(397)	-	-	-	-	(397)
Equipamentos médicos	28.215.262	57.600	-	(1.658.419)	-	26.614.443
(-) Depreciação acumulada	(24.498.915)	-	(659.434)	1.629.497	-	(23.528.852)
Equipamentos para medição radiológica	86.224	-	-	-	-	86.224
(-) Depreciação acumulada	(77.587)	-	(6.965)	-	-	(84.552)
Equipamento para digitalização	4.930.009	-	-	(533.372)	-	4.396.637
(-) Depreciação acumulada	(4.741.762)	-	(87.135)	503.626	-	(4.325.271)
Outros equipamentos	1.696.291	-	-	-	-	1.696.291
(-) Depreciação acumulada	(1.696.291)	-	-	-	-	(1.696.291)
Total do imobilizado	**7.306.756**	**798.437**	**(1.339.824)**	**(61.364)**	**-**	**6.704.006**
Direito de uso de *softwares* e adiantamentos	12.765.846	129.172	-	-	-	12.895.018
(-) Amortização acumulada	(12.596.655)	-	(52.281)	-	-	(12.648.936)
Marcas e patentes	95.620	-	-	-	-	95.620
(-) Amortização acumulada	(84.148)	-	(8.039)	-	-	(92.187)
Total do intangível	**180.663**	**129.172**	**(60.320)**	**-**	**-**	**249.515**

Classe de ativos	31/12/2021	Aquisições	Depreciações ou amortizações	Baixas	Transferências	31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.118.924	-	-	(25.870)	-	2.093.054
(-) Amortização acumulada	(1.894.833)	-	(157.894)	25.870	-	(2.026.858)
Veículos	132.706	-	-	-	-	132.706
(-) Depreciação acumulada	(88.462)	-	(44.231)	-	-	(132.693)
Instalações	93.615	-	-	-	-	93.615
(-) Depreciação acumulada	(82.316)	-	(3.142)	-	-	(85.458)
Equipamentos de radiologia	10.126.915	506	-	(196.516)	-	9.930.905
(-) Depreciação acumulada	(6.658.148)	-	(560.800)	169.723	-	(7.049.225)
Equipamento de processamento de dados	23.784.350	69.902	-	(629.115)	-	23.225.137
(-) Depreciação acumulada	(23.717.595)	-	(46.591)	623.520	-	(23.140.667)
Móveis e utensílios	1.900.812	8.000	-	(59.060)	-	1.849.751
(-) Depreciação acumulada	(1.502.297)	-	(49.577)	47.984	-	(1.503.890)
Equipamentos de comunicações	69.261	3.540	-	-	-	72.801
(-) Depreciação acumulada	(64.347)	-	(1.305)	-	-	(65.652)
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	2.828	-	-	-	-	2.828
(-) Depreciação acumulada	(2.828)	-	-	-	-	(2.828)
Biblioteca	397	-	-	-	-	397
(-) Depreciação acumulada	(397)	-	-	-	-	(397)
Equipamentos médicos	28.234.729	8.754	-	(28.221)	-	28.215.262
(-) Depreciação acumulada	(23.841.019)	-	(676.501)	18.606	-	(24.498.915)
Equipamentos para medição radiológica	86.225	-	-	-	-	86.224
(-) Depreciação acumulada	(70.340)	-	(7.247)	-	-	(77.587)
Equipamento para digitalização	5.330.885	-	-	(400.876)	-	4.930.009
(-) Depreciação acumulada	(5.026.404)	-	(90.063)	374.705	-	(4.741.762)
Outros equipamentos	1.696.291	-	-	-	-	1.696.291
(-) Depreciação acumulada	(1.696.291)	-	-	-	-	(1.696.291)
Total do imobilizado	**8.932.656**	**90.702**	**(1.637.351)**	**(79.250)**	**-**	**7.306.757**
Direito de uso de *softwares* e adiantamentos	12.784.775	135.986	-	(154.915)	-	12.765.846
(-) Amortização acumulada	(12.685.923)	-	(65.647)	154.915	-	(12.596.655)
Marcas e patentes	95.620	-	-	-	-	95.620
(-) Amortização acumulada	(72.839)	-	(11.309)	-	-	(84.148)
Total do intangível	**121.633**	**135.986**	**(76.956)**	**-**	**-**	**180.663**

10. Empréstimos e financiamentos

Banco	Taxa de Juros	Garantia	31/12/2023	31/12/2022
Itaú	10,55% ao ano	Aplicação financeira	13.530.446	18.417.111
			13.530.446	**18.417.111**

10.1 Prazos dos financiamentos:

Prazos	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	5.410.680	4.794.869
Não circulante	8.119.766	13.622.242
Total	**13.530.446**	**18.417.111**

10.2 Movimentação dos empréstimos - A conciliação do saldo inicial com o final é assim apresentada:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial do exercício	**18.417.111**	**23.190.959**
(-) Amortizações - pagamento principal	(5.221.022)	(4.743.515)
(-) Amortizações - pagamento de juros	(1.312.706)	(2.120.056)
(+) Juros apropriados	1.647.063	2.089.723
Saldo final do exercício	**13.530.446**	**18.417.111**

10.3 Vencimento por ano - As parcelas classificadas têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	4.794.869
2024	5.410.680	5.502.476
2025	5.986.835	5.986.835
2026	2.132.931	2.132.931
	13.530.446	**18.417.111**

11. Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores são compostos por obrigações a pagar decorrentes da aquisição de bens e serviços que foram tomados no decorrer do exercício. Os valores são reconhecidos em conformidade com os documentos fiscais ou contratos firmados entre a Fundação e o fornecedor e/ou prestador de serviços, sendo apropriados conforme a competência de seu usufruto no resultado.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de insumos, equipamentos e serviços	11.849.366	12.144.061
Serviços médicos e técnicos a pagar	16.826.928	14.678.578
Outros serviços a pagar	-	52.371
Total	**28.676.294**	**26.875.010**

12. Parcelamento de tributo

O Auto de Infração 64.600.599-9 faz parte do Processo Administrativo 2005-0.151.930-7 (processo eletrônico 6017.2016/0003112-8), cobrança de débitos de ISSQN, decorrentes do exercício de 2002. Mesmo a FIDI sendo uma entidade beneficente de assistência social - beneficiária, portanto, de isenção de tributos municipais -, a Prefeitura do Município de São Paulo considerou por bem lavrar o auto de infração, para cobrança de supostos débitos de ISSQN, decorrentes do exercício de 2002. Sendo a ação julgada improcedente em sede de apelação, os créditos tributários em questão imediatamente tornaram-se exigíveis por parte da Prefeitura de São Paulo. Por força do Decreto Municipal 60.357, foi instituído pela Prefeitura o Programa de Parcelamento Incentivado de 2021 (PPI 2021), ação que permite a regularização de débitos com descontos significativos de juros e multas. Ficou decidido pela adesão a esse programa, tendo em vista o resultado da referida ação judicial, entendendo-se que seria a alternativa menos gravosa para quitação dele. A contabilização ficou conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento de ISSQN - Circulante	917.428	810.913
Parcelamento de ISSQN - Não Circulante	6.269.092	6.352.150
Total	**7.186.520**	**7.163.063**

Composição dos valores ficaram da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Principal - Parcelamento de ISSQN	246.944	246.944
Multa - Parcelamento de ISSQN	61.736	61.736
Juros - Parcelamento de ISSQN	547.357	440.841
Honorários Adv. - Parcelamento de ISSQN	61.391	61.392
Total	**917.428**	**810.913**

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante		
Principal - Parcelamento de ISSQN	1.687.450	1.934.395
Multa - Parcelamento de ISSQN	421.863	483.598
Juros - Parcelamento de ISSQN	3.740.270	3.453.256
Honorários Adv. - Parcelamento de ISSQN	419.509	480.901
Total	**6.269.092**	**6.352.150**

13. Salários, encargos e contribuições

As obrigações trabalhistas são oriundas do quadro de funcionários do projeto, composto conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	5.523.823	5.385.664
Encargos sociais a recolher	1.702.572	1.779.530
Descontos na folha de pagamento	346.862	389.940
Total	**7.573.257**	**7.555.134**

14. Provisões judiciais

A FIDI é parte envolvida em processos judiciais que compreendem responsabilidades contingentes, cujo risco de perda foi classificado como provável pelos assessores jurídicos.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisões	Depósitos/ Processos judiciais	Provisões	Depósitos/ Processos judiciais
Trabalhistas	2.645.811	4.128.377	2.115.941	921.084
Previdenciárias	-	-	1.905.130	-
Cíveis	-	-	9.011	-
Tributárias	9.202.760	9.202.760	7.702.109	7.702.109
Total	**11.848.571**	**13.331.137**	**11.732.191**	**8.623.193**

A conciliação dos saldos iniciais com os finais é dada abaixo:

	Trabalhista	Previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Total	Depósito Judicial
Saldo em 31/12/2021	**1.654.202**	**1.905.130**	**13.806**	**6.104.560**	**9.677.698**	**8.080.913**
Adições e baixas	461.739	-	(4.795)	1.597.549	2.054.493	542.280
Saldo em 31/12/2022	**2.115.941**	**1.905.130**	**9.011**	**7.702.109**	**11.732.191**	**8.623.193**
Adição	1.079.933	-	-	1.500.651	2.580.584	1.500.651
Baixas	(550.063)	(1.905.130)	(9.011)	-	(2.464.204)	-
Outras adições	-	-	-	-	-	3.207.293
Saldo em 31/12/2023	**2.645.811**	**-**	**-**	**9.202.760**	**11.848.571**	**13.331.137**

14.1. Provisões trabalhistas - A Fundação faz parte de ações trabalhistas e considera como provisão todas àquelas consideradas como prováveis por seus consultores jurídicos. Adicionalmente, ao assumir o contrato de gestão 18.734/19, a FIDI reconheceu em suas demonstrações contábeis passivos contingentes que eram originários da outra organização social que precedeu a Fundação na operação do SEDI I, a Associação Congregação de Santa Catarina, da qual a Fundação assumiu os empregados que trabalhavam no contrato de gestão e, consequentemente, os passivos contingentes. O lançamento inicial dos passivos contingentes deu-se na conta *superávit (déficit)* acumulado, com contrapartida na conta de provisões, no passivo exigível a longo prazo. Em 2023, o jurídico da FIDI optou por realizar as baixas dos valores por estarem prescritos, e pela certidão de processo trabalhista que não constam nenhum processo ativo da época.

14.2. Provisões cíveis - A Fundação é parte em ações judiciais de natureza cível, assim dispostas: (i) ação de cobrança por valor recebido indevidamente; e (ii) ação de inexigibilidade de crédito.

14.3. Provisão previdenciária - Em 2007, foi impetrado o Mandado de Segurança 2007.61.00.007879-3, para o qual a União (Receita Federal do Brasil [RFB]) interpôs recurso de apelação. Como a ação encontrava-se em fase de julgamento, o qual não tinha data prevista, em 2009, a FIDI constituiu uma provisão que se refere à notificação fiscal de lançamento de débito 37.063.204-4, emitida em 18 de maio de 2007 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), débito 37063204-4, aguardando expedição do acórdão.

Atualmente, esse processo se encontra no aguardo de julgamento de recurso especial no CARF, desde 17 de setembro de 2015. Após estudo do nosso escritório patrocinador do processo, realizamos as baixas do período referente aos anos decaídos a provisões e supostos questionamentos. Por fim, a administração deixou o valor que consta no processo como possível perda.

O processo 14485.000818/2007-16 - Administrativo/CARF, teve seu valor atualizado. Porém, apesar da classificação fornecida pelo escritório que o patrocina, o jurídico da fundação entende, que a classificação deve ser remota, ante a possibilidade efetiva da prescrição, e sem possibilidade de discussões.

A Fundação avalia constantemente a posição do referido processo, e realiza o estorno das provisões à medida que dívida é considerada prescrita e sem possibilidade de discussões.

14.4. Provisão tributária - Em 2015, a Fundação foi autora no processo 002205-88.2015.4.03.6100, de ação de reconhecimento da inexistência da relação jurídico-tributária com a União quanto ao recolhimento da contribuição ao PIS, bem como restituição dos valores indevidamente recolhidos a esse título nos últimos cinco anos, pelo fato da FIDI ser uma entidade beneficente. Em 2015, a Entidade ajuizou o processo 002205-88.2015.4.03.6100, para reconhecimento da inexistência da relação jurídico-tributária com a União quanto ao recolhimento da contribuição ao PIS, bem como a restituição dos valores, até então indevidamente recolhidos. Quando a ação foi distribuída, a FIDI obteve autorização judicial para depositar em juízo os valores relativos ao PIS, a partir daquela data. Ocorre que a ação foi julgada improcedente, e agora a entidade está pleiteando o levantamento dos valores que foram depositados em função da concessão do CEBAS. Existem outros processos avaliados pela administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 8.910.591 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 49.362.661 em 2022), em processos cíveis, trabalhistas, fiscais e administrativos para os quais nenhuma provisão foi constituída. A diferença dos valores se deu aos processos que modificaram a classificação de risco (Tribunal de Contas) que passaram para classificação remota perante a possibilidade de prescrição. Os riscos trabalhistas, também sofreram significativa redução no montante total do risco, por conta dos ajustes baseados no risco efetivo

15. Obrigações fiscais e tributárias

A FIDI, entidade caracterizada como filantrópica de caráter de fundação, está amparada pela legislação brasileira como instituição imune de impostos (previsibilidade no artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil). Quando aplicável, os impostos e encargos trabalhistas não recolhidos dentro do prazo de vencimento são devidamente atualizados com juros e multas, de acordo com a legislação vigente.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IRRF S/ Serviços pessoa jurídica (1708)	110.018	110.428
IRRF S/ Serviços pessoa física (0588/0924)	2.580	2.596
IRRF S/ Folha de pagamento (0561)	1.090.133	1.074.550
PIS/COFINS/CSLL (5952/5979)	885.925	765.939
ISS S/ Serviços Terceiros	368	-
INSS S/ Serviços pessoa jurídica	32.188	5.250
Total	**2.121.213**	**1.958.763**

16. Subvenção a receber

Refere-se aos contratos com a Secretaria do Estado de São Paulo, sendo os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados nos projetos, adicionados à provisão dos montantes a receber nos próximos 12 meses, os quais serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência conforme os gastos relacionados incorrerem.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial de caixa	**6.494.147**	**7.054.355**
Recursos recebidos	175.609.938	166.774.800
Receitas financeiras	615.433	2.054.979
Outras receitas	642.387	36.247
Gastos incorridos na execução de projeto	(183.209.705)	(169.426.233)
Recursos disponíveis	**152.200**	**6.494.148**
Valores em compensação - Bancos	(25.900.757)	(25.573.959)
Subvenção a receber/realizar	**(25.748.557)**	**(19.079.811)**
Caixa Contratos de Gestão	152.200	6.494.148
Caixa FIDI - Contratos Particulares	22.302.746	14.721.318
Caixa Total	**22.454.946**	**21.215.466**

Os valores mantidos em conta corrente estão vinculados a aplicações financeiras automáticas mantidas pela FIDI com o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo, condicionadas às restrições determinadas em contrato, com rendimentos indexados ao CDI. Ao longo do contrato tivemos vários pedidos de reequilíbrio, solicitando o reajuste dos repasses para cumprimento de obrigações com terceiros. Entre as principais variáveis pela diminuição do caixa está o aumento do custo da modalidade ultrassom, dissidio de funcionários e a Perda de Garantia em equipamentos onde a FIDI necessita fixar um contrato de manutenção, onde os valores são superiores ao que estavam previstos na manutenção dos equipamentos, sendo a principal causa do desequilíbrio financeiro, porque o repasse inicialmente previso não é suficiente para cumprirmos o realizável.

17. Atendimento no âmbito da Saúde

Clínica Prof. Dr. Roberto Nogueira - Clínica FIDI

A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem em parceria com a Prefeitura de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Saúde, tem sua primeira clínica exclusiva de exames de imagem no sistema público do município. O espaço, localizado na Rua Nove de Julho, 72 - bairro Santo Amaro, realizará exames de ecocardiograma adulto e infantil, ultrassonografia morfológica, ultrassonografia doppler obstétrica e densitometria óssea, totalizando 1.160 exames mensais. Para realizar os exames, os pacientes serão direcionados pela Prefeitura de São Paulo, responsável pelo preenchimento das vagas e pelo agendamento na clínica. A unidade contará com uma equipe multidisciplinar composta por médicos radiologistas, técnicos em radiologia, auxiliares de enfermagem e agentes administrativos. A Fundação se dá exclusivamente no âmbito da saúde, por meio do atendimento ambulatorial na filial Clínica FIDI, inscrita no CNES 3044742, para atendimento 100% aos usuários do SUS. Sendo mantida a prestadora de serviços ao SUS em conformidade com o contrato nº 6018.2022/00835673, firmado com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, a Fundação inseriu os atendimentos prestados no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA). Por não haver atendimentos Não-SUS, não constará informações no Sistema de Comunicação e Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

Relatório de Execução Técnica

	1º Semestre		2º Semestre		Total	
Modalidade	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Densitometria	480	586	480	535	960	1.121
Ecocardiograma	3.600	2.754	3.600	2.955	7.200	5.709
Ultrassonografia	4.608	395	4.608	765	9.216	1.160
Total	**8.688**	**3.735**	**8.688**	**4.255**	**17.376**	**7.990**

No quadro abaixo, demonstra-se o quantitativo dos atendimentos ambulatoriais realizados e o percentual atingido em conformidade com o artigo 9º, inciso II da LC 187/2021:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade de procedimentos ambulatoriais SUS	7.990	137
Percentual SUS final ao CEBAS	**100%**	**100%**

18. Patrimônio líquido

18.1. Patrimônio social - O patrimônio social é composto pelos valores destinados à constituição da Fundação, acrescidos dos respectivos resultados após sua constituição. Todo o resultado superavitário ou deficitário deve ser incorporado ou suportado pelo patrimônio social após o encerramento de cada exercício.

18.2. *Superávits (déficits)* - O resultado do período é computado pela diferença entre as receitas e os gastos globais incorridos no período, em conformidade com a competência, sendo o resultado líquido incorporado ao Patrimônio Social no exercício seguinte.

18.3. *Déficit* dos exercícios anteriores - Em decorrência do encerramento do contrato com o Goiás, em 3 de março de 2021, os valores excedentes, provenientes das atividades desempenhadas conforme previsão contratual, foram colocados à disposição do município de Goiás para devolução tempestiva, mediante a aprovação da prestação de contas. A devolução ocorreu no valor de R$ 4.963.355,34 na data de 17/11/2023 referente ao contrato de Goiás Gestão.

19. Receitas operacionais

A reconciliação entre as Receitas com Atividades Próprias e as Receitas Operacionais é conforme segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita clínica	453.500	7.668
(-) Deduções da receita	-	-
	453.500	**7.668**

A reconciliação entre as Receitas com Exames Radiológicos e as Receitas Operacionais é conforme segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita com exames radiológicos	180.911.574	149.781.243
Receita com subvenção	185.892.752	182.681.299
(-) Deduções da receita (glosas)	(4.716.585)	(5.630.491)
	362.087.741	**326.832.051**

A reconciliação entre as Receitas com Desenvolvimento e Pesquisa e as Receitas Operacionais é conforme segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita com Desenvolvimento e Pesquisa	303.710	235.909
Receita de cursos	3.476	13.995
	307.186	**249.904**
Total	**362.848.627**	**327.089.623**

20. Outras despesas (receitas) administrativas, líquidas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Consultorias técnicas, assessoramento e honorários	(13.717.174)	(13.666.728)
Manutenções gerais, peças e reparos	(2.640.657)	(3.333.345)
Aluguéis diversos	(2.699.874)	(4.951.168)
Materiais administrativos	(2.745.885)	(1.471.181)
Despesas de locomoção	(935.152)	(1.037.122)
Despesas tributárias, cartoriais, representação legais, moratórias	(3.310.658)	(3.166.138)
Despesas de divulgação, eventos e publicidade institucional	(477.614)	(442.807)
Perdas com títulos baixados	-	(71.023)
Despesas de comunicação	(2.410.645)	(2.467.405)
Resultado na baixa de ativos	(61.365)	(79.251)
Periódicos, cópias, encadernações e demais materiais gráficos	(280.659)	(193.171)
Prêmios de seguros	-	(126.177)
Materiais de limpeza, higiene e copa	(12.000)	(26.755)
Desp. c/ Devedores Duvidosos	(105.499)	(390.167)
Recuperação de despesas e outros resultados	7.985.610	505.498
Provisões Cíveis	-	(7.226)
Bens Recebidos em Doação	-	529
Demais impostos	(1.681)	-
Total	**(21.413.253)**	**(30.923.637)**

(a)Recuperação de despesas são referentes a despesas que são consumidas na matriz e rateadas entre todos os contratos para participação financeira entra as despesas e custos dos backoffice.

21. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totais das atividades ocorridas em 2023 e 2022 estão subdivididas nos grupos: custo dos serviços atendimento próprio, custos dos serviços prestados com exames, e custos dos serviços prestados com desenvolvimento e pesquisa, apresentada conforme segue:

Custos dos serviços atendimento próprio	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados - pessoa jurídica	(302.464)	(3.688)
Manutenção de equipamentos e locação	(223.481)	(154.577)
Despesas de comunicação	(12.374)	(7.797)
Material clínico hospitalar e outros	(6.675)	(2.476)
Depreciações e amortizações	(2.058)	(2.058)
Outros custos operacionais	(81.234)	(49.481)
Outras despesas (receitas) administrativas, líquidas	(36.269)	(20.358)
	(664.555)	**(240.435)**

Custo dos serviços prestados com exames	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos	(127.774.127)	(118.614.781)
Serviços prestados - pessoa jurídica	(99.822.098)	(86.150.254)
Manutenção de equipamentos e locação	(53.566.310)	(52.069.025)
Despesas de comunica	(3.512.015)	(3.404.612)
Material clínico hospitalar e outros	(21.963.573)	(20.672.320)
Depreciações e amortizações	(1.417.746)	(1.755.720)
Outros custos operacionais	(9.078.745)	(7.927.364)
	(317.134.614)	**(290.594.076)**

Custo dos serviços prestados com desenvolvimento e pesquisa	31/12/2023	31/12/2022
Manutenção de equipamentos e locação	-	(131)
Depreciações e amortizações	(87)	(63)
Outras despesas (receitas) adm. Líquidas	(2.745)	(4.728)
Outros custos operacionais	-	(1.010)
	(2.832)	**(5.932)**
Total	**(318.642.663)**	**(290.840.443)**

22. Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está apresentada conforme segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição patronal de INSS	20.144.910	18.444.132
Risco de Acidentes de Trabalho (RAT/SAT)	2.176.999	1.844.413
Outras (SESC, SESI, SENAC, etc.)	5.842.025	5.438.798
Pis s/ folha	999.397	918.341
Total	**29.163.331**	**26.645.684**

23. Despesas financeiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Juros pagos	(25.846)	(95.086)
Descontos concedidos	-	(140.489)
Despesas bancárias	(51.259)	(108.902)
IOF	-	(63)
Juros de arrendamento	(7.912)	(62.658)
Juros de empréstimos	(1.647.063)	(2.089.723)
Total	**(1.732.080)**	**(2.496.795)**

24. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de aplicação financeira	3.230.941	4.293.181
Descontos em notas fiscais	170.628	1.085.458
Total	**3.401.568**	**5.378.639**

25. Instrumentos financeiros

A administração é realizada por meio de estratégias operacionais e gerenciamento de instrumentos financeiros, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, as operações podem compreender riscos conhecidos ou não, envolvendo sempre o melhor julgamento da Fundação na avaliação dos potenciais riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. O principal fator de risco da Fundação está ligado à liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração, que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que a Fundação tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

26. Trabalho voluntário

Conforme determinado na Resolução CFC 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Fundação não identificou trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2023.

27. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Ramo	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	104.000.000	54.000.000
Equipamentos	10.500.000	77.100.000
Inadimplência	11.238.341	4.871.319
Processos judiciais	407.653	460.708
Veículo	63.941	100.000
Total	**126.209.935**	**136.532.027**

28. Remuneração da estatutária

A remuneração da diretoria executiva totalizou R$ 807.317,84 em 2023 (R$ 632.622 em 2022).

29. Eventos subsequentes

A Fundação não verificou eventos subsequentes entre a data das demonstrações contábeis e a data de emissão destas demonstrações.

Sérgio Aron Ajzen - Diretor • **Daniel Bekhor -** Diretor Adjunto • **Fabiane Mussio Rice -** Contadora - CRC nº 1SP322937/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (FIDI) "Entidade", e no exercício das atribuições estatutárias, acompanhamos os trabalhos realizados em reuniões, examinamos as Demonstrações Contábeis e o Relatório de Auditoria das Demonstrações Contábeis, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos nossos exames e no "Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis dos Auditores Independentes" emitido pela PP&C datado em 26 de fevereiro de 2024, somos da opinião que as mencionadas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição. Desta forma, o Conselho Fiscal emite o parecer favorável à aprovação das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. E que estão em condições de merecer a aprovação do Conselho Curador em reunião Ordinária. São Paulo, 26 de março de 2024.

Alexandre Delgado da Silva Paixão • Nadia de Mendonça Carnieto • Ricardo Luiz Camargo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros da

Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI ("FIDI"/"Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial,em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FIDI em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à FIDI, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Fundação, que optou pela apresentação, a qual é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas e como informação suplementar pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação, cessar suas operações ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco e não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

PP&C Auditores Independentes - CRC2SP16.839/O-0

Giacomo Walter Luiz de Paula - CRC1SP243.045/O-0 Contador

Gênesis Securitizadora S.A.

CNPJ nº 26.609.007/0001-07 - NIRE 353.004.979-45

Ata da 6ª (Sexta) Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 22/03/2024, 11h, na sede social da companhia, dispensada a convocação, Parágrafo 4º, artigo 124, Lei nº 6.404/1976, com a presença confirmada de todos os acionistas. **Presença:** reuniram-se os acionistas da sociedade, representando a totalidade do capital social da **Gênesis Securitizadora S.A.**, **Cristiane Aparecida Bertos Ting Wang** e **Joyce Vanholst**. **Deliberações: I** - O Sr. Presidente pôs em votação a análise da proposta da diretoria para emissão de 15.000 debêntures simples, no montante de R$ 15.000.000,00, ao valor unitário de R$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade a referida emissão, conforme Escritura da 4ª Emissão Privada de Debêntures Simples, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, anexo à Ata da AGE. Esta ata é Extrato da Ata da 6ª AGE, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados. Na qualidade de Presidente de Mesa e Secretário de Mesa da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio. Indaiatuba/SP, 22 de março de 2024. (a.a.) **Erasto Tsen Wang** - Presidente de Mesa, **Edson Ting Wang** - Secretário de Mesa. **JUCESP** nº 131.514/24-6 e Emissão Privada de Debêntures Simples nº ED005814-2/000 em 03/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Fortaleza PREFEITURA

INFORMATIVO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 391/2023**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA – PMF, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU ELETRÔNICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR** torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no AVISO DE CONVOCAÇÃO publicado no dia 17 de outubro de 2023, no INFORMATIVO publicado no dia 20 de outubro de 2023 e no AVISO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO publicado no dia 30 de outubro de 2023, ocorreram atecnias, sendo necessária a publicação de um INFORMATIVO nos mesmos meios de publicidade, dispondo que:

ONDE SE LÊ:

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS – HEMODERIVADOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

LEIA-SE:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA – PMF, COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU ELETRÔNICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

Maiores informações através do email:pregaoeletronico@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85) 3452-3483.**

Fortaleza – CE, 9 de abril de 2024.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

CNPJ/MF nº 09.456.668/0001-12

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida José Geraldo de Mattos, n° 765, Bairro Piracangaguá, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na forma do artigo 7º do seu Estatuto Social, convoca os senhores acionistas a participarem, no **dia 18 de abril de 2024**, em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,** a serem realizadas, **de modo híbrido (digital,** via plataforma Microsoft Teams, e **presencial,** na sede da Companhia): **Assembleia Geral Ordinária,** às **14h em primeira convocação e às 14h15 em segunda convocação,** para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos, na forma prevista do artigo 7º, parágrafo 6º do Estatuto Social; (iii) eleger três membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º do Estatuto Social; (iv) eleger o Presidente do Conselho de Administração; (v) eleger os membros do Conselho Fiscal; e, em **Assembleia Geral Extraordinária**, **às 15h00 em primeira convocação e às 15h15 em segunda convocação,** para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia; (ii) deliberar sobre a alteração do quadro societário da controlada Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda.; (iii) deliberar sobre a realização de investimentos na controlada Campo Limpo Resinas e Reciclagem Plástica Ltda. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ora convocadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Os acionistas da Companhia ("**Acionistas**") poderão participar das Assembleias por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, das seguintes formas: (i) presencialmente, na sede da Companhia; (ii) virtualmente, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams; ou (iii) votando à distância, via boletim de voto. Os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente das Assembleias por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams poderão se cadastrar até 30 minutos antes da realização de cada uma das Assembleias, fornecendo as documentações e informações indicadas neste edital de convocação. A solicitação para a participação virtual, bem como o envio das documentações e informações deverão ser devidamente enviadas para o e-mail marina.almeida@inpev.org.br, e o acionista receberá, em seguida, um acesso **intransferível** para sua participação virtual nas Assembleias. Os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por submeter seus votos por meio boletim de voto disponibilizado no endereço eletrônico https://campolimpoplasticos.com.br, deverão submeter seus boletins de voto devidamente preenchidos e acompanhados dos documentos abaixo para os e-mails marina.almeida@inpev.org.br, até o dia 17 de abril de 2024. O envio de boletim de voto à distância não impede o acionista de participar nas Assembleias presencial ou virtualmente, desde que observado o procedimento de cadastro previsto neste edital de convocação, caso em que o respectivo boletim de voto enviado será desconsiderado. **Documentação para participação:** (i) documentos que comprovem a legitimidade para representar o acionista; ou (ii) procuração outorgada, há menos de um ano, pelos representantes legais do acionista a (a) outro acionista, a (b) administrador da Companhia ou (c) advogado, nos termos do art. 126, §1º da Lei das Sociedades Anônimas. **A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia, que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.**

Taubaté/SP, 08 de abril de 2024
Luis Henrique Sanfelice Rahmeier
Presidente do Conselho de Administração da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

alphaville Granja Viana

ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE GRANJA VIANA

CNPJ/MF sob nº 11.204.341/0001-03

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em tempo, RETIFICAMOS o edital de convocação enviado em 08 de abril de 2024, devendo ser considerado o inteiro teor que segue abaixo:

Na qualidade de Presidente do Conselho Diretor da Associação Alphaville Granja Viana, atendendo o disposto no Estatuto Social em seu Capítulo IV – Seção "A", Artigos 12 ao 20, **CONVOCO** os Associados regularmente cadastrados a participarem em Assembleia Geral Ordinária, no dia **17 de abril de 2024 (quarta-feira),** às **19h30**, **em primeira convocação com 50% mais um dos Associados presentes, ou 20h00, em segunda convocação com qualquer número de presentes**, no **Salão de Festas do Clube**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I. Proposta de aprovação da Prestação de contas do exercício 2.023, com apresentação de parecer da auditoria externa e notas de esclarecimentos;

II. Proposta de Investimentos, com definição de recursos para tal;

III. Eleição e posse do Conselho Diretor – 16 (dezesseis) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, conforme Artigo 22 do Estatuto Social;

IV. Eleição e posse do Conselho Fiscal – 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, conforme Artigos 49 ou 51 do Estatuto Social.

Nota 1: A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação, sendo constituída por todos os Associados no gozo de seus direitos civis e sociais, desde que quites com suas obrigações estatutárias e/ou regulamentares, sendo que suas deliberações obrigam todos os Associados mesmo que ausentes ou divergentes (Estatuto, art. 12). Associados que eventualmente tenham parcelamento de débitos e que estejam com as parcelas em dia, serão considerados adimplentes.

Nota 2: É permitida a representação de Associados através de procuração com poderes específicos, observando que os Associados Fundadores poderão representar mandantes sem número definido, e cada Associado Titular ou terceiros poderá representar até 10 mandantes, conforme Artigo 18, § Terceiro do Estatuto Social. A representação de Pessoa Jurídica deve ser feita através de seu representante conforme consta do Termo de Inscrição e Compromisso junto a Associação, do contrato social ou Ata de eleição de diretoria ou ainda através de procuração conforme capitulo II, Artigo 6, § Quarto do Estatuto Social. Tal Procuração deve ter a via original entregue na Administração Local, em envelope lacrado aos cuidados da Eticon Associações e Condomínios, ou no momento de assinatura da lista de presença.

Nota 3: Para assinatura na lista de presença, o (a) proprietário (a) deve estar munido (a) de documento de identificação com foto e apresentá-lo para confirmação de dados e validação da assinatura.

Nota 4: Todas as informações de movimentação financeira da Associação podem ser consultadas pelo módulo "Balancete Interativo", da página disponibilizada pelo sítio na internet www.eticon.adm.br, opção "Acesso Restrito", ou pelo aplicativo para celular ou portal "Winker". Eventuais dúvidas em relação ao uso, acesso à Plataforma da Eticon (Winker), poderão ser dirimidas antecipadamente, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, junto à Eticon pelo telefone e WhatsApp business: (11) 4617-4500.

Nota 5: As assembleias são gravadas em áudio e vídeo para preservação dos fatos que resultarão nas deliberações e consulta do inteiro teor da apresentação, com todos os comentários, sugestões e argumentações que ocorrerem durante a assembleia, podendo ser consultada pelos associados interessados, por agendamento.

Nota 6: Para ser eleito (a) para as funções das pautas 3 e 4, deve observar as condições previstas no CAPÍTULO IV, Seções "B" e "C", do Estatuto da Associação. Os interessados a estas funções devem manifestar interesse por escrito ao e-mail eticon@eticon.adm.br, intitulando no assunto do e-mail: "AAGV – Candidatura", até o dia 15.04.2024, às 15h00, para as confirmações exigidas pela Estatuto e por lei.

Sua participação é primordial para evolução contínua de nosso residencial!

Carapicuíba (SP), 09 de abril de 2024.
Associação Alphaville Granja Viana
Bolivar de Campos Junior
Presidente do Conselho Diretor

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE RETOMADA PARA O ITEM 10

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 333/2023**.

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF – NÚCLEO DE FARMACIA/NUFAR.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS (DANTROLENO, DESFERROXAMINA E OUTROS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR** torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que em razão da Revogação da Homologação para o item em questão, o certame será RETOMADO para a fase de julgamento do referido item em 12/04/2024 a partir de 10h00min. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85) 3452-3477.**

Fortaleza – CE, 9 de abril de 2024.
JOSÉ OSVALDO SOARES BEZERRA JÚNIOR
Pregoeiro(a) da CLFOR

ANATEL
Agência Nacional de Telecomunicações

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90001/2024 - UASG 413002

Processo nº: 53504.008950/2023-72. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA INTEGRAL (com fornecimento de peças e reposição de materiais) para os 3 (três) elevadores, equipamentos de transporte vertical, da marca Thyssenkrupp, instalados no prédio da Gerência Regional da Anatel em São Paulo - GR01, sem dedicação de mão de obra exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos. Valor total R$259.243,20.

Entrega das propostas: 10/04/2024, a partir da publicação no sítio: https://www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 25/04/2024 às 09h00. Esclarecimentos poderão ser enviados pelos e-mails: *hubler@anatel.gov.br* e *licitacoes.sp@anatel.gov.br*

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerência Regional

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE RESULTADO FINAL DE HABILITAÇÃO TÉCNICA APÓS ANÁLISE DE RECURSOS DOS INCISOS II E III

PROCESSO: CHAMADA PÚBLICA **Nº 020/2023.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA – SECULTFOR

OBJETO: O OBJETO DESTE EDITAL É A SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS DE AUDIOVISUAL PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS DESCRITAS NO ANEXO I, POR MEIO DA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL. COM O OBJETIVO DE INCENTIVAR AS DIVERSAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO SETOR AUDIOVISUAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, RECONHECENDO SUAS PECULIARIDADES E FASES, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO AUDIOVISUAL NO MUNICÍPIO.

O Presidente da **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE | CCEL** torna público, para conhecimento dos proponentes e demais interessados, que o Relatório Final de Habilitação Técnica Após Recursos – INCISOS II e III da CHP 020/2023 encontra-se disponível no sítio https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/detalhe-licitacao.asp?id=2104&fonte=Novo. Informações adicionais encontram-se à disposição na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, CEP: 60.140-060, Fortaleza, Ceará ou por meio do endereço eletrônico: licita.cel@clfor.fortaleza.ce.gov.br | CCEL

Fortaleza – CE, 9 de abril de 2024.
Wagner Pereira Valdivino
Presidente da Comissão de Contratação Especial de Licitações – CCEL

AVISO DE LICITAÇÃO

PG SABESP FSCS 00800/24-Prestação de Serviços de Cobertura Securitária nas modalidades de Transporte Nacional Terrestre, Transporte Internacional, Seguro de Riscos Operacionais, Seguro de Responsabilidade Civil Obras, Seguro de Riscos de Engenharia - Obras Civis em Construção, Seguro de Responsabilidade Civil Operacional no Âmbito de atuação da Sabesp, dividido em 2 (dois) LOTES. Edital disponível para "download" a partir de 10/04/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes - mediante obtenção de senha no acesso "cadastre sua empresa". Problemas c/ site, contatar fone (11) 997672261, 3388-6984/6812. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 24/04/2024 até as 09h00 de 25/04/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes. Às 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP 10/04/2024 - (FF). A Diretoria.

sabesp SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

CETESB

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, para comparecerem à reunião das Assembleias Gerais a serem realizadas a partir das **11:00 horas do dia 24 de abril de 2024,** em sua Sede Social à Avenida Professor Frederico Hermann Jr., nº 345, São Paulo/Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e de Sustentabilidade, Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; 2. Eleição do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração; e 3. Eleição do Conselho Fiscal, respectivos suplentes e fixação de sua remuneração. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1. Estatuto Social da CETESB: 1.1. Alteração dos artigos 10, 14, inciso XXVIII, 15, 25, 29 e 31; e 1.2. Exclusão do artigo 30, renumeração dos subsequentes e consolidação; 2. Outros assuntos de interesse da Sociedade.

São Paulo, 15 de março de 2024
JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE
Presidente do Conselho de Administração

CETESB — Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

A Penitenciária "AEVP Jair Guimarães de Lima" de Potim I, sediada na Estrada do Jacaré, Km 9,2, área rural, na cidade do Potim, em atendimento a Lei nº. 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº. 67.608/2023, e demais normas da legislação aplicável, torna público o Edital 02/2004, para aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo Estocáveis - nº. 90002/2024, Processo SEI nº 006.00104641/2024-59, Código Único nº 0310702/2024, para atendimento aos custodiados e servidores que se encontram nesta unidade prisional, entre o período de 01 de maio a 31 de agosto de 2024, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o menor preço. A sessão se dará no dia 22 de abril de 2024, às 9h00 e o edital poderá ser adquirido no endereço supra citado ou pelo site www.pncp.gov.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

AQUISIÇÃO DE ROMPEDOR DE BOLSA, CLAMP UMBILICAL E PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO MÃE E RN, COM ENTREGA PARCELADA

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90009/2024, referente ao Processo HRFV n.° 024.00017332/2024-21, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE ROMPEDOR DE BOLSA, CLAMP UMBILICAL E PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO MÃE E RN, COM ENTREGA PARCELADA, para o Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia 24 de Abril de 2024, às 10:00 horas, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

AQUISIÇÃO DE FIO DE SUTURA DIVERSOS, COM ENTREGA PARCELADA

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90006/2024, referente ao Processo HRFV n.° 024.00035826/2024-98, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE FIO DE SUTURA DIVERSOS, COM ENTREGA PARCELADA para o Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia 24 de Abril de 2024, às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

AQUISIÇÃO DE KIT PARA ACESSO VENOSO CENTRAL - PICC

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90007/2024, referente ao Processo HRFV n.° 024.00028773/2024-59, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE KIT PARA ACESSO VENOSO CENTRAL - PICC para o Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia 24 de Abril de 2024, às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE CÂNULA COM PRESSÃO CONTINUA DE AR, COM ENTREGA PARCELADA

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90008/2024, referente ao Processo HRFV n.° 024.00025701/2024-50, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE CÂNULA COM PRESSÃO CONTINUA DE AR, COM ENTREGA PARCELADA para o Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia 24 de Abril de 2024, às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.

Scala Data Centers S.A.

CNPJ nº 34.562.112/0001-58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: Encerramos o ano no Brasil com 97MW de capacidade contratada por nossos clientes (95MW até 31 de dezembro de 2023 e 2MW referentes a 2023 formalizados em 2024). Além disso, inauguramos 5 novos data centers em diferentes geografias - Tamboré (SP), Rio de Janeiro (RJ), Curauma (Chile), Porto Alegre (RS) e Tepotzotlán (México) - completando um total de 10 sites em operação em locais estratégicos e conferindo a nossos clientes uma enorme capacidade de expansão. Com isso, alcançamos mais de 80 MW em capacidade já construída de TI que atendem 5 clientes Hyperscale em 3 países. Adquirimos mais de 100 mil metros quadrados de terreno e conectamos mais de 300 MW de energia para nossas instalações. Os sites do Rio de Janeiro e Porto Alegre fazem parte da família HyperEdge e contam com uma configuração desenvolvida para atender a demanda de conexão e computação distribuída. Foram construídos em menos de 9 meses utilizando a nossa metodologia proprietária de design, o FastDeploy desenvolvida pelo nosso Centro de Excelência de engenharia. Esta metodologia é pioneira na indústria e permite que nosso cliente comece a operar num tempo 50% mais rápido do que o método tradicional permite. Sites entregues: • SGRUTB05, 6MW de TI - Barueri, São Paulo: nova adição ao projeto do Campus Tamboré, o maior da América Latina que, quando completo, contará com 450 MW de capacidade de TI. Este é o segundo maior data center vertical da América Latina, atrás apenas do SGRUTB04. • SGIGSM01, 13,2MW de TI - São João de Meriti, Rio de Janeiro: o primeiro data center HyperEdge, construído utilizando a metodologia FastDeploy de design. O prédio faz parte de um campus de 70 mil metros quadrados com capacidade prevista de 70MW. • SPOAPA01, 4,8 MW de TI - Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Projetada com os mais altos padrões de eficiência energética e sustentabilidade, a instalação materializa um investimento estratégico da Scala no Rio Grande do Sul e reforça o propósito da empresa em habilitar o futuro da América Latina. O data center SPOAPA01 está localizado no bairro de Navegantes, próximo ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, em uma região chamada 4º Distrito - que é um importante polo de inovação e tecnologia da cidade gaúcha. A escolha estratégica de Porto Alegre baseia-se não apenas em sua proximidade com data centers legado em uma região altamente conectada, mas também na perspectiva de se tornar um ponto de conexão para o cabo submarino Malbec. Este cabo, com 2.600 quilômetros de extensão, já conecta São Paulo e Rio de Janeiro a Buenos Aires. A instalação planejada visa conectar diretamente Porto Alegre a Buenos Aires, consolidando ainda mais a posição da cidade gaúcha como um hub de conectividade, proporcionando uma comunicação de baixa latência com o mercado argentino. Todos os prédios são 100% abastecidos por energia renovável e certificada, em linha com o portfólio da companhia e PUE inferior a 1,4 (Power Usage Effectiveness, em inglês) e com um WUE (Water Usage Effectiveness, que mede a eficiência do uso de água nas instalações) de zero, uma vez que utiliza circuito fechado e refrigeração a ar. Neutralizamos novamente nossas emissões de carbono em todos os escopos. Em consequência de todas estas iniciativas, fizemos nossa segunda emissão de debêntures verdes no valor de R$1,07 bilhão. Esta operação reflete a confiança dos investidores e do mercado em nosso plano de expansão de data centers sustentáveis. Essas iniciativas são exemplos concretos que refletem nosso compromisso inegociável em causar um impacto positivo no meio ambiente e na sociedade, ao mesmo tempo em que demonstramos que é perfeitamente possível alcançar crescimento robusto de maneira sustentável. **Descrição dos Negócios**: Scala Data Centers é a plataforma de data centers sustentáveis da América Latina para o mercado de Hyperscale. Desenvolvida para atender e superar a crescente demanda por acesso digital na América Latina, com sede no Brasil e presença no Chile, México e Colômbia, foi fundada por Marcos Peigo em conjunto com DigitalBridge, empresa de investimento em infraestrutura digital com um portfólio de mais de US$ 80 bilhões em ativos gerenciados. Possuímos uma equipe altamente qualificada de mais de 1.000 profissionais e adotamos uma abordagem flexível e inovadora para fornecer serviços de colocation de qualidade excepcional para clientes hyperscale, provedores de software e serviços baseados em nuvem e grandes empresas. Personalizamos soluções para cada cliente na construção de data centers de última geração, com alta disponibilidade, as melhores taxas de eficiência energética e altíssima densidade. Tudo isso aliado às melhores práticas de sustentabilidade orientadas por nosso programa ESG (Ambiental, Social, Governança). Entre nossos investidores, além da DigitalBridge, destacam-se o International Finance Corporation (IFC), instituição membro do Banco Mundial e Olayan Group, multinacional com vasta e global carteira de investimentos. Em 2023 tivemos a honra de receber um novo membro em nosso Conselho, Christian Belady, renomado criador da métrica de Eficiência no Uso de Energia (PUE) e que co-publicou outras métricas de sustentabilidade como Eficiência no Uso de Água (WUE) e Eficiência no Uso de Carbono (CUE) com o Green Grid. **Perspectivas em Relação ao Futuro do Negócio:** Investiremos USD 1,005 bilhão no Brasil em 2024 num cenário-base que pretende ultrapassar 30 MW de capacidade vendida. Dado o volume de investimentos, estamos avaliando diferentes opções de estruturas e modelos de financiamento, incluindo um IPO (oferta pública inicial) no Brasil ou em outro país. Em 2024, já temos mais de 180 MW em implementação, incluindo projetos em produção, pré-construção e em construção. Iniciaremos neste ano a expansão do campus Tamboré, em São Paulo, que terá como alvo grandes clientes empresariais e clientes do ecossistema de conectividade. A expansão de Tamboré consistirá em diversas estruturas modulares, com capacidade de 3 MW cada. No total, serão 36 MW de capacidade entregues em três fases de 12 MW. A primeira fase deve entrar em operação este ano. Inauguraremos em abril os sites TB12, com 6 MW de capacidade, e TB8, com 24 MW. Iniciamos a construção dos datacenters TB9 e TB10, cada um com 36 MW, e do site TB6.7, com 44 MW de capacidade projetada, todos no mesmo campus. Em maio, iniciaremos a construção de uma subestação de 500 MW no campus Tamboré para atender toda essa capacidade adicional, com entrega prevista para dezembro. Para 2025, no mesmo terreno onde ficará a subestação, pretendemos iniciar a construção de um novo cluster de datacenters com capacidade de 100 MW. **Conjuntura Econômica:** O ano de 2023 se caracterizou por instabilidades políticas decorrentes do início de um novo mandato presidencial. No entanto, mesmo em meio a esse contexto, foram observadas melhorias pontuais no cenário econômico. O Produto Interno Bruto (PIB) e o índice de emprego demonstraram sinais de uma recuperação consistente, registrando um crescimento de 2,9% e uma taxa de desemprego de 7,8% ao término do ano, uma das mais baixas desde 2014. O crescimento econômico em 2023 foi impulsionado principalmente pelo desempenho positivo das exportações, que culminaram em um superávit recorde na balança comercial (+USD 98 bilhões no ano), e pelo gradual aumento do consumo das famílias, que aos poucos vem recuperando sua participação na economia. No que concerne aos índices econômicos, destaca-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o principal indicador de inflação nacional, cujas metas são estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. O IPCA encerrou o ano de 2023 em 4,62%, representando uma redução de 1,17 pontos percentuais em relação a 2022 (5,79%). A Scala utiliza esse índice para a correção de preços dos contratos de venda de energia e de serviços prestados. Além do IPCA, outros indicadores relevantes para as atividades da Companhia são as Taxas SELIC e DI, que influenciam diretamente o custo de financiamento atual e futuro da Scala. A expectativa do mercado é que a Taxa SELIC encerre 2024 em 9%, refletindo um cenário interno de menor inflação e crescimento mais moderado do PIB. Por último, o dólar norte-americano também desempenha um papel importante na operação da companhia, tendo em vista que parte de suas receitas está atrelada à moeda estrangeira. Vale destacar que a terceira emissão de debêntures, com data de desembolso em 17 de novembro de 2023, utilizou um instrumento de swap para substituir a precificação original do financiamento por um custo atrelado à Secured Overnight Financing Rate (SOFR) e ao dólar. Referência: Relatório de Mercado FOCUS. **Setor de Data Centers:** Na medida em que a economia avança para um modelo digital, adotando massivamente produtos e serviços online, bem como o crescimento de uma sociedade mais interconectada, cresce a demanda por uma infraestrutura digital que sustente todo esse ecossistema. O Brasil é o maior mercado de datacenter da América Latina. Especificamente em São Paulo - a maior cidade e centro econômico do país - vem crescendo nos últimos cinco anos, apoiada por provedores de nuvem que crescem no país desde a COVID-19. Atualmente, quase 80% de toda a capacidade de data center do país está dentro do Estado. Os principais lançamentos de 2023 ocorreram nas regiões de Tamboré e Osasco. Em 2023, além de São Paulo, outros mercados também registraram forte crescimento, notadamente Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza. Grandes provedores da indústria expandiram seus pontos de presença nesses mercados. **Desempenho da Companhia em 2023 -** **Valores em mil - Receita Operacional Bruta e Líquida:* A receita operacional consiste principalmente na locação de espaço, denominado Colocation. No exercício de 2023, a receita operacional bruta da Companhia totalizou R$565.348, contrastando com os R$388.688 registrados em 2022, representando assim um aumento de 45,45%. Por sua vez, a receita operacional líquida atingiu o montante de R$513.545 em 2023, comparada aos R$350.525 do ano anterior, o que reflete um incremento de 46,5%. No ano de 2022, encerramos o período com a operação de 5 data centers, distribuídos da seguinte forma: 3 em Barueri, 1 em São Paulo e 1 em Campinas. Já ao término de 2023, ampliamos nossa presença, totalizando 8 data centers em funcionamento, distribuídos da seguinte maneira: 4 em Barueri, 1 em São Paulo, 1 em Campinas, 1 no Rio de Janeiro e 1 em Porto Alegre. *Custo das vendas:* Em relação ao ano de 2023, o custo das vendas totalizou R$ 364.702. Dentro desse montante, destacam-se R$ 80.208 referentes à depreciação e amortização, R$ 133.130 relacionados à energia elétrica, os quais juntos representam 58,50% dos custos totais. Adicionalmente, identificamos custos com pessoal no valor de R$ 63.993 e serviços de terceiros no montante de R$ 39.309. Os demais custos somam R$ 48.062, equivalendo a 13,18% do total dos custos. Comparativamente, no ano de 2022, os custos totais atingiram R$ 239.469, refletindo um aumento de 52,30%. Este incremento é atribuído ao crescimento dos sites em operação, o que consequentemente acarretou um aumento nos custos relacionados à depreciação, energia, pessoal e serviços, que compõem as principais contas do grupo. No ano de 2022, mantivemos em operação 5 data centers, registrando um consumo médio anual de 21,6MW. Já ao término de 2023, elevamos esse consumo para uma média anual de 26,7MW, refletindo nosso contínuo crescimento e expansão operacional. *Despesas Gerais e Administrativas:* No período entre 2022 e 2023, registrou-se um aumento de 55,15% nas despesas gerais e administrativas, totalizando respectivamente os valores de R$140.118 e R$90.311. Esse crescimento foi impulsionado pelo incremento das atividades dos data centers no Brasil. Em despesas com pessoal, foram contabilizados R$68.713, enquanto em serviços de terceiros R$14.527 e em depreciação e amortização R$42.040, com manutenção de equipamentos totalizando R$4.032 e despesas de viagens, deslocamentos, feiras e eventos somando R$5.590, perfazendo um total de 96,28% do montante total das despesas. As demais despesas somam R$5.216. Este aumento é atribuído às novas contratações necessárias para atender à expansão dos negócios da empresa. Além disso, observou-se um aumento nas despesas decorrentes do início das operações dos data centers, para atender às demandas das novas localidades. Atualmente, encontram-se em fase de construção um total de 8 novos data centers, distribuídos da seguinte maneira: 1 em Fortaleza/CE, 6 em Barueri/SP e 1 em Jundiaí. Esses empreendimentos representam um significativo avanço em nossa infraestrutura, preparando-nos para atender às crescentes demandas do mercado com excelência e eficiência. *Despesas Comerciais e Outras:* As despesas comerciais da companhia apresentaram um aumento de 29,10% entre os anos de 2022 e 2023, totalizando R$13.637 e R$10.563, respectivamente. Dentro desse montante, os principais valores correspondem a despesas com pessoal, totalizando R$8.642, serviços de terceiros, atingindo R$1.256, e provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, somando R$1.859. Estas três categorias representam conjuntamente 86,21% do total das despesas comerciais. Os 13,79% restantes estão distribuídos entre outras linhas, totalizando R$1.880. *Receita Financeira:* A receita financeira da Companhia registrou um expressivo aumento de 177,77% ao compararmos os anos de 2022 e 2023, evoluindo de R$40.032 para R$111.196. Esse significativo aumento pode ser atribuído à disponibilidade de caixa aplicada em investimentos de curto prazo, refletindo uma gestão eficiente dos recursos financeiros da empresa. *Despesa Financeira:* A despesa financeira da Companhia apresentou uma redução de 29,22% em relação ao ano de 2022, decrescendo de R$187.066 para R$132.404. Este declínio pode ser atribuído à capitalização dos juros, conforme estipulado pelo CPC 20 (R1), mediante a emissão das novas debêntures no decorrer do ano de 2023. *EBITDA:* No ano de 2023, o EBITDA atingiu o montante total de R$121.466, refletindo um notável incremento de 12,85%, ou seja, um acréscimo de R$13.830 em relação ao mesmo período de 2022. Este aumento substancial pode ser atribuído à expansão da operação, passando de 5 para 8 data centers em funcionamento. Segue cálculo demonstrado a seguir:

R$ Mil	2023	2022
Prejuízo do exercício	(63.847)	(174.579)
(+) Despesas financeiras líquidas	21.208	147.034
(+) Imposto de renda e contribuição social	41.856	41.836
(+) Depreciação e amortização	122.249	73.345
EBITDA	121.466	107.636
Receita líquida	513.545	350.525
Margem EBITDA	**23,65%**	**30,71%**

Lucro Líquido: O lucro líquido da Companhia teve uma melhora significativa de R$110.732, encerrando o exercício de 2023 com um prejuízo de R$63.847. Esta performance representou uma melhoria substancial em relação ao ano anterior, no qual a Scala registrou um prejuízo de R$174.579. Vale ressaltar que esse desempenho foi influenciado principalmente pela capitalização das despesas financeiras, como mencionado anteriormente. *Debêntures:* Em dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo de dívidas conforme demonstrado abaixo:

Dívida Bruta

Origem	Custo	2023	2022
Emissões de Debêntures	CDI + 3,34%[1]	R$ 3.058.128	R$ 1.978.390

[1] Custo médio ponderado das duas emissões em circulação.

A Companhia também classifica sua Dívida Bruta em circulante e não-circulante, sendo circulantes valores com vencimento até 12 (doze) meses após o encerramento do exercício atual e não-circulantes aqueles cujo vencimento ultrapassa o referido prazo. O saldo de dívidas conforme o prazo encontra-se demonstrado na tabela abaixo:

Dívida Bruta por Exigibilidade

R$ Mil	2023	2022
Circulante	R$ 16.744	R$ 6.760
Não Circulante	R$ 3.035.384	R$ 1.971.630

A Dívida Líquida (Dívida Bruta descontada das Disponibilidades da Companhia), em 31 de dezembro de 2023, correspondia a R$ 1.677.335 frente a R$ 547.531 em 31 de dezembro de 2022. As debêntures, cujo saldo de R$ 3.058.128 contemplam as duas emissões da Companhia, incluindo os juros acumulados e deduzidos os custos de emissão, representavam aproximadamente 74,78% do Passivo total no encerramento de 2023. A variação de 48,47% em relação a 2022, cujo saldo era de R$ 1.978.390, é justificada quase em sua totalidade pela nova emissão de debêntures no valor de R$ 1.072.334 concluída pela Companhia em 17 de novembro de 2023. A Companhia monitora os seguintes indicadores de endividamento, que têm suas definições abaixo: Coeficiente de Alavancagem, Índice de Cobertura de Juros e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida. O Coeficiente de Alavancagem significa a divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA Ajustado do último semestre, e era igual a 4,3x no encerramento de 2023.

Coeficiente de Alavancagem:

R$ Mil	2023	2022
Dívida Líquida Financeira	2.204.250	570.086
EBITDA Ajustado	**516.547**	**329.680**
Coeficiente de Alavancagem	**4,3x**	**1,7x**

O Índice de Cobertura de Juros significa a divisão do EBITDA Ajustado do último semestre pelos juros totais incorridos (despesa com juros) nos últimos 12 meses. Para fins de *covenants* financeiros, a primeira medição das duas emissões de debêntures será realizada em 30 de junho de 2026 e deverá ser igual ou superior a 1,50:1,00. As medições realizadas a partir de 2027 deverão verificar Índice igual ou superior a 1,75:1,00. No encerramento de 2023, o Índice medido foi de 1,63:1,00.

Índice de Cobertura de Juros

R$ Mil	2023	2022
Despesa Financeira	316.463	149.799
EBITDA Ajustado	**516.547**	**329.680**
Índice de Cobertura de Juros	**1,63:1,00**	**2,20:1,00**

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida significa a divisão do Fluxo de Caixa Disponível para o Serviço da Dívida pelo valor do principal e da despesa com juros dos últimos 12 meses. Para fins de *covenants* financeiros, o Índice verificado em cada medição deverá ser igual ou superior a 1,10:1,00. A primeira medição da segunda emissão de debêntures foi realizada em 30 de junho de 2023 e verificou Índice de 1,3x, enquanto a primeira medição da terceira emissão de debêntures será realizada em 30 de junho de 2024. No encerramento de 2023, o Índice medido foi de 3,7x.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

R$ Mil	2023	2022
(+) Despesa Financeira	316.463	149.799
(+) Amortização da Dívida	–	1.581.867
(=) Serviço da Dívida	**316.463**	**1.731.666**
Fluxo de Caixa Disponível	**1.169.242**	**2.321.355**
Índice de Cobertura de Serviço da Dívida	**3,7x**	**1,3x**

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido (CCL), que corresponde ao Ativo Circulante subtraído do Passivo Circulante, segue com um resultado positivo:

CCL

2023	2022
1.345.092	1.529.666

Fornecedores: A conta de fornecedores apresentou um saldo de R$467.214 em 2023, representando um aumento significativo de 335,22% em relação ao saldo de R$107.352 registrado em 2022. Esse aumento decorre tanto do crescimento dos data centers quanto da expansão das operações da empresa. *Patrimônio Líquido:* O Patrimônio Líquido da Scala em 2023 totalizou R$3.421.879, em comparação com os R$2.957.671 registrados em 2022, representando uma variação positiva de R$464.208. Esse incremento foi influenciado pelo aporte de recursos dos acionistas no montante de R$545.593, além do resultado do exercício em prejuízo de R$63.847 e outros resultados abrangentes de R$15.867, e nossas reservas somam um total de R$79.047. **Investimentos:** Os investimentos realizados em 2023 totalizaram R$1.701.439, um montante significativamente superior aos investimentos ocorridos no ano anterior, que totalizaram R$739.656. Esse aumento substancial decorre do investimento e construção dos diversos data centers em Tamboré/SP, São João do Meriti/RJ, Fortaleza/CE e Porto Alegre/RS. Este expressivo investimento é impulsionado pelo incremento no número de data centers, totalizando 24, com 8 já em operação e 16 em fase de construção. Essa expansão estratégica visa fortalecer nossa infraestrutura e ampliar nossa capacidade de atender às crescentes demandas do mercado com excelência e eficiência. **Composição Acionária:** A Scala é controlada pelo DYN DC - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que detém 100% do seu capital votante. O DYN DC - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é um veículo de investimento da Digital Bridge Group, Inc., empresa com ações listadas na Bolsa de Nova Iorque (EUA) e considerada uma das mais importantes gestoras de ativos e investimentos em infraestrutura digital no mundo. Durante 2023, foram realizados aportes de capital na Companhia, no valor agregado de R$ 545.593, sendo o capital social na data de 31 de dezembro de 2023 no valor de R$ 3.597.111. Abaixo as informações dos aumentos de capital ocorridos em 2023: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 295, mediante a emissão de 295.958 (duzentas e noventa e cinco mil e novecentas e cinquenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por cada nova ação, ficando desprezada a quantia de R$0,03 (três centavos). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de julho de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$137, mediante a emissão de 137.185 (cento e trinta e sete mil e cento e oitenta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por cada nova ação, ficando desprezada a quantia de R$0,47 (quarenta e sete centavos). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de novembro de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 276.375, mediante a emissão de 276.375.000 (duzentas e setenta e seis milhões e trezentas e setenta e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por cada nova ação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia R$ 268.785, mediante a emissão de 268.785.000 (duzentas e sessenta e oito milhões e setecentas e oitenta e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por cada nova ação. **Governança Corporativa:** A atuação da Scala é sempre pautada pelo respeito às leis, aos regulamentos e pelos princípios da ética e da integridade. Eles são os pilares que orientam nossos negócios e relacionamentos com clientes, colaboradores, parceiros comerciais, Poder Público e investidores. O Programa de Ética e Compliance está vinculado à alta administração e visa assegurar a conformidade legal e ética das atividades da Scala, se tornando um elemento crucial na construção de uma cultura corporativa responsável. A administração e gestão da Companhia compete à sua Diretoria, composta por 6 (seis) membros, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Suas responsabilidades são (i) observar e cumprir as disposições do Estatuto Social da Companhia, (ii) executar as deliberações da Assembleia Geral da Companhia, (iii) superintender as operações da Companhia, e (iv) representar a Companhia nas suas relações com terceiros em geral. As conquistas significativas em Compliance não apenas refletem o compromisso da Alta Administração com a ética, mas também têm um impacto expressivo em diversos aspectos cruciais do nosso negócio. Nosso canal de denúncias, que está presente em todos os países onde operamos, não apenas fortaleceu a voz dos nossos colaboradores e parceiros, mas também demonstrou nosso comprometimento em fomentar um ambiente de trabalho sempre respeitoso e transparente em todas as regiões onde atuamos. Todas as ocorrências reportadas foram analisadas e, quando cabíveis, medidas corretivas foram aplicadas. Mais de 98% do nosso time recebeu treinamento de Compliance, o que ajudou na disseminação e compreensão das práticas éticas e fortaleceu a consciência coletiva sobre a importância do Compliance em todos os níveis da organização. **Responsabilidade Social e Ambiental: Responsabilidade Ambiental:** Reconhecemos nosso papel como agente transformador, impulsionando e contribuindo para a transição para uma economia de zero emissões. Desde o início de nossas atividades operamos com 100% de energia renovável em todos os nossos data centers por meio de Power Purchase Agreements (PPAs) de longo prazo. Essa iniciativa é respaldada por certificados de energia renovável internacionais (I-RECs), fazendo da Scala a primeira empresa latino-americana de data centers a atingir esse marco. Implementamos práticas para aprimorar a eficiência energética e o uso da água em nossos data centers, adotando tecnologias como free-cooling e chiller a ar, entre outras. Essas iniciativas resultaram em projetos com Power Usage Effectiveness (PUE) inferior a 1,4, o menor da América Latina. Nossos novos data centers não utilizam água no processo de refrigeração, conferindo um Water Usage Effectiveness (WUE) de zero. Essas ações refletem nosso compromisso ambiental por meio de práticas sustentáveis que se tornaram referência industrial desde o início de nossas operações. Estabelecemos metas climáticas ambiciosas de sustentabilidade e estamos desenvolvendo um plano de descarbonização abrangente para a Scala. Nosso plano é meticulosamente elaborado, fundamentado em soluções tecnológicas inovadoras para reduzir nossa pegada de carbono até nos tornarmos Net Zero em 2050. Enquanto isso, em 2023, realizamos a compensação das emissões dos gases efeito estufa do ano de 2022 para todos os escopos mantendo a neutralidade de carbono da Scala através da compra de créditos de carbono com impacto social. Em 2023, conduzimos a elaboração do inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) referente ao ano de 2022, medindo rigorosamente e minuciosamente os escopos 1, 2 e 3. Essa análise detalhada permitiu avaliar e quantificar com precisão nossas emissões. Os dados completos sobre o inventário de GEE podem ser encontrados abaixo:

Inventário de emissões absolutas do ano de 2022 (tCO_2)				
	Escopo 01	Escopo 02	Escopo 03	Total
2022	3,009.66	0	70,781.48	73,791.14

Tabela 01: Inventário de emissões de gases do efeito estufa por escopo (baseado na escolha de compra - market-based) em termos absolutos (tCO_2) do ano de 2022 elaborado em 2023. Somos parceiros do Programa Green IT que promove economia circular através da reciclagem de cabos de cobre e revertemos o valor arrecadado em ações sociais. Em 2023 foram recicladas 9,6 toneladas de cabos de cobre que resultaram na arrecadação no valor total de mais de R$58.309,41 reais. Este valor foi investido nas seguintes ações sociais: • Compra e doação de 14 notebooks para o Programa Aprendiz Cidadão da Cepac (Associação para Proteção das Crianças e Adolescentes) com objetivo formação e desenvolvimento de adolescentes e jovens. • Reforma do jardim da escola EMEF Nestor de Camargo e compra de bebedouro. • Capacitação técnica para moradores do entorno do campus Tamboré com a posterior contratação pela Scala. **Responsabilidade Social:** A Scala mantém um diálogo aberto e proativo com a comunidade do entorno de seus data centers, estabelecendo uma relação de confiança. Temos um processo contínuo de mapeamento das partes interessadas e todas as informações relevantes são divulgadas às comunidades em um formato e linguagem compreensíveis. Personalizamos os relacionamentos por meio de interações informais e sociais, e trabalhamos através de nossos funcionários para construir vínculos com as comunidades locais. Levamos as queixas a sério e lidamos com elas de maneira confiável e proativa. Implementamos uma Linha Direta de Denúncias, operada por uma empresa terceirizada, para garantir a neutralidade e o anonimato, tudo alinhado às melhores práticas de governança. Incentivamos nossos subcontratados a contratar profissionais da comunidade local. Acreditamos que a infraestrutura e a educação contribuem significativamente para transformar a sociedade. Guiada por essa crença, a Scala reconhece que tem uma missão histórica adicional: apoiar a América Latina na construção e operação da infraestrutura necessária para a evolução dos países para um novo patamar de digitalização. Neste novo patamar, o acesso ao conhecimento, em suas diversas formas, é ampliado para muitas pessoas e os negócios podem florescer de forma ágil e competitiva, gerando empregos e possibilitando que o futuro se estabeleça no presente. No programa Mega(Watt) de Oportunidades, para cada 1MW vendido, a Scala oferece uma bolsa de ensino superior com o objetivo de formar e capacitar jovens talentos, oferecendo oportunidades de estágio. Esta iniciativa da Scala fomenta o acesso à educação e à geração de empregos, impactando positivamente a sociedade. Adicionalmente, no ano de 2023, foram realizadas ações sociais nas comunidades do entorno dos data centers, como Campanha do Agasalho, Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore e Dia das Crianças e Natal solidário **Reconhecimento e Prêmios: Legado de Excelência**: **• The Tech Capital Global Awards:** Premiação reconhecida globalmente no mercado de tecnologia, onde fomos vencedores nas categorias: • 'Digital Infrastructure Capital Raise of the Year'; • 'Planet-Friendly Finance'. **• Capacity Power 100:** Nosso CEO, Marcos Peigo, foi o único brasileiro reconhecido entre as 100 pessoas mais influentes na comunidade de TI, através da lista exclusiva divulgada pelo Capacity Media, que destaca os líderes mais influentes e inovadores na indústria. **• iMasons Awards:** Associação global de líderes da infraestrutura digital que impulsiona a inovação e sustentabilidade na indústria, na categoria 'Education Champion' para nossa Diretora Sênior de Comunicação e Sustentabilidade, Christiana Weisshuhn. **• ISG:** Fomos premiados pelo 4° ano consecutivo como "Líder: em serviços de Colocation, por uma das consultorias globais mais renomadas no setor de tecnologia **• DCD Awards:** Prêmio que reconhece projetos da América Latina que utilizaram tecnologias inovadoras e implementaram estratégias inéditas em engenharia, design e construção ao longo de todo o processo. **• LATAM Awards 2023:** • 'Data Center Construction Team of the Year'. • 'Energy Impact'; **• Global Awards 2023:** • 'Community Impact Award'. **• GPTW:** Selo de alto prestígio relacionado à excelência no ambiente de trabalho: • Reconhecida como um ótimo lugar para se trabalhar pelo 4º ano consecutivo.

Rankings:

Ranking	Link
Top 10: Sustainable Data Centre Companies	Top 10: Sustainable Data Centre Companies | Sustainability Magazine
Top 10 Sustainable Data Centre Innovations	Top 10 sustainable data centre innovations | Data Centre Magazine
Top 100: Green Energy Data Centres	Top 10: Green Energy Data Centres | Energy Magazine (energydigital.com)
Líder no Quadrante ISG	Pelo quarto ano consecutivo, Scala Data Centers é líder do Quadrante de Colocation do estudo ISG - DCD (datacenterdynamics.com)
Top 10 Sustainability Leaders	Data Centre - August 2023 by datacentremagazine - Issuu
Peigo: Power 100 Capacity	Marcos Peigo Power 100 Capacity
Top 100 Companies in Data Centre	Top 100 Companies in Data Centre - 2023 by datacentremagazine - Issuu
Top 10 Largest Data Centre Operators	Top 10 largest data centre operators in LATAM | Data Centre Magazine

Pesquisa e Desenvolvimento - Inovação: A área de inovação da Scala Data Centers busca aumentar o valor da companhia, aumentando sua eficiência, sustentabilidade e sua segurança. O tema eficiência é atacado via automação ou eficiência energética. O tema da sustentabilidade é abordado via eficiência energética ou substituição de insumos por alternativas com menor pegada de carbono ou redução de outros tipos de emissão. O tema segurança é endereçado via soluções de terceiros ou desenvolvidas *in-house*. Para tal, a área se vale de um time de desenvolvimento interno que usa modernas práticas ágeis e um time de engenharia de operação multidisciplinar, apoiado por um time de engenharia conceitual, além de processos que incluem um comitê de inovação, *technology scouting* constante e a liderança de uma filial local de uma entidade de classe de âmbito mundial (*iMasons*). Exemplos de inovações incluem design generativo para automatizar criação de plantas na engenharia, automatizar processamento de documentos, automatizar processos de EHS, automatizar processos de operação, automatizar processos fiscais, automatizar processos controles de custos, pesquisas de soluções de última geração para geração distribuída, testes com combustíveis verdes para se ter uma alternativa *drop-in* ao diesel para geração elétrica de contingência, *liquid cooling* para remoção de calor de racks de maior densidade como os que são usados para I.A. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A Scala adota procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes, tais como consultar os auditores independentes para assegurar que a realização da prestação destes e de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes. **Aprovação das Demonstrações Financeiras:** Declaramos que, na qualidade de Diretores Estatutários da Companhia, discutimos, revimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras da Scala relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Reunião da Diretoria realizada em 26 de março de 2024, que será oportunamente submetida à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. **Considerações Finais:** Agradecemos o empenho de todos os integrantes da Scala e acionistas e o apoio de seus clientes, fornecedores, credores, bem como às entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2023.

São Paulo, 26 de março de 2024

A Administração

continua →★

INÊS 249

→★ continuação

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Scala Data Centers S.A. (Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	Notas	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.373.939	1.429.914	1.374.793	1.430.859
Contas a receber	5	116.690	90.862	116.690	90.862
Contas a receber - partes relacionadas	5 e 29	3.035	19.313	3.035	19.313
Adiantamento a fornecedores	7	470.832	238.933	470.832	238.933
Adiantamentos a partes relacionadas	29	4.588	–	4.588	–
Despesas antecipadas	8	10.402	6.063	10.402	6.063
Tributos a recuperar	6	41.864	466	41.864	466
Outras contas a receber	9	71	–	71	–
Outros ativos	9	1.308	215	1.308	215
Total do ativo circulante		**2.022.729**	**1.785.766**	**2.023.583**	**1.786.711**
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	9	96	–	96	–
Despesas antecipadas	8	1.606	267	1.606	267
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	–	5.847	–	5.847
Tributos a recuperar	6	38.922	29.210	38.922	29.210
Outros ativos	9	–	46	–	46
Investimentos	12	854	945	–	–
Imobilizado	13	3.229.524	1.382.809	3.229.524	1.382.809
Direitos de uso	11	159.334	112.268	159.334	112.268
Intangível	14	2.050.504	2.073.176	2.050.504	2.073.176
Total do ativo não circulante		**5.480.840**	**3.604.568**	**5.479.986**	**3.603.623**
Total do ativo		**7.503.569**	**5.390.334**	**7.503.569**	**5.390.334**

Balanço patrimonial		Controladora		Consolidado	
Passivo circulante	Notas	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	15	467.815	107.352	467.815	107.352
Fornecedores risco sacado	16	–	57.150	–	57.150
Provisão de custos e despesas	20	44.163	22.562	44.163	22.562
Obrigações tributárias	19	29.766	8.202	29.766	8.202
Debêntures	17	16.744	6.760	16.744	6.760
Passivos de arrendamentos	11	12.406	17.934	12.406	17.934
Obrigações trabalhistas	18	62.600	23.457	62.600	23.457
Receita diferida	21	43.796	4.514	43.796	4.514
Adiantamentos de clientes		329	3.832	329	3.832
Outros passivos		18	4.337	18	4.337
Total do passivo circulante		**677.637**	**256.100**	**677.637**	**256.100**
Passivo não circulante					
Debêntures	17	3.035.384	1.971.630	3.035.384	1.971.630
Passivos de arrendamentos	11	165.195	96.409	165.195	96.409
IR e contribuição social diferido	10	85.646	49.637	85.646	49.637
Receita diferida	21	100.881	58.751	100.881	58.751
Provisões para contingências	30	1.080	85	1.080	85
Outros passivos		–	51	–	51
Instrumentos financeiros derivativos	3.1	15.867	–	15.867	–
Total do passivo não circulante		**3.404.053**	**2.176.563**	**3.404.053**	**2.176.563**
Patrimônio líquido					
Capital social	22	3.597.111	3.051.518	3.597.111	3.051.518
Reservas de capital	22	74.637	74.637	74.637	74.637
Reservas de lucro		4.410	6.075	4.410	6.075
Prejuízos acumulados		(238.426)	(174.579)	(238.426)	(174.579)
Ajuste acumulado de conversão		14	20	14	20
Ajustes de avaliação patrimonial	3.1	(15.867)	–	(15.867)	–
Total do patrimônio líquido		**3.421.879**	**2.957.671**	**3.421.879**	**2.957.671**
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.503.569**	**5.390.334**	**7.503.569**	**5.390.334**

Demonstração do resultado		Controladora		Consolidado	
	Notas	2023	2022	2023	2022
Receita líquida	23	513.545	350.525	513.545	360.421
Custo das vendas	24	(364.702)	(239.469)	(364.702)	(247.283)
Lucro bruto		**148.843**	**111.056**	**148.843**	**113.138**
Despesas gerais e administrativas	25	(140.119)	(90.311)	(141.669)	(92.457)
Despesas comerciais	26	(13.637)	(10.563)	(13.637)	(10.563)
Outros resultados operacionais		5.653	4.877	5.653	4.877
Resultado de equivalência patrimonial		(1.523)	(768)	–	–
Resultado operacional		**(149.626)**	**(96.765)**	**(149.653)**	**(98.143)**
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(783)**	**14.291**	**(810)**	**14.995**
Receitas financeiras	27	111.196	40.032	111.228	40.032
Despesas financeiras	27	(132.404)	(187.066)	(132.409)	(187.069)
Resultado financeiro		**(21.208)**	**(147.034)**	**(21.181)**	**(147.037)**
Prejuízo antes de IRPJ e CSLL		**(21.991)**	**(132.743)**	**(21.991)**	**(132.042)**
IR e contribuição social corrente	28	–	–	–	(695)
IR e contribuição social diferidos	10	(41.856)	(41.836)	(41.856)	(41.842)
Prejuízo do exercício		**(63.847)**	**(174.579)**	**(63.847)**	**(174.579)**
Prejuízo básico por ação	2.19	(0,0255)	(0,0705)	(0,0255)	(0,0705)
Prejuízo diluído por ação	2.19	(0,0255)	(0,0705)	(0,0255)	(0,0705)

Demonstração do resultado abrangente	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício	(63.847)	(174.579)	(63.847)	(174.579)
Ajuste acumulado de conversão	14	20	14	20
Ajuste de avaliação patrimonial	(15.867)	–	(15.867)	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(79.700)**	**(174.559)**	**(79.700)**	**(174.559)**

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do IR e CS	(21.991)	(132.743)	(21.991)	(132.042)
Ajustes ao lucro:				
Depreciação e amortização	97.454	96.447	97.454	96.447
Juros sobre debêntures líquido dos custos capitalizados	108.068	149.051	108.068	149.051
Provisão para despesas	21.600	16.810	21.600	16.810
Juros sobre arrendamentos	26.223	8.421	26.223	8.421
Amortização de direitos de uso	13.057	649	13.057	649
Resultado de equivalência patrimonial	1.523	768	–	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.764	–	1.764	–
Provisão para contingências	996	85	996	85
	248.694	**139.488**	**247.171**	**139.421**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(27.591)	14.560	(27.591)	12.450
Contas a receber de partes relacionadas	16.278	(16.751)	16.278	(16.751)
Impostos a recuperar	(51.110)	(21.834)	(51.110)	(22.463)
Despesas antecipadas	(5.677)	5.710	(5.677)	5.710
Adiantamento à fornecedores	(236.609)	(146.693)	(236.609)	(146.688)
Outros ativos	344	3.354	(1.093)	3.500
Fornecedores	299.736	63.670	299.736	62.435
Obrigações tributárias	21.215	3.103	21.215	2.938
Obrigações trabalhistas	39.482	4.330	39.482	4.421
Adiantamentos de clientes	(3.503)	64.276	(3.503)	64.317
Outras contas a pagar	–	652	–	647
Outros passivos	(782)	–	(782)	–
Receita diferida	81.411	–	81.411	–
Caixa gerado pelas operações	**381.888**	**113.865**	**378.928**	**109.937**
Juros pagos sobre debêntures	(316.463)	(149.799)	(316.463)	(149.799)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**65.425**	**(35.934)**	**62.465**	**(39.862)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.701.439)	(740.384)	(1.701.438)	(740.362)
Efeito incorporação Nimbus	–	3.799	–	–
Aumento de capital em controlada no exterior	(1.438)	(3.071)	–	–
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(1.702.877)**	**(739.656)**	**(1.701.438)**	**(740.362)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	545.593	795.358	547.024	795.358
Pagamento de arrendamento mercantil	(24.526)	(22.142)	(24.526)	(22.142)
Debêntures	1.060.410	2.964.464	1.060.410	2.964.464
Pagamentos de debêntures	–	(1.575.000)	–	(1.575.000)
Dividendos pagos	–	(5.855)	–	(5.855)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	**1.581.477**	**2.156.825**	**1.582.908**	**2.156.825**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(55.975)**	**1.381.235**	**(56.066)**	**1.376.601**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.429.914	48.679	1.430.859	54.258
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.373.939	1.429.914	1.374.793	1.430.859
Variação de caixa e equivalentes de caixas	**(55.975)**	**1.381.235**	**(56.066)**	**1.376.601**

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na nota 32.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Reservas de capital de giro	Reservas para investimentos	Prejuízos acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.265.160**	**(9.000)**	**4.410**	**1.665**	**40.305**	**40.186**	**–**	**–**	**–**	**2.342.726**
Aumento de capital social	**786.358**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**786.358**
Integralização de capital	**–**	**9.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**9.000**
Resultado do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(174.579)**	**–**	**–**	**(174.579)**
Distribuição de dividendos adicionais	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.394)**	**(2.119)**	**–**	**–**	**–**	**(4.513)**
Distribuição de dividendos adicionais	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.341)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.341)**
Ajuste acumulado de conversão	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**20**	**–**	**20**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.051.518**	**–**	**4.410**	**1.665**	**36.570**	**38.067**	**(174.579)**	**20**	**–**	**2.957.671**
Aumento de capital social	**545.593**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**545.593**
Resultado do exercício	**–**	**–**	**–**	**(1.665)**	**–**	**–**	**(63.847)**	**–**	**–**	**(65.512)**
Ajuste de avaliação patrimonial	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(15.867)**	**(15.867)**
Ajuste acumulado de conversão	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(6)**	**–**	**(6)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.597.111**	**–**	**4.410**	**–**	**36.570**	**38.067**	**(238.426)**	**14**	**(15.867)**	**3.421.879**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

1. Contexto Operacional: A Scala Data Centers S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade por ações, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, foi constituída em 16 de agosto de 2019, com prazo indeterminado, conforme artigo 4° do Estatuto Social. A Companhia, sua principal controlada "holding" Scala US HoldCo LLC tem por objeto social locação de equipamentos e cessão de infraestrutura em data center (colocation), participação no capital de outras sociedades no Brasil e no exterior, desenvolvimento e investimento em empreendimentos imobiliários, assim como locação e administração de bens móveis e imóveis e, para a consecução de seu objeto, a Companhia poderá realizar as atividades mencionadas, por si própria e/ou por meio de contratos com outras sociedades, podendo ainda adquirir, importar ou subcontratar outras sociedades, ou de outras sociedades, o fornecimento e maquinário, equipamentos, ferramentas e de serviços de manutenção ou ampliação de seus ativos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2024. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas conforme orientação técnica do CPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos biológicos, propriedades para investimentos, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da companhia. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras incluem as operações da controlada Scala US HoldCo LLC. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais estimativas da Companhia estão descritas na nota 2.18. **2.3 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retorno variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A entidade de controlada incluída na consolidação está descrita na nota 12. **2.4 Apresentação das demonstrações financeiras:** Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o exercício social. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável. **2.5 Caixas e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, juntamente com a realização de outros ativos circulantes, e não para investimentos e outros fins. **2.6 Contas a receber:** O saldo de contas a receber é registrado e mantido no balanço pelo valor de realização dos títulos representativos desses créditos. A origem das contas a receber decorre da conjuntura de fatores como a transferência de posse, a transferência de risco e a confiabilidade na mensuração do valor vendido líquido do custo de venda e direito a tal recebível. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) estão constituídas em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas futuras, com base no histórico de perdas na realização das contas a receber, e considerando os riscos de crédito envolvidos com sua carteira de clientes. A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Companhia concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento dos clientes e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas para eles. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que possam afetar a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. A Companhia identifica a inflação e a taxa de juros como os fatores mais relevantes. Dessa forma, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. **2.7 Imobilizado:** São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment") quando aplicável. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Abaixo as respectivas taxas de depreciação anuais:

	2023	2022
Imobilizado por natureza	**Taxa de depreciação ao ano (i)**	**Taxa de depreciação ao ano (i)**
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5% a 20%	20%
Edifícios	2% a 16%	2% a 16%
Equipamentos de informática	10% a 33%	20%
Infraestrutura de rede	3% a 38,5%	10% a 38,5%
Instalações	5% a 25%	10%
Máquinas e Equipamentos	5% a 20%	10%
Móveis e utensílios	4% a 20%	10%

(i) Houve alteração nas taxas de depreciação no exercício de 2023, conforme laudo de avaliação técnica Nº 3563, elaborado pela empresa Afixcode patrimônio e avaliações LTDA, assinado por seu engenheiro devidamente habilitado, causando impacto adicional na depreciação do exercício de 2023 no montante de R$ 2.329. **2.8 Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das amortizações acumuladas e da redução ao valor recuperável ("impairment"). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados com base na diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, e são reconhecidos no resultado. Abaixo as respectivas taxas de amortizações anuais definidas pela Administração:

Intangível por natureza	**Taxa de amortização ao ano**
Direitos de uso de software	20%

Ágio: O ágio representa o excesso (i) da contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data de aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo sejam menores do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **2.9 Arrendamento:** Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. **2.10 Fornecedor risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são compostas de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, além dos investimentos nos projetos da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável, de acordo com o CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. **2.11 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **2.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas nominais de imposto de renda de 15%, acrescidas do adicional de 10%, e da contribuição social de 9%, que conjuntamente totalizam 34%. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para esses impostos, para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos são reconhecidos apenas quando a companhia apresenta histórico razoável de lucratividade em suas operações e quando for provável que a companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social possam ser efetivamente utilizados com segurança. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto sofrer alterações. A Companhia apresentou resultados tributáveis recentes e possui perspectivas com base em seus orçamentos sobre a perspectiva de lucro tributável futuro, baseado em sua perspectiva dos resultados decorrentes dos investimentos na operação. Da mesma forma, os impostos diferidos passivos são reconhecidos quando há uma diferença temporária entre as bases fiscais e contábeis, que irão gerar tributação no futuro. A natureza das transações relacionadas ao reconhecimento destes tributos diferidos está apresentada na nota explicativa 10. **2.13 Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia avalia cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. • A Companhia transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. Passivos financeiros: No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento mensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que, quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a análise de *impairment* de seus ativos não financeiros, com base na perspectiva e capacidade de geração de receitas dos ativos ao longo do tempo, considerando as estruturas adquiridas (ativos imobilizados e intangíveis) e os contratos ativos (relacionamento com clientes) e não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos foi necessária. **Instrumentos financeiros derivativos e operações de "hedge":** Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição da Companhia, no sentido de administrar suas posições. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge econômico. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía uma operação de Hedge de Fluxo de Caixa, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco das mudanças na taxa de juros, as quais impactam o resultado da Companhia. A descrição da Relação de Hedge está descrita na Nota 3. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do hedge; ou (ii) na realização do objeto de hedge. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente em conta de resultado. **2.14 Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **a) Provisão de custos e despesas:** Esta provisão tem como objetivo ajustar os registros contábeis para refletir de forma adequada os custos e despesas incorridos no período, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Essa provisão foi calculada com base em análises e estimativas realizadas pela administração, levando em consideração as informações disponíveis até a data de elaboração das demonstrações financeiras. É importante ressaltar que as provisões são revisadas periodicamente e ajustadas conforme necessário. A provisão de custos e despesas impacta diretamente o resultado da empresa, reduzindo o lucro do período. No entanto, essa prática é fundamental para garantir a adequada mensuração dos resultados e a transparência das informações financeiras apresentadas. **2.15 Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As atualizações da conta de investimentos decorrente da variação cambial referente à investida no exterior são reconhecidas em ajuste de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido. Os itens não monetários são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, utilizando a taxa vigente da data da transação. **2.16 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela disponibilidade de espaço e infraestrutura "colocation" no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Os contratos de "colocation", principal linha de receita, contém o espaço e a infraestrutura disponibilizados de forma conjunta ao cliente, o que consiste no fornecimento de energia, ambiente de sistemas controlados (ar-condicionado e refrigeração), conectividade e segurança. **i) Receita de disponibilização de espaço e infraestrutura "Colocation":** A receita de disponibilização de espaço e infraestrutura é reconhecida quando os espaços e os componentes de infraestrutura são consumidos pelos clientes, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando os benefícios possam ser mensurados de forma confiável, ou conforme estabelecido em contrato. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **2.17 Novos ou revisados pronunciamentos efetivos a partir do exercício social iniciado em 1° de janeiro de 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas contábeis e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1° de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2023: (i) Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. (ii) Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. (iii) Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as

continua →★

INÊS 249

→★ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 da Scala Data Centers S.A.

seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023: (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a contabilização de determinados ativos, passivos e outras transações. A Administração da Companhia para definir tais estimativas e premissas baseou-se em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados fatos e circunstâncias. As premissas das estimativas são revisadas anualmente, e caso seja necessário, as mudanças são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. Contudo, mesmo que essas premissas e estimativas sejam revisadas pela Administração, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Demonstramos abaixo os critérios de estimativas e premissas mais relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras: **a) Cálculo do valor em uso - Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida ou custo de aquisição; e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). O ágio é revisto a cada data de balanço ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD):** Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico de perdas da Companhia, os riscos envolvidos em cada operação comercial com seus clientes, e a expectativa de perdas futuras com seus clientes, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. **c) Vida útil dos ativos não circulantes:** A Companhia reconhece a depreciação ou amortização dos ativos não circulantes (imobilizado e intangível) com base em sua vida útil estimada. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **d) Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.19 Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado e apresentado nas demonstrações do resultado, através do lucro líquido ou prejuízo do exercício (básico e diluído) e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade média de ações do exercício de 2023 e 2022). O cálculo foi realizado conforme as etapas abaixo: **i)** Identificação da quantidade média de ações detidas pelos acionistas nos exercícios:

Movimentação de ações	Ações Ordinárias (ON)	Média ponderada (ON)	Ações preferenciais (PN)	Média ponderada (PN)
Total de ações em 01 de janeiro de 2023	**3.027.449.535**	**2.461.282.248**	**15.370.145**	**15.370.145**
Aumento em 11 de abril	295.958	197.305	–	–
Aumento em 07 de julho	137.185	57.160	–	–
Aumento em 03 de novembro	276.375.000	23.031.250	–	–
Aumento em 10 de novembro	268.785.000	22.398.750	–	–
Total de ações em 31 de dezembro de 2023	**3.573.042.678**	**2.506.966.713**	**15.370.145**	**15.370.145**
Média de ações em 2021	2.256.461.731			
Média de ações em 2022	2.476.652.393			
Média de ações em 2023	2.506.966.713			

ii) Divisão do resultado dos períodos pela média de ações de titularidade dos acionistas

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo do exercício	(63.847)	(174.579)	(63.847)	(174.579)
Média de ações do exercício	2.506.966.713	2.476.652.393	2.506.966.713	2.476.652.393
Lucro por Ação - (Reais/Ação)				
Prejuízo básico por ação	(0,0255)	(0,0705)	(0,0255)	(0,0705)
Prejuízo diluído por Ação	(0,0255)	(0,0705)	(0,0255)	(0,0705)

2.20 Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.21 Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **• Alteração do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. A alteração possui data de aplicação para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023, e determina que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022 nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao CPC 26 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao CPC 06 (R2)** - Passivo de locação em um sale and leaseback. **• Alteração ao CPC 03 e CPC 40 (R1)** - Acordos de financiamento de fornecedores. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.22 Continuidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos seus negócios. A Administração efetua anualmente, quando da preparação e aprovação de suas demonstrações financeiras, uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades operacionais pelos próximos 12 meses. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a sua capacidade de continuidade operacional e financeira pelos próximos 12 meses. **2.23 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023: a) Conflito entre Rússia e Ucrânia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Entende-se que tais sanções e demais medidas, não tenham impactos relevantes para a Companhia. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **b) Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **3. Gestão de risco financeiro: 3.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Companhia e é controlada pela Tesouraria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são monitorados diariamente, mantendo o nível necessário de flexibilidade financeira. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos na gestão de risco. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ratings Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores do contas a receber ou aumentam valores do contas a pagar decorrentes de moeda estrangeira. Em novembro de 2023, a Companhia emitiu uma debênture e, através de instrumento financeiro derivativo, trocou o índice da debênture para SOFR mais taxa fixa em USD. Na data da contratação do swap, a Companhia designou a operação para Hedge de Fluxo de Caixa e o objetivo é proteger a variação cambial da receita futura atrelado ao dólar (colocation), que são transações previstas ainda não reconhecidas no balanço da Companhia. Portanto, o resultado do swap é reconhecido do patrimônio líquido para o resultado conforme a Companhia reconhece a receita futura. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de valor justo dos swaps é:

Hedge de fluxo de caixa
(valores em milhares de reais)

Valor do Notional	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Valor Justo
1,072,334	CDI + 2,5%	SOFR + 4,33%	(15,867)

As amortizações do swap iniciam a partir de fevereiro de 2024 e, a partir dessa data, ocorrerão os reconhecimentos dos valores represados do hedge para o resultado. A Relação de Hedge não possui porção ineficaz e a expectativa de reconhecimento ao longo do tempo do valor do swap represado em patrimônio líquido é:

Ano esperado de reconhecimento	2024	2025	2026	2027 em diante
Saldo Represado em PL (em milhares de reais)	33,713	29,938	30,160	(109,677)

A Companhia presume que o hedge é altamente eficaz prospectivamente porque a variação do ativo subjacente (underlying) tem efeitos opostos na ponta passiva do swap e no reconhecimento da receita futura em reais. O risco de crédito não predomina a Relação de Hedge porque os hedges são realizados com instituições de primeira linha e sob provisões de chamada de margem. A razão de hedge é de 1:1, ou seja, cada USD 1,00 do swap protege USD 1,00 da receita futura atrelada ao dólar. A Companhia presume que o hedge é altamente eficaz prospectivamente porque a variação do ativo subjacente (underlying) tem efeitos opostos na ponta passiva do swap e no reconhecimento da receita futura em reais. O risco de crédito não predomina a Relação de Hedge porque os hedges são realizados com instituições de primeira linha e sob provisões de chamada de margem. A razão de hedge é de 1:1, ou seja, cada USD 1,00 do swap protege USD 1,00 da receita futura atrelada ao dólar. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível alteração nos preços de mercado, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no valor justo, o qual é afetado, em sentido contrário, pela variação cambial da transação futura:

Variação da curva futura de dólar	-10%	-5%	5%	10%
Câmbio de referência (R$/US$)	4,3572	4,5992	5,0834	5,3254
Saldo de Valor Justo (em milhares de reais)	106,052	45,093	(76,826)	(137,786)

(ii) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O departamento responsável pela análise de crédito avalia a qualidade do crédito a cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com a política de vendas da Companhia que considera o nível do risco de crédito a que está exposto no curso de seu negócio. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(iii) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pela Companhia é investido em conta corrente com incidência de juros, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pela previsão acima mencionada. Atualmente, a Companhia acredita que possui liquidez adequada para liquidar seus passivos em aberto em 31 de dezembro de 2023. **3.2 Gestão de Capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas devem aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. **3.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O swap designado para Hedge de Fluxo de Caixa obedece ao nível 2 de hierarquia de valor justo em conformidade com o CPC 46. A Companhia calcula o seu valor justo considerando os preços similares praticados em mercados ativos. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

		Controladora		Consolidado	
		2023	**2022**	**2023**	**2022**
Bancos		488	30.038	1.342	30.983
Aplicações financeiras	(i)	1.311.917	1.399.876	1.311.917	1.399.876
Numerários em trânsito	(ii)	61.534	–	61.534	–
Total		**1.373.939**	**1.429.914**	**1.374.793**	**1.430.859**

(i) Os investimentos em aplicações financeiras estão representados por investimentos de curto prazo, aplicados em CDBs (Certificado de Depósito Bancários) e compromissadas, com bancos de grande porte com rating *high grade* de investimento, junto às agências Fitch Rating, Moody's e Standard & Poor's. Os rendimentos são em média 100,58% dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), em sua grande parte com liquidez imediata. **(ii)** Numerários em trânsito ou valores em trânsito é composto por recebimento de faturas de serviços intercompany prestados pela Scala Brasil para as empresas Scala Chile Data Centers SPA, Scala Data Center Colômbia S.A.S e Scala Data Centers Mexico S DE RL DE CV (Partes Relacionadas) devido à prestação de serviços de gestão da plataforma de expansão, com a execução do pagamento em moeda estrangeira em 29 de dezembro de 2023 e liquidados em moeda nacional em 03 de janeiro de 2024. **5. Contas a receber:** O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de "service data center".

		Controladora		Consolidado	
		2023	**2022**	**2023**	**2022**
Clientes nacionais		78.119	62.735	78.119	62.735
Clientes exterior	Nota 29	3.035	19.313	3.035	19.313
Clientes não faturados	(i)	40.430	28.223	40.430	28.223
Total		**121.584**	**110.271**	**121.584**	**110.271**
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa		(1.859)	(96)	(1.859)	(96)
Total		**119.725**	**110.175**	**119.725**	**110.175**

(i) Refere-se a estimativa de receita apurada na disponibilização do espaço e infraestrutura e não faturados. **Movimentação da provisão:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Saldo em 01 de janeiro	(96)	(276)	(96)	(276)
Adições	(2.859)	(85)	(2.859)	(85)
Reversões	1.000	265	1.000	265
Baixas durante o exercício	96	–	96	–
Saldo em 31 de dezembro	**(1.859)**	**(96)**	**(1.859)**	**(96)**

A Companhia efetuou a validação e análise de risco de não recebimento dos valores em aberto, e não foram identificadas provisões adicionais. A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por prazo de recebimento:

		Controladora		Consolidado	
		2023	**2022**	**2023**	**2022**
A vencer		105.528	82.373	105.528	82.373
Vencidos					
Vencidos até 30 dias		12.784	6.422	12.784	6.422
Vencidos entre 31 e 60 dias		147	8.169	147	8.169
Vencidos entre 61 e 90 dias		112	668	112	668
Vencidos entre 91 e 120 dias		134	1.218	134	1.218
Vencidos entre 121 e 180 dias		118	1.254	118	1.254
Vencidos a mais de 181 dias	(i)	2.760	10.167	2.760	10.167
Total vencido		**16.055**	**27.898**	**16.055**	**27.898**
Total do contas a receber		**121.583**	**110.271**	**121.583**	**110.271**

(i) Dos saldos em aberto (R$ 1.859 vencidos acima de 181 dias), a administração registrou provisão para perdas estimadas sobre estes montantes. Em 05 de março de 2024, a Companhia recebeu o valor R$ 1.008 da Telefônica Brasil S.A. diante aos esforços de cobranças que foram realizadas no decorrer do ano de 2023.

6. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
PIS a recuperar	7.642	2.842	7.642	2.842
COFINS a recuperar	34.964	13.044	34.964	13.044
IRRF a recuperar	41	6.329	41	6.329
IRPJ a recuperar	34.925	5.149	34.925	5.149
CSLL a recuperar	2.289	1.846	2.289	1.846
Outros	924	466	924	466
Total	**80.786**	**29.676**	**80.786**	**29.676**
Circulante	41.864	466	41.864	466
Não circulante	38.922	29.210	38.922	29.210

7. Adiantamentos a fornecedores:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	**2022**	**2023**	**2022**
Adiantamento a fornecedores nacionais		305.118	76.796	305.118	76.796
Adiantamento a fornecedores no exterior		–	143	–	143
Adiantamento - partes relacionadas (i)	29	170.302	104.844	170.302	104.844
Adiantamentos - Modular	29	–	57.150	–	57.150
Total		**475.420**	**238.933**	**475.420**	**238.933**

Os valores apresentados no quadro acima na conta de adiantamento a fornecedores, é constituído principalmente por adiantamentos relativos aos contratos de prestação de serviço de construção e fornecimento de equipamentos para os novos data centers, essa é uma prática usual para com os fornecedores no mercado de construção civil e fornecimento de equipamentos para data centers. **8. Despesas antecipadas:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Seguros diversos	1.176	482	1.176	482
Suporte técnico/manutenção de software	7.160	5.848	7.160	5.848
Outros	3.672	–	3.672	–
Total	**12.008**	**6.330**	**12.008**	**6.330**
Circulante	10.402	6.063	10.402	6.063
Não circulante	1.606	267	1.606	267
	12.008	**6.330**	**12.008**	**6.330**

9. Outros ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Adiantamento á funcionários	68	–	68	–
Adiantamento de férias	662	211	662	211
Outros	745	50	745	50
Total	**1.475**	**261**	**1.475**	**261**
Circulante	1.379	215	1.379	215
Não circulante	96	46	96	46
	1.475	**261**	**1.475**	**261**

10. Tributos diferidos:

a) Apresentação líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo de imposto diferido				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	–	5.847	–	5.847
	–	**5.847**	**–**	**5.847**
	–	–	–	–
Compensação de saldos ativos e passivos por entidade jurídica	**–**	**5.847**	**–**	**5.847**
Passivo de imposto diferido				
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	85.646	49.637	85.646	49.637
	85.646	**49.637**	**85.646**	**49.637**
	–	–	–	–
Compensação de saldos ativos e passivos por entidade jurídica	**85.646**	**49.637**	**85.646**	**49.637**
Passivo de imposto de diferido (líquido)	**85.646**	**43.790**	**85.646**	**43.790**

b) Bases diferido ativo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Descrição - CSLL				
Provisões temporárias	–	9.290	–	9.290
Base negativa	–	8.611	–	8.611
Base de cálculo CSLL	–	17.901	–	17.901
Contribuição social diferido - 9%	**–**	**1.611**	**–**	**1.611**
Descrição - IRPJ				
Provisões temporárias	–	9.290	–	9.290
Base negativa	–	7.652	–	7.652
Base de cálculo IRPJ	**–**	**16.942**	**–**	**16.942**
Alíquota IRPJ - 15%	–	2.541	–	2.541
Alíquota IRPJ adicional - 10%	–	1.694	–	1.694
IRPJ diferido	**–**	**4.236**	**–**	**4.236**
Total diferido	**–**	**5.847**	**–**	**5.847**

c) Bases diferido passivo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Descrição - CSLL				
Exclusões:				
Ágio (Goodwill) - Dyn	(241.270)	(141.434)	(241.270)	(141.434)
Ágio (Goodwill) - Nimbus	(10.631)	(4.556)	(10.631)	(4.556)
Base de cálculo CSLL	(251.901)	(145.990)	(251.901)	(145.990)
Contribuição social diferido - 9%	**(22.671)**	**(13.139)**	**(22.671)**	**(13.139)**
Descrição - IRPJ				
Exclusões:				
Ágio (Goodwill) - Dyn	(241.270)	(141.434)	(241.270)	(141.434)
Ágio (Goodwill) - Nimbus	(10.631)	(4.556)	(10.631)	(4.556)
Base de cálculo IRPJ	(251.901)	(145.990)	(251.901)	(145.990)
Alíquota IRPJ - 15%	(37.785)	(21.899)	(37.785)	(21.899)
Alíquota IRPJ adicional - 10%	(25.190)	(14.599)	(25.190)	(14.599)
IRPJ diferido				
	(62.975)	**(36.498)**	**(62.975)**	**(36.498)**
Total diferido	**(85.646)**	**(49.637)**	**(85.646)**	**(49.637)**

11. Direito de uso e passivo de arrendamento: (i) Disposições sobre o CPC 06(R2): Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber) e pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o item a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; Os ativos de direito são depreciados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental sobre empréstimo da arrendatária. A média ponderada da taxa incremental de empréstimo nominal da arrendatária aplicada aos passivos de arrendamento foi de 13,96% a.a. **(ii) Expedientes práticos aplicados:** Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: • uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares; • utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos; • contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses como arrendamentos de curto prazo; • utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento. **(iii) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo de direito de uso (Aluguel)				
Contrato de aluguel - leasing	188.624	128.477	188.624	128.477
Amortização de contrato de aluguel leasing	(29.290)	(16.209)	(29.290)	(16.209)
Total	**159.334**	**112.268**	**159.334**	**112.268**
Passivo de arrendamento				
Circulante	(12.406)	(17.934)	(12.406)	(17.934)
Não circulante	(165.195)	(96.409)	(165.195)	(96.409)
	(177.601)	**(114.343)**	**(177.601)**	**(114.343)**

As movimentações dos saldos dos ativos de direito de uso são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Movimentação do período				
Saldo em 1º de janeiro	112.268	35.893	112.268	35.893
Adição por novos contratos ou remensuração	60.148	95.218	60.148	95.218
Amortização	(13.082)	(8.421)	(13.082)	(8.421)
Baixas	–	(10.422)	–	(10.422)
Saldo em 31 de dezembro	**159.334**	**112.268**	**159.334**	**112.268**

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Movimentação do período				
Saldo em 1º de janeiro	(114.343)	(40.618)	(114.343)	(40.618)
Adição por novos contratos ou remensuração	(61.561)	(95.218)	(61.561)	(95.218)
Juros	(26.223)	(649)	(26.223)	(649)
Baixas	–	15.462	–	15.462
Pagamentos	24.526	6.680	24.526	6.680
Saldo em 31 de dezembro	**(177.601)**	**(114.343)**	**(177.601)**	**(114.343)**

(iv) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:
A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Encargo de amortização dos ativos de direito de uso	(13.057)	(6.574)	(13.057)	(6.574)
Despesas com juros	(26.223)	(649)	(26.223)	(649)
Outros aluguéis	(1.620)	(2.243)	(1.620)	(2.243)

(v) Prazos dos arrendamentos: Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. **(vi) Taxa de juros:** Os pagamentos de arrendamentos devem ser descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento e a Companhia utiliza-se da taxa de 10,39% ao ano. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo está a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo, para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de desconto, a Companhia sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de empréstimos/financiamentos da Companhia, ajustadas para refletir o risco de mercado da Companhia e o período do contrato. **(vii) Pagamentos de arrendamentos variáveis:**

continua →★

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 da Scala Data Centers S.A.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

12. Investimentos: a) Participação societária nos investimentos:

Nome	País	Negócio	Relacionamento	Participação (em %) 2023	2022
Scala US HoldCo LLC	EUA	Holding	Controlada	100	100

b) Movimentação dos investimentos:

Composição do saldo	Scala US HoldCo LLC
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022	945
Aumento de capital	1.438
Percentual de participação	100%
Resultado de equivalência patrimonial	(1.523)
Ganho na conversão da moeda (i)	(6)
Valor contábil do investimento	**854**

(i) O valor do ajuste acumulado de conversão foi registrado do patrimônio líquido e está apresentado separadamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido e no balanço patrimonial.

13. Imobilizado: A composição e movimentação do ativo imobilizado está na demonstração a seguir:

Controladora	Terrenos	Edifícios	Instalações (ii)	Infraestrutura de rede	Equipamentos de informática	Máquinas e Equipamentos	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios (ii)	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**86.615**	**175.961**	**146.443**	**181.971**	**5.035**	**–**	**29.532**	**1.207**	**46.307**	**673.071**
Adições	15.054	24	23	6.353	168	2.969	575	83	674.478	699.727
Incorporação	2.510	37.113	2	33.647	1.360	1.414	1.486	530	1.858	79.920
Depreciação do exercício	–	(7.910)	(31.724)	(17.525)	(1.336)	(417)	(10.709)	(288)	–	(69.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**104.179**	**205.188**	**114.744**	**204.446**	**5.227**	**3.966**	**20.884**	**1.532**	**722.643**	**1.382.809**
Adições	–	–	–	–	–	–	–	–	1.934.822	1.934.822
Transferências (i)	–	353.737	–	125.292	3.536	4	748.895	512	(1.231.976)	–
Depreciação do exercício	–	(10.490)	(30.957)	(22.335)	(1.955)	(399)	(21.746)	(225)	–	(88.107)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**104.179**	**548.435**	**83.787**	**307.403**	**6.808**	**3.571**	**748.033**	**1.819**	**1.425.489**	**3.229.524**

(i) A linha de transferência entre os grupos reflete a movimentação do grupo de imobilizado em andamento para os grupos específicos de cada classe de ativo quando são colocados em operação. (ii) A abertura do grupo de instalações na nota explicativa, foi realizada com o objetivo de facilitar a compreensão das informações para os usuários das demonstrações financeiras, visando uma divulgação mais clara e detalhada dos ativos imobilizados da Companhia.

Consolidado	Terrenos	Edifícios	Instalações (ii)	Infraestrutura de rede	Equipamentos de informática	Máquinas e Equipamentos	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios (ii)	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**89.125**	**175.977**	**146.443**	**219.298**	**5.829**	**36.016**	**31.047**	**1.746**	**47.650**	**753.131**
Adições	15.054	24	23	6.235	168	2.969	553	83	674.479	699.588
Depreciação do exercício	–	(7.910)	(31.722)	(17.528)	(1.336)	(417)	(10.709)	(288)	–	(69.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**104.179**	**168.091**	**114.744**	**208.005**	**4.661**	**38.568**	**20.891**	**1.541**	**722.129**	**1.382.809**
Adições	–	–	–	–	–	–	–	–	1.934.822	1.934.822
Transferências (i)	–	390.834	–	121.733	4.102	(34.598)	748.888	503	(1.231.462)	–
Depreciação do exercício	–	(10.490)	(30.957)	(22.335)	(1.955)	(399)	(21.746)	(225)	–	(88.107)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**104.179**	**548.435**	**83.787**	**307.403**	**6.808**	**3.571**	**748.033**	**1.819**	**1.425.489**	**3.229.524**

(i) A linha de transferência entre os grupos reflete a movimentação do grupo de imobilizado em andamento para os grupos específicos de cada classe de ativo quando são colocados em operação. (ii) A abertura do grupo de instalações na nota explicativa, foi realizada com o objetivo de facilitar a compreensão das informações para os usuários das demonstrações financeiras, visando uma divulgação mais clara e detalhada dos ativos imobilizados da Companhia.

14. Intangível: A movimentação do ativo intangível está na demonstração a seguir:

Controladora	Direito de uso de software	Desenvolvimento de software	Marcas e Patentes	Certificação de carbono neutro	Ágio (Goodwill)	Mais-Valia	Projetos em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**633**	**18.743**	**120**	**290**	**1.631.914**	**396.566**	**–**	**2.048.266**
Adições	820	12.124	–	1.395	–	–	36.740	51.079
Incorporação	–	367	–	–	–	–	–	367
Transferências	2.390	(2.235)	–	(290)	–	–	135	–
Amortização do exercício	(2.536)	(3.986)	–	(465)	–	(19.549)	–	(26.536)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.307**	**25.013**	**120**	**930**	**1.631.914**	**377.017**	**36.875**	**2.073.176**
Adições	177	–	–	–	–	–	6.648	6.825
Transferências	(177)	43.700	–	–	–	–	(43.523)	–
Amortização do exercício	(325)	(8.092)	–	(930)	–	(20.150)	–	(29.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**982**	**60.621**	**120**	**–**	**1.631.914**	**356.867**	**–**	**2.050.504**

Consolidado	Direito de uso de software	Desenvolvimento de software	Marcas e Patentes	Certificação de carbono neutro	Ágio (Goodwill)	Mais-Valia	Projetos em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**633**	**18.988**	**120**	**290**	**1.631.914**	**396.566**	**–**	**2.048.511**
Adições	820	11.879	–	1.395	–	–	36.740	50.834
Incorporação	–	367	–	–	–	–	–	367
Transferências	2.390	(2.235)	–	(290)	–	–	135	–
Amortização do exercício	(2.536)	(3.986)	–	(465)	–	(19.549)	–	(26.536)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.307**	**25.013**	**120**	**930**	**1.631.914**	**377.017**	**36.875**	**2.073.176**
Adições	177	–	–	–	–	–	6.648	6.825
Transferências	(177)	43.700	–	–	–	–	(43.523)	–
Amortização do exercício	(325)	(8.092)	–	(930)	–	(20.150)	–	(29.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**982**	**60.621**	**120**	**–**	**1.631.914**	**356.867**	**–**	**2.050.504**

15. Fornecedores:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Fornecedores nacionais	444.933	101.052	444.933	101.052
Fornecedores exterior	26	–	26	–
Fornecedores partes relacionadas (Nota 29)	8.432	5.572	8.432	5.572
Fornecedores - Provisão	600	728	600	728
Retenções contratuais (i)	13.824	–	13.824	–
Total	**467.815**	**107.352**	**467.815**	**107.352**

i) As retenções contratuais de fornecedores referem-se a valores retidos ou descontados nos pagamentos a serem efetuados a nossos fornecedores, conforme estabelecido nos contratos de prestação de serviços e fornecimento de equipamentos e materiais, com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações contratuais e assegurar a qualidade da contraprestação, além de proteger a empresa de eventuais descumprimentos contratuais por parte dos fornecedores. É importante ressaltar que as retenções contratuais serão liquidadas em períodos subsequentes conforme as condições estabelecidas nos contratos forem cumpridas.

16. Fornecedor risco sacado:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Fornecedor risco sacado	–	57.150	–	57.150
Total	**–**	**57.150**	**–**	**57.150**

Em 03 de fevereiro e 24 de abril de 2023 a Companhia efetuou o pagamento do montante relacionado à operação de risco sacado junto ao Banco Bradesco, sem reflexo no resultado financeiro, considerando que os juros ficaram sob a responsabilidade do fornecedor.

17. Debêntures: a. Composição das debêntures:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Debêntures	4.677.844	3.398.397	4.677.844	3.398.397
Juros sobre debêntures	(1.625.716)	(1.420.007)	(1.625.716)	(1.420.007)
Total	**3.052.128**	**1.978.390**	**3.052.128**	**1.978.390**
Circulante	16.744	6.760	16.744	6.760
Não circulante	3.035.384	1.971.630	3.035.384	1.971.630
Total	**3.052.128**	**1.978.390**	**3.052.128**	**1.978.390**

b. Movimentação das debêntures:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**589.674**	**589.674**
Adição	2.964.464	2.964.464
Juros sobre debêntures	149.051	149.051
Pagamentos de juros	(149.799)	(149.799)
Pagamentos de debêntures - principal	(1.575.000)	(1.575.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.978.390**	**1.978.390**
Adição	1.060.410	1.060.410
Juros sobre debêntures	329.791	329.791
Pagamentos de juros	(316.463)	(316.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.052.128**	**3.052.128**

Em 06 de dezembro de 2022, foi celebrado entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Scala Data Centers S.A. Foi emitido o valor de R$ 2.000 com valor nominal de R$ 1.000,00 para cada debênture, com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 2ª emissão de debêntures foram utilizados para (i) pagar antecipadamente o endividamento existente da Companhia no âmbito de sua 1ª (primeira) emissão de debêntures, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Scala Data Centers S.A., celebrado entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 04 de março de 2022; (ii) pagamento dos custos e despesas relacionados à oferta pública das debêntures no âmbito da 2ª (segunda) emissão; e (iii) financiar, com os recursos líquidos remanescentes após o pagamento antecipado das debêntures da 1ª (primeira) Emissão e dos custos e despesas relacionados à oferta pública das debêntures no âmbito da 2ª (segunda) emissão, os investimentos de capital nos projetos de data centers da Companhia, atualmente denominados SGRUTB04, SGRUTB05, SGRUTB06 desenvolvidos ou a serem desenvolvidos pela Companhia. As debêntures da 2ª (segunda) emissão farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100,00% (cem inteiros centésimos por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 3,15% (três inteiros e quinze centésimos) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e serão incidentes sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, desde a data da primeira integralização das debêntures, ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios, até o final de cada período de capitalização. O valor nominal unitário das debêntures da 2ª (segunda) emissão será pago a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, contado da data de emissão, em 13 (treze) parcelas trimestrais e consecutivas, de acordo com o cronograma de amortização abaixo, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2024 e o último na data de vencimento, exceto nas hipóteses de resgate antecipado ou amortização extraordinária das debêntures ou, ainda, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures:

Número	Data de amortização das debêntures	Porcentagem do valor nominal unitário a ser amortizado
1	15 de dezembro de 2024	2,500%
2	15 de março de 2025	2,500%
3	15 de março de 2025	2,500%
4	15 de setembro de 2025	2,500%
5	15 de dezembro de 2025	2,500%
6	15 de março de 2026	2,500%
7	15 de junho de 2026	2,500%
8	15 de setembro de 2026	2,500%
9	15 de dezembro de 2026	2,500%
10	15 de março de 2027	2,500%
11	15 de junho de 2027	2,500%
12	15 de setembro de 2027	2,500%
13	Data de Vencimento em 15 de dezembro de 2027	70,000%

Os juros remuneratórios serão pagos trimestralmente, a partir da data de emissão, sempre nas datas indicadas abaixo dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2023 e o último na data de vencimento, exceto nas hipóteses de resgate antecipado ou amortização extraordinária das debêntures ou, ainda, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures:

Datas de pagamento dos juros remuneratórios	
15 de março de 2023	15 de setembro de 2025
15 de junho de 2023	15 de dezembro de 2025
15 de setembro de 2023	15 de março de 2026
15 de dezembro de 2023	15 de junho de 2026
15 de março de 2024	15 de setembro de 2026
15 de junho de 2024	15 de dezembro de 2026
15 de setembro de 2024	15 de março de 2027
15 de dezembro de 2024	15 de junho de 2027
15 de março de 2025	15 de setembro de 2027
15 de junho de 2025	15 de dezembro de 2027

Em 03 de novembro de 2023, foi celebrado entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o rito de registro automático de distribuição, da Scala Data Centers S.A. Foi emitido o valor de R$ 1.072.334 com valor nominal de R$ 1.000,00 para cada debênture, com prazo de vencimento de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da 3ª (terceira) Emissão das Debêntures serão utilizados para (i) pagamento dos custos e despesas relacionados à Oferta; (ii) financiar, com os recursos líquidos remanescentes após o pagamento dos custos e despesas relacionados à Oferta, os investimentos de capital nos projetos dos Data Centers SGRUTB08 e SGRUTB12. As Debêntures da 3ª (terceira) emissão farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a primeira Data de Integralização ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até o final de cada Período de Capitalização O saldo do Valor Nominal Unitário da 3ª (terceira) emissão será pago a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão (inclusive), em 17 (dezessete) parcelas trimestrais e consecutivas, de acordo com o cronograma de amortização abaixo, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de novembro de 2025 e o último na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"), exceto nas hipóteses de resgate antecipado ou amortização extraordinária das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão ou, ainda, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

Número	Data de amortização das debêntures	Porcentagem do valor nominal unitário a ser amortizado
1	17 de novembro de 2025	0,625%
2	18 de fevereiro de 2026	0,625%
3	18 de maio de 2026	0,625%
4	17 de agosto de 2026	0,625%
5	17 de novembro de 2026	0,875%
6	17 de fevereiro de 2027	0,875%
7	17 de maio de 2027	0,875%
8	17 de agosto de 2027	0,875%
9	17 de novembro de 2027	0,875%
10	17 de fevereiro de 2028	0,875%
11	17 de maio de 2028	3,708%
12	17 de agosto de 2028	3,708%
13	17 de novembro de 2028	3,708%
14	19 de fevereiro de 2029	3,708%
15	17 de maio de 2029	3,708%
16	17 de agosto de 2029	3,709%
17	19 de novembro de 2029	70%

Na 3ª (terceira) emissão os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 17 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de fevereiro de 2024 e o último na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"), exceto nas hipóteses de resgate antecipado ou amortização extraordinária das Debêntures previstas na Escritura de Emissão ou, ainda, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

Datas de pagamentos dos juros remuneratórios	
19 de fevereiro de 2024	17 de novembro de 2026
17 de maio de 2024	17 de fevereiro de 2027
19 de agosto de 2024	17 de maio de 2027
18 de novembro de 2024	17 de agosto de 2027
17 de fevereiro de 2025	17 de novembro de 2027
19 de maio de 2025	17 de fevereiro de 2028
18 de agosto de 2025	17 de maio de 2028
17 de novembro de 2025	17 de agosto de 2028
18 de fevereiro de 2026	17 de novembro de 2028
18 de maio de 2026	19 de fevereiro de 2029
17 de agosto de 2026	17 de maio de 2029
	17 de agosto de 2029

O saldo de R$ 3.052.128 refere-se ao valor nominal a pagar de ambas as emissões, somado aos juros incorridos entre a data da emissão e 31 de dezembro de 2023 das debêntures (2ª e 3ª emissões). **c. Cláusulas de *covenants:*** De acordo com o estabelecido no Instrumento Particular de Escritura da Segunda e Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Scala Data Centers S.A., a Companhia se comprometeu a manter o coeficiente de alavancagem e o índice de cobertura de juros e após a AGD realizada em 09 de novembro de 2023 conforme os parâmetros descritos abaixo: I. Coeficiente de Alavancagem da Companhia apurado ao final de cada semestre deve ser superior aos parâmetros descritos abaixo: 2ª (segunda) emissão:

Coeficiente de alavancagem	2023 06/23	12/23	2024 06/24	12/24	2025 06/25	12/25	2026 06/26	12/26	2027 06/27	12/27
Scala	6,50 x	6,50 x	6,50 x	6,50 x	6,25 x	6,25 x	5,75 x	5,75 x	5,25 x	carência

3ª (terceira) emissão:

Coeficiente de alavancagem	2024 06/24	12/24	2025 06/25	12/25	2026 06/26	12/26	2027 06/27	12/27	2028 06/28	12/28	2029 06/29
Scala	6,50 x	6,50 x	6,25 x	6,25 x	5,75 x	5,75 x	5,25 x	5,25 x	4,50 x	4,50 x	4,50 x

O Coeficiente de Alavancagem será calculado semestralmente pela Companhia com base nas demonstrações financeiras trimestrais ou nas demonstrações financeiras auditadas, conforme o caso, e no Relatório de Índices Financeiros, conforme aplicável. II. Índice de Cobertura de Juros apurado ao final de cada semestre deve ter o valor mínimo aos parâmetros descritos abaixo:

2ª (segunda) emissão:

Índice de Cobertura de Juros	2023 06/23	12/23	2024 06/24	12/24	2025 06/25	06/25	2026 06/26	12/26	2027 06/27	12/27
Scala	carência		carência		carência		1,50 x	1,50 x	1,75 x	carência

3ª (terceira) emissão:

Índice de Cobertura de Juros	2024 06/24	12/24	2025 06/25	12/25	2026 06/26	12/26	2027 06/24	12/24	2028 06/25	12/25	2029 06/26
Scala	carência		carência		1,50 x		1,75 x		1,75 x		1,75 x

III. Índice de cobertura do serviço da dívida no valor mínimo de 1,10x calculado pela Companhia semestralmente, com base nas demonstrações financeiras trimestrais ou nas demonstrações financeiras auditadas, conforme o caso, e no Relatório de Índices Financeiros, observado que a primeira apuração deverá ser realizada com relação ao semestre encerrado em 30 de junho de 2023. A Companhia realizou o cálculo de covenants para a posição de 31 de dezembro de 2023 referente a 2ª (segunda) emissão e os resultados estavam em conformidade com as obrigações contratuais e, portanto, a Companhia está adimplente com as cláusulas de covenants em 31 de dezembro de 2023. Com relação a 3ª (terceira) emissão a apuração somente será requerida no semestre encerrado em 30 de junho de 2024.

18. Obrigações trabalhistas:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Bônus e PLR	31.231	7.356	31.231	7.356
Provisão para férias	14.234	7.066	14.234	7.066
IRRF a recolher	8.943	3.939	8.943	3.939
INSS a recolher	4.630	3.586	4.630	3.586
FGTS a recolher	1.038	609	1.038	609
Outros	2.524	901	2.524	901
Total	**62.600**	**23.457**	**62.600**	**23.457**

19. Obrigações tributárias:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
COFINS a recolher	4.583	911	4.583	911
ICMS a recolher	8.131	2.360	8.131	2.360
INSS a recolher	10.086	2.588	10.086	2.588
PIS a recolher	966	170	966	170
ISS a Recolher	4.822	936	4.822	936
IR retido na fonte	658	98	658	98
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	517	1.087	517	1.087
Outros	3	52	3	52
Total	**29.766**	**8.202**	**29.766**	**8.202**

20. Provisões de Custos e Despesas: As provisões representam despesas diversas incorridas pela Companhia, cujo desembolso financeiro se dará no próximo exercício fiscal. Os valores foram estimados com confiabilidade e precisão, sendo provável o desembolso de recursos para a liquidação da obrigação. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas foram de R$ 44.163 (R$ 23.290 em 2022).

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Provisão de custos e despesas	44.163	22.562	44.163	22.562
Provisão de serviços de auditoria	–	688	–	688
Outras provisões	–	40	–	40
Total	**44.163**	**23.290**	**44.163**	**23.290**

21. Receita diferida:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
A100 Row Serviços de dados Brasil Ltda.	87.277	1.665	87.277	1.665
BRZ Meriti Investimentos Imobiliários Ltda.	57.400	61.600	57.400	61.600
Total	**144.677**	**63.265**	**144.677**	**63.265**
Circulante	43.796	4.514	43.796	4.514
Não circulante	100.881	58.751	100.881	58.751
Total	**144.677**	**63.265**	**144.677**	**63.265**

Saldos relacionados aos adiantamentos recebidos de clientes, conforme negociação contratual, cuja disponibilização de espaço será ao longo do contrato. **22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado, no valor total de R$ 3.597.110.693,56 (três bilhões, quinhentos e noventa e sete milhões, cento e dez mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), está dividido em 3.573.042.678 (três bilhões, quinhentas e setenta e três milhões, quarenta e duas mil, seiscentas e setenta e oito) ações ordinárias e 15.370.145 (quinze milhões, trezentos e setenta mil e cento e quarenta e cinco) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. O atual valor contempla aumentos de capital ocorridos no ano de 2023, conforme os atos societários descritos a seguir: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 295.958,03 (duzentos e noventa e cinco mil e novecentos e cinquenta e oito reais e três centavos), mediante a emissão de 295.958 (duzentas e noventa e cinco mil e novecentas e cinquenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por cada nova ação, ficando desprezada a quantia de R$0,03 (três centavos). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de julho de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$137.185,47 (cento e trinta e sete mil e cento e oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), mediante a emissão de 137.185 (cento e trinta e sete mil e cento e oitenta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por cada nova ação, ficando desprezada a quantia de R$0,47 (quarenta e sete centavos). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de novembro de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 276.375.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e trezentos e setenta e cinco mil reais), mediante a emissão de 276.375.000 (duzentas e setenta e seis milhões e trezentas e setenta e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por cada nova ação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia R$ 268.785.000,00 (duzentos e sessenta e oito milhões e setecentos e oitenta e cinco mil reais), mediante a emissão de 268.785.000 (duzentas e sessenta e oito milhões e setecentas e oitenta e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, integralizadas em moeda corrente nacional, observado o preço de emissão de R$1,00 (um real) por cada nova ação. O capital votante da Companhia em 31 de dezembro de 2023 está distribuído conforme abaixo:

Acionista	2023	2022	Participação no capital votante
DYN DC fundo de investimento em Participações	3.573.042.678 ações ordinárias	3.027.449.535 ações ordinárias	100%
	3.573.042.678 ações ordinárias	**3.027.449.535 ações ordinárias**	**100%**

22.2. Reservas de Lucros: (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

	2023	2022
Saldo do início do exercício	4.410	4.410
Saldo do final do exercício	**4.410**	**4.410**
Cálculo reserva legal:		
	2023	**2022**
Prejuízo apurado no exercício	(63.847)	(174.579)
Percentual constituição da reserva Legal	5%	5%
Saldo final da reserva legal	**–**	**–**

(ii) Reserva de investimento: A reserva para investimento, cujos recursos serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e à expansão de suas atividades, é formada com recursos a serem determinados em assembleia geral e equivalente até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de reserva para investimento não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia. A movimentação é como segue:

	2023	2022
Saldo do início do exercício	38.067	40.186
Movimentação (i)	–	(2.119)
Saldo do final do exercício	**38.067**	**38.067**

(i) Distribuição de dividendos realizada conforme aprovação em ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 23 de agosto de 2022, rerratificada na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023. **(iii) Reserva de Capital de Giro:** A reserva de capital de giro, cujos recursos serão destinados a suprir necessidades de capital operacional da Companhia, é formada com recursos a serem determinados em assembleia geral e equivalente até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de reserva de capital de giro não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia. A movimentação é como segue:

	2022	2022
Saldo do início do exercício	36.570	40.305
Movimentação (i)	–	(3.735)
Saldo do final do exercício	**36.570**	**36.570**

(i) Distribuição de dividendos realizada conforme aprovação em ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 23 de agosto de 2022, rerratificada na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023.

23. Receita líquida:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Disponibilização de espaço e infraestrutura ("Colocation")	565.348	388.688	565.348	399.815
Receita de vendas	–	–	–	21
Cancelamentos	(3)	(2.716)	(3)	(2.716)
Impostos incidentes sobre a receita	(51.800)	(35.447)	(51.800)	(36.699)
Total de receita líquida	**513.545**	**350.525**	**513.545**	**360.421**

24. Custo das vendas:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Depreciação e amortização	(80.208)	(58.732)	(80.208)	(60.006)
Energia elétrica	(133.130)	(77.440)	(133.130)	(77.440)
Custos com pessoal	(63.993)	(54.710)	(63.993)	(55.137)
Serviços de terceiros	(39.309)	(25.051)	(39.309)	(25.917)
Aluguéis e condomínios	(4.967)	(3.813)	(4.967)	(3.813)
Manutenções prediais	(3.821)	(5.565)	(3.821)	(5.626)
Manutenção de equipamentos	–	(988)	–	(1.808)
Despesas de consumo	(96)	(3.786)	(96)	(7.291)
Juros sobre leasing	(24.556)	–	(24.556)	–
Fretes	–	(70)	–	(85)
Licenças de software	(1.581)	(1.264)	(1.581)	(1.264)
Rede e circuito de terceiros	–	(3.162)	–	(3.162)
Impostos e taxas	(2.723)	(1.315)	(2.723)	(1.760)
Seguros	(1.693)	(844)	(1.693)	(844)
Outros custos de serviços prestados	(2.891)	(2.729)	(2.891)	(3.130)
Manutenção em equipamentos e software	(5.734)	–	(5.734)	–
Total	**(364.702)**	**(239.469)**	**(364.702)**	**(247.283)**

continua

→★ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 da Scala Data Centers S.A.

25. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal	(68.713)	(30.732)	(68.713)	(30.732)
Serviços de terceiros	(14.527)	(13.135)	(15.788)	(15.281)
Depreciação e amortização	(42.040)	(34.613)	(42.040)	(34.613)
Aluguéis e condomínios	(1.326)	(1.216)	(1.326)	(1.216)
Manutenção de equipamentos	(4.032)	(4.316)	(4.032)	(4.316)
Despesas de consumo	–	(777)	–	(777)
Doações	232	(1.253)	232	(1.253)
Viagens e deslocamentos	(3.278)	(537)	(3.278)	(537)
Aluguéis de equipamentos	(68)	(148)	(68)	(148)
Impostos e taxas	(291)	(405)	(291)	(405)
Indenizações judiciais	(88)	(568)	(88)	(568)
Despesas com refeição	(451)	(298)	(451)	(298)
Limpeza e conservação	(647)	(186)	(647)	(186)
Seguros	(125)	–	(125)	–
Feiras e eventos	(2.312)	(1.200)	(2.312)	(1.200)
Outras despesas	(2.452)	(927)	(2.694)	(927)
Total	**(140.118)**	**(90.311)**	**(141.621)**	**(92.457)**

26. Despesas comerciais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesa com pessoal	(8.642)	(5.748)	(8.642)	(5.748)
Despesas com viagens	(314)	(2.719)	(314)	(2.719)
Propaganda e publicidade	(956)	–	(956)	–
Serviços de terceiros	(1.256)	(1.375)	(1.256)	(1.375)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (i)	(1.859)	181	(1.859)	181
Brindes	(469)	(175)	(469)	(175)
Outras despesas	(141)	(727)	(141)	(727)
Total	**(13.637)**	**(10.563)**	**(13.637)**	**(10.563)**

(i) Conforme movimentação da provisão para as perdas esperadas apresentadas na nota explicativa nº **5**.

27. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	108.068	33.083	108.099	33.083
Juros ativos	11	3.228	11	3.228
Operações com derivativos	–	1.851	–	1.851
Variação cambial ativa	2.930	1.004	2.930	1.004
Descontos obtidos	3	866	3	866
Outras Receitas	184	–	184	–
Total	**111.196**	**40.032**	**111.227**	**40.032**
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(108.068)	(149.051)	(108.068)	(149.051)
Custo emissão de debêntures	(7.736)	(15.191)	(7.736)	(15.191)
Taxa emissão de debêntures	(743)	(13.025)	(743)	(13.025)
Variação cambial passiva	(1)	(3.129)	(1)	(3.129)
Impostos sobre resultado financeiro	(4.511)	(3.839)	(4.511)	(3.839)
Juros passivos	(10.191)	(1.848)	(10.191)	(1.848)
Operação Swap	–	(685)	–	(685)
Descontos concedidos	(789)	–	(789)	–
Tarifas bancárias	(365)	(298)	(371)	(301)
Total	**(132.404)**	**(187.066)**	**(132.408)**	**(187.069)**
Resultado financeiro	**(21.208)**	**(147.034)**	**(21.181)**	**(147.037)**

28. IRPJ e CSLL - Corrente:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Descrição - CSLL				
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(21.991)	(132.743)	(21.991)	(132.042)
Adições temporárias	37.013	31.471	37.013	31.471
Adições permanentes	42.424	6.783	42.424	6.783
Exclusões temporária	(33.606)	(11.258)	(33.606)	(11.258)
Exclusões permanente	(105.908)	(113.214)	(105.908)	(113.214)
Base de Cálculo da CSLL	**(82.068)**	**(218.961)**	**(82.068)**	**(218.260)**
(–) Compensação base negativa CSLL	–	–	–	–
Base de Cálculo da CSLL após a compensação	–	–	–	–
Provisão para Contribuição Social	–	–	–	–
Descrição - IRPJ				
Prejuízo antes do IRPJ	(21.991)	(132.743)	(21.991)	(132.042)
Adições temporárias	76.382	31.471	76.382	31.471
Adições permanentes	13.699	30.666	13.699	30.666
Exclusões temporárias	(33.606)	(11.258)	(33.606)	(11.258)
Exclusões permanentes	(105.908)	(113.214)	(105.908)	(113.214)
Prejuízo fiscal	**(71.424)**	**(195.078)**	**(71.424)**	**(194.377)**
(–) Compensação de prejuízos (30%)	–	–	–	–
Lucro real após a compensação dos prejuízos fiscais	**(71.424)**	**(195.078)**	**(71.424)**	**(194.377)**
Total	–	–	–	–

A "Companhia" apresenta um prejuízo fiscal no exercício atual, conforme divulgado na nota 28 das demonstrações financeiras. O estoque de prejuízo fiscal de IRPJ acumulado até 31 dezembro de 2023 é de R$ 273.248 (R$ 201.828 mil em 31 de dezembro de 2022), e de R$ 308.739 de CSLL (R$ 226.670 mil em 31 de dezembro de 2022). A empresa está monitorando o estoque de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e avaliando as estratégias para otimizar sua utilização nos exercícios futuros.

29. Transações com partes relacionadas:

(a) Transações e saldos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber (nota 5)				
Scala Data Centers México S DE RL DE CV	797	1.792	797	1.792
Scala Data Center Colômbia S.A.S.	1.061	7.305	1.061	7.305
Scala Chile Data Centers SPA	1.177	10.216	1.177	10.216
	3.035	**19.313**	**3.035**	**19.313**
Adiantamentos a fornecedores (nota 7)				
Scala Data Center Colômbia S.A.S.	2.263	2.423	2.263	2.423
Scala Data Centers Mexico S DE RL DE CV	977	2.279	977	2.279
Scala Chile Data Centers SPA	1.348	4.810	1.348	4.810
Modular Data Centers Indústria Comércio e Serviços S.A.	165.714	95.332	165.714	95.332
Modular - Risco Sacado (nota 16)	–	57.150	–	57.150
Total	**170.302**	**161.994**	**170.302**	**161.994**
Fornecedores (nota 15)				
Modular Data Centers Ind. Com. Ltda.	8.432	5.572	8.432	5.572
Total	**8.432**	**5.572**	**8.432**	**5.572**

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui o presidente e os vice-presidentes, membros do comitê executivo da Companhia. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	2023	2022
Salários e outros benefícios de curto prazo	30.264	19.484
Encargos sobre salários e outros benéficos	4.176	4.633
	34.440	**24.118**

De acordo com a legislação societária brasileira e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas a aprovação do valor da remuneração anual do pessoal-chave da administração. **30. Contingências:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia era parte em processos judiciais, que segundo a avaliação da administração, com base em seus assessores jurídicos para perdas prováveis, existiria o montante de R$ 1.080 em 2023 (R$ 85 em 2022) relacionado a ações trabalhistas e tributárias. Existem também processos trabalhistas, cíveis e tributários com possibilidade de perda possível, cujo valor estimado é R$ 11.135 (R$ 10.545 em 2022), sendo que os principais processos de perda possível são de natureza cível.

	Controladora		
	Trabalhista	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85	–	85
Adições	1.991	907	2.898
Reversões	(1.903)	–	(1.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**173**	**907**	**1.080**

	Consolidado		
	Trabalhista	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85	–	85
Adições	1.991	907	2.898
Reversões	(1.903)	–	(1.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**173**	**907**	**1.080**

31. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas (valores expressos em milhares de reais):

Tipo de cobertura	Valor
Risco de Engenharia	7.262.714
Riscos nomeados e operacional	542.563
Responsabilidade civil de obras	250.000
Seguro RC Diretores e administradores D&O	60.000
Seguro Garantia	42.457
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética - CyberEdge	40.000
Seguro de responsabilidade civil geral	40.000
Fiança Locatícia	32.293
Seguro de Responsabilidade por Práticas Trabalhistas (EPL)	15.000
Seguro de responsabilidade civil ambiental	10.000
Responsabilidade Civil Profissional (E&O)	10.000
Seguro de riscos de fraude corporativa	5.000

32. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa: a) Passivos de arrendamento: As operações com arrendamentos incluem movimentações que não envolvem caixa e apresentam pagamentos de juros que são apresentados como fluxos de caixa operacionais na demonstração do fluxo de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adição por novos contratos	(61.561)	(95.218)	(61.561)	(95.218)
Saldo em 31 de dezembro	**(61.561)**	**(95.218)**	**(61.561)**	**(95.218)**

33. Eventos Subsequentes: a) Devolução de adiantamento a fornecedores: Entre 02 e 10 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu de seu fornecedor e parte relacionada, Modular Data Centers Industria Comercio e serviços S.A, o montante de R$ 53.552, decorrente de negociação entre as partes para melhor adequação a estratégia de expansão que resultou na devolução de parte dos adiantamentos concedidos até 31 de dezembro de 2023, o valor foi baixado da posição de adiantamentos desse fornecedor, que em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 165.714, e em 31 de janeiro de 2024, de R$ 112.162 (não auditado). **b) Compra de ativo:** Em 31 de janeiro de 2024, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da BRZ Meriti Investimentos Imobiliários Ltda.("BRZ Meriti") sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.128, 4º andar, sala 404, Edifício Park Center, Jardim Paulistano, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.524.204/0001-05 de acordo com o que estabelece o Instrumento Particular de Opção de Compra e Opção de Venda de Quotas ("Opção de Compra e Venda de Quotas"), aditado em 12 de dezembro de 2022. A transação foi formalizada através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças datado de 02 de janeiro de 2024 no valor de R$ 136.500. A BRZ Meriti era até então a proprietária do imóvel localizado na cidade de São João do Meriti, estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Presidente Dutra, nº 4300, Bairro Venda Velha, objeto da matrícula nº 926-A do 1º Ofício de Justiça de São João do Meriti, estado do Rio de Janeiro ("Imóvel"), e o referido imóvel era locado à Scala, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação com Construção Ajustada de Bem Imóvel e Outras Avenças, celebrado em 31 de agosto de 2022 entre a BRZ Meriti, na qualidade de locadora, e a Scala, na qualidade de locatária. A BRZ Meriti foi constituía-se numa SPE destinada exclusivamente para alugar o imóvel para a Companhia, que por sua vez detinha a totalidade do controle e gestão de um de seus data centers nessa localidade, sendo assim esta transação não se caracteriza com combinação de negócios de acordo com o que prescreve o CPC 15 e será tratado pela companhia como compra de ativo.

A Diretoria **Contadora: Luciana Maria de Souza Manolio -** CRC nº 344877/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Scala Data Centers S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Scala Data Centers ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura: (Nota 2.8 e Nota 14):** A Companhia possui registrado o saldo de R$ 1.631.914 mil em seu ativo intangível, referente ao ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo das aquisições da Scala Data Centers S.A. pela DYN DC Data Centers e Participações S.A. e da Nimbus Data Center S.A. pela Scala Data Center S.A. ocorridas em 22 de abril de 2020 e 3 de agosto de 2021, respectivamente. O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, projeções de receitas, margens, investimento para aquisição de ativos, taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável através da metodologia do fluxo de caixa descontado. Consideramos que essa área foi foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como o fato de que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, podem resultar em ajuste material nos resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado pela administração para a definição da unidade geradora de caixa. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvemos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto, da metodologia empregada, bem como a razoabilidade das projeções. Em relação às principais premissas adotadas pela administração, como projeções da receita, margens, investimento para aquisição de ativos, entre outras, avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximavam o valor recuperável ao valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência e capacidade de especialistas da administração envolvidos no cálculo do valor recuperável. Com base em nossos trabalhos de auditoria, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2

ERA DO CLIMA: Economia Verde

Brasil larga atrás, mas pode liderar a corrida pelo hidrogênio verde

Mercado estima que toda a cadeia do combustível poderá movimentar US$ 200 bi no Brasil até 2040

BEATRIZ BULLA
SÃO PAULO
LUCIANA DYNIEWICZ
ENVIADA ESPECIAL
FLORIANÓPOLIS (SC)

No mesmo domingo em que chegou da Europa, o alemão Robert Habeck cruzou o centro de Belo Horizonte rumo a uma região pouco frequentada por turistas estrangeiros. Habeck foi ao lançamento da pedra fundamental do que deve se tornar a primeira fábrica de equipamentos para produzir hidrogênio verde na América Latina. A alemã Neuman & Esser (NEA) gastou R$ 70 milhões para levantar a estrutura que, no prazo de um ano, seria capaz de entregar os geradores de hidrogênio verde para grandes projetos de usinas no Brasil. Mas não foi bem isso que aconteceu.

"Tivemos um pequeno atraso. O cronograma para operar em abril ou maio de 2024 passou para agosto ou setembro. E em novembro faremos a inauguração oficial", afirma Marcelo Veneroso, CEO da Neuman & Esser no Brasil. Parte das licenças ambientais para a expansão da fábrica havia sido concedida, mas a aprovação na prefeitura de Belo Horizonte para a construção demorou a sair. "O solo estava pronto, era só subir as paredes", disse Veneroso, ao **Estadão**, no período em que a empresa aguardava a última etapa burocrática. Agora, garante ele, a obra está a pleno vapor.

Tema da segunda reportagem da série do **Estadão** sobre projetos de transição energética no Brasil, o hidrogênio verde é a grande aposta do mundo para substituir os combustíveis fósseis e reduzir as emissões de carbono do planeta. O mercado é promissor para o Brasil, que pode oferecer um dos hidrogênios mais competitivos do mundo. E a história da Neuman & Esser em Belo Horizonte é uma

Combustível limpo

R$ 70 milhões
é o investimento previsto na fábrica da Neuman & Esser em Belo Horizonte

START

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO AR

Hub multiplataforma amplifica conteúdos de transformação digital que impactam nos negócios e na sociedade

Entrevistas com **grandes especialistas**

Análises e novidades do setor

Apresentado por:

Daniel Gonzales
Jornalista

Acesse e conheça:

Realização:
ESTADÃO
a rádio dos melhores ouvintes ELDORADO FM 107.3

Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO

Patrocínio:
NEC
TecBan

ERA DO CLIMA: Economia Verde

FELIPE RAU /ESTADÃO - 2/10/2023

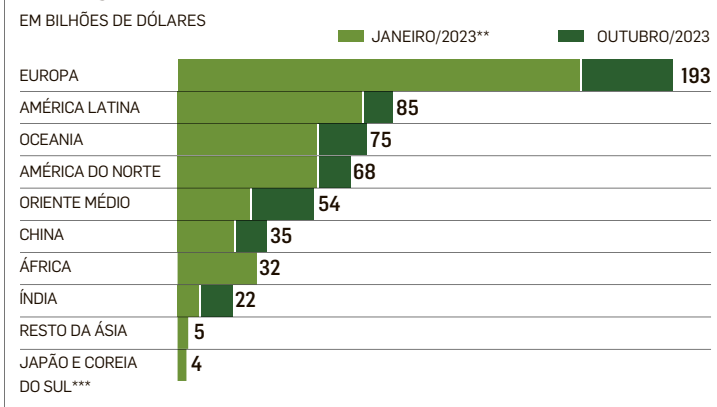
Para Rüther, Brasil reúne condições favoráveis para liderar produção

HIDROGÊNIO

Projetos* de hidrogênio limpo com decisão final de investimento anunciados até outubro de 2023

Por região

EM BILHÕES DE DÓLARES



*ANÚNCIOS DE PROJETOS ABAIXO DE 1 MW EXCLUÍDOS; INCLUI 7 PROJETOS SEM TIPO ESPECIFICADO; **OS VALORES DE JANEIRO DE 2023 FORAM ATUALIZADOS PARA AS ESTIMATIVAS DE INVESTIMENTO MAIS RECENTES PARA MANTER OS VALORES COMPARÁVEIS; ***A REFORMULAÇÃO DOS DADOS DE JANEIRO DE 2023 PARA O JAPÃO E A COREIA DO SUL IMPEDE A COMPARAÇÃO COM OS DADOS DE OUTUBRO DE 2023

FONTE: CONSELHO MUNDIAL DO HIDROGÊNIO E CONSULTORIA MCKINSEY / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

alegoria do que ocorre no País: o potencial é alto, com promessa de empregos e investimentos, interesse estrangeiro, e os projetos ligados ao hidrogênio verde têm tudo para sair do papel. Mas ainda não saíram.

No mundo inteiro, países correm para fazer a produção de hidrogênio verde deslanchar. Na semana passada, a Enap, estatal chilena de óleo e gás, anunciou que a empresa Neuman & Esser será responsável por construir uma planta de hidrogênio verde que deve começar a operar em 2025.

"Se o Brasil está preparado para aproveitar essa oportunidade? Ele está se preparando. Outros países estão numa velocidade muito maior. Só que outros países não têm as características favoráveis que o Brasil tem", afirma o pesquisador e professor da Universidade Federal de Santa Catarina Ricardo Rüther.

PRODUÇÃO. O hidrogênio precisa usar fontes de energia renováveis para ser considerado "verde". É como o Brasil sai na frente. No mundo, fontes renováveis como solar e eólica correspondem a 2,7% da matriz energética. Quando são somadas a fonte hidráulica e a biomassa, essa fatia chega a 15%. No Brasil, com a diversidade de fontes renováveis, opção pelas hidrelétricas e uso de biomassa de cana-de-açúcar, a energia de fontes renováveis já corresponde a 47,4% da matriz.

Enquanto o restante do mundo se baseia em combustíveis fósseis para gerar energia, o Brasil faz uso dos recursos renováveis, e se beneficia, por exemplo, da abundância de rios, variação de altitude e precipitação, para a geração da energia hidráulica. Também conta com condições favoráveis de vento e de incidência solar para explorar o mercado de renováveis.

"O Brasil tem um potencial enorme por já ter uma parcela bastante alta de energia renovável. O País tem condições bastante competitivas para gerar energia limpa", diz Peter Terwiesch, executivo da ABB, multinacional suíça que fornece tecnologia de eletrificação que pode ser usada na produção de hidrogênio verde.

A McKinsey estima que toda a cadeia de valor do hidrogênio verde, da geração à exportação, pode movimentar US$ 200 bilhões (por volta de R$ 1 trilhão) no Brasil até 2040.

O Nordeste se destaca ainda mais pela localização, que facilita a exportação do produto para a Europa e por ter uma matriz energética mais limpa do que a média brasileira. Até agora, Estados da região têm concentrado os anúncios de projetos de usinas de hidrogênio, com o Ceará em primeiro lugar. O porto de Pecém se prepara para ser o principal polo do combustível no Brasil. Há cinco pré-contratos para construção de usinas de hidrogênio verde anunciados, que somam US$ 8 bilhões (R$ 40 bilhões) de investimento.

> ***"Outros países estão numa velocidade muito maior. Só que outros países não têm as características favoráveis que o Brasil tem"***
> **Ricardo Rüther**
> **Universidade Federal de SC**

As empresas que já assinaram esses acordos são: AES, Casa dos Ventos, Fortescue, Cactus Energia e uma quinta, cujo nome é mantido em sigilo. No pré-contrato, o investidor já reserva a área desejada dentro da Zona de Processamento e Exportação (ZPE) do Complexo de Pecém, e começa a pagar pelo aluguel da área.

Há ainda 36 memorandos de entendimento firmados em Pecém. Nesse caso, a empresa firma um acordo com o Complexo do Pecém para a realização dos estudos preliminares de viabilidade do projeto.

PROCURA. A oportunidade atraiu interesse estrangeiro. De olho no potencial do hidrogênio verde, o Porto de Roterdã, o maior da Europa, fez uma parceria com o de Pecém e investiu € 75 milhões (R$ 407 milhões) no complexo industrial.

Suape, em Pernambuco, e Açu, no Rio, também trabalham para atrair recursos aos seus "hubs" de hidrogênio verde. Nos três portos, porém, não há nem sequer uma obra para instalação das usinas em andamento.

Em Suape, são 16 os memorandos de entendimento para projetos de hidrogênio. Embora os memorandos sejam apenas um sinal da intenção da empresa em se instalar no local, há otimismo de que parte dos projetos se concretize. Em Açu, há apenas acordo para estudos de viabilidade fechados com a espanhola Neoenergia, a chinesa SPIC e as brasileiras Comerc e Casa dos Ventos.

Apesar de a tecnologia para obter o hidrogênio verde, a eletrólise, ter 200 anos, ela vem ganhando a atenção de empresas e investidores recentemente devido ao potencial de gerar energia sem emissões. O contexto geopolítico mundial, com a guerra entre Rússia e Ucrânia, também fez o mundo prestar mais atenção à fonte alternativa de energia.

No processo de eletrólise da água, o hidrogênio é separado do oxigênio por meio de corrente elétrica. Depois, ele pode ser armazenado na forma de gás em botijões ou transformado em amônia para ser transportado. Ao chegar ao local de uso, precisa ser reconvertido em hidrogênio. Há outros tipos de hidrogênio, como azul, cinza e marrom, classificados assim a depender da fonte de energia.

Atualmente, a demanda anual por hidrogênio cinza (produzido a partir de combustíveis fósseis, como o gás natural) é de 96 milhões de toneladas por ano. Esse produto é usado, principalmente, em fertilizantes e na indústria de aço, e poderá ser substituído pelo verde.

A maior demanda no futuro, entretanto, deve vir de setores em que hoje o hidrogênio não é explorado, como no transporte e em outros processos industriais. Há, por exemplo, estudos para utilizá-lo como combustível de avião, navio e caminhões. "Com certeza, a demanda será muito maior do que a que se tem hoje pelo hidrogênio cinza", diz o diretor de estratégia e novos negócios da consultoria Thymos, especializada em energia, Jovanio Santos. ●

Informe Publicitário

COLUNA SECOVI SP A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Jornalista Responsável: Silvia Carneiro - MTb 19.466 Ano 41 Nº 2175 - 10 de abril de 2024 secovi.com.br

Censo evidencia importância do Marco Legal do Saneamento

Acesso a coleta de esgoto melhorou, mas país ainda está longe da necessária universalização

O último Censo Demográfico do IBGE trouxe uma boa notícia em 2022: 62,5% dos brasileiros moravam em domicílios conectados à rede de coleta de esgoto. Em 2010 esse índice era de 52,8%.

Apesar dessa expansão, 24,3% da população ainda utiliza métodos precários de esgotamento sanitário. Cerca de 1,2 milhão de brasileiros viviam sem banheiro ou sequer um sanitário.

Os dados vêm salientar a importância do Novo Marco Legal do Saneamento Básico, cujo projeto, felizmente transformado em lei em julho de 2020, foi prontamente apoiado pelo Secovi-SP. Afinal, trata-se do único caminho factível de universalizar o acesso a serviços essenciais para a qualidade de vida e, especialmente, para a saúde pública, haja vista o grande número de doenças hídricas, isso sem falar nos impactos econômicos em razão da perda de produtividade laboral.

Por meio de capital privado, e com segurança jurídica, o Novo Marco Legal – uma conquista da sociedade – estipula que a universalização seja alcançada até 2033, permitindo que 99% da população tenha água potável e 90% conte com coleta e tratamento de esgoto.

Em menos de dois anos, mais de R$ 72 bilhões em investimentos foram garantidos com nove leilões de concessão realizados sob as regras da nova legislação

Para o Secovi-SP, em face das desafiadoras discrepâncias regionais e das grandes diferenças no acesso aos serviços por famílias de menor renda, estamos diante de possibilidade concreta de reduzir desigualdades, promover a inclusão e fazer justiça social.

LEIA MAIS

Indústria Diversificação

Votorantim Cimentos reativa fábrica no Paraná

Com investimento de R$ 145 milhões, unidade em Itaperuçu vai produzir insumos agrícolas e processar resíduos

IVO RIBEIRO

Nas instalações de uma antiga fábrica de cimento, sem atividade há mais de uma década, em Itaperuçu, na região metropolitana de Curitiba (PR), a Votorantim Cimentos (VC) iniciou ontem a produção de insumos agrícolas usados na correção e nutrição de solos e começou a processar resíduos sólidos urbanos, incluindo industriais, gerados na região. São duas operações diferentes no mesmo local, e os dois produtos são parte da divisão de novos negócios da companhia. A VC, como é conhecida, passou a investir alto em operações adjacentes ao seu principal negócio, que é cimento e concreto, desde 2019.

"Almejamos, até 2030, aumentar a representatividade de novos negócios em nosso portfólio", disse ao **Estadão** o presidente global da empresa, Osvaldo Ayres. A meta, informa o executivo, é quase dobrar a fatia atual de novos negócios na receita da empresa no Brasil até o fim da década, ante os 15% atuais. "Somando operações no País e no exterior, o objetivo é ter 25%."

No ano passado, a VC gerou receita líquida consolidada de R$ 26,7 bilhões, quase metade do valor total do grupo, com destaque para a venda de 37 milhões de toneladas de cimento. Líder do mercado brasileiro de cimento, e entre as dez maiores do mundo, a VC criou inicialmente a Verdera, cinco anos atrás, para ser a supridora de resíduos processados que vão compor a carga de material energético dos fornos de cimento. A Viter Agro, por sua vez, surgiu no ano seguinte, dedicada a desenvolver insumos agrícolas mais sofisticados (não somente o calcário). As duas atividades ganharam corpo dentro da companhia.

Atualmente, a divisão de novos negócios da cimenteira do grupo Votorantim abrange a produção de argamassas, rejuntes, impermeabilizantes, cal, agregados (areia e brita) e a empresa de logística digital Motz, além da Viter e da Verdera, que se tornou um negócio especializado em fazer a gestão e destinação sustentável de resíduos sólidos.

Mão no bolso
Investimento em Itaperuçu se insere no pacote de R$ 5 bi anunciado em janeiro pela empresa

O investimento é de R$ 145 milhões para revitalizar a antiga fábrica de Itaperuçu, onde está a maior unidade de cimento da VC. Com instalações adaptadas e equipamentos com tecnologia importada, vai produzir 600 mil toneladas de insumos agrícolas e processar 48 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. A empresa informa que é a primeira unidade no Brasil dedicada exclusivamente às operações da Viter e da Verdera.

O executivo destaca que essa expansão se insere no programa de investimento de R$ 5 bilhões anunciado em janeiro pela companhia, de crescimento e competitividade estrutural das suas operações no Brasil. Desse valor, R$ 800 milhões serão aplicados em seus negócios no Estado do Paraná.

DESCARBONIZAÇÃO. Com esse pacote de investimentos, destaca o executivo, a VC passa a ter um portfólio de atividades mais resiliente. Isso, na sua visão, reduz a volatilidade dos negócios, localmente e no exterior. No foco, estão maior competitividade das operações, com redução de custos, e a descarbonização da empresa. O setor cimenteiro é o maior emissor mundial de carbono na área industrial, com 8% a 9% do total gerado.

O coprocessamento de combustíveis alternativos, substituindo coque de petróleo e carvão mineral nos fornos de cimento da VC, vem desde 1991. A Verdera foi montada em 2019 para garantir, como um negócio dedicado, o suprimento de resíduos diversos. Hoje, são usados desde pneus que não servem mais para uso, casca de arroz, biomassa da madeira até resíduos sólidos urbanos e caroço de açaí.

"A VC encerrou 2023 com uso de 31% de material alternativo aos combustíveis fósseis, quase 5 pontos porcentuais acima de 2022. Nossa meta é atingir 53% no fim da década", diz o presidente global da companhia. Ele destaca que isso gera dois tipos de ganhos. Primeiro, a empresa passa a emitir menos CO_2 na natureza a partir das operações de suas fábricas de cimento.

Por outro lado, consegue reduzir custos de insumos, uma vez que o coque e o carvão são insumos importados e com valor dolarizado, e sujeitos à volatilidade dos preços do petróleo e das commodities minerais. A emissão média global da empresa em 2023 foi de 556 quilos de CO_2 equivalentes por tonelada de cimento fabricada – menos 4% sobre o resultado do ano anterior. ●

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

OPORTUNIDADES

COMUNICADOS

COMUNICADO
A empresa MABASA Participações e Administração Ltda, inscrita no CNPJ 15.166.937/0001-09 e NIRE 35216339927 comunica, a quem possa interessar, o extravio das duas (2) vias originais do Instrumento de Alteração e Consolidação de Contrato Social protocolada na JUCESP sob número 382.807/07-8 em sessão de 15/10/2007.

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

COMUNICADOS

EXTRAVIO DE DOCUMENTO FISCAL
Empresa ENERG GERADORES SERVICOS E ENGENHARIA LTDA, CNPJ 06.696.624/0001-71 Inscrição Estadual SP 635.766.690.115 , localizada à Rua Waldemar Martins Ferreira, 99, CEP 09891-010 , Jordanópolis, São Bernardo do Campo/SP, telefone (11)4053-2860, email: mkt@energgeradores.com.br, vem anunciar, em atendimento ao previsto no § 2°, 2, do Artigo 1° da Portaria CAT 17/2006 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, o extravio/perda do Livro modelo 6(Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências) número de ordem 1 que se encontrava parcialmente preenchido.

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO - LIVRO USADO
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

RELAX / ACOMPANHANTES

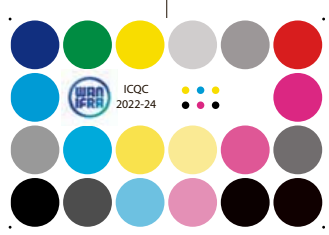
ESPAÇO MORUMBI NOVA DIREÇÃO !!!
Um ambiente diferenciado para seu entretenimento. As mais Lindas massagistas!!! R: Chafic Maluf 101
☎(11)98242-6000

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE
LIGUE (11) 3855 2001

EMPREGOS

COZINHEIRA ESCOLAR - PCD
Empresas do Grupo Angá (ANGÁ, G&T, Pack Food e COELFER) admitem. Vaga exclusiva p/ pessoas com deficiência.Enviar Currículo: trabalheconosco@grupoanga.com.br ou (11)98867-8275

PCD - VAGAS
PARA RESTAURANTE INDUSTRIAL
Empresa ALERE Alimentação admite. Vagas exclusivas p/ pessoas com deficiência. Enviar Currículo: talentos@alerealimentacao.com.br ou ☎(11)98867-8275



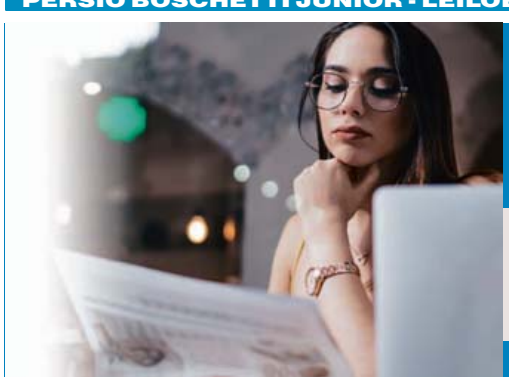
deseulance.com
LEILÕES ON-LINE E PRESENCIAIS • CADASTRE-SE!
Participação via internet c/ transmissão de áudio e vídeo em tempo real - Local dos Leilões: R. Uruana, 139 • São Paulo/SP - Visitação e Relação c/ fotos: www.deseulance.com Informações: (11) 5575 9555 - VENHA TRABALHAR CONOSCO NA CAPTAÇÃO DE NOVOS CLIENTES! (rh@deseulance.com)
02 ESCAVADEIRAS LIEBHERR • 02 CAMINHÕES • VEÍCULOS LEVES • GERADORES DE ENERGIA • 02 EMPILHADEIRAS A GÁS • PALETEIRAS ELÉTRICAS • 20T DE ARAME • 3,5T TUBOS AÇO • COMPRESSORES • MÁQS. SOLDA • EQPTOS. INOX • DIVERSOS.

tecnogera E OUTROS COMITENTES
DATA: 19/04/2024
6ª FEIRA - 11:00H
05 Geradores de Energia 500 a 1.563 KVA • 02 Empilhadeiras a Gás 2,5 T • 03 Paleteiras Elétricas 1,2 T • Caminhonete KIA, UK2500 • 20.000 KG Arame • 3.500 KG Tubos de Aço • Chiller Airservice 60TR • 02 Compressores de Ar • Tesoura de Corte c/Sist. Hidr. • 12 Carrinhos Tipo Plataforma • Trocador de Calor Termojet • 04 Cabines Metálicas de Seccionamento • Aprox. 150 Quadros Gerais • 18 Motobombas (Centrífuga/ Alta Pressão) • Equiptos. em Inox • Cofres de Aço • 02 Unidades Hidráulicas • 02 Fornos Mufla • Diversos.

Votorantim
DATA: 24/04/2024
4ª FEIRA - 11:00H
Sucatas a Gerar (6.000T Tijolos Refratários • 550T Plástica) • Caminhão Ford Cargo 2628E • Guindaste Sobre Rodas Bucyrus • 02 Escavadeiras Hidr. Liebherr R 944C / 964 • 02 VW Saveiro • Rolamentos • 21 Cilindros Gás p/Empilhadeiras • Suc. Caminhão Fora de Estrada Randon • Suc. Caminhão Volvo • 7.000T Rejeito de Moinha • 70T Colagem Refratários • 60 T Filtro Manga • 500 T. Suc. Colagem de Forno • 16 Contêineres Plásticos • 34 T Borrachas • Diversos.

PERSIO BOSCHETTI JÚNIOR - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 678

Pensou em anunciar, pensou Estadão
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE
SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO.



Pensou em anunciar, pensou Estadão
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE
SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO.

CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JR., CRISTIANE BARBIERI, ALEXANDRE ROCHA, MATHEUS PIOVESANA, WILIAN MIRON
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Dona da Aegea, Equipav prepara nova via de captações para saneamento

A Equipav está buscando acesso ao mercado de capitais para seus negócios de saneamento, que têm a Aegea como maior investimento. O grupo de infraestrutura espera obter até o final do ano registro de companhia aberta na categoria B - envolvendo somente emissão de títulos de dívida - para a Equipav Saneamento, que controla a Aegea, com 70,72%. São também acionistas da investida o fundo soberano de Cingapura GIC (19,08%) e a Itaúsa (10,20%). A ideia é apresentar a Equipav Saneamento a fundos e investidores institucionais para captar e dar liquidez ao braço de saneamento. "A Aegea passa por novo ciclo de crescimento e é natural que estejamos preparados para apoiar as agendas da companhia", disse o diretor-financeiro da Equipav, Danilo Garcez.

Captação privada levantou R$ 1 bilhão

A Equipav Saneamento fez uma captação privada de R$ 1 bilhão em debêntures de 10 anos junto ao BTG Pactual no mês passado, alongando uma dívida de R$ 700 milhões tomada para aportar recursos na Aegea, no processo do leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae) do Rio de Janeiro, em 2021.

Leilão da Sabesp está no radar

À Coluna, o CEO da Aegea, Radames Casseb, disse que a companhia avalia participar como âncora do leilão de privatização da Sabesp e, eventualmente, buscar novos investidores estratégicos. Garcez afirmou que as estratégias da Aegea são tomadas pela própria empresa e discutidas com todos os sócios.

● **PRONTOS.** Garcez disse ainda que cabe à Equipav apenas se preparar para apoiar a companhia como empreendedor. "Aumentamos nossa liquidez e posição de caixa para continuarmos tendo acesso ao mercado e para estarmos aptos a apoiarmos, caso necessário, projetos da Aegea", disse, em referência à captação privada.

● **QUEM É.** A Equipav tem mais de 60 anos e passou por uma reestruturação societária, concluída em 2010, que resultou na venda de vários negócios e a permanência de duas famílias em uma holding, que vem sendo reconstruída a partir de investimentos em saneamento, rodovias e infraestrutura hidroagrícola. Os primeiros passos em saneamento foram dados em 2010, quando a Equipav arrematou a Prolagos, uma concessão de cinco municípios no Rio de Janeiro, e a Águas de Guariroba, em Campo Grande (MS). Ambas foram incorporadas pela Aegea, criada em 2014. Em 2022, o grupo retomou o negócio de concessões em rodovias.

EMISSÃO DE DÍVIDA

AEGEA

Controladora da Aegea (foto), a Equipav Saneamento está no processo de registro como companhia aberta na categoria B

● **AVALIAÇÃO...** Como todo o mercado, o Morgan Stanley encerrou 2023 assumindo que a meta fiscal seria revisada logo no início deste ano. "O que o Haddad habilmente tem feito é postergar essa discussão, o que por si só já é positivo", diz Alessandro Zema, presidente do Morgan Stanley no Brasil e co-responsável pela divisão de banco de investimento para a América Latina.

● **...POSITIVA.** Segundo ele, quanto mais essa discussão de revisão da meta é prorrogada, "isto quer dizer que os esforços do governo em equilibrar as contas têm tido algum resultado e ajudam a dar visibilidade sobre a previsibilidade e sustentabilidade da dívida", afirma.

● **APOSTA.** A empresa americana de pagamentos Fiserv calcula que 7% do volume de transações feitas via pix no Brasil passe por suas plataformas. De olho no potencial desse meio de pagamento, a companhia decidiu incrementar os produtos que oferece para empresas, com a inclusão de ferramentas de gestão unificada de recebimentos e dispositivos antifraude, por exemplo.

● **MAQUININHAS.** A Fiserv tem forte atuação junto a outras empresas, inclusive no mercado de maquininhas. O acordo mais conhecido é com a Caixa Econômica Federal: é a Fiserv que opera a infraestrutura da Azulzinha, a maquininha da Caixa, através de contrato firmado em 2021 e que tem validade por 20 anos.

● **REFORÇO.** A RB Investimentos concluiu uma captação de R$60 milhões para a empresa UltraCheese, por meio de um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI). A companhia é controlada pela gestora de "private equity" Aqua Capital e dona das marcas Cruzília, Búfalo Dourado, Lac Lélo e Itacolomy. O CRI tem prazo de cinco anos e retorno de CDI somado a uma taxa de 5,50% ao ano.

● **INVESTIMENTO.** A fabricante de queijos tem unidades industriais em Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Os recursos serão utilizados na ampliação das instalações, melhorias em infraestrutura e tecnologia. A empresa teve receita bruta acima de R$ 1 bilhão em 2023, aumento de 20,3% ante 2022.

SOBE

Ação da JBS sobe 3,99% com fatores micro e macro

FELIPE RAU/ESTADÃO - 18/5/2017

As ações da JBS tiveram uma das maiores altas do Ibovespa nesta terça-feira. O papel subiu 3,99% em meio à queda do preço do milho e da alta do volume de exportações para a China de proteína animal. Além disso, a equipe de analistas do Citi projetou, com base nos dados de março, que a maior margem nos preços da avicultura no Brasil e nos Estados Unidos deve favorecer BRF e Seara, marcas da JBS.

DESCE

Financiamento de geração de energia solar cai 48%

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO - 13/11/2020

O volume de financiamentos para sistemas de geração de energia solar fotovoltaica teve uma queda de 48% em 2023, para R$ 18,3 bilhões, aponta levantamento da consultoria Clean Energy Latin America. Em 2022, o volume total financiado totalizou R$ 35,1 bilhões. A redução ocorreu, principalmente, por uma diminuição de 61% no crédito para sistemas de geração própria em telhados, a chamada geração distribuída (GD).

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 129.890,37 PTS. | Dia 0,80% | Mês 1,39% | Ano -3,20%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
VAMOS ON NM	8,65	5,23	12.542
ASSAI ON NM	14,66	3,82	23.413
JBS ON NM	22,33	3,62	22.866

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

CVC BRASIL ON NM	2,60	-2,62	18.139
SID NACIONALON	15,09	-1,63	12.736
MRV ON NM	7,39	-1,47	18.124

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

6/4 a 6/5	0,0227	0,6829	0,5228	0,5000
7/4 a 7/5	0,0486	0,7189	0,5488	0,5000
8/4 a 8/5	0,0843	0,7549	0,5847	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	38.883,67	-0,02	-2,32	3,17
FRANKFURT - DAX	18.076,69	-1,32	-2,25	7,91
LONDRES - FTSE	7.934,79	-0,11	-0,22	2,61
TÓQUIO - NIKKEI	39.773,13	1,08	-1,48	18,85

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,77	3.203,42
	15/5/2035	5,89	2.263,50
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	5,87	4.411,51
PREFIXADO	1º/1/2027	10,32	765,39
	1º/1/2031	11,20	491,51
SELIC	1º/3/2027	0,10	14.647,02

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,81	-	1,38	3,86
IGP-M (FGV)	-0,52	-0,47	0,91	-4,26
IGP-DI (FGV)	-0,41	-0,30	-0,97	-4,00
IPC (FIPE)	0,46	0,26	1,18	2,87
IPCA (IBGE)	0,83	-	1,25	4,50
CUB (Sinduscon)	0,11	0,10	0,21	2,62
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	0,51	1,12	4,77

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	-1,0426	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	1,0287	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/5. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,57	-0,19	-0,84	-9,27
CDI	10,65	0,00	0,00	-8,58

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/24	21,49	224.380	21,38	21,71	-0,46
CAFÉ NY*	JUL/24	211,85	102.692	208,05	212,80	1,15
SOJA CBOT**	MAI/24	11,75	287.416	11,72	11,842	-0,59
MILHO CBOT**	JUL/24	4,43	445.981	4,41	4,475	-1,12

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	121,08	-0,30	-17,91
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	229,00	3,10	-22,62
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	60,14	-0,48	-27,19
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1147,66	-3,09	9,83

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,0076	-0,47	-0,16	3,18
DÓLAR TURISMO	5,2150	-0,42	-0,04	3,17
EURO	5,4360	-0,48	0,46	1,23
OURO	343,000	1,81	0,00	20,77
WTI US$/BARRIL	84,8500	-1,35	2,36	19,02
IBRENTUS$/BARRIL	89,1400	-1,04	2,65	15,71

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0858	1,2679	0,1996
EURO	0,921	1,0000	1,1677	0,1839
FRANCO SUÍÇO	0,903	0,9809	1,1454	0,1804
LIBRA ESTERLINA	0,789	0,8564	1,0000	0,1575
IENE	151,757	164,7660	192,4090	30,3010

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Camila Farani contato@camilafarani.com.br

Sucesso de um não é o fracasso do outro

Esta é uma reflexão sobre a arte da negociação. Imagine a seguinte cena: equipes debatendo cargas de trabalho, cuja justiça na distribuição de tarefas se torna um campo minado de interesses pessoais e capacidades anunciadas, ou grupos de amigos planejando férias, um verdadeiro exercício de diplomacia onde o orçamento é rei e cada decisão é um tratado. A vida é, de fato, uma série contínua de negociações, grandes e pequenas, visíveis e invisíveis. E, ao mesmo tempo, se sabe que 80% da nossa vida é negociação. Se não dominarmos essas técnicas, passaremos a maior parte da vida sendo manipulados. E agora?

Em cada ocasião que me encontro à mesa, seja fechando vendas ou discutindo estratégias com minha equipe, faço questão de mencionar o que considero a "bíblia" da negociação: *Como Chegar ao Sim*, dos autores Roger Fisher, Bruce Patton e William Ury. Esse manual descreve meticulosamente o caminho para alcançar acordos benéficos, ancorado na abordagem da Universidade Harvard. A essência dessa metodologia é a ideia de que as negociações devem ser fundamentadas em princípios sólidos, com os negociadores empenhados em encontrar soluções objetivas e mutuamente vantajosas, pondo fim ao mito de que o sucesso de um implica necessariamente prejuízo do outro e à falsa noção de que todo processo de negociação desemboca em conflito. A filosofia de Harvard redefine a negociação como a ciência moderna de conciliar interesses com base nos seguintes pilares:

> ***Sem técnicas de negociação, vamos passar a maior parte da vida sendo manipulados***

Pessoas: separar as pessoas do problema em questão para enxergar a situação com empatia e entender as emoções da outra parte;

Interesses: o resultado que se quer atingir é o interesse. Além disso, para cada interesse existem algumas posições, que são as tomadas de decisão em favor do interesse;

Opções: um dos maiores problemas que causam impasses nas negociações é a falta de opções. Busque soluções criativas e faça sugestões vantajosas para ambas as partes envolvidas;

Critérios: quando uma das pessoas envolvidas sente que vai sair perdendo na negociação, ela se fecha e não aceita o acordo. Utilize critérios claros, objetivos e imparciais.

Resumo da ópera: precisamos encarar a negociação como aliada cotidiana para dissolver conflitos e alcançar objetivos em comum, em qualquer cenário da vida. Aperfeiçoar essa habilidade não só propicia melhores resultados, mas também fortifica relações valiosas e construtivas, seja profissionalmente, em família ou no seu círculo social. ●

INVESTIDORA-ANJO E PRESIDENTE DA BOUTIQUE DE INVESTIMENTOS G2 CAPITAL

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Tecnologia **Próximo passo**

Empresas de tecnologia apostam na 'superinteligência' artificial

Conceito, que ainda não é consenso entre cientistas, define a máquina com poder de aprendizado superior ao dos humanos

NOVA YORK

Há uma corrida em andamento para desenvolver a inteligência geral artificial (AGI, na sigla em inglês), uma visão futurista de máquinas que são tão inteligentes quanto os humanos ou que, pelo menos, podem fazer muitas coisas tão bem quanto as pessoas.

Alcançar esse conceito é a missão principal da OpenAI, criadora do ChatGPT, e uma prioridade para as alas de pesquisa de elite das gigantes da tecnologia Amazon, Google, Meta e Microsoft.

Também é motivo de preocupação para os governos mundiais. Os principais cientistas de IA publicaram uma pesquisa na quinta-feira passada na revista *Science* em que alertam que agentes de IA não controlados com habilidades de "planejamento de longo prazo" podem representar um risco existencial para a humanidade.

Mas o que exatamente é AGI e como saberemos quando ela for alcançada? Antes à margem da ciência da computação, agora é uma palavra da moda que está sendo constantemente redefinida por aqueles que tentam torná-la realidade.

Ela não deve ser confundida com a IA generativa, que descreve os sistemas de IA por trás de ferramentas que "geram" novos documentos, imagens e sons.

A inteligência geral artificial é uma ideia mais nebulosa. Não é um termo técnico, mas "um conceito sério, embora mal definido", disse Geoffrey Hinton, cientista pioneiro na área que foi apelidado de "padrinho da IA".

"Não creio que haja consenso sobre o significado do termo", disse Hinton. "Eu o uso para designar uma IA que seja pelo menos tão boa quanto os humanos em quase todas as coisas cognitivas que os humanos fazem."

> ***"Não queremos criar ferramentas. Queremos construir uma máquina pensante"***
> **Pei Wang**
> **Professor de AGI na Temple University**

Hinton prefere um termo diferente – "superinteligência" – "para AGIs que são melhores que os humanos".

Um pequeno grupo de defensores iniciais do termo AGI estava tentando evocar a forma como os cientistas da computação de meados do século 20 imaginavam uma máquina inteligente. Isso foi antes de a pesquisa de IA se ramificar em subcampos que avançaram em versões especializadas e comercialmente viáveis da tecnologia – desde o reconhecimento facial até assistentes que reconhecem a fala, como Siri e Alexa.

NOAH BERGER / AP

Para Hinton, se trata de 'um conceito sério, embora mal definido'

A pesquisa convencional de IA "se afastou da visão original da inteligência artificial, que no início era bastante ambiciosa", disse Pei Wang, professor que ministra um curso de AGI na Temple University e ajudou a organizar a primeira conferência de AGI em 2008.

O 'G' DA QUESTÃO. Colocar o "G" em AGI foi um sinal para aqueles que "ainda querem fazer algo grandioso". "Não queremos criar ferramentas. Queremos construir uma máquina pensante", disse Wang.

Sem uma definição clara, é difícil saber quando uma empresa ou grupo de pesquisadores terá alcançado a inteligência geral artificial – ou se já a alcançou.

"Vinte anos atrás, acho que as pessoas teriam concordado que sistemas com a capacidade do GPT-4 ou do Gemini (*do Google*) haviam alcançado uma inteligência geral comparável à dos seres humanos", disse Hinton. "Ser capaz de responder a mais ou menos qualquer pergunta de forma sensata teria passado no teste. Mas agora que a IA pode fazer isso, as pessoas querem mudar o teste."

Os aprimoramentos nas técnicas de IA "autorregressiva" que preveem a próxima palavra mais plausível em uma sequência, combinados com um enorme poder de computação para treinar esses sistemas com uma grande quantidade de dados, resultaram em chatbots impressionantes, mas eles ainda não são exatamente a AGI que muitas pessoas tinham em mente, capazes de realizar uma ampla variedade de tarefas, incluindo raciocínio, planejamento e a capacidade de aprender com as experiências.

Alguns pesquisadores gostariam de chegar a um consenso sobre como medir isso. Esse é um dos tópicos de um workshop de AGI a ser realizado no mês que vem em Viena, Áustria. "Isso realmente precisa do esforço e da atenção da comunidade para que possamos concordar mutuamente com algum tipo de classificação da AGI", disse o organizador do workshop, Jiaxuan You, professor-assistente da Universidade de Illinois Urbana-Champaign. Uma ideia é segmentá-la em níveis, da mesma forma que os fabricantes de automóveis tentam avaliar o caminho entre o controle de cruzeiro e os veículos totalmente autônomos.

Outros planejam descobrir isso por conta própria. A OpenAI deu ao seu conselho de administração a responsabilidade de decidir quando seus sistemas de IA atingirão o ponto em que "superam os humanos no trabalho de maior valor econômico". "O conselho determina quando atingimos a AGI", diz a explicação da própria OpenAI sobre sua estrutura de governança. ● AP

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

C6 E C7 **A fundo**

País tem 918 vias e cidades batizadas com nomes de presidentes militares

Cinema *Estreia*

‘A Paixão Segundo G.H.’ ganha leitura contemporânea, 60 anos depois

Diretor Luiz Fernando Carvalho e atriz Maria Fernanda Candido adaptam o livro de Clarice Lispector, mostrando aspectos sociais que vão além do intimismo da narrativa

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A Paixão Segundo G.H., de Clarice Lispector, sempre foi considerado um livro “infilmável”. Não para o diretor Luiz Fernando Carvalho e para a atriz Maria Fernanda Candido. Os dois lançam o filme baseado no romance nesta quinta-feira, 11, nos cinemas brasileiros.

“Não tive hesitação, mas consciência do tamanho do desafio”, diz a atriz em entrevista ao **Estadão**. “Eu admiro demais a coragem do Luiz Fernando, porque não trabalhamos com conforto, e isso é de grande fidelidade ao livro. *A Paixão Segundo G.H.* é isso.”

> ***“G.H. é absolutamente inserida no sistema. Ela mora no topo da estrutura, mas vai desmoronar. Ela vai mostrar para a gente o que são essas máscaras, as terceiras pernas, que nos dão segurança, conforto, mas que também nos impedem de andar. Você fica em um tripé estável, porém imóvel”***
> **Maria Fernanda Candido**
> **Atriz**

O trabalho de preparação para as filmagens foi longo, com palestras, trabalho de corpo e voz. Não havia roteiro e nem a atriz nem a equipe sabiam o que seria feito em determinado dia. Mas o texto de Clarice Lispector está na tela.

Faz 60 anos que G.H., moradora de uma cobertura de frente para o mar no Rio de Janeiro, se deparou com uma barata, no quarto da empregada que despedira na noite anterior. Aquela barata e o desenho da protagonista feito com carvão por Janair, a funcionária, sempre foram uma batalha de G.H. consigo mesma.

“Ela é absolutamente inserida no sistema”, diz Maria Fernanda. “Mora no topo da estrutura, mas vai desmoronar. Ela vai mostrar para a gente o que são essas máscaras. São as terceiras pernas, que nos dão segurança, conforto, mas que também nos impedem de andar. Você fica em um tripé estável, porém imóvel.”

PLANOS. Na época do lançamento, em 1964, *A Paixão Segundo G.H.* foi lido como um livro intimista. Luiz Fernando Carvalho trouxe a obra para 2024, ressaltando aspectos que ficaram em segundo plano então, como a diferença de classes sociais, o racismo, o espaço da mulher na sociedade.

“Para mim, Janair (interpretada por Samira Nancassa) é o elemento detonador dessa revolução da personagem G.H., de sua desconstrução, que é a alteridade, não é um espelho”, diz o diretor de *Lavoura Arcaica* e de trabalhos para a televisão como a versão original de *Renascer* e *Hoje É Dia de Maria*.

“G.H. se defronta com outra cosmogonia, outro ritual, outros elementos estéticos. Não é uma pintura a óleo, é a carvão. Tem toda uma ancestralidade naquele ebó que Janair deixou para a patroa: ‘Agora você vai se encontrar consigo mesma, não é a mulher linda, de elite’”, diz o diretor.

De certa forma, fazer o filme também levou Luiz Fernando Carvalho a confrontar-se consigo mesmo. “Estou tentando ir além dos meus limites. Já falam por aí que eu consegui filmar *G.H.* porque usei meu lado feminino. E é pouco. Na verdade, eu sinto como se tivesse ido além do homem, porque a cultura masculina impõe um limite muito forte. Então, se você não for além, se você não tiver um mínimo de reflexão sobre esses limites, essas fronteiras, essas leis, esses códigos, você não entra em um texto como esse.”

Para comemorar seus 60 anos, a editora Rocco acaba de lançar uma versão em capa dura da obra, além de *Diário de um Filme*, da corroteirista Melina Dalboni, que relata o processo de preparação e filmagem de *A Paixão Segundo G.H.* ●

LEIA ENTREVISTA COM O DIRETOR LUIZ FERNANDO CARVALHO NA PÁGINA C3

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Atriz não hesitou em aceitar convite, mas sabia tamanho do desafio

Quatro perguntas para...

Maria Fernanda Candido
Atriz

De que forma o filme é contemporâneo?
Ele poderia ter sido escrito ontem. Esse livro foi rotulado de intimista. Talvez em 1964 nós não tivéssemos a capacidade para fazer uma leitura social. Devemos jogar luz sobre esses aspectos.

Você pensa em trabalhar com mais mulheres?
Sim. Quando a gente se une a outras mulheres, tem uma narrativa ali do ponto de vista feminino. Mas no trabalho com os homens o exercício acaba acontecendo da mesma maneira, porque a riqueza também se encontra nessa fricção de pontos de vista.

Como tenta contribuir para que a sociedade caminhe adiante?
Eu tento pensar nas escolhas dos meus projetos. E sou mãe de dois filhos. Também na vida cotidiana podemos semear uma outra lógica, uma outra dinâmica de relação entre as pessoas, uma outra possibilidade de conexão que seria muito mais baseada no somatório de forças, em uma parceria em que a gente pudesse empregar mais o “e” e não tanto o “ou”. Ou eu ou você. Não. Eu e você.

Muitos acham que abrir espaço é perder espaço, não é?
Essa lógica está na base da nossa cultura e do próprio capitalismo. E isso não é real. Porque somos iguais. Melhor em que sentido? Em relação a quê? Quem definiu o melhor? Quem definiu que uma cultura é proprietária da cultura hegemônica, que esta representa a civilização, e a outra é selvagem? ●

Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Artes Plásticas

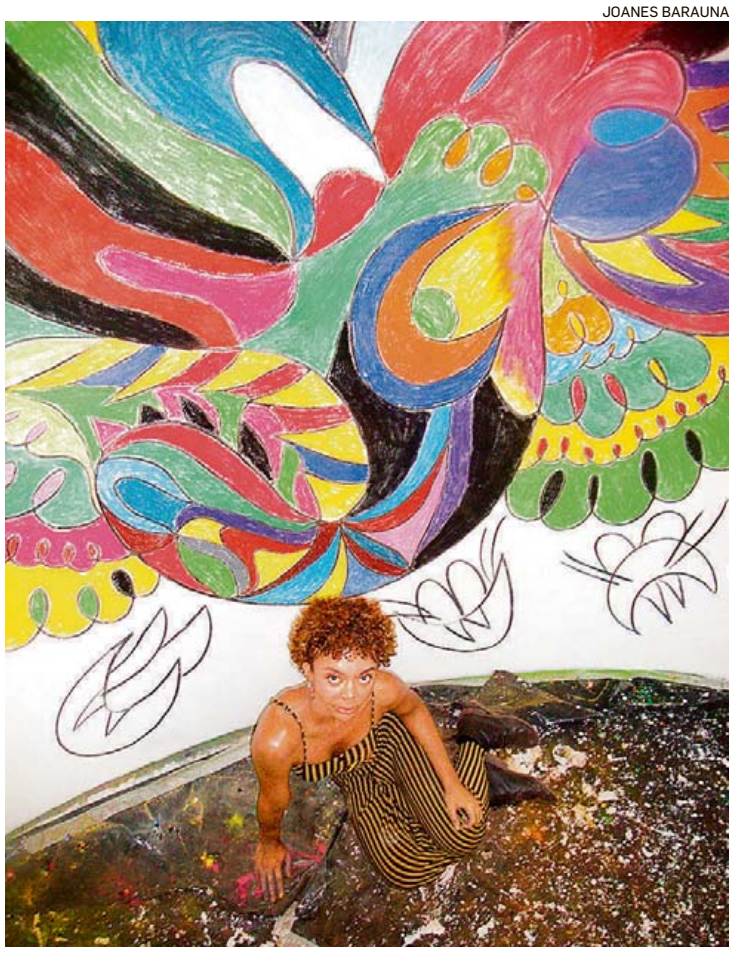
Tadáskía e sua 'Ave Preta Mística' chegam ao MoMA

A artista Tadáskía terá a sua primeira individual no The Museum of Modern Art em Nova York. A brasileira mantém em segredo como será a exibição que começa no dia 24 de maio, mas adianta que vai envolver seus desenhos, esculturas e a sua obra central, o livro *Ave Preta Mística* (*Mystical Black Bird*), formado por poemas bilíngues e inscrições gráficas. Esse livro foi apresentado durante a 35ª Bienal de Arte de São Paulo e adquirido pelo MoMA.

A instalação ocupará a sala térrea de um dos principais museus de arte moderna do mundo na mostra intitulada *Projects: Tadáskía*. "O que eu vou fazer lá, não fiz em nenhum outro momento. Haverá uma mudança de forma. Pode parecer semelhante a outros trabalhos, mas terá algo novo e inusitado", conta.

Ela pensa cuidadosamente sobre o que mostrar e esconder. Essa dinâmica, o mistério, também se faz presente em seus trabalhos. Tadáskía cresceu em Santíssimo, no Rio de Janeiro, sua família ia ao templo neopentecostal, ingressou aos 18 anos na graduação em Artes Visuais na UERJ por meio de cotas e fez escola de arte do Parque Lage. Tem 30 anos e é transgênero. "Os meus trabalhos trazem um mix das coisas que eu vivi e do que eu não vivi, que apenas imaginei. Em alguns momentos, fica confuso se é familiar ou estrangeiro", conclui. ● PAULA BONELLI

JOANES BARAUNA



A brasileira vai expor no MoMA, em NY, a partir de 24 de maio

Bloco de Notas

● **ESTANTE.** Conhecida pelos seus livros infantojuvenis, Thalita Rebouças lança amanhã sua primeira obra para o público adulto, *Felicidade Inegociável*, pela editora HarperCollins. Thalita aborda, sob a ótica de uma mulher madura, temas como menopausa, separação, a decisão de não ter filhos, luto e a paz com o corpo.

● **PIANO.** Já Cristian Budu apresenta seu novo álbum *Pianolatria* em concerto no Sesc Vila Mariana, amanhã. O disco duplo já chegou às plataformas de streaming com direito a videoclipe e documentário no canal Selo Sesc no YouTube.

● **SABOR.** A Beefeater acaba de lançar um novo sabor de gin, o Beefeater Blackberry, com toque frutado de amora.

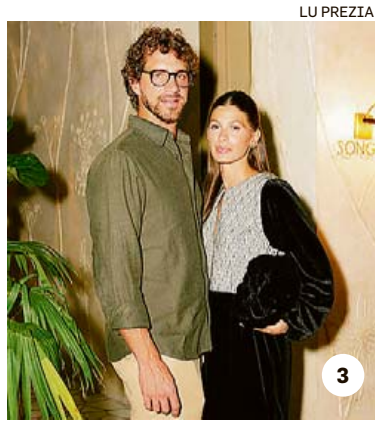
A Bruxa Está Solta

PATRÍCIA CRUZ/ESTADÃO

Mostra de cinema com o tema 'bruxas' fica em cartaz até o dia 6 de maio no CCBB-SP

Em cartaz até o dia 6 de maio, a mostra *Mulheres Mágicas: Reinvenções da Bruxa no Cinema* traz 28 filmes com o objetivo de "investigar a maneira que a figura da bruxa foi construída ao longo da história do cinema". Títulos como *A Paixão de Joana D'arc*, *Casei-me com uma Feiticeira*, *A Bruxa*, *Retrato de uma Jovem em Chamas*, *Orlando*, *Minha Biografia Política*, *Branca de Neve e os Sete Anões*, *O Serviço de Entregas da Kiki* e *Malévola* estão na programação, que tem a curadoria de Carla Italiano, Juliana Gusman e Tatiana Mitre.

LU PREZIA



1. Andrea Bogosian e Popó Bueno na inauguração do restaurante Song Qi, nos Jardins. 2. Anna Raffaela Bassi com Felipe Massa, sócio do estabelecimento. 3. Antonio Mendes, Anna Fasano, 4. Eduardo Scarpa e Carol Celico também estiveram lá.

ESTADÃO expresso NA PERIFA

Conteúdo multimídia: leitura leve e rápida para compreender questões fundamentais da vida na periferia

Getty Images

Acesse e acompanhe!

Cultura e lazer
Direitos humanos
Educação
Meio ambiente e sustentabilidade
Segurança pública
E muitos outros assuntos atualizados diariamente no portal

Criação

Uma parceria

Luiz Fernando Carvalho

‘Palavra é central na narrativa cinematográfica’

Diretor conta como foi levar às telas o clássico livro de Clarice Lispector, tido como “infilmável”

ENTREVISTA

Carioca de 63 anos dirigiu filmes como ‘Lavoura Arcaica’ e na TV foi responsável por ‘Os Maias’ e novelas como ‘O Rei do Gado’

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O diretor Luiz Fernando Carvalho não teve dificuldades para imaginar a transformação de *A Paixão Segundo G.H.* em um filme. “Ele me afeta. E, se ele me move, consigo visualizá-lo. Não é que eu me coloque no lugar de G.H. Mas posso sentir suas dores”, diz o diretor em entrevista ao **Estadão**.

A *Paixão Segundo G.H.* já foi considerado “infilmável”. Por que decidiu fazer esse filme?
O mundo do entretenimento, da cultura, está colonizado por aquilo que se pode fazer e aquilo que não se pode. Um texto como esse da Clarice é infilmável porque ele não se encaixa em nenhuma das regras da cartilha. Mas, do ponto de vista artístico, ele me afeta. Se ele me move, eu consigo visualizá-lo. Tem a ver com a forma como Clarice escreve. O eu de G.H. não é ditatorial, egocêntrico. É aberto, democrático, feminino. E nessas frestas qualquer pessoa pode entrar e se encaixar. Não é que eu me coloque no lugar de G.H. Mas posso sentir suas dores, sua crise.

Você vê algum tipo de relação entre o democrático e o feminino?
A democracia como foi pensada não se aplica a país nenhum do mundo hoje. Nós não vivemos em um período democrático. Vivemos em um mundo bélico, com muitas injustiças, tensões. Mas eu faço essa relação no sentido de ser um livro poderoso, de uma mulher poderosa, com uma literatura poderosa que está quebrando as pernas desse sistema autoritário, patriarcal, machista, masculino. E a barata é esse receptáculo aberto para receber todas essas leituras. Ela não é uma metáfora exatamente, porque a barata simbolizando os excluídos é apenas a primeira camada. Mas recebe essa reflexão sobre a luta de classes.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

“Os espinhos de ‘A Paixão Segundo G.H.’ me interessam”

O livro está completando 60 anos. Foi lançado em 1964, ano do golpe militar. Como foi atualizá-lo?
Fui colocando nos entreplanos do filme algumas pitadas do que acontecia na época. Sons de helicóptero, uma revista com notícias sobre os militares nas ruas. Eu estou filmando com a mão da história do meu lado. A história me autoriza a abrir certas entrelinhas sobre as quais talvez Clarice naquele período não pudesse falar melhor. A parte sociológica, por exemplo. E agora eu tinha essa responsabilidade. Como diz o Oscar Wilde, a história precisa ser sempre reescrita. Ali eu tinha total consciência de que estava reescrevendo a história cinematograficamente, sem precisar botar nenhuma palavra nova, nada.

> ***“Eu quero que as palavras se revelem na sua potência máxima, e que desse encontro com a imagem nasça uma terceira coisa que para mim é inominável. A palavra poética me interessa. Me interessa o poema”***
> **Luiz Fernando Carvalho**
> Diretor

Como você chegou à linguagem visual do filme?
Eu reivindico a palavra como um elemento central dentro da narrativa cinematográfica, ao lado das imagens. Se eu criasse uma hierarquia, eu estaria tolhendo a potência literária desse texto, e são ela e os espinhos desse texto que me interessam. Eu dou volume a essa estranheza literária, à linguagem cinematográfica, à libertação desses paradigmas. Eu quero que elas se revelem na sua potência máxima, e que desse encontro nasça uma terceira coisa que para mim é inominável. A palavra poética me interessa. Me interessa o poema.

Por que Maria Fernanda Candido era a atriz ideal?
Talvez pela trajetória. A gente foi constituindo ensaios para esse projeto, construindo laços de cumplicidade. Não sou amigo da Maria Fernanda. Há uma cumplicidade no quanto a gente quer verticalizar a pesquisa. Essa disponibilidade, ela tem. Foi o conjunto desses trabalhos que escalaram a Maria Fernanda. E era importante que G.H. tivesse uma beleza clássica para ser desconstruída. No mais, é mistério.

Você sempre faz um trabalho de preparação longo. Por que ele é necessário?
É um desejo de trabalhar o intérprete para que ele saia de baixo da tutela do diretor. E que ele seja um mensageiro da invenção, da criação. Ele não é uma pessoa que decora texto. Não concordo com essa relação de hierarquia. No meu modo de entender, a Maria Fernanda é coautora do filme. ●

Adaptações

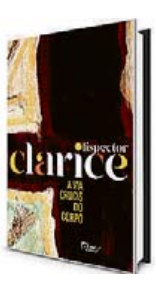
Três filmes mostram diferentes facetas da criação ficcional da autora

EMBRAFILME

● A Hora da Estrela
A história de Macabéa, narrada por Rodrigo S.M., escritor à espera da morte, foi a última escrita por Clarice, em 1977. Chegou aos cinemas em 1985, pelas mãos de Suzana Amaral. A atriz Marcélia Cartaxo ganhou o Urso de Prata em Berlim pelo retrato da personagem.

Editora Rocco
88 págs., R$ 34,90
R$ 22,90 o e-book

PARIS FILMES



● O Corpo
A farsa se transforma em tragédia no filme de 1991, dirigido por José Antonio Garcia. Um farmacêutico vive com duas mulheres, que resolvem se vingar dele quando descobrem que ele tem uma terceira amante sobre a qual não sabiam. Baseado no texto *A Via Crucis do Corpo*.

Editora Rocco
80 págs., R$ 44,90
R$ 29,90 o e-book

VITRINE FILMES

● Livro dos Prazeres
Coprodução Brasil/Argentina de 2020, o filme, dirigido por Marcela Lordy, é inspirado em *Uma Aprendizagem ou O Livro dos Prazeres*. A professora Lóri (Simone Spoladore) vê sua vida se transformar após conhecer Ulisses (Javier Drolas), professor de filosofia. *Disponível no Globoplay*

Editora Rocco
160 págs., R$ 49,90
R$ 29,90 o e-book

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

O prazer adorado

Data estelar: Marte e Saturno em conjunção

Pela alma de nossa humanidade serpenteia o prazer de censurar, criticar e dar sermão, com a intenção, ainda que inconsciente, de se sentir superior, com autoridade para colocar alguém, sempre outrem, em seu devido lugar, que não é de exaltação, mas de opróbrio, e para praticar esse prazer não mede esforços, não se importando que tenha de mentir, difamar e distorcer a realidade para que ela continue lhe brindando com argumentos para permanecer em seu prazer adorado.

As teorias de conspiração suprem a demanda desse prazer, ao qual, quem se atreveria a jogar a primeira pedra se é algo que, em diferentes medidas, todos fazemos? É justamente porque tratamos esse prazer como algo legítimo que outorgamos poder aos que usam a desinformação como arma de destruição em massa. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Sentimentos que não se expressam da forma mais transparente possível têm o destino de se transformarem em ressentimentos, que é um tipo de veneno que corrói a taça que o contém, que é a alma que os guarda em si.

TOURO 21-4 a 20-5

Enquanto você agir em benefício do maior número possível de pessoas envolvidas, você fará o bem, mesmo que em muitos momentos tenha de fazer coisas que não pareçam boas, mas que, ao mesmo tempo, sejam necessárias.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Perder tempo não seria sábio neste momento, porque a oportunidade de avançar em seus planos está dada, e só por uma distração imperdoável seria descartada. Agora é quando sua alma precisa se focar o máximo possível.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Há verdades que são indigestas, mas não por isso elas deixam de ter o efeito libertador que as verdades possuem. Por isso, tente não se deter por muito tempo no desconforto da indigestão, mas aproveitar o momento.

LEÃO 22-7 a 22-8

É um momento delicado, no qual a alma precisa tomar decisões que, em tempos normais, evitaria de todas as formas possíveis. No entanto, é assim que as coisas se deram, e seria melhor encarar tudo com realismo sincero.

VIRGEM 23-8 a 22-9

As pessoas andam se acomodando demais na atitude de umas serem contra as outras, se esquecendo do mais importante, que é a necessária união que há de ser promovida, porque colaboração, tudo o mais degringola.

LIBRA 23-9 a 22-10

Por mais que você tenha gente tratando de certos assuntos em seu nome, não tome distância, pelo contrário, se aproxime muito e monitore, ajudando a encontrar a melhor forma de proceder diante das vicissitudes. É assim.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Há pessoas que querem ser distraídas, mas há outras que andam focadas no que precisam fazer e não têm tempo para cair em armadilhas sedutoras. Por isso, neste momento seria melhor adotar uma postura realista.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Nem tudo é uma maravilha nos relacionamentos familiares, mas tampouco há de se afirmar que seja tudo uma desgraça atrás da outra. Como em toda família, há emoções desencontradas e assuntos difíceis de resolver.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Há de haver clareza, mas sem que ninguém sinta que essa clareza seja ofensiva, porque se assim for, essas pessoas se fecharão, resistirão e provocarão conflitos inúteis e contraproducentes. Melhor isso não.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Agora não é tempo de ficar com a alma pendurada nas incertezas, mas de agir dentro do que seja possível entender, porque o tempo não espera por ninguém, as horas passam e há necessidades que devem ser supridas.

PEIXES 20-2 a 20-3

Os desejos são urgentes, sempre, mas nada indica que sua realização seja necessária, nem muito menos que os resultados tragam benefícios para alguém mais do que nós mesmos. E a vida é sempre muito maior.

Literatura *Premiação*

International Booker Prize anuncia 'Torto Arado' como finalista

Obra de Itamar Vieira Junior, que ganhou versão em inglês com o título 'Crooked Plow', concorre a cerca de R$ 300 mil

Torto Arado, romance de Itamar Vieira Junior, está na final do prestigioso International Booker Prize, que premia as melhores obras traduzidas no Reino Unido. Vertido para o inglês por Johnny Lorenz, o livro ganhou o título de *Crooked Plow*.

O anúncio dos finalistas desta edição foi feito na terça, 9. A história brasileira concorre com *Não É um Rio*, da escritora argentina Selva Almada; *Mater 2-0*, do coreano Hwang Sok-yong; *What I'd Rather Not Think About*, da holandesa Jente Posthuma; *The Details*, da sueca Ia Genberg; e *Kairos*, obra alemã de Jenny Erpenbeck.

A premiação ocorre no dia 21 de maio e o livro vencedor vai receber um prêmio de £ 50 mil (cerca de R$ 300 mil), que será dividido entre o autor e o tradutor do livro. ●

Livro de Gisele Bündchen é 2º na lista do 'New York Times'

O livro de receitas de *Gisele Bündchen, Nutrir: Receitas Simples para Corpo e Alma*, lançado no Brasil pela Best Seller, alcançou o segundo lugar entre os mais vendidos do jornal *New York Times* nesta semana.

O feito foi muito celebrado pela modelo nas redes sociais. "Só tenho a agradecer a todos que tornaram este livro possível. Obrigada a todos os chefs e pessoas que conheci ao longo desta jornada que me ensinaram tanto", escreveu. "Muito obrigada a todos que compraram e acreditam que uma alimentação saudável também pode ser deliciosa."

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Quem começou, tem metade da obra executada"* **Horácio**

Roberto DaMatta

Amizade

É uma palavra valiosa e, numa sociedade de iguais e democrática, pode ser classificada como sagrada. Como um elo fora do automatismo das instituições compulsivas, justamente porque ela denota benevolência e afirma escolha e liberdade. Sou obrigado a aturar colegas, mas escolho amigos.

Ter amigos é estar acudido e seguro, pois, como ensinava Clarence, o anjo do filme *A Felicidade Não se Compra* – no qual Frank Capra capturou, como ninguém, as melhores virtudes da América (virtudes que nem sempre coincidem com as dos Estados Unidos) –, "quem tem amigos não é um fracassado".

Então não é exagero afirmar que a popularidade da *Pasárgada* do extraordinário Manuel Bandeira decorre de uma abrangente dimensão moral. Logo na primeira estrofe, surge um esperançoso e feliz brasileirismo: "Vou-me embora pra Pasárgada/ Lá sou amigo do rei/ Lá tenho a mulher que eu quero/ Na cama que escolherei".

A chave que abre todas as portas, inclusive a que faculta a mulher desejada, é – não tenhamos dúvidas, moradores que somos desse Brasil de todas as ambiguidades e dilemas – ser amigo do rei!

Do mandão, do chefe, do dono, do patrão, do que está no centro e no alto, cancelando polaridades, do onipotente vingativo coroado que também é o misericordioso que perdoa e, sem nenhum pudor, passa a borracha no passado. Um passado que não é digerido e avaliado porque nós não o enterramos. Realmente, na medida em que não metemos o dedo nos nossos erros, circunstâncias e dilemas, a morte que engendra a história não acontece.

Lembro que as antigas ordenações contemplavam a pena de morte que, no entanto, convivia com as súplicas que perdoavam. Tal como ocorre até hoje na esfera da política mais densa ou malandra (chamada pelo vulgo de politicagem ou politicalha), pois estamos fartos de ver como os amigos de hoje foram os inimigos de ontem. Perderam o senso, como diz outro poeta? Nada disso! Apenas complacentemente mudaram de lado, como olvidados himens, quando as mulheres o tinham e ele era mais um véu de aprisionamento feminino.

Ter o rei como amigo numa sociedade onde a tudo resistimos, menos ao pedido de um amigo, é formidável. Mas se o rei subverte essa regra de ouro e promete, como vingança, foder com você – o que fazer? Sair de Pasárgada? Solicitar residência em Miami, esse oásis dos bem de vida? Ou esperar por outra cambalhota histórica?

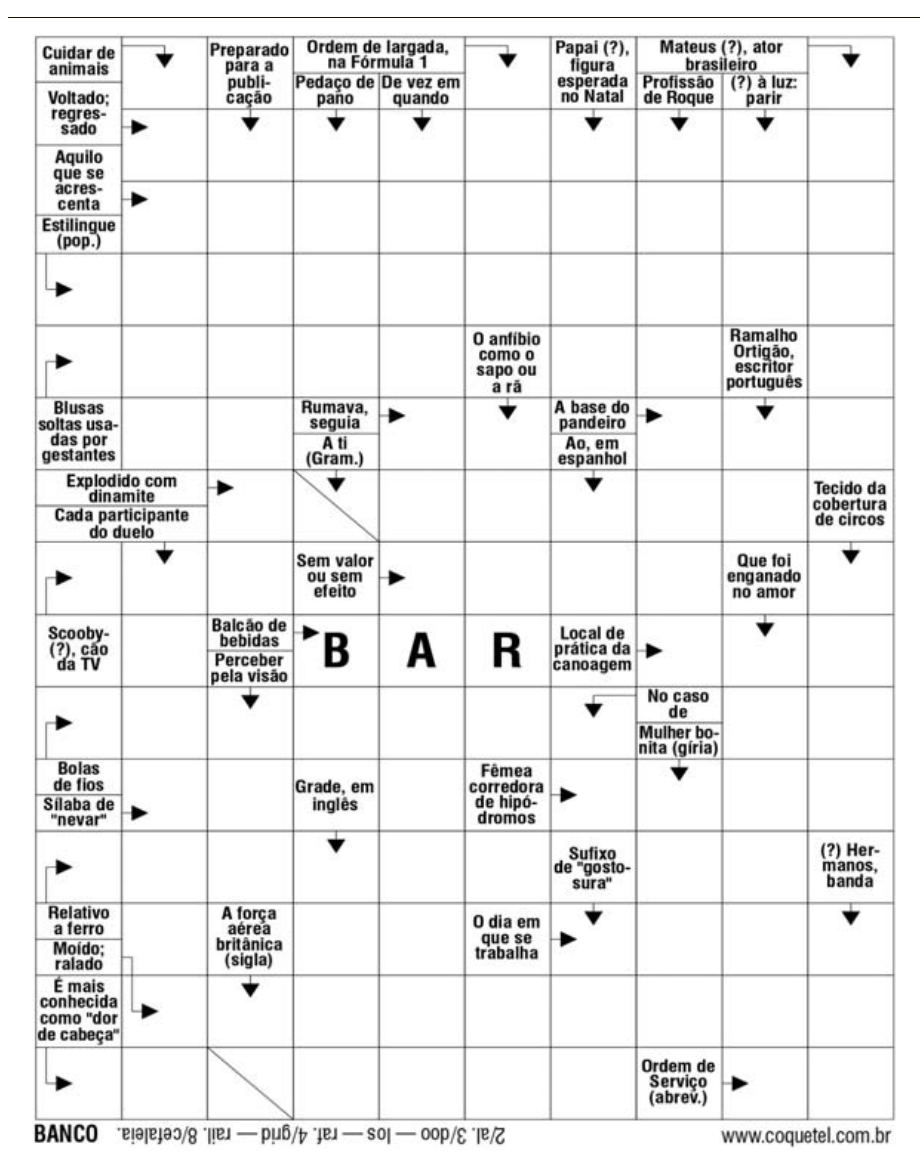
Não sei o que escrever quando acompanho o sepultamento da Operação Lava Jato – a maior e a mais aspirada operação anticorrupção da história brasileira, hoje reduzida a uma vil "armação" comandada por bandidos. Apenas anoto que, hoje, o rei tem amigos demais e Pasárgada é um xadrez de segurança máxima. Um quartel-escola do crime que, de lambuja, promove cursos de pós-graduação de delinquência em tempo integral. ●

É JORNALISTA E ESCRITOR, AUTOR DE 'ESSE MUNDO É UM PANDEIRO', ENTRE OUTROS

SEG Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/4ajdz5D**



CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o mapeamento de um imóvel rural em suas características, área e posição geográfica para referenciamento ao Sistema Geodésico brasileiro.

Asqueroso; nojento.	1	2	3	4		5	6	5	7	2
Cartão de identificação em simpósios.	8	1	2	9		5	8	10	6	11
Inovação vocabular.	5	2	12	11		13	10	14	15	12
A arte de Camões.	11	10	7	2		6	7	4	1	6
Que produz alegria.	16	10	11	6		10	6	5	7	2
Que tem a faculdade de entender.	3	2	1	8		3	7	10	17	12
Convertido em cadáver embalsamado.	15	4	15	10		10	8	6	9	12
Que se pode imaginar.	8	12	5	8		18	10	17	2	11
Arma de arremesso do indígena australiano.	18	4	15	2		6	5	13	4	2
Perito na interpretação das palavras.	16	2	1	15		5	2	4	7	6
Adulador.	11	10	14	12		19	2	10	1	12
Material reaproveitável.	1	2	8	10		11	6	17	2	11
Rigoroso na aplicação da lei.	19	4	14	7		8	2	10	1	12
Palavra própria da língua espanhola.	16	10	14	3		5	10	14	15	12
Explorador de Serra Pelada.	13	6	1	10		3	2	10	1	12
Dentro de pouco tempo.	18	1	2	17		15	2	5	7	2
Inabalável; categórico.	9	2	20	10		10	7	10	17	12
Que causa reversão de expectativas.	20	1	4	14		1	6	5	7	2
Semblante.	20	10	14	10		5	12	15	10	6

© Revistas COQUETEL

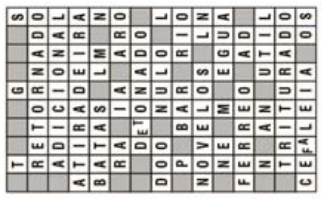
SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/3TZK02e**

Nível Fácil

	8	6			9	5		
	5						6	3
4		3		5		2		8
6				7				
		4	2		5	9		
				1				6
2		5		3		1		9
3	4						7	
		8	7			4	3	

SOLUÇÕES



SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel

ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br

Tributos à ditadura em ruas e praças

60 anos após o golpe, País tem 918 cidades, vias e outros espaços públicos com o nome de algum presidente militar

Ponte Costa e Silva, em Brasília, teve o nome alterado para homenagear estudante torturado

GABRIEL HIRABAHASI
CAIO SPECHOTO
BRASÍLIA

Em 1994, o Estado do primeiro presidente civil depois da ditadura militar, o Maranhão de José Sarney, criou um município e homenageou, com o nome da cidade, o homem que comandou os anos de chumbo no Brasil: Emílio Garrastazu Médici. Presidente Médici é o mais recente dos seis municípios com nome de chefes de governo do último período autoritário. Os outros são Medicilândia (PA), outra cidade chamada Presidente Médici (RO), Presidente Castelo Branco (PR), Presidente Castello Branco (SC) e Presidente Figueiredo (AM).

As homenagens a presidentes da ditadura não se limitam a batizar cidades. Sessenta anos depois do golpe que mudou a história do País, em 1964, o Brasil registra 918 locais públicos – entre municípios, ruas, praças e outros logradouros – com o nome de algum dos cinco presidentes do regime marcado pela repressão. Os campeões são Humberto Castelo Branco e Arthur da Costa Silva, conforme dados obtidos pelo *Estadão/Broadcast* com os Correios.

Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e organizadora da coleção *Arquivos da Repressão no Brasil* (Companhia das Letras), Heloísa Starling apontou possíveis explicações para o fato de os dois primeiros presidentes do regime autoritário serem mais homenageados do que os outros três (Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo). Segundo Heloísa, Castelo Branco foi o grande articulador do golpe dentro das Forças Armadas. "É um militar que estava conspirando desde 1962. Homenagear Castelo significava, para quem estava fazendo a homenagem, homenagear o que aparece como o principal líder militar do golpe", afirmou a pesquisadora.

PONTE. O segundo mais homenageado, Costa e Silva, disputava poder com Castelo Branco mesmo antes do golpe, destacou Heloísa. "Ele é a principal liderança, talvez seja isso (*o motivo de tantos lugares terem seu nome*), de uma facção militar que pede o tempo todo aumento da repressão", disse ela. "É provável que a ênfase no Costa e Silva venha dessa facção militar que tinha muita interlocução no governo Médici."

Um dos locais que homenageavam Costa e Silva era uma das pontes sobre o Lago Paranoá, em Brasília. Em 2015, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou uma lei para que o nome da ponte mudasse para Honestino Guimarães, estudante da Universidade de Brasília (UnB) preso, torturado e desaparecido em 1973.

A lei, no entanto, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por questões técnicas – os deputados distritais não teriam cumprido uma etapa da tramitação, a realização de audiência pública sobre o tema.

O assunto voltou à tona em 2022, quando nova lei avançou na Câmara Legislativa, desta vez cumprindo todos os requisitos regimentais. Quem propôs o texto foi o ex-deputado distrital Leandro Grass (PV), atual presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Para que o nome fosse alterado, foi preciso, ainda, derrubar o veto do governador Ibaneis Rocha (MDB), que tentou manter a homenagem a Costa e Silva. "Foi um sentido de homenagear alguém que fez oposição à violência e às violações da ditadura. A ponte hoje está lá com o nome dele (*Honestino Guimarães*) e passa a ser um ponto de memória da democracia e liberdade", disse Grass.

REAÇÃO. Logo após a primeira mudança no nome, em 2016, houve reação. A placa nova foi pichada com os dizeres: "Costa e Silva! O nome é esse!". Grass minimizou o ato. Disse que houve uma mobilização maior em apoio à troca de nome. "A mobilização a favor da mudança foi maior e muito mais relevante. Um conjunto de pessoas, cujos parentes foram agredidos e até pessoas que não tiveram essa experiência, mas se engajaram. Eventuais reações têm de ser tratadas com educação, no sentido de formação histórica. Educação em direitos humanos, explicação do que de fato ocor- →

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Lembrados
Rodovia e dois municípios, um no Paraná e um em Santa Catarina, foram batizados com nome de Castelo Branco

Elevado João Goulart
'Povo que não tem memória não tem história', protestou Maluf após mudança de nome do Minhocão

PAULO H. CARVALHO/AGÊNCIA BRASÍLIA – 18/3/2022

Em Juiz de Fora, 'Brigada 31 de Março' é alvo da Procuradoria

A Procuradoria da República em Minas tenta, na Justiça, mudar o nome do Batalhão do Exército em Juiz de Fora de onde partiram as primeiras tropas do golpe militar de 1964. O nome oficial do quartel é 4.ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, mas a instalação é conhecida como "Brigada 31 de Março", em referência ao dia do golpe.

De acordo com o site institucional da unidade militar, o nome foi escolhido por causa do "papel decisivo e corajoso" da brigada na "eclosão da revolução democrática". Para o Ministério Público Federal, a homenagem é "repugnante e cínica". "É estarrecedor – embora não de todo surpreendente – que o Exército brasileiro mantenha de forma tão acintosa uma homenagem ao golpe militar de 1964", diz a ação.

Os procuradores Francisco de Assis Floriano e Calderano e Thiago Cunha de Almeida argumentam que a nomeação de órgãos públicos deve se submeter aos valores da Constituição. "O golpe que instituiu a ditadura não pode ser motivo de orgulho em um regime democrático." ● RAYSSA MOTTA

reu (*na ditadura militar*)", afirmou o ex-deputado.

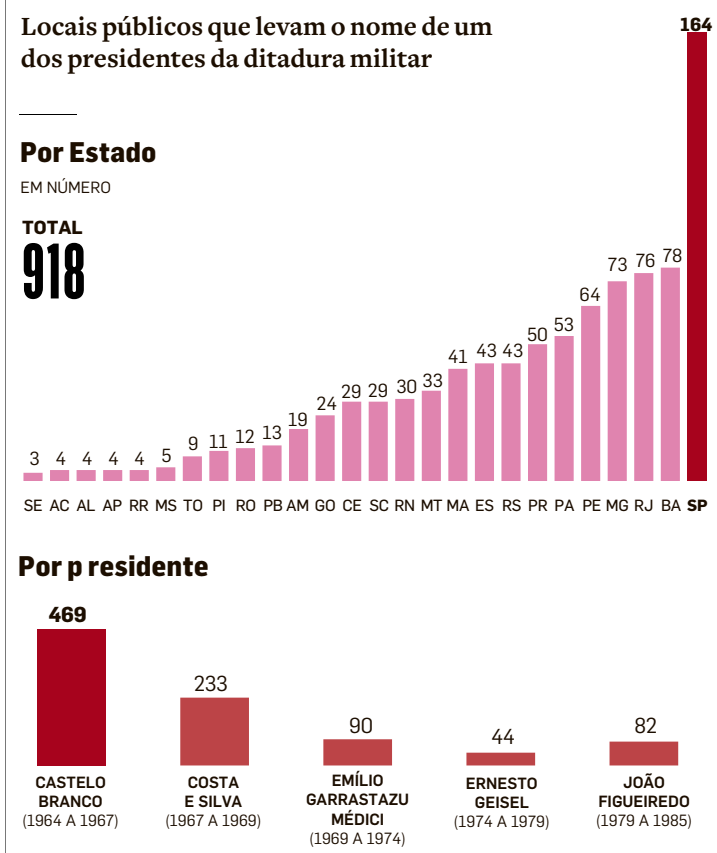
Ao vetar a proposta, o governador Ibaneis Rocha mencionou tentativas anteriores de alterar o nome da ponte. E assim finalizou sua mensagem de veto ao projeto: "Dadas a importância e a representação da Ponte Costa e Silva para Brasília, a sua idealização pelo arquiteto Oscar Niemeyer e o momento histórico que não pode ser esquecido, aliado à decisão proferida pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, se entende pelo veto da presente iniciativa".

MINHOCÃO. Outro local emblemático que até pouco tempo atrás rememorava Costa e Silva é o Elevado João Goulart, o Minhocão, na capital paulista. O nome da via, uma marca da primeira administração de Paulo Maluf na cidade, foi dado em homenagem ao general por ter sido ele o responsável pela nomeação de Maluf como prefeito – na época, não havia eleição para o cargo.

Em 2016, o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, sancionou uma lei aprovada pela Câmara Municipal alterando o nome do local para Elevado João Goulart, em homenagem ao presidente deposto pelo golpe militar de 1964. Maluf criticou a mudança, ao classificar a decisão como "preconceituosa". "Há 200 anos, Napoleão já dizia: 'Povo que não tem memória não tem história'. João Goulart merece uma homenagem, mas Costa e Silva foi presidente da República e ninguém pode apagar da história do Brasil que Costa e Silva foi presidente da República", declarou Maluf, na ocasião.

HOMENAGENS PELO PAÍS

Locais públicos que levam o nome de um dos presidentes da ditadura militar



FONTE: CORREIOS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

IMAGINÁRIO. Na avaliação da professora Heloísa Starling, esse tipo de homenagem a presidentes da ditadura militar ajuda a manter um imaginário autoritário, em vez de democrático. "Quando você dá nome de pessoas a uma rua, você está dizendo que a pessoa fez um grande feito e precisa ser lembrada pelo feito. O feito desses generais foi a ditadura militar", disse Heloísa.

> *"Quando você dá nome de pessoas a uma rua, você está dizendo que a pessoa fez um grande feito. O feito desses generais foi a ditadura"*
> **Heloísa Starling**
> Professora da UFMG

Para a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Daiana Santos (PCdoB-RS), a referência em locais públicos a presidentes da ditadura militar demonstra que o País "não soube lidar de maneira crítica com o seu passado". "Tanto com a escravidão quanto com a ditadura militar. Diferentemente de outros países, o Brasil não puniu torturadores e genocidas. Nosso país ainda não virou essa página triste da história", afirmou a deputada.

O *Estadão/Broadcast* pediu ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e ao titular da pasta, ministro Silvio Almeida, um posicionamento sobre o levantamento. Primeiramente, a assessoria de imprensa do ministério alegou que Almeida estava cumprindo agenda fora de Brasília. Após a reportagem informar que a entrevista poderia ser feita por telefone ou por escrito, a pasta negou enviar posicionamento. Questionado formalmente por e-mail sobre o tema, o ministério também não se manifestou.

Houve uma orientação, nos bastidores do Executivo, para que fossem evitadas declarações que pudessem provocar qualquer atrito com os militares por causa da efeméride de 60 anos do golpe militar. Como mostrou o **Estadão**, o governo mandou cancelar os atos alusivos à data. No dia 31 de março, no entanto, alguns ministros usaram seus perfis pessoais na rede social X (antigo Twitter) para repudiar a ditadura militar. ●

Política Cultural

Prefeitura envia projeto do Parque do Bexiga à Câmara

Equipamento, ao lado do Teatro Oficina, era defendido pelo dramaturgo Zé Celso Martinez Corrêa, morto em 2023

RARIANE COSTA

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), encaminhou à Câmara Municipal o projeto de lei que cria o Parque do Bexiga, na região central da cidade. O texto foi protocolado na noite de segunda-feira, 8, e agora segue para avaliação de comissões no Legislativo antes de ir ao plenário.

O terreno onde o parque deve ser criado é de propriedade do Grupo Silvio Santos e já foi alvo de disputas judiciais movidas pelo idealizador do projeto, o dramaturgo José Celso Martinez Corrêa, que morreu em 2023, aos 86 anos, e dirigia o Teatro Oficina, que fica ao lado. A intenção inicial dos proprietários era construir edifícios no local, mas passou-se a discutir sua venda à Prefeitura.

A despesa de compra poderá ser coberta a partir dos valores obtidos em acordo de R$ 1 bilhão fechado entre Prefeitura, Ministério Público do Estado e a Universidade Nove de Julho (Uninove), em função de processo que investiga eventual pagamento de propinas, pela instituição, a fiscais municipais.

HISTÓRIA. Segundo o texto apresentado à Câmara, as despesas para implementação do parque partirão de "dotações orçamentárias próprias" que, em caso de necessidade, poderão ser suplementadas.

TEATRO OFICINA

Projeto do parque prevê ocupação de área de 11 mil metros quadrados ao lado do Oficina

A proposta aponta o bairro do Bexiga como local histórico em função da presença cultural e da mistura entre povos, línguas e histórias. O território, diz o texto, é "único" e "fruto de luta popular que o defendeu para a criação de um parque que sirva aos moradores e visitantes da região".

De acordo com o Executivo, o projeto está alinhado a objetivos estratégicos do artigo 7.º do Plano Diretor da cidade, entre os quais a ampliação e requalificação dos espaços públicos, áreas verdes e da paisagem; proteção do patrimônio histórico, cultural e religioso; valorização da memória, do sentimento de pertencimento à cidade e da diversidade; e recuperação e reabilitação das áreas centrais da cidade.

Em 2020, a Câmara havia aprovado a criação do Parque do Bexiga em projeto assinado por 27 vereadores e ex-vereadores de partidos diversos. A celebração foi interrompida dias depois, com o veto da gestão Bruno Covas (PSDB), que tinha Ricardo Nunes (MDB) como vice. O veto foi assinado pelo então prefeito em exercício e presidente da Câmara, Eduardo Tuma (PSDB).

UTILIDADE. A justificativa de Tuma foi que o projeto não indicava a possível dotação orçamentária para viabilizar a sua implantação. O veto ainda ressaltava que o espaço não estava entre os parques prioritários dispostos no Plano Diretor e que não tinha "vegetação significativa". A área tem cerca de 11 mil metros quadrados. O Teatro Oficina chamou a decisão de "covarde, autoritária e irresponsável".

Um novo projeto de lei foi levado à Câmara e aprovado em primeira discussão, em 2022. Apresentado pelo então vereador Eduardo Suplicy (PT), o texto não foi levado à segunda e definitiva votação.

Após a morte de Zé Celso, o vereador Celso Giannazi (PSOL) apresentou um substitutivo ao texto, para que o espaço seja batizado de Parque Municipal do Rio Bexiga – Zé Celso Martinez Corrêa. ●

Para lembrar

Embate sobre o terreno começou no ano 2000

● O Teatro Oficina fica no Bexiga desde os anos 1960. Em 1986, ganhou o projeto atual (de Lina Bo Bardi e Edson Elito), caracterizado pelo palco-passarela e outras propostas inovadoras para a arquitetura teatral brasileira. É tombado nas esferas municipal, estadual e federal.

● Em 2000, a mobilização contra construções do entorno do parque cresceu especialmente quando foi aprovado um projeto para a construção de um shopping no local. Uma outra proposta que incorporava o teatro ao shopping, apresentada em 2004, foi criticada pelo Oficina, e abandonada pela iniciativa privada.

● Em 2008, um projeto da Sisan Empreendimentos Imobiliários (ligada ao Grupo Silvio Santos) propôs a construção de um condomínio de três prédios. A obra teve entraves para a aprovação. Chegou a obter decisões favoráveis nos órgãos municipal e estadual de patrimônio ao longo daquela década e da seguinte, mas não saiu do papel.

● A construção de um parque era defendida por Zé Celso, líder do Oficina. Segundo ele, Lina e Elito já propunham a praça pública no espaço. O dramaturgo queria chamar o local de Anhangabaú da Feliz Cidade.

● Em 2017, o conselho estadual de patrimônio cultural chegou a liberar a construção de prédios no local, que foi posteriormente barrada em outras esferas. Uma reunião de mediação foi realizada entre Zé Celso e Silvio Santos, mediada pelo prefeito à época, João Doria, mas não houve acordo.

Música Festival

Tomorrowland Brasil confirma nova edição para outubro

Maior evento de música eletrônica do mundo ocorre no interior de São Paulo; DJ Alok é a primeira atração confirmada

O Tomorrowland Brasil, maior evento de música eletrônica do mundo, confirmou a data de nova edição no País: será nos dias 11, 12 e 13 de outubro, no Parque Maeda, em Itu, interior de São Paulo.

O anúncio foi feito em evento na terça-feira, 9, na Sala São Paulo, reunindo os organizadores do festival no Brasil, em parceria com o governo do Estado e a prefeitura de Itu.

O pré-registro dos ingressos começa a valer nesta quarta, 10, e a venda geral tem início no dia 2 de maio – pelo site oficial do Tomorrowland Brasil. O lineup completo ainda não foi anunciado.

"O Tomorrowland não só oferece uma experiência musical inesquecível, ele contribui para o desenvolvimento de um hub de projetos e arranjos criativos no interior do Estado. Ações desse tipo trazem benefícios para a cultura, a coesão social e o desenvolvimento econômico, não só para a região, mas a nível nacional", disse a secretária de Estado da Cultura, Economia e Indústria Criativas, Marília Marton.

O DJ Alok, primeira atração já confirmada, compôs a mesa de convidados do evento e ressaltou pontos importantes para a cena da música eletrônica no Brasil. O Tomorrowland, falou ele, "traz uma renovação da cena eletrônica para o mundo. Da mesma forma que temos um comprometimento do festival para os próximos anos, temos uma renovação da nossa cena junto com isso". E acrescentou: "É importante que esse comprometimento e o investimento na infraestrutura e mobilidade não fiquem somente nesta gestão. É importante que isso se perpetue ao longo de futuras gerações", afirma ainda o artista.●

Desenvolvimento

Ações trazem benefícios para economia e cultura, diz Marília Marton, secretária estadual de Cultura

Tomorrowland Brasil

Parque Maeda – Rod. Dep. Archimedes Lammoglia – Km 18, Itu/SP. Dias 11, 12 e 13 de outubro, das 13h à 1h. Pré-registro: de 10 de abril, às 10h, até 1º de maio, às 10h. Venda geral: a partir de 2 de maio, às 10h.

JORNAL DO CARRO
QUARTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2024 • ANO 42 • Nº 2119 O ESTADO DE S. PAULO

Tecnologia

Aceleramos um Porsche 911 Carrera abastecido com gasolina sintética

Segundo a marca alemã, o eFuel, combustível feito a partir de água e dióxido de carbono, pode ser solução para zerar emissão de CO_2 de carros com motor a combustão

FOTOS: VAGNER AQUINO/ESTADÃO

VAGNER AQUINO
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

Várias soluções para reduzir as emissões de gases poluentes vem surgindo no mundo todo. No setor de veículos, uma das que mais avançam é a eletrificação – já há montadoras com 100% da linha composta por carros a eletricidade. Porém, questões como falta de infraestrutura de recarga e baixa capacidade das baterias são alguns dos entraves dessa opção, que disputa a primazia com outras fontes de energia, como o hidrogênio, o brasileiro etanol derivado da cana-de-açúcar e, mais recentemente, a gasolina sintética. O novo combustível é uma das apostas da Porsche.

Chamado pela marca alemã de eFuel, a gasolina sintética é um produto feito a partir de água e dióxido de carbono. O processo, que utiliza energia eólica, permite, segundo a empresa, operação quase neutra em CO_2 dos motores a gasolina, que não precisam de nenhum tipo de adaptação.

Isso porque o eFuel tem as mesmas propriedades do combustível de origem fóssil. Porém, é obtido por meio da eletrólise do hidrogênio com a adição de CO_2. Desse modo, é totalmente neutro em carbono.

Seja como for, a Porsche informa que isso não compromete o desempenho do carro, tampouco afeta o consumo. Segundo a marca, o combustível sintético tem praticamente a mesma octanagem da gasolina do tipo premium. Além disso, é equivalente a europeia E10.

PRODUÇÃO NO CHILE. Para fabricá-la, são utilizadas energias solar e eólica. A produção fica na usina Haru Oni, que fica em Punta Arenas, no sul do Chile, e foi inaugurada no fim de 2022. De acordo com a marca, a localização da unidade é estratégica. Afinal, na região há vento forte durante quase todo o ano, o que permite o pleno funcionamento da usina eólica. Além disso, o processo de produção não utiliza água potável, mas dessalinizada.

Para viabilizar a oferta do combustível, a Porsche se associou à HIF Global LLC, holding que desenvolve projetos de instalações de produção de combustíveis sintéticos. A marca alemã investiu US$ 75 milhões na companhia, que lhe garantem 12,5% de participação na empresa sediada no Chile, que também tem unidades industriais nos Estados Unidos e Austrália.

"Os combustíveis sintéticos oferecem perspectivas interessantes em todos os setores, desde a indústria automotiva até aviação e transporte marítimo", explica Michael Steiner, membro do conselho executivo de pesquisa e desenvolvimento da Porsche AG.

Pioneira em combustíveis sintéticos, a Porsche quer impulsionar a tecnologia e expandir a oferta para todo o planeta. Inicialmente, seu uso é restrito ao Chile, em projetos ligados ao automobilismo. Durante a apresentação do produto, no entanto, a marca informou que pretende lançar o eFuel comercialmente em até dois anos.

Embora não tenha revelado detalhes, a Porsche informa que o preço será equivalente ao da gasolina do tipo premium. Porém, com o aumento da oferta a meta é reduzir o custo e chegar a valores parecidos com os da gasolina comum.

1. Respostas do 911 Carrera não mudaram;

2. Carro não recebeu adaptações;

3. Porsche trouxe e-Fuel do Chile

NA PRÁTICA. Para entender como o combustível sintético funciona na prática, avaliamos vários modelos da Porsche abastecidos com e-Fuel. No total, percorremos mais de 50 km entre a capital paulista e a cidade de Mairiporã, na região norte de São Paulo, a bordo de um 911 Carrera Turbo abastecido (na nossa presença) com o eFuel.

O comportamento do esportivo com gasolina sintética foi igual ao do carro abastecido com o derivado de petróleo. Isso inclui o ronco do motor 3.0 boxer biturbo de seis cilindros e 385 cv de potência.

Competitivo

Produto deve ser lançado em até dois anos por preço equivalente ao da gasolina do tipo premium

Graças também aos ótimos 45,9 mkgf de torque, disponíveis a partir das 1.950 rpm, as respostas são para lá de empolgantes. Aliás, vale lembrar que essa versão pode acelerar de 0 a 100 km/h em apenas 4 segundos, de acordo com informações da marca.

No trajeto misto, com trânsito intenso e pesado, o consumo ficou em torno dos 10 km por litro de gasolina. Ou seja, números equivalentes aos obtidos com uso do derivado de petróleo do tipo premium. Porém, com a grande vantagem de não haver emissão de CO_2.

META AMBICIOSA. Para essa ação, a Porsche importou 500 litros do combustível. Aliás, segundo a marca a meta é produzir 550 milhões de litros do novo combustível por ano já em 2027 e continuar ampliando a oferta. Afinal, a empresa informa que atualmente há cerca de 1,3 bilhão de carros com motores a combustão no planeta.

Portanto, o potencial de mercado é enorme. De acordo com a Porsche, como o aumento da oferta e a redução do custo de produção, trata-se apenas de questão de tempo.●

Números animadores

10 km/l
Foi o consumo obtido com um Porsche 911 Carrera Turbo abastecido com o combustível sintético;

550 milhões
É a meta de produção anual, em litros, de e-Fuel, que deve ser alcançada em 2027, segundo a Porsche.

Mercado

Nova Chevrolet S10 2025 chega com preços da linha antiga

Com atualizações no visual e equipamentos, motor mais potente e câmbio de 8 marchas, modelo estreia com tabela de R$ 281.900

RODRIGO TAVARES
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

Completamente renovada, a Chevrolet S10 2025 já está disponível por meio de um programa de pré-venda. Inicialmente, a picape média é oferecida em três versões, todas com cabine dupla, e sem aumento de preço em relação ao modelo anterior. A Z71, a mais em conta desse grupo, parte de R$ 281.900. A LTZ sai a R$ 292.800 e a High Country, a R$ 302.900.

Segundo a marca, nessas versões a nova S10 2025 traz o mesmo motor 2.8 turbodiesel de quatro-cilindros da linha antiga, mas com 207 cv de potência e 52 mkgf de torque. Ou seja, são 7 cv e 1 mkgf a mais, respectivamente. Além disso, agora o câmbio automático tem oito marchas – eram seis.

Segundo a fabricante, a picape também recebeu atualizações nas suspensões, que foram retrabalhadas e ganharam novos amortecedores, entre outros itens. Além disso, as bitolas foram aumentadas e a coluna de direção agora é telescópica. O conjunto de rodas e pneus também é novo.

Outro destaque, de acordo com a marca, é a redução do nível de ruído na cabine. Para isso, foram instaladas novas placas isolantes em partes como portas, colunas, teto e parede corta-fogo, por exemplo.

No motor, há um novo sistema de gerenciamento eletrônico, que altera parâmetros de calibração, conforme a situação. De acordo com dados da marca, houve melhoria nos números de desempenho.

Ou seja: agora, a picape média feita em São José dos Campos (SP) pode acelerar de 0 a 100 km/h em 9,4 segundos. Portanto, ficou 1 segundo mais rápida. Já a redução de consumo de diesel chega a 13%. Portanto, a S10 roda até 11,4 km na estrada e 9,5 km na cidade com um litro de diesel.

FOTOS: CHEVROLET/DIVULGAÇÃO

1. Visual da média lembra o da Colorado;

2. Painel e tela digitais são da Spin;

3. Lanternas de trás foram redesenhadas

NOVAS VERSÕES. A linha 2025 também está mais enxuta. Ao menos por ora, saem de cena as versões LT e Midnight. A antiga LS foi rebatizada de WT (Work Truck) e será lançada em breve, assim como opções com cabine simples, que já foram flagradas rodando em testes na grande São Paulo.

Os interessados nas três versões disponíveis nessa primeira fase de vendas devem pagar um sinal no valor de R$ 8 mil. Conforme a marca, os primeiros compradores levarão grátis o protetor de caçamba e divisórias para acomodar carga.

Aliás, a S10 2025 ganhou um bom reforço no pacote de equipamentos. Entre os destaques estão o novo painel digital, de 8 polegadas, e a central multimídia com tela de 11", iguais às da nova Chevrolet Spin.

Além disso, há seis air bags, partida do motor por botão, travamento e abertura das portas sem uso de chave (por aproximação), faróis full-LEDs e rodas de liga leve de 18". A versão LTZ acrescenta alerta de saída involuntária de faixa e de risco de colisão frontal, ar-condicionado digital, banco do motorista com ajustes elétrico, frenagem automática de emergência e carregador de celular sem fio.

Também é possível dar partida no motor a distância. Isso permite acionar o ar-condicionado antes de entrar e deixar o ambiente mais agradável. ●

HYUNDAI

SUV a hidrogênio, Hyundai Nexo está exposto no Brasil

A Hyundai trouxe, pela primeira vez ao Brasil, o Nexo, SUV sul-coreano a hidrogênio. O carro foi exposto pela marca durante o Seminário Internacional de Hidrogênio Renovável, em Piracicaba (SP), onde fica a sua fábrica no País, encerrado ontem. O modelo, com 4,67 metros de comprimento e 1,86 m de largura, tem dimensões parecidas com as do Caoa Chery Tiggo 8. Seu motor elétrico gera 183 cv e a autonomia é de 660 km. ●

● **PULSE E FASTBACK MAIS CAROS.** A Fiat reajustou os preços da maioria das versões dos SUVs compactos Pulse e Fastback em até R$ 1 mil. Ou seja, das seis do Pulse, apenas uma escapou do aumento, enquanto no caso do Fastback somente as opções de entrada e de topo não tiveram os preços reajustados. Com isso, o Pulse Drive com motor 1.3 e câmbio manual agora tem preço sugerido a partir de R$ 103.990. Já a S-Design 1.3, com câmbio CVT, passou a ter tabela inicial de R$ 116.990. A Impetus agora é tabelada a R$ 132.990 e a esportiva Abarth tem preço começando em R$ 150.990. No caso do Fastback, as configurações Audace e Impetus partem de, respectivamente, R$ 143.990 e R$ 153.990 após o aumento na tabela de preços.

● **JEEP USADO COM GARANTIA.** Quem planeja comprar um Jeep usado, seja um Renegade, Compass ou Commander, pode ganhar uma forcinha para fechar negócio. Na tentativa de aumentar o valor de revenda de seus produtos, a marca dará garantia estendida aos modelos usados vendidos em sua rede de concessionárias. A ação é válida para todos os Jeep nacionais que retornarem às autorizadas. Em comunicado enviado aos concessionários na semana passada, a marca informa que a garantia será de um ano, independentemente da quilometragem e do ano do carro. Entretanto, a condição é que a garantia de fábrica não tenha mais validade, ou tenha sido perdida.

● **RAV4 HÍBRIDO PLUG-IN.** O primeiro híbrido plug-in da Toyota no Brasil chega na forma do SUV RAV4 PHEV. Até então, a marca oferecia apenas as versões híbridas de carros como Corolla (sedã) e Corolla Cross (SUV). Já o RAV4 chega na versão XSE Plug-in Hybrid – o modelo já estava disponível nos mercados americano e europeu, e, no Brasil, tem preço sugerido de R$ 399.990. Ainda sem motor flexível, o RAV4 PHEV funciona de maneira diferente dos demais híbridos da Toyota, já que pode ter as baterias recarregadas em tomadas. Assim, isso representa uma novidade no portfólio da marca no País. Além do motor 2.5 a gasolina aspirado, que gera 185 cv e 22,3 mkgf, há dois elétricos no eixo da frente (182 cv) e traseiro (54 cv). Segundo a marca japonesa, a potência combinada é de 306 cv.

TOYOTA

Apresentado por

Testes de colisão validam a segurança de um carro

Saiba quais são os critérios utilizados para considerar um automóvel totalmente seguro ou não

Foto: Getty Images

Na hora de comprar um carro zero-quilômetro, muitos itens são levados em conta pelo consumidor: preço, complexidade de equipamentos, consumo, potência e conforto. Mas o ponto mais importante que deve ser considerado é a segurança. E só há uma maneira de verificar isso: os testes de colisão.

A principal organização que realiza esse tipo de avaliação com os automóveis vendidos na América Latina é a Latin NCAP, que executa batidas frontal, lateral e lateral em poste, assim como impactos traseiro e no pescoço dos ocupantes. Há também a preocupação com os pedestres e usuários vulneráveis nas vias, ou seja, pedestres, motociclistas e ciclistas.

"Os testes de colisão são absolutamente relevantes, porque muitas vezes são a única forma de comprovar se o veículo tem alguma falha e se os sistemas de segurança instalados são efetivos para oferecer boa proteção", afirma Alejandro Furas, secretário-geral da Latin NCAP.

As fabricantes também costumam fazer testes internos para homologar um carro, mas com métodos que divergem do que pensa a organização. Furas destaca as provas virtuais apresentadas por algumas marcas.

"Sabemos que as montadoras têm muita simulação digital, e isso é bom para desenvolver um carro, mas o teste de colisão não somente avalia o desenho do veículo, como também a produção. Muitas vezes o carro possui bom design e boa engenharia, mas no processo de produção ele passa por mudanças que não coincidem com o desenho original", explica.

Além das batidas, há os testes de dispositivos de segurança ativa: controle eletrônico de estabilidade, frenagem autônoma de emergência, limitador de velocidade, detecção de pontos cegos e assistência de faixas.

O resultado final é avaliado pelos especialistas que realizaram os testes. A nota é dada em estrelas, que vão de zero a cinco. Recentemente, por exemplo, o Citroën C3 obteve nota zero, enquanto o Volkswagen T-Cross ficou com a classificação máxima de cinco estrelas.

O que o carro precisa ter para ser seguro?

Segundo a Latin NCAP, para receber cinco estrelas, o veículo deve ter cinto de segurança de três pontos e apoio de cabeça em todos os assentos e, no mínimo, dois airbags frontais, dois laterais ao corpo e dois laterais de cabeça e de proteção para o pedestre.

"O carro também precisa ter controle eletrônico de estabilidade, ancoragens para cadeirinhas de crianças, limitador de velocidade, detecção de ponto cego e frenagem autônoma de emergência em todas as suas modalidades", revela Furas.

Os testes na América Latina são feitos à custa da própria Latin NCAP. O dinheiro vem principalmente da Fundação Towards Zero Foundation, da Fundação FIA, da Global NCAP e da Filantropias Bloomberg. Segundo o secretário-geral da entidade, em algumas ocasiões as montadoras cedem o veículo para testes e se encarregam das despesas. Nesses casos, o critério utilizado é o mesmo.

"Na Europa as fabricantes cedem os carros sempre que lançam um veículo", diz Furas. "Não existe nenhuma lei que as obrigue a isso, mas é como um compromisso, um entendimento do mercado. Gostaríamos de ter esse nível aqui na América Latina, mas infelizmente isso ainda não ocorre."

Confira outras dicas de manutenção e cuidados com o seu veículo

Patrocínio

Produção

Viabilização

Realização

Mercado

Mitsubishi vai produzir nova picape e SUV no País

Com investimento de R$ 4 bi na planta de GO, sexta geração da L200 e inédito XForce são candidatos à produção nacional

THAIS VILLAÇA
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

Com novos produtos planejados para o mercado brasileiro, a Mitsubishi anunciou um investimento de R$ 4 bilhões em sua fábrica de Catalão (GO). Segundo a empresa, o valor será aplicado até 2032 para modernizar a linha de produção.

Como resultado, pelo menos dois novos modelos devem ser feitos na planta goiana: a sexta geração da picape L200 Triton e o XForce, que será o SUV de entrada da marca. O carro inédito substitui o Outlander Sport (antigo ASX), que saiu de linha no início deste ano.

Além disso, a empresa promete desenvolver novas tecnologias híbridas e flex na unidade brasileira. O Outlander PHEV, por exemplo, já foi confirmado para o Brasil, a princípio como importado. Mas, com o anúncio, pode se tornar um dos carros com produção local.

Revelada em julho de 2023, a sexta geração da L200 Triton deve estrear no mercado brasileiro em 2025. Com plataforma compartilhada com a Nissan Frontier, a nova picape cresceu. Agora, tem 5,36 metros de comprimento, 1,93 m de largura, 1,81 m de altura, e 3,13 m de distância entre os eixos

O desenho é totalmente novo, com a grade dianteira dividida em três seções e contornos com apliques em forma de "C" na altura dos faróis. Na traseira, há menos alterações – as lanternas foram redesenhadas.

A cabine também traz novidades. Há tela maior e equipamentos como ACC, assistente de permanência em faixa de rolagem, sensor de ponto cego e sete air bags, entre outros itens.

Na parte mecânica, o motor 2.4 turbodiesel foi mantido, mas com atualizações. Em outros mercados, há versões com potências entre 149 cv e 214 cv. Por sua vez, o torque máximo vai de 33,6 mkgf a 47,9 mkgf. A configuração mais forte deve equipar a nova L200 brasileira.

Portanto, são 24 cv e 4 mkgf a mais que no modelo vendido atualmente no País. O câmbio poderá ser manual ou automático, ambos de seis marchas, e a tração será 4x4, com reduzida.

SUV INÉDITO. Menor que o Eclipse Cross, o XForce será o SUV de entrada da Mitsubishi. O modelo tem 4,39 metros de comprimento, 1,81 m de largura, 1,66 m de altura e 2,65 m de entre-eixos. Já a altura em relação ao solo é de 22 centímetros.

Ainda não há informações sobre a mecânica do SUV que virá ao País. Em mercados da Ásia, o trem de força inclui motor 1.5 a gasolina de 106 cv e 14,4 mkgf e câmbio automático do tipo CVT, de relações variáveis.

O visual remete ao do conceito XFC, com faróis e lanternas em formato de "T", além de grade dianteira com elementos tridimensionais. Na cabine, a tela do painel de instrumentos tem 8" e a do multimídia, 12,3".

Entre os equipamentos, há carregador de celular por indução, entradas USB e USB-C, sistema de som da Yamaha com oito alto-falantes e ar-condicionado digital de duas zonas. Há, ainda, vários sistemas de assistência ao motorista. ●

Força de sobra

214 cv

Deverá ser a potência do motor 2.4 turbodiesel da nova geração da picape média L200, que recebeu atualizações. Com isso, o torque máximo aumentou 4 mkgf e poderá ficar próximo dos 48 mkgf.

FOTOS: MITSUBISHI/DIVULGAÇÃO

1. Nova L200 deve estrear no Brasil no ano que vem;

2. Sucessor do Outlander, XForce é SUV de entrada

Procurando um carro novo para chamar de seu?

Tudo sobre o seu próximo zero você encontra no **Zerão.**

Mais de 170 automóveis do mercado: fichas técnicas, resenhas, fotos e preços de modelos de todas as marcas.

ZERÃO

REALIZAÇÃO: JornaldoCarro

jornaldocarro.estadao.com.br/guia-de-compras/carros-0km

D11 Artigo:
Renata Falzoni

A impunidade é responsável pelas mortes no trânsito

Lançamento

Novo Mercedes-Benz Actros a diesel chama atenção pelo visual futurista

Caminhão pesado atende nova legislação europeia para veículos de transporte de longas distâncias e, na versão L, tem cabine 8 cm maior que a do modelo antecessor

FOTOS: MERCEDES-BENZ /DIVULGAÇÃO

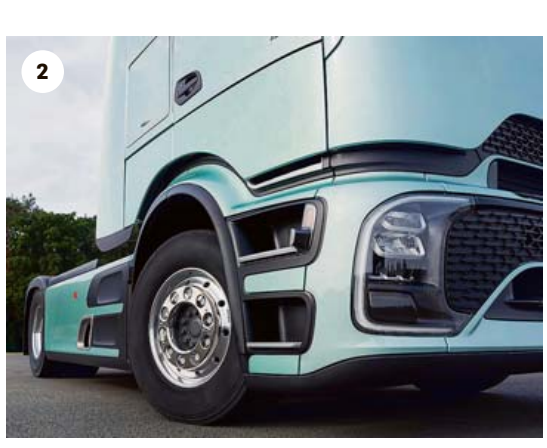
ANDREA RAMOS
ESTRADÃO

O novo Mercedes-Benz Actros L estreou na Europa, e foi apresentado antes do IAA Transportation, maior evento de transporte do mundo, que ocorre em setembro, em Hannover, na Alemanha. O cavalo mecânico já chama a atenção pelo visual futurista e, embora tenha motor a diesel, seu desenho remete ao do irmão elétrico eActros 600.

Denominado Actros L, o modelo atende as novas regras europeias para caminhões que atuam em rotas de longas distâncias. Assim, é 8 cm mais comprido que o antecessor. De acordo com a Mercedes-Benz, o visual, com a parte frontal mais convexa, melhora a aerodinâmica, o que contribui para reduzir o consumo de combustível em cerca de 3%.

Chama a atenção no novo desenho o para-choque, que se projeta mais para a frente e para os faróis maiores. Opcionalmente, a Mercedes-Benz entrega o veículo com faróis de LED, que fornecem uma iluminação mais dinâmica durante a noite. No visual, o Actros L e o eActros 600 se diferem basicamente por detalhes na lateral do para-lamas.

Na versão a diesel, ali fica a saída do escapamento e, na elétrica, há a porta de carregamento. Debaixo do túnel pouca coisa mudou no Mercedes-Benz Actros L. O motor OM-471 diesel ganhou algumas melhorias, como a introdução de dois turbocompressores, o que permitiu ganho de até 4% no consumo.



1. Visual do novo caminhão foi renovado; 2. Detalhes do Actros L lembram o elétrico eActros 600; 3. A bordo, ele ganhou mais tecnologia de segurança.

PROTEÇÃO RENOVADA. Os sistemas de segurança também foram atualizados. O radar de distância (ABA 6) enxerga 250 metros mais adiante e conta com maior amplitude. Isso graças à câmera 270 graus que cobre o ponto cego na frente do veículo de 0,8 metro a aproximadamente 4 metros em toda sua largura, permitindo ao caminhão monitorar o tráfego nas outras faixas da estrada.

Dessa forma, o veículo traz diversos recursos que já estão presentes nos ônibus Mercedes-Benz e Setra. Conforme já avaliado pelo **Estradão,** tais novidades atendem ao Regulamento Geral de Segurança (GSR), que entra em vigor a partir de julho de 2024 em toda a Europa. Assim, o novo Actros também é equipado com sistema de monitoramento de pressão dos pneus, bafômetro e câmera de ré.

O Actros L chega com três opções de versões de cabine: Stream, Big ou Giga Space. E em todas elas o veículo conta com câmeras em vez dos tradicionais espelhos retrovisores. Todavia, a fabricante informa que, para aqueles que preferem os retrovisores, eles estão disponíveis.●

NA WEB
Para saber mais notícias sobre o setor de caminhões e ônibus, acesse: **estradao.estadao.com.br**

Locação D6
Em um ano e meio, Scania alugou cerca de 150 caminhões

Sergio Habib D8
'JAC vai dominar o mercado de utilitários elétricos'

Parceria D9
Volvo e Renault produzirão veículos elétricos urbanos

NISSAN/DIVULGAÇÃO

Inovação D10
Nissan Leaf está disponível para nano locação

Mercado

Scania já alugou 150 caminhões; conheça os modelos preferidos

Com um ano e meio de operação, modalidade de locação da montadora quer encerrar este ano com 300 unidades

ANDREA RAMOS
ESTRADÃO

SCANIA/DIVULGAÇÃO

Com a locação do caminhão, o cliente leva um pacote que inclui manutenção preventiva e corretiva

A Scania comemora um ano e meio do início das suas operações de locação. Neste período já alugou 150 caminhões no País. Gerente da Scania Locação, Renata Campos diz que os números estão a contento. Até o final do ano, a marca projeta aumentar para mais 150 caminhões locados. Assim, somando 300 unidades desde o início das operações.

"Esses resultados são satisfatórios sobretudo porque oferecemos um pacote completo de soluções, não apenas a locação do caminhão. O cliente percebeu o valor disso para sua operação", diz a executiva.

Renata explica que alugar um caminhão da marca é um pouco diferente da locação oferecida por outras empresas do ramo no mercado. Isso porque, junto com o aluguel do caminhão Scania, o cliente leva o pacote de serviço Scania Pro Premium. O pacote inclui a manutenção preventiva e corretiva, ambos realizados pela rede de concessionárias da marca. Assim como o pacote de conectividade, bem como o Scania FIT (que mede a performance da frota e do motorista).

SEGURO E GESTÃO DOS PNEUS. Além disso, como opcional, o cliente pode contratar o serviço de seguro e o de gestão dos pneus. O Scania Pro Premium é o plano de serviço mais completo da marca. Por essa razão, não é possível alugar um caminhão da marca sem esse pacote.

"Optamos por oferecer a experiência completa. Dessa forma, o cliente consegue perceber o valor real do serviço no resultado da sua atividade. Ou seja, o retorno financeiro que esse serviço traz no custo total de operação", acrescenta Renata Campos.

A executiva explica também que há casos de clientes de locação que, vendo os resultados positivos do serviço, contrataram o serviço Scania Pro Premium nos caminhões da frota própria. Segundo a Scania, o impacto maior na contratação desses serviços está relacionado à redução do consumo de diesel, assim como as paradas programadas.

PÚBLICO INTERESSADO. Conforme Renata, os empresários que estão buscando a locação são de médio a grande porte. Ou seja, com frotas superiores a 70 caminhões.

São empresas já profissionalizadas. Em outras palavras, que já fazem análises econômicas e colocam na conta se vale a pena investir em frota própria ou alugar.

Do mesmo modo, há clientes que buscam a locação como solução para uma necessidade pontual. Como, por exemplo, atender a um novo contrato com prazos mais curtos. No entanto, segundo a executiva, há ainda empresas que não são clientes da marca que buscam na locação a oportunidade de conhecer os produtos e serviços oferecidos.

PRIMEIRO DO RANKING. Outro dado é que 60% dos caminhões alugados são da gama Super. Ou seja, os modelos com motores de 460 cv e 560 cv lançados na virada de tecnologia Euro 5 para Euro 6. São caminhões que custam em torno de 7% a 10% a mais em comparação a modelos da linha Plus com motores de 450 cv e 540 cv. No entanto, são mais econômicos em até 8%.

"Os clientes pagam mais caro pela locação do Scania Super. Porém, quando eles enxergam as vantagens operacionais aliadas ao serviço, percebem que vale a pena o investimento", explica Renata. A locação dos caminhões a gás já representa 10% da operação: já o modelo que tem maior procura é o R 410. ●

Top 5

Confira os cinco modelos da marca mais alugados

- 1. Scania 560 R Super
- 2. Scania 460 R Super
- 3. Scania R 410 a gás
- 4. Scania R 450 Plus
- 5. Scania R 540 Plus

Cenário

Iveco S-Way a gás tem primeira venda no Brasil

O Iveco S-Way NG faz a sua estreia no mercado brasileiro. O Grupo Cetric comprou 28 unidades do modelo. Os veículos que são movidos a gás natural e biometano vão atuar na operação de coleta de resíduos da empresa. As unidades serão entregues ao longo deste ano.

Para essa operação, o S-Way NG 6x2 tem motor FPT Cursor 13, de 460 cv. Por ora, o mais potente do mercado. Mas a Scania, em breve, terá uma versão a gás com potência equivalente. O caminhão da Iveco conta com capacidade total de 960 litros (240 m³). Assim, proporciona a maior autonomia entre os veículos movidos a gás natural no País.

A parceria entre Iveco e Grupo Cetric contempla também o Projeto Rota Azul. A iniciativa inovadora tem como objetivo instalar postos de abastecimento de biometano ao longo da Rodovia BR-282/470, em Santa Catarina. E, dessa forma, criar a infraestrutura necessária para impulsionar a utilização do biometano como combustível sustentável.

"Estamos muito satisfeitos e entusiasmados com a aquisição do lote do S-Way NG e com o Projeto Rota Azul. Esse movimento representa um marco na nossa jornada rumo à sustentabilidade", afirma o presidente do Grupo Cetric, Gustavo Baldissera.

A transportadora tem atualmente uma frota de cerca de 250 caminhões. Destes, 70% são modelos Iveco, desde caminhões leves aos pesados.

ALTERNATIVAS AO GÁS. Presidente da Iveco para a América Latina, Marcio Querichelli, diz que a novidade faz parte da estratégia multienergética da marca. Para isso, a Iveco anuncia que terá uma oferta ampla de modelos no mercado. "Acreditamos muito no gás natural e biometano como a melhor opção de combustível de transição para o diesel. Nesse sentido, oferecemos o S-Way NG e o Tector NG atuando em operações mistas e rodoviárias. Para as operações urbanas, a eDaily, versão elétrica da Daily, será nossa principal aposta nesse segmento. Mas não paramos por aí", diz Querichelli.

IVECO/DIVULGAÇÃO

Iveco S-Way NG chega com motor de 13 litros com potência de 460 cv

HIDROGÊNIO VERDE. Em breve, a Iveco iniciará os testes com o motor FPT F1C Bi-Fuel, que utiliza etanol ou biometano. Possivelmente esse motor deve ser avaliado no Daily, o que a marca não confirma. Do mesmo modo, a Iveco informa que também vai trabalhar com o hidrogênio verde (H2). Mas não confirma se no Brasil ou na região. A Iveco já atua com os veículos a gás há mais de quatro anos. O Tector GNV, por exemplo, é produzido na cidade de Córdoba, na Argentina. ● A.R

NA WEB
Para saber mais notícias sobre o setor de caminhões e ônibus, acesse: **estradao.estadao.com.br**

Últimos dias!

Ofertas exclusivas para a linha Limited.
Acelere e não perca.

Aproveite bônus de até R$ 10.000

Central multimídia Bluetooth®.
Conectividade para todos os momentos.

Chave presencial Smart Key.
Ative funcionalidades por telecomando.

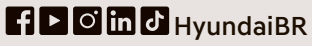
Pacote Hyundai SmartSense.
O melhor da segurança para você.

5 ANOS Garantia
Sem limite de quilometragem

Revisões com preço justo.
Confiança que só a Hyundai tem.

Últimos dias para você garantir o 0 km pronto para te oferecer mais conveniência com a melhor economia para o seu bolso, sempre com 5 anos de garantia sem limite de quilometragem. Aproveite a linha Limited CRETA e HB20 com condições especiais e bônus de até R$ 10.000. Visite já uma concessionária.

Acesse e saiba mais.



hyundai.com.br

Paz no trânsito começa por você.

CRETA Limited Safety 1.0 L TGDI com transmissão automática 2024/2024 e preço público sugerido à vista (válido para todo o Brasil) de R$ 151.790,00 por R$ 141.790,00 com pintura cinza silk metálica e frete incluso. HB20 Limited Plus 1.0 L com transmissão mecânica 2024/2024 e preço público sugerido à vista (válido para todo o Brasil) de R$ 93.790,00 com pintura cinza silk metálica e frete incluso. Bônus de até R$ 10.000,00 na troca de VEÍCULOS SEMINOVOS DE QUALQUER MARCA E MODELO. Serão aceitos na troca somente os veículos SEMINOVOS acompanhados com o seu documento único de transferência (DUT) em nome do comprador do veículo ou em nome de parente de primeiro grau (pais, filhos, cônjuge), desde que comprovado o parentesco por meio de documentação oficial e original. Para mais informações, consulte as concessionárias Hyundai participantes. O veículo SEMINOVO deve ter obrigatoriamente chave reserva, manual do proprietário, certificado de garantia com as revisões realizadas de acordo com a recomendação do fabricante. Para que seja aplicável a presente promoção, o veículo SEMINOVO deve apresentar perfeitas condições de uso e pleno funcionamento de todos os equipamentos/acessórios, ou seja, sem a necessidade de reparo e troca de peças. Acessórios e equipamentos instalados no veículo SEMINOVO pelo proprietário não serão considerados como acréscimo ao valor a ser pago. Não participam desta promoção as vendas efetuadas para lojistas e frotistas (Vendas Diretas HMB). Não estão incluídos os preços de acessórios, documentação, manutenção ou qualquer outro produto ou serviço ofertado pelo concessionário. Condições sujeitas a análise e aprovação de crédito e demais condições do produto vigentes na data da contratação. Promoção válida no período de 1/3/2024 a 31/3/2024 enquanto durarem os estoques. Imagens meramente ilustrativas. Garantia Hyundai de 5 anos: o período de 5 anos já contempla a garantia legal de 90 dias. Início da garantia de 5 anos na data da entrega do veículo ao primeiro proprietário. Uso particular: garantia de 5 anos sem limite de quilometragem. Uso comercial: garantia de 5 anos ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro. A garantia Hyundai de 5 anos está condicionada à observação pelo proprietário do plano das manutenções periódicas e demais condições determinadas no manual de garantia do veículo disponíveis no site www.hyundai.com.br, assim como no manual do proprietário. Consulte coberturas no site www.hyundai.com.br.

Sergio Habib

‘A JAC vai dominar o mercado de utilitários elétricos’

Executivo fala sobre o mercado depois do aumento na alíquota de importação no País pelo governo

JAC/DIVULGAÇÃO

“Quem quer ficar na fila de espera para recarregar a bateria na volta de uma viagem domingo à noite? Por isso, eu digo: no Brasil, devemos considerar também os modelos híbridos”

“Daqui a dez anos, o mercado de vans no País será elétrico, porque é o modelo ideal para o trabalho da chamada última milha, na qual os veículos rodam 100, 120 quilômetros por dia”

ENTREVISTA

Presidente da subsidiária da marca chinesa no Brasil aposta na liderança de seus carros em serviços em dez anos

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

O presidente da JAC Motors Brasil, Sergio Habib, tomou uma decisão ousada quando restringiu o portfólio dos carros da marca aos veículos elétricos. Isso porque, como ele mesmo define, trata-se de um nicho de mercado e que sofreu um duro golpe no País no início do ano, com a cobrança de impostos de importação, que aumentará até alcançar 35% em 2026.

Por isso, ele dá um passo para trás e prepara o lançamento da picape Hunter, nas configurações elétrica e turbodiesel. Ainda assim, arrojado em suas iniciativas, Habib segue a venda de elétricos nas concessionárias da marca e aposta que a JAC vai liderar o cenário de veículos comerciais movidos a bateria em dez anos, conforme revelou na entrevista ao **Mobilidade**.

O senhor considera uma decisão acertada a JAC vender apenas veículos elétricos no País?
O mercado é pequeno, mas apostei só na venda de veículos elétricos porque acreditava no crescimento do segmento. Foi uma decisão acertada. Mas aí o governo federal mexeu na alíquota de importação, que hoje é de 10% e chegará a 35% em 2026. No início do ano, as vendas de elétricos subiram, porque as marcas tinham uma cota com isenção. Vamos avaliar se elas mudarão suas estratégias na medida em que o imposto aumentar. Diante disso, a JAC está pronta para lançar a picape Hunter, nas versões elétrica e turbodiesel.

O aumento gradativo da alíquota de importação comprometerá as vendas?
Está claro que os elétricos seguirão como nicho. O interessado na compra de um carro movido a bateria não abre mão da tecnologia de última geração. É aquela pessoa que está entre os primeiros da fila para comprar o celular mais moderno e, em seguida, mostrá-lo na turma de amigos. Há também o consumidor que aprecia a novidade e planeja comprá-la. E tem os conservadores, que esperam mais tempo.

Ao mesmo tempo que vende carros elétricos, o senhor é crítico em relação a eles, não?
Não há como não ser. Vou fazer uma comparação. A história está cheia de casos de equipamentos que facilitaram a rotina das famílias, como televisão em cores, computador, máquina de lavar roupa e geladeira. Rapidamente, todo mundo percebeu que era melhor ter cada um desses aparelhos do que não ter. Mas, no caso do carro elétrico, a indústria automotiva cometeu um erro de avaliação. Ele tem um problema sério: “onde eu carrego”?

Mas a infraestrutura de recarga não está em expansão no Brasil?
Está longe do ideal. Veja o que ocorre em grandes cidades. Na França, a participação de veículos elétricos na frota é 17%, mas na Grande Paris é 6%. Em Nova York (Estados Unidos) é 3%. A maioria dos prédios das cidades que dispõem de rede de metrô não possui garagem, porque os trens passam no subsolo. Aí, pouca gente compra carro elétrico, pois não terá onde recarregar no local onde mora. Não quer depender apenas de pontos públicos.

Fazer grandes percursos, então, é um risco?
Viajar no Brasil é um perrengue. Quem mora em Salvador (BA), por exemplo, nem arrisca. Em média, um carro elétrico possui autonomia de 400 quilômetros, desde que ande entre 80 e 90 km/h. A 120 km/h, ela cai para 300 quilômetros. A família viaja angustiada, com medo de ficar na estrada. Quem quer ficar na fila de espera para recarregar a bateria na volta de uma viagem domingo à noite? Por isso, eu digo: no Brasil, devemos considerar também os modelos híbridos. Agora, se a ideia é andar somente na cidade, então o carro elétrico é perfeito.

Suas restrições se estendem para o mercado global de elétricos?
Em 2023, os Estados Unidos venderam 1,1 milhão de elétricos em um mercado de 15 milhões. Só na Califórnia, foram 500 mil unidades emplacadas, além de 250 mil na Flórida e no Texas. O aumento foi alavancado pelo apoio do governo, que oferece US$ 15 mil de bônus para quem compra um veículo com essa tecnologia. Um Tesla de US$ 45 mil sai por US$ 30 mil. Quem não quer? Eu quero! Os Estados menores se encheram de carregadores. Só que o governo estuda acabar com esse incentivo e começar a cobrar pedágio dos elétricos. Já a Alemanha é um dos países mais rigorosos em conter déficit nas contas públicas. Quando percebeu que o número de elétricos estava crescendo demais, ela encerrou o subsídio oferecido de US$ 4,5 mil. Já nos países de renda mais baixa, as vendas não são boas. As pessoas não têm dinheiro para comprar dois carros, tampouco um elétrico.

A JAC também vende veículos comerciais elétricos no Brasil. O cenário para esse tipo de carro é diferente?
Daqui a dez anos, o mercado de vans será elétrico, porque é o modelo ideal para o trabalho da chamada última milha, na qual os veículos rodam 100, 120 quilômetros por dia. A JAC chamará atenção nesse mercado. Por quê? Porque nossos modelos são excelentes, aguentam mais e não quebram. E quando dá algum problema, a manutenção é rápida. Afinal, a rede de concessionárias está muito bem treinada e equipada para atender especificamente carro elétrico. Quem vende automóvel com motor a combustão divide o foco. Ali, vai aparecer um veículo elétrico a cada dois anos. Você acha que alguém saberá consertá-lo? O cliente permanecerá um mês sem o carro, enquanto na JAC ficará apenas dois dias.

Sua avaliação dos caminhões elétricos também é otimista?
Metade do mercado brasileiro de caminhões roda aproximadamente 200 quilômetros por dia. Em dez anos, ele também será elétrico e com 90% de participação da JAC. Uma empresa de logística disse, recentemente, que fez a conta com caminhão elétrico na frota e chegou à seguinte conclusão: a cada 100 caminhões elétricos, ele poderá ter um menos, por causa da economia. Afinal, ele não quebra e, ao quebrar, o conserto é rápido. ●

JAC Motors no Brasil

2011
Foi o ano do início das atividades no País

9
Concessionárias

78
Pontos Assistenciais

200
Colaboradores

● **Portfólio de veículos:**
E-JS1, E-JS1 Ext, E-JS1 City Cargo, E-JS4, E-J7, iEV 330P, E-JV 5.5, E-JV 7L, iEV 750V, iEV 750 Vip, E-JV CC, iEV 1200T, E-JT 9,5, E-JT 12,5 e E-JT 18,0

NA WEB
Para saber mais sobre eletrificação no setor de transporte, acesse:
mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico

Parceria

Volvo e Renault se unem para produzir veículos elétricos urbanos

Grupos firmaram acordo para criação de uma joint venture especializada em comerciais leves, como furgões e vans

ANDREA RAMOS

Os grupos Volvo e Renault criaram a Flexis SAS, empresa que inicia uma joint venture responsável por desenvolver e produzir uma nova geração de veículos comerciais leves eletrificados. As fabricantes obtiveram as aprovações regulatórias necessárias para oficialmente lançar a nova empresa, que vai definir a próxima geração de vans totalmente elétricas com base em uma Plataforma de Veículo Definido por Software (SDV) e seus serviços dedicados. Assim, trata-se da plataforma mais avançada para o desenvolvimento dos futuros utilitários, conforme as marcas.

RENAULT/DIVULGAÇÃO

Veículos como vans e furgões terão diversos recursos, entre eles monitoramento de entregas

Investimento

300 milhões

Será o montante investido pelas empresas na Flexis SAS ao longo de três anos

Nesse sentido, as empresas anunciaram, ainda, que a nova arquitetura SDV permite incorporar aos veículos recursos para monitorar a atividade de entrega e o desempenho dos negócios do usuário. E, dessa forma, reduzir o custo total de operação em cerca de 30%.

De acordo com as fabricantes, os serviços conectados possibilitados pela tecnologia vão garantir que os veículos sejam atualizados durante seu ciclo de vida. Vans poderão ser adaptadas para vários usos relacionados à mobilidade urbana, além de diferentes capacidades de bateria.

ENTREGA PRÓXIMA. Com a criação da empresa, a Flexis SAS atenderá às necessidades crescentes de soluções de descarbonização. Para isso, Volvo e Renault planejam investir € 300 milhões ao longo dos próximos três anos. O que, na conversão direta, é o equivalente a cerca de R$ 1,61 bilhão.

Linha de montagem

Nova família de veículos comerciais 100% elétricos começa a ser produzida em 2026, na França

A nova família de vans totalmente elétricas resultado da parceria entre as duas fabricantes começa a ser produzida em 2026. A companhia será sediada na França, onde também está localizada a Renault.

A empresa será totalmente independente. O Grupo Renault e o Grupo Volvo pretendem partilhar não apenas os investimentos, mas também somarem suas expertises de desenvolvimento, trazendo os benefícios do know-how dos serviços que cada uma oferece aos clientes.●

NA WEB
Para saber mais notícias sobre o setor de caminhões e ônibus, acesse: **estradao.estadao.com.br**

PLANETA ELÉTRICO

A MAIOR PLATAFORMA DE CONTEÚDO SOBRE ELETROMOBILIDADE DO PAÍS

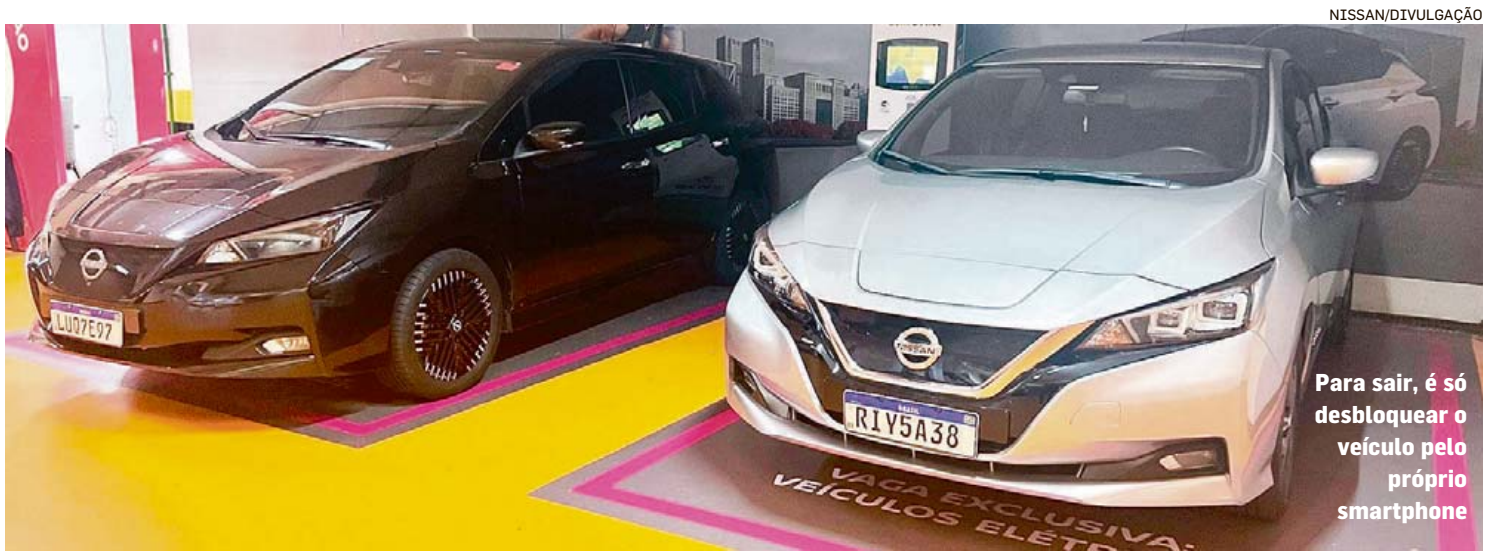
CANAL EXCLUSIVO REÚNE CONTEÚDO MULTIMÍDIA SOBRE OS RUMOS DA MOBILIDADE ELÉTRICA NO BRASIL E NO MUNDO, COM INICIATIVAS RELEVANTES, OPORTUNIDADES E DESAFIOS SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE.

CADERNO ESPECIAL ÀS QUARTAS-FEIRAS

ACESSE E ACOMPANHE

Realização: ESTADÃO mobilidade ESTADÃO
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Patrocínio: TOYOTA

NISSAN/DIVULGAÇÃO



Para sair, é só desbloquear o veículo pelo próprio smartphone

Inovação

Nissan adere ao programa de nano locação de veículos totalmente elétricos

Em parceria com o app Flou, montadora coloca à disposição do público dez veículos Nissan Leaf em cinco estações em São Paulo

DANTE GRECCO

Os carros elétricos estão cada vez mais presentes nas vias brasileiras embora ainda representem uma pequena fração da frota nacional. As vendas têm crescido continuamente, mas ainda são veículos caros para a maioria da população.

Isso, no entanto, não é motivo para impedir que as pessoas que gostam de novidades tenham a oportunidade de experimentar a condução de um veículo 100% elétrico. Isso pode ser feito por meio de locação tanto de longo prazo como de curto prazo, a chamada nano locação.

A Nissan, em parceria com o aplicativo Flou, acaba de aderir à modalidade. Para isso, colocou dez veículos Nissan Leaf, modelos 2022 e 2023, à disposição dos interessados em alugar um carro movido a bateria.

Tudo é feito de forma simples, sem complicações. Para isso, basta baixar o app e, após completar o cadastro, ser aprovado com CNH válida e cartão de crédito. Depois, é só ir à estação mais próxima (*veja à direita*), abrir o veículo pelo próprio aplicativo e curtir a experiência.

O custo da locação é calculado por minutos ou horas de utilização. O valor de lançamento para uso do Nissan Leaf é de R$ 0,59 por minuto com o veículo em movimento. Parado há redução de 50% no valor. Após a utilização, o veículo pode ser deixado em qualquer outra estação.

Segundo Paulo César Rocha, COO da Flou, o público-alvo da nano locação são pessoas acima de 25 anos, pertencentes às classes AB, que residem em áreas urbanas com necessidades diárias de mobilidade.

Para quem quer experimentar a modalidade, uma locação, por exemplo, das 10h às 20h, na qual o carro fique seis horas em movimento e quatro parado, o custo seria de cerca de R$ 320. "Já, durante um final de semana, considerando 48 horas de locação com o veículo permanecendo 60% do tempo circulando e 40% parado, o custo seria de aproximadamente R$ 1.400,00", acrescenta Rocha. ●

SERVIÇO
Confira onde ficam as estações

Housi Bela Cintra. R. Bela Cintra, 1425. Atende 24h, de segunda a segunda
Housi Faria Lima. Av. Brigadeiro Faria Lima, 4540. Atende 24h, de segunda a segunda
Housi Paulista. R. Bela Cintra, 1032. De segunda a segunda, 24h
Shopping Bourbon. R. Palestra Itália, 500. De segunda a sexta, das 10 h às 22h. Sábados e domingos, das 12 h às 20 h
Cubo. Al. Vicente Pinzon, 54. Atende 24h, de segunda a segunda

NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: **mobilidade.estadao.com.br**

Renata Falzoni

É a impunidade que mata no trânsito

O que leva um jovem empresário de 24 anos, guiando um Porsche de R$ 1 milhão, em altíssima velocidade, colidir na traseira de um outro veículo, a ponto de arrastá-lo por dezenas de metros e matar um motorista de carro por aplicativo de 52 anos, pai de família, que estava à sua frente?

A certeza da impunidade. Fernando Sastre de Andrade Filho, motorista do Porsche envolvido no episódio acima, ocorrido na madrugada de 31 de março, na Avenida Salim Farah Maluf, zona leste da capital paulista, saiu do local com sua mãe, alegando que iria ao hospital, mas não foi. Horas depois, constatou-se que o motorista que havia acabado de causar a morte de Ornaldo da Silva Viana estava foragido.

SISTEMA FALHO. Após 38 horas ele apresentou-se à policia, e o delegado Nelson Vinícius Alves pediu sua prisão preventiva por homicídio com dolo eventual. Mas o pedido foi negado pela Justiça.

Essa é a roda viva da impunidade brasileira, já que o código de trânsito não tipifica crimes de trânsito como dolosos, mas sim como "dolo eventual", quando se assume a possibilidade de matar, mas sem intenção. Assim, assassinos de trânsito saem impunes e as famílias dos que perderam seus entes queridos ficam destroçadas pela ausência e pelo sabor amargo de injustiça.

Recente mudança no código de trânsito prevê cadeia de 2 a 4 anos a quem se envolver num sinistro de trânsito com morte. Mas os juízes entendem que não é solução colocar um criminoso não recorrente na cadeia, hoje totalmente dominada pelo crime organizado.

Temos que concordar, no entanto: essa prática de poupar um criminoso de trânsito só fortalece a impunidade. Os juízes poderiam ser mais criativos ao definirem punições. Para além de pagamento de cestas básicas, o que não impacta em nada a vida de um proprietário de um veículo de R$ 1 milhão, a condenação poderia ser de dois anos de trabalho em um hospital público, na ala de trauma, por exemplo. E esse é apenas um exemplo de medida que ajudaria esse cidadão, que tirou a vida de outro de forma evitável, a refletir.

> *Hoje, quem comete crime de trânsito sai impune e as famílias dos que perderam entes queridos ficam destroçadas pela perda e pelo sabor amargo da injustiça*

O simples fato de classificar como "acidente", que em definição é um "acontecimento casual, fortuito, inesperado", reforça o crime ser classificado como "fatalidade", que não tem como ser evitado. Ou seja, o criminoso passa a ser vítima de um "acidente" e nunca é responsabilizado pelos seus atos.

NÃO FOI ACIDENTE. Em setembro de 2011, Miriam Baltresca, 58 anos, e sua filha Bruna, 28 anos, foram atropeladas e mortas na calçada da Marginal Pinheiros por Marcos Alexandre Martins, em alta velocidade e embriagado. Ele nunca foi preso. Rafael Baltresca, filho e irmão das vítimas, lançou a campanha "Não Foi Acidente", e houve progresso desde então.

A reclusão mínima de dois anos para quem se envolve em sinistro de trânsito com morte foi um avanço, mas como nem os juízes acreditam em cadeia para os responsáveis, continuamos na base da cesta básica.

A luz no fim do túnel veio dos órgãos técnicos. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aboliu, desde 2020, o termo "acidente de trânsito" e adotou "sinistro de trânsito". Mudança que foi estudada, debatida e referendada também pela Abramet, que dá conta de que mais de 90% dos sinistros de trânsito são por erro humano.

A campanha "Não Foi Acidente" conseguiu ir além. A lei 14.599/23 alterou o Código de Trânsito e substituiu o termo "acidente de trânsito" por "sinistro de trânsito". A justificativa técnica é óbvia: "acidente" minimiza a responsabilidade dos envolvidos e "sinistro" reconhece que esses eventos podem ser evitados e são frequentemente resultado de negligência, imperícia ou imprudência dos que os cometem.

Agora, é fundamental que a mídia adote o termo "sinistro de trânsito". E, com isso, impulsionar uma mudança cultural que falta aos brasileiros, incluindo-se aí políticos, gestores de trânsito e a classe jurídica, que é assumir para si a responsabilidade de seus atos ●

RENATA FALZONI É ARQUITETA, JORNALISTA E CICLOATIVISTA

NA WEB
Para saber o que pensam outros embaixadores da Mobilidade, acesse: **mobilidade.estadao.com.br/embaixadores**

VEM AÍ

MAIO AMARELO
2024

ESPECIAL MULTIMÍDIA TRAZ UM PANORAMA SOBRE NOVAS INICIATIVAS DESTINADAS A CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO SOBRE O PAPEL DE CADA UM POR UM TRÂNSITO MAIS SEGURO.

E você pode aliar a sua marca a esse movimento! Saiba como:

publicacoes@estadao.com

Realização:

Patrocínio:

Mobilidade ativa

Conheça cinco grupos para pedalar em SP

Localizadas em todas as regiões da cidade, as turmas reúnem vários tipos de ciclistas, de iniciantes aos mais avançados

DANIELA SARAGIOTTO

Comuns nas grandes cidades, os grupos de pedal estimulam a prática do ciclismo, tornando-a mais segura. Na Pesquisa Anual de Comércio Varejista 2024, estudo que a Aliança Bike faz desde 2018 e que neste ano teve 355 lojistas de todos os Estados do País, 87% deles declararam que organizam ações semelhantes.

"Organizar grupos de pedal é uma estratégia para fidelização de clientes e divulgação das lojas. Notamos que os varejistas ou organizam grupos ou os apoiam, colocando a oficina de manutenção à disposição, doando equipamentos, camisetas, entre outras iniciativas", diz Daniel Guth, diretor executivo da Aliança Bike.

Em 2018, uma pesquisa da Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo, a Ciclocidade, mapeou 309 grupos apenas na região metropolitana de São Paulo. "Os grupos de pedal são uma potência no Brasil. São muito fortes e organizados, com história, líderes, comunicação via WhatsApp e são diferentes de turmas de outros lugares do mundo", diz Guth. Conheça, a seguir, alguns deles.

1. Pedala Itaquera Oficial. É um grupo de pedal tradicional do bairro de Itaquera, na Zona Leste. Os participantes pedalam à noite, vários dias da semana, normalmente com saída às 20h, cada dia com perfis diferentes de ciclistas: iniciantes, intermediários e avançados. Os encontros partem da sede, que fica na Av. David Domingues Ferreira, 136. Vale conferir mais detalhes no perfil no Instagram (@pedalaitaqueraoficial).

2. Pedal Paulista. Criado em 2004 na Zona Sul, tem como propósito a inclusão social. Promove passeios noturnos semanais e diurnos esporádicos pela cidade de São Paulo, assim como trilhas e cicloviagens. Outras informações podem ser obtidas pelo Instagram (@pedalpaulistaoficial) ou site: pedalpaulista.com.br

ADOBE STOCK

Estar com outros ciclistas é uma forma de usar a bike em segurança

3. Monta Mona. Pedal para a comunidade LGBTQIAPN+ que tem como pontos de encontro o Largo da Batata e a Praça dos Arcos, na Zona Oeste da cidade. Para participar é preciso preencher um cadastro que pode ser acessado a partir do perfil no Instagram (@montamona.sp).

4. PVM - Pedal Vila Madalena. Grupo fundado em 2010 por Luiz Salvador Roberto, conhecido como Tuca, no bairro de mesmo nome na Zona Oeste. De acordo com o fundador, para participar é preciso ter uma bicicleta em ótimo estado, capacete e acessórios de segurança, além de uma câmara reserva. É mais voltado para o cicloturismo, incluindo trilhas e cicloviagens. Inscrições e outras informações podem ser obtidas por telefone (11 98177-7000).

As saídas são sempre aos finais de semana e feriados: domingos e feriados, às 8h30 ou às 9h30, dependendo do trajeto. Aos sábados fazem trilhas próximas da capital, ou costumam pedalar em cidades do interior, com saída horário de saída a combinar. O ponto de encontro fica na Praça dos Omaguás, número 100, Vila Madalena, em frente à banca de jornal. Interessados em participar podem fazer contato pelo Instagram (@pvmpedalvilamadalena)

5. Ciclo Centro. É um coletivo da região central da capital que reúne pessoas em torno de ações de incentivo à mobilidade ativa por bicicleta, patins, entre outros modos. Os ciclistas se reúnem para passeios e outros eventos e são bem atuantes na fiscalização do Poder Público, no uso incorreto de ciclovias, na falta de bicicletários dos estabelecimentos comerciais, entre outras situações. Vale conferir o Instagram (ciclocentro_sp). ●

NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse:
mobilidade.estadao.com.br

SEGUNDO LOTE!
30% DE DESCONTO
parque da mobilidade urbana
Disruptivo, Sustentável e Inclusivo
6 Palcos simultâneos
+ de 200 Palestrantes
Experiências
Expo de Soluções e Tecnologias
13 e 14 de junho de 2024 | ARCA - São Paulo/SP
parquedamobilidadeurbana.com.br

REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CORREALIZAÇÃO

PARCEIROS ESTRATÉGICOS